

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA		
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM	

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ADRIANA VINHOLI RAMPAZO

O SIMBOLISMO DAS IDENTIDADES NAUFRAGADAS NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Londrina
2009

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA		
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM	

ADRIANA VINHOLI RAMPAZO

**O SIMBOLISMO DAS IDENTIDADES NAUFRAGADAS NO
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Administração – da Universidade Estadual de Maringá em consórcio com a Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa

Londrina
Setembro de 2009

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R177s Rampazo, Adriana Vinholi.

O simbolismo das identidades naufragadas no território Catuquiriguaçu / Adriana Vinholi Rampazo. – Londrina, 2009.
187 f. : il.

Orientador: Elisa Yoshie Ichikawa.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2009.

Inclui bibliografia.

1. Responsabilidade social da empresa – Teses. 2. Usinas hidrelétricas – Impacto ambiental – Teses. 3. Política energética – Teses. 4. Identidade social – Teses. I. Ichikawa, Elisa Yoshie. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Universidade Estadual de Maringá. IV Título.

CDU 658.012.4

ADRIANA VINHOLI RAMPAZO

**O SIMBOLISMO DAS IDENTIDADES NAUFRAGADAS NO
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA-UEL/UEM), sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em 28 de setembro de 2009

Prof^ª. Dr^ª. Elisa Yoshie Ichikawa
Orientadora – PPA-UEM/UEL

Prof^ª. Dr^ª. Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov
Convidada – Universidade Positivo

Prof^ª. Dr^ª. Maria Iolanda Sachuk
Membro – PPA-UEM/UEL

A Pedro e Lauro, meus grandes
amores.

AGRADECIMENTOS

Tive sorte de encontrar durante a execução deste trabalho um grande número de pessoas que me ajudaram, das mais diferentes maneiras. Apesar da característica individual de um trabalho desta natureza, tenho plena consciência que, direta ou indiretamente, aqui estão presentes diversas pessoas que acabaram escrevendo comigo. Espero não desapontá-las com o resultado.

Pude contar com a presença constante da minha orientadora, Professora Elisa. Suas orientações e observações inteligentes e, ao mesmo tempo, amorosas, me ajudaram a superar várias dificuldades em diferentes momentos deste trabalho. Para você, Elisa, que me “assumiu”, só tenho agradecimentos. Tudo o que eu escrever aqui é pequeno, perto do que sua presença amiga significou para mim.

Dois anjos também estiveram sempre ao meu lado nesta empreitada. São eles, o meu filho, Pedro, e o meu marido, Lauro. Sem o apoio incondicional deles, este trabalho não seria possível. Quando a coisa aperta, como é bom ter a nossa casa para voltar. É porque conto com vocês na retaguarda que posso arriscar e seguir meus sonhos.

Outro agradecimento é para a “mãe” Capes. A bolsa recebida durante quase dois anos viabilizou uma série de atividades e gastos referentes a esta pesquisa.

Apesar de me acharem um pouco “maluca”, sempre recebi apoio dos meus colegas do curso de mestrado: Alexandre Munhoz, Ricardo Silvestre, Ricardo Favoreto, Sérgio Bonocielli, Fernando Kaname Westphal, Flávia Sella e Marcelo Comazzi. Brigamos, mas também aprendemos muito um com o outro durante este período juntos.

Sou especialmente grata aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação: Professora Maria Iolanda Sachuk e Professor Benilson Borinelli. Suas observações foram importantes para o andamento deste trabalho.

Agradeço também à Professora Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov, da Universidade Positivo, por entregar parte do seu tempo para a leitura e crítica deste trabalho.

Não posso me esquecer da Sandra Regina de Abreu Pires, professora do departamento de Serviço Social da UEL. Não sei se ela sabe quantas vezes me influenciou quando discorria sobre os mais diversos assuntos com propriedade... mesmo que na mesa de um bar.

Tenho que agradecer também àqueles que acreditaram em mim quando eu ainda estava na graduação. Aqui, o Professor Paulo Eduardo de Lacerda, meu orientador de TCC, ocupa a posição principal. Foi ele quem me colocou no rumo da pesquisa, sempre me incentivando na busca do conhecimento.

Nesta época, também sempre contei (e ainda conto) com a ajuda da Professora Marli Verni, do departamento de Administração da UEL.

Durante a fase da coleta dos dados, em Cantuquiriguaçu, contei com a preciosa ajuda do “Seu” Roque, de sua esposa Helena e de Djalma, que me serviram de guia pela região com uma boa vontade impressionante.

Os ribeirinhos que me receberam, até mesmo durante suas refeições, quando estava em Cantuquiriguaçu. Apesar dos rápidos contatos que mantive com estas pessoas, senti, que de alguma maneira, elas me atribuíam uma “missão”, a de registrar as suas vozes, de pessoas comuns, a respeito do processo traumático pelo qual passaram. Espero que tenha feito isso bem, uma vez que, para mim, toda esta experiência representou muito mais do que o cumprimento de uma formalidade acadêmica.

“Nada, sem dúvida, é tão cativante como avançar sobre caminhos pouco trilhados, como abrir rotas nas fronteiras indecisas entre [...] ciências [...]; até os erros aí são preciosos, pois cada erro é uma promessa de uma conquista. Só nos extraviamos para encontrar terras ainda não visitadas”

Roger Bastide

RESUMO

A política energética do Brasil sempre foi pautada pela construção de usinas hidrelétricas, consideradas mais baratas do que a maioria das outras formas de geração de energia. Em Cantuquiriguaçu, região localizada do centro-oeste do Paraná, foram construídas sete usinas. Só no rio Iguaçu, que limita a porção sul do território, existe hoje em operação quatro usinas de grande porte que causaram, e ainda causam, impactos socioambientais na região, sendo um dos maiores deles, o deslocamento compulsório de ribeirinhos para dar lugar aos reservatórios. Assim, nesta dissertação, buscamos compreender como o deslocamento compulsório dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no Território Cantuquiriguaçu, forçou a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, permitindo transformações na sua identidade. Para isto, inicialmente discutimos as concepções históricas do sujeito e as diferentes teorias da construção da identidade, sem nos prendermos a nenhuma em específico. Entendemos que falar de formação do sujeito e identidade implica considerar as diferentes visões sobre o tema, uma vez que dentro da modernidade as concepções mudaram, mas nem sempre se perderam. Elas continuam importantes e ainda nos ajudam na compreensão da identidade hoje. Não as descartamos, mas tentamos reatualizá-las para este estudo. Além de entender sobre identidade, foi necessário compreender a política energética brasileira, desde o período desenvolvimentista até os dias atuais, pois é ela que assegura a sistemática da implantação de usinas no país. Adentramos também no principal argumento contra a construção de usinas hidrelétricas, que é o impacto que este tipo de empreendimento gera às populações ribeirinhas. Fomos aqui auxiliados por pesquisas feitas em diferentes áreas do conhecimento, como em Engenharia, Sociologia, Antropologia e História, que mostram que quando se trata da construção de usinas hidrelétricas, os interesses socioambientais são deixados em segundo plano, preteridos pelos interesses econômicos. Aqui, finalizamos a primeira parte do estudo, que formou o referencial teórico-empírico, que nos auxiliou tanto na construção das perguntas de pesquisa como na interpretação dos dados coletados. Entramos, então, numa nova fase da pesquisa que foca, especificamente, o objeto de pesquisa. Assim, começamos a fazer um levantamento histórico e cultural sobre o Território Cantuquiriguaçu, tendo por objetivo encontrar como se formou o ribeirinho que vive às margens do reservatório da Usina Salto Santiago e, ao mesmo tempo, conhecer um pouco mais as usinas instaladas naquele espaço e os deslocamentos compulsórios de ribeirinhos produzidos por elas. Por último, com base na história contada pelos ribeirinhos e pelos representantes das instituições, mostramos como se deu a (re)construção das identidades dos sujeitos naquele território. Como utilizamos a hermenêutica de Gadamer para interpretar os dados coletados através do uso da história oral e das fontes documentais, buscamos interligar o objetivo com o subjetivo. Assim, foi possível compreender como a construção da Usina Salto Santiago e o conseqüente deslocamento de parte dos ribeirinhos produziu, devido à entrada de novas instituições, modificações em suas identidades.

Palavras-chave: Identidade; Impactos sociais das usinas hidrelétricas; Instituições; Usina Hidrelétrica Salto Santiago; Território Cantuquiriguaçu.

ABSTRACT

Energy policies in Brazil have always favored the construction of hydroelectric power plants, considered less expensive than most other forms of energy production. In Cantuquiriguaçu, an area in the mid-west of Paraná, seven power plants were built. On Iguaçú River alone, which borders the region to the South, four large power plants are operational, having caused social and environmental impacts on the region, such as the compulsory displacement of riverside populations to make way for the reservoirs. This paper aims at understanding how the compulsory displacement of the population for the construction of Salto Santiago Power Plant, in Catuquiriguaçu territory, has forced the creation of a new meaning of this population's universe, allowing transformations in their identity. To this end, historical conceptions of the subject, and different theories of identity construction are initially discussed, without adhering to one specifically. It is understood that discussing subject formation and identity implies considering different views on the theme, as concepts have changed in modernity, although not always becoming lost. They remain important and still help in understanding identity today. They are not discarded, but updated for this study. Besides understanding about identity, it is necessary to understand Brazilian energy policy, from the developmentist period until present day, as it ensures the system of power plant implementation in the country. The main argument against the construction of hydroelectric power plants - the impact it causes on riverside populations - is discussed. Research conducted in different areas of knowledge, such as Engineering, Social Sciences, Anthropology and History, is helpful, as it shows that, when dealing with hydroelectric power plants, social and environmental interests are a secondary consideration, rejected in favor of economic interests. Thus the first part of the paper is concluded, forming the empirical and theoretical framework, which allows the formation of the research questions and the interpretation of collected data. The second part of the paper specifically focuses on the research object. Historical and cultural facts about the Cantuquiriguaçu territory are collected, intended to describe how the population that lives on the margins of Salto Santiago reservoir was formed and, at the same time, learn more about the power plants installed in that area and the compulsory movements they caused on riverside populations. Finally, based on history, as told by the riverside population and by institution representatives, the paper shows how the (re)construction of people's identities in the territory came about. As Gadamer's hermeneutics is employed to interpret data collected through oral history and documentation, the paper attempts to interconnect the objective with the subjective. Thus it is possible to understand how the construction of Salto Santiago Power Plant and the ensuing displacement of part of the riverside populations has produced modifications to their identities, due to the entry of new institutions.

Keywords: Identity; Social impacts of hydroelectric power plants; Institutions; Salto Santiago Power Plant; Território Cantuquiriguaçu

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	-	Concepção de identidade nesta dissertação.....	50
Figura	2	-	Concepção de identidade e a atuação da mediação simbólica no território em estudo	169
Mapa	1	-	Localização do Território Cantuquiriguaçu	78
Quadro	1	-	Formas históricas do Estado e da sociedade no Brasil	60
Quadro	2	-	Empresas do setor elétrico brasileiro, federais e estaduais, privatizadas – de 1995 a 2000	63
Quadro	3	-	Sujeitos e coleta de dados conforme os objetivos específicos	81
Quadro	4	-	Usinas hidrelétricas em operação no trecho do Rio Iguaçu que faz parte do Território Cantuquiriguaçu	107

ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Aparelho Ideológico do Estado
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CANGO	Colônia Nacional General Ozório
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CITLA	Sociedade Clevelândia Industrial Territorial Limitada
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil
GETSOP	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
ha	Hectare
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
IUEE	Imposto Único sobre a Energia Elétrica
kWh	Kilowatt/hora
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MARIPÁ	Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná
MG	Minas Gerais
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPB	Música Popular Brasileira
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MW	Megawatt
MW/h	Megawatt/hora
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
PCH	Pequenas Centrais Elétricas
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RO	Roraima
SEAB	Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SINOP	Sociedade Imobiliária Norte do Paraná
SNI	Serviço Nacional de Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	21
2.1 IDENTIDADE	22
2.1.1 CONCEPÇÕES DO SUJEITO NA MODERNIDADE	23
2.1.1.1 Sujeito do Iluminismo	28
2.1.1.2 Sujeito Sociológico	31
2.1.1.3 Sujeito Pós-Moderno	36
2.1.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE (OU DAS IDENTIDADES)	39
2.1.3 CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE NESTE TRABALHO	49
2.2 USINAS HIDRELÉTRICAS: GERAÇÃO DE ENERGIA TRANSFORMANDO IDENTIDADES	52
2.2.1 O INÍCIO: USINAS HIDRELÉTRICAS, UM DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA	57
2.2.2 O NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	61
2.2.3 POPULAÇÃO RIBEIRINHA AFETADA PELA CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS	68
3 PERCURSO METODOLÓGICO	76
3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA	76
3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	77
3.3 <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	77
3.3.1 USINA SELECIONADA PARA A PESQUISA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	79
3.4 COLETA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	80
3.4.1 DOCUMENTOS E ENTREVISTAS	80
3.4.2 ESCOLHA DOS SUJEITOS	83
3.4.3 INTERPRETAÇÃO	84
4 HISTÓRIA DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU E DAS SUAS USINAS HIDRELÉTRICAS	87
4.1 (RE)OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	87
4.1.1 CONFLITOS NO TERRITÓRIO	102
4.2 USINAS HIDRELÉTRICAS INSTALADAS NO TRECHO DO RIO IGUAÇU QUE ATRAVESSA O TERRITÓRIO E O DESLOCAMENTO DOS RIBEIRINHOS	107

5 RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO, (RE)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES	112
5.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	112
5.1.1 Os RIBEIRINHOS	112
5.1.2 REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES	115
5.2 A USINA HIDRELÉTRICA SALTO SANTIAGO	116
5.3 CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE (OU DAS IDENTIDADES) DOS RIBEIRINHOS	122
5.3.1 Os CABOCLOS E OS COLONOS: A VIDA ANTES DA USINA	122
5.3.2 O QUE MUDOU APÓS A INUNDAÇÃO PELO RESERVATÓRIO DA USINA	132
5.3.3 COMPREENDENDO AS IDENTIDADES RECONFIGURADAS DOS RIBEIRINHOS	160
6 CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE.....	186
APÊNDICE 1 – Questões das entrevistas, por tipo de entrevistado	187

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, desde a implantação das políticas desenvolvimentistas, a construção de usinas hidrelétricas sempre foi considerada o ponto central do modelo elétrico do país. As grandes usinas hidrelétricas brasileiras começaram a ser construídas na década de 1940, com o início da instalação da Hidrelétrica de Paulo Afonso I, no Rio São Francisco. Nas mãos do poder estatal e impulsionadas pela crescente necessidade de energia elétrica que sustentasse a industrialização, segundo Soares, Froehlich e Marques (2007), em 1950 o país já contava com vinte e uma hidrelétricas. Mas foi entre as décadas de 1960 e a de 1980 que ocorreu o grande desenvolvimento do setor hidrelétrico, com a construção de mais de sessenta e seis empreendimentos.

Na década de 1990 começam as privatizações e a implementação de um novo modelo no setor elétrico, que passa do “modelo de crescimento impulsionado pelo Estado, para o crescimento impulsionado pelo mercado” (FERREIRA, 2000, p.181). Para isto, a legislação foi alterada “para permitir que particulares investissem em usinas novas e existentes”, segundo Machado (2000, p.205). Como resultado deste movimento, após mais de cinquenta anos de controle estatal, o setor elétrico se abre para o mercado livre, tornando a energia mais um setor para o investimento privado.

Até pouco tempo atrás, se acreditava que as hidrelétricas geravam energia limpa e renovável, por não emitirem gases de efeito estufa e por retornarem ao solo na forma de chuva. No entanto, alguns estudos, como o do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE), mostrou que a decomposição de matéria orgânica no fundo do reservatório produz gás metano, colaborando com o efeito estufa (CAMPOS, 2006). Por outro lado, outros problemas ambientais são atribuídos às usinas hidrelétricas. Junk e Melo (1990) afirmam que a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, na bacia Amazônica, causará graves problemas ambientais à região, culminando com a deteriorização da qualidade da água que trará impactos negativos à população ribeirinha que vive da pesca e da agricultura às margens do rio.

Assim, as pessoas que vivem ao longo de toda a extensão do rio onde são construídas as usinas hidrelétricas são diretamente afetadas pelo problemas ambientais que elas geram. Além

disso, milhares de outras pessoas são afetadas pela construção das usinas, pois são deslocadas de seu território original para dar lugar ao reservatório que se forma. Construídas como símbolos do progresso brasileiro, as usinas hidrelétricas geram impactos difíceis de serem mensurados, muitos de forma irreversível.

Vários pesquisadores (REBOUÇAS, 2000a; 2000b; KOIFMAN, 2001; ALVES, 2005; JERONYMO, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007; PINHEIRO, 2007; KARPINSKI, 2007; SOARES; FROEHLICH; MARQUES, 2007; NOGUEIRA, 2007) mostram que as hidrelétricas causam problemas diversos. Muitos desses problemas não são apenas econômicos e qualquer valor oferecido pelos empreendedores das usinas como compensação pela inundação das terras dos ribeirinhos, por maior que pareça, nem sempre atenua as perdas que o deslocamento compulsório traz.

Em levantamento realizado pela Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000), verificou-se que não há, nos projetos de construção de usinas hidrelétricas, compromisso para se lidar com os deslocamentos dos ribeirinhos e, muito menos, habilidade para isso. Milhares de pessoas foram compulsoriamente deslocadas de seu território “na base do atropelo”, “passando trator”, afirmam Pinheiro e Sevá Filho (2006, p.15). Dados da Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000, s/p) mostram que “entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens” em todo o mundo. No Brasil, mais de um milhão de pessoas foram compulsoriamente deslocadas, devido à inundação de suas terras promovida pelas usinas hidrelétricas (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p.121).

Assim, não dá para avaliar a perda dos laços de amizade, a relação de confiança com os vizinhos e com os comerciantes locais, a identificação com o território, que construía as identidades dos ribeirinhos. O deslocamento e a inundação das terras “[...] sempre resulta na perda de importantes referenciais que regiam a vida no rio [...]”, afirma Rebouças (2000b, p.28). A partir da hidrelétrica, deixa de existir a comunidade e as pessoas transformam-se em “refugiados”, sem que haja qualquer possibilidade de voltar às suas terras. Como não se trata de migrações espontâneas, provocadas pelo sonho de melhores condições de vida em novas terras, o deslocamento compulsório é um procedimento traumático.

A adaptação no local da nova moradia não é fácil. Os ribeirinhos deslocados não conseguem se identificar com o novo território, pois lá não encontram as suas raízes; aquela terra não é

seu lar. É por isso que, conforme informa Marques (2005, p.36), muitas famílias “acabam deixando o local de moradia que foi destinado a elas no reassentamento, para voltarem a residir em local próximo onde moravam anteriormente ao deslocamento”.

Até o modo de trabalhar na lavoura muda no novo território. Muitas vezes, o que aprenderam durante uma vida toda não serve mais para a nova terra. O tipo de solo diferente, o tamanho reduzido dos lotes, os novos tipos de lavouras mais recomendadas para a região, faz o agricultor ter que reaprender sua profissão. Ele tem que reaprender a trabalhar, a ser agricultor. Também é comum os ribeirinhos se sentirem discriminados na nova localidade pelos moradores antigos. O fato é que ser do assentamento os torna diferentes dos outros moradores (MARQUES, 2005).

Todas estas transformações pelas quais os ribeirinhos passam quando deslocados de suas terras força a uma nova adaptação cultural. Para Erikson (1976), o deslocamento territorial altera a identidade dos sujeitos. No caso dos ribeirinhos, isto pode fazer com que eles passem a se identificar não mais com os agricultores, mas principalmente com aqueles que sofreram o deslocamento e com algumas organizações presentes na região.

Assim, o processo de construção de uma nova identidade é fortalecido pela participação em movimento sociais, como no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nas igrejas, nas associações, ONG's¹, entre outros, que atuam em defesa dos direitos dos ribeirinhos. De acordo com Nogueira (2007, p.26):

Inicialmente, os movimentos lutavam pelo direito à indenização e pelo reassentamento, mas logo após, com a abertura política do país (fim da ditadura militar), a qual permitiu um diálogo maior entre o governo e a sociedade, passaram a carregar a bandeira do “não” às barragens.

Um dos movimentos sociais que possui maior presença nas regiões atingidas pela construção das hidrelétricas é o MAB, que desde sua constituição em 1979, atua em todo o território nacional, defendendo o direito dos ribeirinhos de ficar em suas terras ou, se saírem, de receberem indenizações justas (AQUINO *et al.*, 2000). Apesar de estar presente em qualquer região do Brasil, fazendo a articulação entre os ribeirinhos atingidos pela construção das usinas hidrelétricas, os empreendedores e o governo, o MAB, da mesma forma que o

¹ ONG – Organização Não Governamental.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), é uma organização descentralizada, cabendo sua direção “a coordenadores regionais e nacionais”, segundo informam Aquino *et al.* (2000, p.891). A presença do MAB na região a ser atingida traz maiores garantias aos direitos dos ribeirinhos, pois, segundo Pádua (2003, p.58):

Na medida em que focaliza a disputa social pela apropriação do território, apresenta questões-chaves para a qualidade de vida, tais como o direito de ficar, o respeito à segurança fundiária das famílias e o direito da população participar ativamente do debate democrático sobre as opções energéticas adotadas pelo País.

O MAB sempre foi apoiado pela Igreja Católica, mediadora na “organização e mobilização da população” (ROCHA, 2008, p.2) ribeirinha. Karpinski (2007) fala que a Igreja Católica foi a primeira instituição que trabalhou na mobilização dos ribeirinhos na região onde seria instalada a Usina Salto Caxias, no rio Iguazu. Nesta região, desde o início das discussões sobre a construção de Salto Caxias, “a Igreja, através da CPT², assessora os sindicatos, movimentos de ‘sem terra’ e organizações de atingidos por barragens, consolidando na área sua participação mais comprometida com as lutas sociais” (KARPINSKI, 2007, p.49). Como um braço da Igreja Católica, a Comissão da Pastoral da Terra tem fácil acesso aos ribeirinhos, pois eles, na sua maioria, são desta religião e sempre participaram dos eventos organizados por ela, como em Grupos de Oração, Círculo Bíblico ou Grupos de Famílias. Segundo afirma Karpinski (2007), cerca de 84% das famílias que vivia na região quando do início do projeto da Usina de Salto Caxias era católica.

O próprio MST recebeu muitos ribeirinhos deslocados nos seus acampamentos. Como muitos perderam tudo com a construção da usina, ou por não receberem nada de indenização ou por aplicarem mal aquilo que receberam, eles foram engrossar a fila dos agricultores sem terra. Os filhos dos ribeirinhos também não conseguem mais ficar nas propriedades dos seus pais, como acontecia antigamente, pois o terreno que sobrou é muito pequeno, não dando nem para o sustento de uma família. Conforme crescem, têm que sair da propriedade de seus pais para irem procurar novos espaços para sua sobrevivência. Muitos não conseguem se dar bem nas cidades e acabam indo para o MST.

² CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Apesar da grande importância da participação do poder público na mediação dos conflitos e na definição de políticas públicas, muitas prefeituras se alinham aos empreendedores das usinas, enxergando no empreendimento o recebimento de compensações financeiras pelas áreas inundadas (KARPINSKI, 2007). “Deve-se considerar que a implantação de projetos hidrelétricos implica na consideração à existência de múltiplos atores sociais e de diferentes interesses políticos, econômicos e empresariais” (SANTOS, 2003, p.98). Mas nem todos os líderes políticos agem desta forma. Em alguns municípios, os prefeitos interferem na negociação junto aos empreendedores, buscando garantir o direito dos ribeirinhos e a maior participação do capital das usinas na implementação de políticas públicas.

Toda esta situação pode ser encontrada no Território Cantuquiriguaçu, onde estão instaladas sete usinas hidrelétricas. Destas sete, quatro estão localizadas no rio Iguaçu, um dos rios do Paraná com maior capacidade hidroelétrica, que limita o lado sul do Território. Devido a isso, desde a década de 1970, grandes usinas foram ali construídas.

A população da região é formada, na sua maioria, por produtores rurais. São poucas as indústrias, sendo elas, na maioria, do agronegócio. A construção das hidrelétricas no território fez com que aproximadamente quatrocentas famílias de pequenos agricultores fossem compulsoriamente deslocadas, ou para assentamentos na própria região, ou para fora dela (CONDETEC, 2004).

Com o deslocamento, muitos agricultores perderam tudo o que tinham e se instalaram nas cidades. O problema é que as cidades da região não estavam preparadas para receber estes ribeirinhos: não existe emprego, a educação é precária, falta habitação e a saúde pública conta apenas com a rede básica insuficiente para atender os casos de maior complexidade. Só para citar os problemas habitacionais, em 2004, foram detectadas em apenas quatro municípios de Cantuquiriguaçu, vinte e duas favelas onde moravam 1.194 famílias (CONDETEC, 2004).

Apesar de possuir um dos maiores recursos hidrelétricos do Estado, cerca de “13,85% dos domicílios não têm acesso a esse serviço” (CONDETEC, 2004, p.25). Tanto no meio urbano quanto no rural, as pessoas sofrem com a falta de energia elétrica.

Dados do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC, 2004) mostram que os ribeirinhos que ficaram na zona rural se defrontaram com porções tão

pequenas de terra que elas não são mais economicamente viáveis. Desta forma, “a maioria dos agricultores afetados pelas barragens [...] tem reivindicado o apoio da empresa de energia do Estado na implantação de projetos de infra-estrutura e de projetos econômicos que possam dar sustentabilidade econômica e social às famílias” (CONDETEC, 2004, p.51).

É neste momento que o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) são chamados para dar assistência aos produtores rurais da região e desenvolver projetos que levassem em conta as características das propriedades ali encontradas. Tanto IAPAR quanto EMATER não atuam somente com os ribeirinhos, mas sim com os pequenos produtores da região, deslocados ou não pela construção de hidrelétricas. A sua preocupação é técnica e, por isso, seu foco não está na defesa de direitos, mas sim na capacitação daqueles que trabalham na terra.

Assim, vemos que muitas organizações atuam junto aos ribeirinhos deslocados, algumas já antes do deslocamento. Elas, então, passam a fazer parte da vida destes ribeirinhos, provavelmente mudando o seu modo de ver o mundo e de agir. Os coordenadores do MAB, os líderes da Igreja e do CPT, o poder público representado pelas Prefeituras, EMATER e IAPAR podem ter ajudado na (re)construção da identidade dos ribeirinhos, da mesma forma que o contato com estes sujeitos pode ter oferecido uma nova forma de ver o mundo para os líderes e responsáveis por estas organizações.

Esta dissertação está, assim, voltada para a compreensão da (re)construção das identidades dos ribeirinhos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no Território Cantuquiriguaçu. Em outras palavras, a pergunta que se quer responder com esta dissertação é a seguinte: **Como o deslocamento compulsório dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no Território Cantuquiriguaçu, forçou a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, permitindo transformações na sua identidade?**

Assim, o objetivo geral deste trabalho é: Compreender como o deslocamento compulsório dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétricas Salto Santiago, no Território Cantuquiriguaçu, forçou a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, permitindo transformações na sua identidade.

Para cumprirmos o objetivo geral, temos que alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o Território Cantuquiriguaçu, sua história e traços culturais, bem como o histórico da construção das usinas hidrelétricas e do deslocamento dos ribeirinhos na região;
- b) Descrever o papel de algumas instituições que atuam na região, como MAB, MST, IAPAR, EMATER e Prefeituras, na produção de sentidos para a (re)construção da identidade dos ribeirinhos deslocados;
- c) Interpretar a (re)construção da identidade dos ribeirinhos por meio da sua história de vida, tendo por incidente crítico o deslocamento compulsório ocorrido pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago.

A discussão aqui travada possibilita trazer um novo olhar sobre a ressignificação do universo dos ribeirinhos e a (re)construção de suas identidades. Um trabalho como este, na área de Administração, contribui com as discussões sobre o tema que, aliás, já vem há algum tempo sendo tratado em outras áreas do conhecimento, conforme estudos que serão discutidos no decorrer desta pesquisa. Isto traz também maior amplitude ao conhecimento gerado sobre o tema, incentivando que as discussões sejam vistas abarcando os diferentes elementos que o compõem.

Neste estudo, tentamos compreender a ação administrativa sob um enfoque diferente, pois ao estudá-la pela visão dos atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos, introduzindo questões objetivas e subjetivas que operam na construção das suas identidades, podemos contribuir com um novo olhar para os Estudos Organizacionais. Assim, tomando a história de vida dos ribeirinhos de Cantuquiriguaçu como base, podemos compreender como as decisões tomadas dentro das organizações podem afetar os que estão à sua volta.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

O deslocamento compulsório provocado pela construção de usinas hidrelétricas é um momento marcante nas vidas dos ribeirinhos. Mas, o quanto este processo influencia na resignificação do universo dos ribeirinhos, reconstruindo suas identidades? Neste capítulo buscamos na literatura pistas sobre este fenômeno, que além de formarem as bases teóricas que possibilitem a construção dos elementos da pesquisa, também sustentem a discussão nos próximos capítulos deste trabalho.

Desta forma, tratamos aqui tanto da identidade, desde as concepções históricas do sujeito e as diferentes teorias da construção da identidade, quanto dos efeitos sociais resultantes da construção de usinas hidrelétricas. Nesta busca, não nos atemos a uma teoria específica, nem a um só contexto. Utilizamos sim, uma perspectiva histórica, caminhando por diferentes escolas do pensamento, por entendermos que cada uma, em cada época, colabora para a compreensão do tema hoje.

Ao buscarmos na história moderna as diferentes concepções do sujeito, podemos compreender as diferentes formas de se enxergá-lo. Baseamo-nos, portanto, no que Morin (2007, p.186) chama de “princípio da reintegração do conceptor na concepção: a teoria, qualquer que seja ela e do que quer que trate, deve explicar o que torna possível a produção da sua própria teoria” (MORIN, 2007, p.186). Isto porque, conforme insiste Morin (2007, p.44), em toda teoria existem “impurezas” sociológicas e culturais. Nenhuma teoria pode ser vista como puro reflexo do real, uma vez que a sua construção é uma atividade humana. Por isso “a objetividade científica não exclui a mente humana, o sujeito individual, a cultura, a sociedade: ela os mobiliza. E a objetividade se fundamenta na mobilização ininterrupta da mente humana, de seus poderes construtivos, de fermentos socioculturais e de fermentos históricos” (MORIN, 2007, p.58). É na busca também destas “impurezas” que adentramos nas concepções históricas do sujeito e da construção da identidade, buscando compreender o que é identidade hoje.

Ao mesmo tempo, os sujeitos desta pesquisa, os ribeirinhos, são o resultado da sua história, que compreende além da sua vida em comunidade e em família, a história econômica e social de seu país. A construção de usinas, a política econômica do país, o deslocamento de toda

uma comunidade e a ação das instituições trazem conseqüências imediatas sobre suas vidas. Ao tentarmos compreender a sua identidade, precisamos também compreender as condições sociais de sua produção. Não há como separar estes diferentes aspectos quando todos eles agem sobre o fenômeno. O problema é conseguir o equilíbrio, como diz Morin (2007), não incorrendo numa redução mutilante, quando reunimos todos estes elementos em um estudo.

Nesse sentido, para não incorrer neste erro, a nossa intenção não é utilizar estes elementos para dar todas as informações sobre o fenômeno em estudo, mas sim “respeitar suas diversas dimensões” não esquecendo “que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos etc.” (MORIN, 2007, p.177).

Assim, nossa discussão, neste capítulo, se atém à modernidade, no caso da identidade, e do nacional-desenvolvimentismo brasileiro até hoje, quando falamos das usinas hidrelétricas. Ambas as discussões formam a base de fundo desta dissertação.

2.1 IDENTIDADE

Falar de identidade implica considerar as diferentes visões sobre a formação do sujeito na modernidade, uma vez que em cada momento histórico a concepção de sujeito é concebida de forma distinta. E para cada concepção de sujeito existe uma concepção diferente de identidade.

Não se trata, entretanto, da busca pela melhor concepção de sujeito, uma vez que aqui não enxergamos a história como uma superação de uma nova ordem sobre a anterior. Mas, sim, buscamos entender as diferentes concepções de sujeito e identidade e, quando possível, reatualizá-las para a compreensão do fenômeno social no momento atual.

Assim, iremos buscar diferentes conceitos históricos de formação do sujeito, para nos situarmos na discussão sobre a identidade dos sujeitos hoje. Isto porque para compreender as teorias e conceitos utilizados nesta dissertação, é necessário perceber as suas condições sociais de produção. Se não podemos afirmar que a busca aqui feita é o início das teorias e conceitos de sujeito e identidade, podemos, pelo menos, ter uma visão mais ampla sobre eles, sem nos restringirmos apenas às teorias ditas pós-modernas.

Desta forma, nossa discussão, antes de adentrarmos nas concepções do sujeito, será a modernidade. Faz necessário, portanto, nos determos nas rupturas e continuidades do pensamento moderno antes de avançarmos para as concepções do sujeito, pois existe relação entre as mudanças na modernidade e os aspectos sociais e pessoais da existência do sujeito.

2.1.1 CONCEPÇÕES DO SUJEITO NA MODERNIDADE

A modernidade é o período histórico que nasceu no século XVII e se instalou, lentamente, no mundo Ocidental, trazendo o triunfo da razão sobre a escuridão medieval. A idéia que sustentava a modernidade era libertar os indivíduos da ignorância e das superstições (TOURAINÉ, 1995).

Durante a época medieval, o homem³ era concebido como a imagem e semelhança de Deus, traduzindo a unidade de ambos de forma indissociável. Desta forma, Deus oferece a salvação, e depende do homem a sua aceitação. O homem medieval é apenas ação sobre o controle de Deus de forma que as revelações bíblicas são revelações sobre sua própria vida. Assim sendo, é inconcebível a formação do sujeito descolada de Deus (TOURAINÉ, 1995).

O anúncio de Nietzsche de que “Deus está morto”, de acordo com Araldi (1998, p.77):

[...] tem o significado de um abalo cósmico, de uma perda total de sentido, de toda finalidade, ocasionados pelo afastamento da fonte divina dos valores (compreendida como o *sol* na tradição platônica) que forneciam um sentido ao mundo. [Desta forma,] a modernidade representa para o filósofo tanto o esforço de substituir o deus transcendente por outros valores (razão, história, progresso), bem como o vazio aberto pela percepção de que o deus transcendente já não exerce nenhuma influência sobre a existência.

A morte de Deus, então, representa a busca de novas fontes de valores. Se Deus está morto, é o indivíduo que surge em seu lugar. E com seu surgimento, toma consciência de si mesmo, tendo condições de se tornar um indivíduo soberano. Isto porque Deus está vinculado à noção

³ Ao falar da época medieval preferimos utilizar o termo homem e não sujeito ou ser humano. Isto porque a mulher ou a totalidade dos seres humanos não são consideradas neste período, sendo os homens, e principalmente os de posse, os únicos considerados na literatura. Sobre o termo sujeito, conforme veremos mais adiante, está neste período relacionado a qualquer sujeito, seja ser humano ou animal (SALES, 2007).

de moral cristã onde “o sentimento de culpa⁴ é elevado até seu mais alto grau” (ARALDI, 1998, p.81). Com o surgimento do Iluminismo, Deus é sobrepujado pela liberdade e pela razão.

Desta forma, a razão traz imbricada uma nova noção de sujeito bem diferente do sujeito medieval. Touraine (1995, p. 215) diz que “não existe modernidade sem racionalização; mas também não sem formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade”. As pessoas passam a ser “o princípio do bem e do mal e não mais o representante de uma ordem estabelecida por Deus ou pela natureza” (TOURAINÉ, 1995, p.24). A idéia clássica⁵ de sujeito moderno liga a individualidade com o surgimento da identidade.

Giddens (2002, p.79), da mesma forma, afirma que ao contrário da sociedade tradicional, em que a identidade está relacionada à tradição, na modernidade o que está em evidência é a individualidade. Há, então, um rompimento com uma ordem tradicional e cada pessoa passa a ser responsável por si mesma, pelas suas próprias escolhas.

Na modernidade, acredita-se que são as pessoas que criam a ordem social (TOURAINÉ, 1995). Em outras palavras, o sujeito liberto de Deus, controla suas próprias ações e comportamentos na criação de sua história e, portanto, da sociedade. Isto vai impactar na vida das pessoas de duas formas: aumentando sua autonomia e gerando grande ansiedade (GIDDENS, 2002). Se o sujeito passa a ser responsável pelas suas ações e, desta forma, pelo rumo que dá à sua vida, cabe a ele escolher e decidir o caminho a seguir.

Há, diariamente, uma gama infinita de possibilidades à disposição das pessoas. “A modernidade confronta o indivíduo com uma complexa variedade de escolhas e ao mesmo tempo oferece pouca ajuda sobre as opções que devem ser selecionadas” (GIDDENS, 2002, p.79). É assim que o sujeito, que é autoridade sobre si mesmo, se vê constantemente em dúvida. No entanto, a pluralidade de opções não significa que elas estão disponíveis para

⁴ O conceito de culpa em Nietzsche, de acordo com Araldi (1998), está relacionado ao sentimento criado nos indivíduos quando ele tem que abrir mão de sua liberdade instintiva, inapta e biológica, para se adaptar ao contexto social emergente e, desta forma, precisa seguir as normas e regras da sociedade. Neste momento, o indivíduo se torna “mórbido, pois a livre expressão da força é interpretada como má, e o seu portador como culpado” (ARALDI, 1998, p.81).

⁵ Clássica aqui é o mesmo que Iluminismo. Isto porque o Iluminismo é o início da modernidade.

todas as pessoas ou que estas opções sejam totalmente do seu conhecimento. O estilo de vida faz com que as possibilidades se reduzam. Giddens (2002 p.80) afirma que “alguém que está comprometido com um determinado estilo de vida necessariamente veria várias opções como ‘inadequadas’ a ele ou ela, da mesma forma que veria os outros com quem estivesse em interação”, o que reduziria seu leque de opções. Isto porque um determinado “estilo de vida envolve um conjunto de hábitos e orientações e, assim, tem uma certa unidade [...] que liga as opções num padrão mais ou menos ordenado” (GIDDENS, 2002, p.80).

Mas, será que existe mesmo a autonomia do sujeito, conforme defende Giddens (2002)? De acordo com Althusser (1983), os indivíduos são assujeitados pelos Aparelhos Ideológico do Estado (AIE), de forma que instituições distintas e especializadas – AIE religioso, AIE familiar, AIE jurídico, AIE escolar; AIE político; AIE sindical, AIE de informação (imprensa, rádio, televisão), AIE cultural - se encarregam da reprodução das ideologias. Ao contrário dos aparelhos repressivos do Estado – polícia, exército, prisões – que funcionam predominantemente através da violência, os AIEs funcionam principalmente através da ideologia. O que, no entanto, não impede que os aparelhos repressivos atuem através da ideologia e os aparelhos ideológicos através da repressão.

Efetivamente, é a ideologia dominante que está representada nos AIEs, pois foi a que saiu vitoriosa na luta de classes⁶. Assim, a reprodução da ideologia⁷ dominante fica assegurada pelo funcionamento dos AIEs, uma vez que sempre existe um “Outro Sujeito, Único e central⁸, em nome do qual a ideologia” interpela todos os outros sujeitos (ALTHUSSER, 1983, p.101). Desta forma, de acordo com Althusser (1983, p.75) os AIEs têm como função a

⁶ Althusser (1983) ao ser criticado por não se preocupar com a luta de classes nos seus estudos se defende dizendo que a ideologia dominante não é dominante por um passe de mágica. Para estar nesta posição a ideologia burguesa trava uma dura batalha contra as outras ideologias (da antiga ideologia dominante e da ideologia da classe explorada).

⁷ Marx vê a ideologia como uma falsa consciência resultante da divisão do trabalho manual e intelectual. As relações de classe e produção criadas pelos intelectuais criam uma falsa consciência nos dominados, camuflando e invertendo a realidade, e os mantêm subjugados à vontade dominante. A falsa consciência (uma ilusão), portanto, perpetua a dominação. Já para Althusser (1983) a existência da ideologia é material, ou seja, existe em práticas de instituições concretas. Desta forma, constitui indivíduos concretos em sujeitos devido a “representação do mundo determinada (religiosa, moral, etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais)” (ALTHUSSER, 1983, p.89).

⁸ Sobre o Outro Sujeito, Cassin (1999, p.119) escreve: Althusser “supõe a existência de um outro Sujeito, o que interpela o sujeito interpelado, ou seja, o Sujeito com letra maiúscula é o interpelador, e o com letra minúscula é o interpelado que se reconhece no Sujeito”.

reprodução das relações de produção, mantendo o *status quo*, devido à submissão ideológica “onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem” (ALTHUSSER, 1983, p.102).

Althusser (1983, p.54) defende que “toda formação social para existir, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, deve reproduzir as condições de sua produção. Ela deve, portanto, reproduzir: 1) as forças produtivas; 2) as relações de produção existentes”. E esta reprodução se dá principalmente fora da empresa, sustentada pelos salários pagos aos empregados. O salário, neste contexto, assegura a sobrevivência material do empregado, ao mesmo tempo em que é “indispensável para a criação e a educação das crianças nas quais o proletariado se reproduz [...] como força de trabalho” (ALTHUSSER, 1983, p.56). A educação e a criação destas crianças, ao contrário do que ocorria nas corporações de ofício medievais e nas primeiras indústrias capitalistas, ocorre hoje mais fora do que dentro das empresas. Segundo Althusser (1983, p.58), além do conhecimento técnico:

Aprende-se na escola⁹ as “regras” do bom comportamento, isto é as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja “destinado” a ocupar; as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. [...] A reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante (ALTHUSSER, 1983, p. 58).

Giddens (2002) não vê as instituições agindo sobre o sujeito de forma tão radical. Para ele, ao mesmo tempo em que as instituições modernas constituem o sujeito, elas também são constituídas por ele. Isto está relacionado à reflexividade do eu, ou seja, sua capacidade “de conectar mudança pessoal e social” (GIDDENS, 2002, p.37). O sujeito é constantemente incentivado a buscar a partir das mudanças institucionais, que são também por ele promovidas, a sua própria mudança. Giddens (2002, p.9) justifica sua afirmativa dizendo que

o Eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos

⁹ A reprodução da ideologia dominante se dá principalmente nas escolas, mas não somente nelas. As outras AIEs também asseguram a reprodução das condições de reprodução dominante.

específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações.

Esta visão de que as identidades sociais e individuais são construídas pela interação do sujeito com a sociedade é contestada por Bauman (2005). Para ele, como as estruturas de referência ortodoxas, hoje, estão débeis, a ligação com grupos de pertencimento se tornam tênues, permitindo aos sujeitos se relacionar e se separar deles rapidamente. Deste modo, as instituições não conseguem agir sobre os sujeitos pela simples razão de não conseguirem que eles se identifiquem com elas de forma mais ou menos duradoura. Esta é, portanto, uma das características do mundo líquido, ou como preferem alguns, pós-moderno.

No final do século XX, mais precisamente no final dos anos 70 e começo dos anos 80, influenciados pela obra lançada por Jean-François Lyotard, "*La Condition Postmoderne*", emergem discussões sobre se estaríamos num momento de transição histórica. Nesta obra, Lyotard lança o termo pós-moderno, defendendo que o mundo que conhecíamos não existe mais. Além disso, aponta a crise das meta-narrativas como determinante para a falta de consenso. A crise das meta-narrativas, no conceito de Lyotard, se relaciona com a perturbação do saber, das ideologias e das concepções do mundo, mudando a forma como ele é visto (COOPER; BURRELL, 1988). Com o surgimento da era pós-moderna não se admite mais o consenso, pois as visões sobre o mundo são múltiplas. As explicações dependem "de como" e "de onde" se olha os fenômenos.

A partir do texto de Lyotard, Giddens (2002), Hall (2006), Bauman (2005), entre outros pensadores, tentam compreender a sociedade contemporânea defendendo a incorporação de uma nova visão. Eles defendem que a compreensão sobre os fenômenos sociais atualmente só pode se dar se eles forem pensados não mais dentro dos paradigmas vigentes, mas sim, dentro de uma nova realidade. Isso não significa o total abandono dos princípios da modernidade, pois eles ainda se encontram presentes hoje, mas sim a acentuação de suas características. Desta forma, o conceito de modernidade agrega o de pós-modernidade. Assim, os termos "pós-modernidade", "pós-industrial", "alta modernidade" ou "modernidade tardia" aparecem em diversos textos¹⁰ para designar uma nova realidade que amplifica o de modernidade.

¹⁰ Podemos encontrar estes termos em Giddens (2002), Hall (2006), Castells (2006), Vattimo (2007), entre outros.

O conceito de pós-modernidade, portanto, longe de significar uma nova ordem de superação histórica da modernidade, se relaciona a uma nova experiência social dentro da própria modernidade, pois os seus ideais estão cada dia mais presentes (VATTIMO, 2007; GIDDENS, 2002). A modernidade, portanto, não é um período histórico homogêneo, mas sim constituído por diversas rupturas e continuidades. A própria concepção de sujeito foi se alterando durante toda a modernidade, como veremos agora.

2.1.1.1 Sujeito do Iluminismo

Em sua obra *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Hall (2006) traça um breve esboço sobre como a concepção de sujeito mudou durante a modernidade, fixando sua descrição em três pontos específicos. Hall (2006) mostra que de sujeito unificado e coeso que nasce com a modernidade (sujeito do Iluminismo), ele se torna um sujeito relacional (sujeito Sociológico) que, hoje em dia, se transformou no sujeito descentrado (sujeito Pós-moderno).

De acordo com Hall (2006, p.10), “o sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...]”. Esta visão sobre o sujeito fazia com que ele fosse entendido como portador de um núcleo interior construído durante toda sua vida. Apesar de ser construído ao longo do tempo, este núcleo interior do sujeito permanecia basicamente o mesmo durante sua existência, sendo assim, unificada e coerente. Desta forma, o sujeito do Iluminismo é um ser individual, capaz de pensar e raciocinar.

Esta concepção se inaugura com Descartes a partir de sua afirmação: “Penso, logo existo”. Para Descartes, esta verdade faz surgir o homem como “coisa pensante”, ou seja, o único animal com razão e consciência (SALES, 2007). Deste modo, Descartes, inaugura um novo olhar sobre o ser humano que marcará uma nova época, da política à ciência. Ao contrário do sujeito Aristotélico¹¹, sentido da filosofia clássica mantido pela filosofia medieval, em que o termo sujeito era utilizado para designar qualquer substância e não somente o ser humano, o sujeito Cartesiano, inaugurado por Descartes, surge pela primeira vez designando somente o ser humano. A partir de Descartes o indivíduo é visto como um ser racional que privilegia a

¹¹ Na filosofia Aristotélica o sujeito não designa apenas o ser humano, mas também os outros animais, existindo o sujeito homem, o sujeito cavalo etc.

sua consciência, o *cogito*, ou seja, o pensamento. Tendo, portanto, condições de tomar decisões sobre sua própria vida, não sendo ela mais moldada e dirigida por Deus, como pensava Agostinho¹².

Taylor (1997, p.190) afirma que “Descartes rejeitou totalmente a forma teleológica de pensamento e abandonou por completo a teoria do *logos* ôntico”¹³. Na modernidade, nenhum fato pode ser considerado como inquestionável ou como obra de Deus:

A opção cartesiana é ver a racionalidade, ou a capacidade de pensar, como a capacidade que temos de construir ordens que satisfaçam os padrões exigidos pelo conhecimento, ou compreensão, ou certeza. É claro que, no caso de Descartes, os padrões em questão são os da *évidence*. Se seguirmos essa linha de raciocínio, então o autodomínio da razão deve agora consistir em que essa capacidade seja o elemento controlador de nossa vida, e não os sentidos; o autodomínio consiste em que nossa vida seja moldada pelas ordens que nossa capacidade de raciocínio construir de acordo com os padrões apropriados (TAYLOR, 1997, p. 194).

Assim, é comum na modernidade “histórias de desenvolvimento linear, histórias de progresso na História ou histórias de ganho contínuo ao longo de vidas individuais e gerações, histórias de pessoas que ficaram ricas partindo da pobreza” (TAYLOR, 1997, p.143). Todas estas histórias têm como ponto central o indivíduo que tomou as rédeas da sua própria história. E isto ajuda a formar novas visões sobre a sociedade e sobre o sujeito.

O início da modernidade “corresponde ao sujeito livre e desprendido de uma visão da sociedade como sendo composta de indivíduos livres e por consentimento deles e, corolariamente, a noção da sociedade como sendo formada por portadores de direitos individuais” (TAYLOR, 1997, p. 143). Marcuse (1988) defende que na era moderna é disseminada a crença no conhecimento e na liberdade de todos os indivíduos. Desta forma, não é mais a certeza de Deus nas raízes do *self* que forma o ser humano, mas sim, o encontro consigo mesmo. Taylor (1997, p. 207) defende:

¹² Para Agostinho, segundo Taylor (1997, p.170), “as coisas criadas recebem sua forma de Deus, por meio da participação nas idéias Dele. Todas as coisas existem apenas na medida em que participam de Deus”. Assim, na concepção agostiniana, é através de Deus que as pessoas enxergam o mundo, pois ele é uma luz interior “que capacita o olho que vê” (TAYLOR, 1997, p.172).

¹³ Ôntico é o que é aceito sem questionamento.

É claro que a cadeia de raciocínio mostra que me apóio num Deus veraz para obter meu conhecimento do mundo exterior. Mas observe-se como isso é diferente da tradicional ordem de dependência agostiniana. A tese não é que adquire conhecimento ao me voltar com fé para Deus. A certeza da percepção clara e distinta é, ao contrário, incondicional e autogerada. O que aconteceu é que a existência de Deus tornou-se um estágio em meu progresso rumo à ciência por meio da ordenação metódica das percepções evidentes. A existência de Deus é um teorema em meu sistema de ciência perfeita. O centro de gravidade decisivamente mudou.

Ao colocarmos a razão no centro, vemos alterar todos os aspectos da vida em sociedade. Descartes altera a forma até então considerada normal de ver o mundo. “Ele envolve a adoção de uma postura em relação a nós mesmos que nos tira da nossa forma normal de experienciar o mundo e a nós próprios” (TAYLOR, 1997, p.212). Ao adotar o distanciamento, o sujeito sai da postura da primeira pessoa, da que experiencia o sentimento, para a de “adoção de uma teoria, ou pelo menos de uma suposição, a respeito de como as coisas funcionam” (TAYLOR, 1997, p. 213).

Também para Hegel (*apud* MARCUSE, 1988, p.22), a existência humana é marcada pelo “processo de atualização de suas potencialidades, da adaptação de sua vida às idéias da razão”. E é isto que faz o ser humano o único com poder de auto-realização que o faz livre:

A razão desemboca na liberdade, e a liberdade é a existência do sujeito. A própria razão, por outro lado, só existe através da sua realização, só existe se realizado o processo do seu ser. A razão só é uma força objetiva e uma realidade objetiva porque todos os modos de seu ser são, - uns mais outros menos, - espécies de subjetividade, modos de realização (MARCUSE, 1988, p. 23).

Marcuse (1988, p. 20) afirma que para Hegel “o pensamento deve governar a realidade”. O pensamento verdadeiro e bom deve reger a organização da vida social e individual. No entanto, nem todas as pessoas pensam igual e “a diversidade resultante das opiniões individuais não pode fornecer um princípio diretor para a organização comum da vida” (MARCUSE, 1988, p. 20). Neste momento, é a razão que deve governar a vida em sociedade, pois é só ela que é capaz de criar conceitos e princípios universais.

Assim, o que era para ser um sujeito livre e desprendido, se torna um sujeito instrumentalizado, devido à sua capacidade “[...] de remodelar-se por meio da ação metódica e disciplinada” (TAYLOR, 1997, p. 210). Para isto, este sujeito deve eliminar algumas de suas propriedades, desejos, hábitos, sentimentos, inclinações e pensamentos, de forma que

eles possam “chegar à especificação desejada”, o que Taylor (1997, p. 210) chama de *self* “pontual”. Esta hegemonia da razão significa, então, a instrumentalização dos desejos. Nas palavras de Taylor (1997, p. 196): “a hegemonia da razão é a hegemonia de uma visão da ordem”.

2.1.1.2 Sujeito Sociológico

O surgimento da biologia darwiniana e das novas ciências sociais – psicologia e sociologia – influenciaram no surgimento de uma nova concepção do sujeito. Neste momento, as teorias de socialização mostram um sujeito participando de relações sociais mais amplas, internalizando o exterior e externalizando o interior (HALL, 2006).

O sujeito é, então, visto como um ser social que interage com o mundo exterior, construindo seu núcleo interior. Assim, o ser é o resultado desta interação e sua identidade “preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p.11). Nesta concepção de sujeito Sociológico, da mesma forma que na do sujeito do Iluminismo, o ser é investido de um núcleo interior, de uma identidade. Só que, agora, esta identidade não é fixa e imutável, mas formada e modificada durante toda a vida do indivíduo, como resultando das relações com o exterior.

O surgimento destas novas disciplinas – psicologia, biologia darwiniana e ciências sociais – se dá de forma precária, fundada principalmente no modelo de ciências concebido na época. É por isso que a construção das teorias fundadoras nestas áreas são muito parecidas com as das ciências tradicionais, como a matemática e a física. Desta forma, os primeiros teóricos na psicologia e na psiquiatria buscavam criar modelos universalizantes que explicassem a construção dos sujeitos, independente do universo cultural e da história local (DUBAR, 2005). Estavam, portanto, deixando “escapar a individualidade qualitativa dos fatos histórico-culturais”, em nome de uma pretensa validade científica e seu valor de uso (VATTIMO, 2007, p.7).

Freud, por exemplo, na visão de Carvalho (2002), buscava a universalização da teoria psicanalítica. Durante sua busca junto ao processo civilizatório, Freud afirma que o Complexo de Édipo existe desde o homem pré-histórico. Assim, defende de forma macro o que, até

então, tinha encontrado em seus pacientes e em si mesmo – quando interpreta seus próprios sonhos.

No entanto, Freud foi um dos primeiros a questionar o sujeito racional, unificado e coerente que sustentava os estudos até então. Suas idéias mostravam um sujeito que não tinha plena consciência de si mesmo e, portanto, não tinha condições de ser o senhor soberano, pressuposto tão defendido pelos seus antecessores (LOURO, 2001). Assim, Freud (*apud* HALL, 2006, p.36) mostrou o poder dos “processos psíquicos e simbólicos do inconsciente” na formação dos sujeitos.

Os modelos universalizantes da Escola Freudiana são contestados pelos trabalhos de Kardiner e Ruth Benedict, na antropologia cultural. Ao estudar três povos diferentes¹⁴, Benedict afirma que é a cultura presente na sociedade onde nasceram que molda os indivíduos, através da sua incorporação progressiva. Ao mesmo tempo, Kardiner estuda os povos instalados nas Ilhas Marquesas e constata que, ao contrário do que afirma Freud, não existe nenhuma evidência do complexo de Édipo nesta sociedade, simplesmente porque “não existe nenhuma instituição capaz de engendrará-lo¹⁵” (DUBAR, 2005, p.38). Desta forma, segundo Dubar (2005), Kardiner e Benedict conseguem derrubar um dos pilares da psicanálise freudiana, que é o mecanismo universal de construção do Eu.

Surge, então, uma nova concepção de psicologia, que agrega componentes culturais e individuais na formação do sujeito. No início do século XX, os estudos de Vygotsky inauguram a Psicologia Histórico-Cultural, colocando o simbolismo como material que forma os sujeitos. Só que em Vygotsky (1984), o simbolismo mais do que se relacionar ao desejo do Outro, como ser individual, representa também os significados partilhados dentro de dada cultura.

Portanto, o sujeito, na psicologia vygotskyana, internaliza os significados culturais de sua sociedade através, principalmente, dos signos lingüísticos. Isto ocorre através do processo de

¹⁴ Ruth Benedict estudou e comparou os pueblos do Novo México, os dobo da Nova Guiné e os kwakiutl americanos.

¹⁵ Nas sociedades marquesanas os bebês são amamentados por menos de quatro meses quando são, então, entregues aos cuidados dos maridos secundários – a mulher marquesana tem mais de um marido ao mesmo tempo devido a quantidade de homens na população ser duas vezes e meia maior do que das mulheres (LINTON *apud* DUBAR, 2005).

mediação semiótica na qual o indivíduo aceita como dele as significações partilhadas pelos membros de sua cultura. Em suas palavras, Vygotsky (1984, p.33) afirma:

Desde os primeiros dias de desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Esta estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

A mediação semiótica se dá através da relação entre o sujeito e as outras pessoas. Em seus estudos, Vygotsky (1984) defende que os adultos buscam incorporar as crianças à sua cultura e reserva de significados, de forma que o modo de fazer as coisas sejam a elas transmitidos. Nos primeiros anos de vida, a criança responde ao mundo de forma biológica, ou seja, conforme é determinado por seus genes. Mas, conforme crescem, as crianças começam a ter definidos seus processos instrumentais psicológicos mais complexos, devido à “mediação constante dos adultos” (LURIA, 2001, p. 27). Em um certo momento, este partilhamento externo com as outras pessoas passa a ser executado dentro das crianças, transformando-se num processo interpsíquico. Neste momento, a interiorização das significações partilhadas – historicamente e culturalmente determinados - já formou a natureza psicológica interna do sujeito.

Mas, para Vygotsky apesar de seu comportamento consciente ser determinado pelas relações sociais que o indivíduo mantém com o mundo exterior, o sujeito não é somente produto de seu ambiente, “é também um agente ativo no processo de criação deste meio” (LURIA, 2001, p. 25). O seu lado ativo se relaciona com a sua capacidade de criar e modificar reservas de significados. Luria (2001, p.26), que trabalhou junto com Vygotsky no grupo de pesquisa “Troika”, no Instituto de Psicologia em Moscou, afirma que “o adulto não apenas responde aos estímulos apresentados por um experimentador ou por seu ambiente natural, mas também altera ativamente aqueles estímulos e usa suas modificações como um instrumento de seu comportamento”. Se não fosse assim, não haveria modificação histórica em nenhum domínio humano.

Para Bourdieu (2004), a formação do sujeito também se relaciona ao simbólico, como defende Vygotsky (1984). Bourdieu (2004) afirma que a socialização se dá através da incorporação de disposições duradouras, resultado das representações objetivas e subjetivas¹⁶, que faz o sujeito enxergar as normas, as práticas, os saberes do campo em que está inserido como normal. As disposições duradouras, para Bourdieu (2003a; 2003b), são o *habitus*. Assim, condições semelhantes de vida produzem modos de pensar, gostos e estilos de vida parecidos. *Habitus* específicos, portanto, engendram uma mesma lógica em todos os sujeitos que a ele estão submetidos, forçando-os às mesmas práticas e definindo suas racionalidades.

Bourdieu (2004), assim, afirma que os sujeitos são resultados de *habitus* específicos, estruturados pelas formas inconscientes de percepção e ação disseminadas e interiorizadas pelos sujeitos durante sua vida. Ao nascer numa família, numa dada posição de classe, o sujeito é socializado para reproduzir espontaneamente as relações ali presentes, resultado das lutas anteriores de representação no espaço social. Bonnewitz (2003, p. 80) escreve que as diferenças de personalidades individuais dentro de um determinado *habitus* “são apenas uma variante de uma personalidade social, sendo esta apenas um produto de um *habitus* de classe”. Isto porque, cada sujeito tem a capacidade de “perceber os enunciados de diferentes maneiras”, visto que a significação dos objetos do mundo social “comportam sempre uma parte de indeterminação e de vago” ao mesmo tempo em que como objetos históricos, “estão sujeitos a variações no tempo” (BOURDIEU, 2004, p.140).

O espaço social, ainda segundo Bourdieu (2004), é estruturado por diversos campos - econômico, religioso, político, jurídico etc. -, que juntos formam microcosmos sociais não herméticos e não totalmente delimitados. Assim, tanto no espaço social quanto no campo ocorrem embates entre forças opostas, e isto explica as modificações estruturais da sociedade durante o tempo. Para Bonnewitz (2003, p.72, grifo do autor):

¹⁶ De acordo com Bourdieu (2004, p.139) “a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado ‘objetivo’, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas sim em combinações de probabilidade muito desigual [...] – (há mais probabilidades de que os visitantes de museus sejam os que possuem um forte capital cultural do que os que dele estão desprovidos); do lado ‘subjetivo’, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica”.

Essas transformações estruturais devem ser tomadas em consideração para descrever a posição respectiva das classes sociais no espaço social, introduzindo uma *perspectiva dinâmica*. As estratégias de reprodução são afetadas pela trajetória coletiva do grupo. Assim, o declínio relativo do grupo dos operários introduziu modificações nas condições da transmissão do *status* social entre as gerações: muitos filhos de operários têm a impressão de que a identidade sobre a qual se apoiavam seus pais atravessa uma crise profunda, a ponto de não poderem adotar essa identidade; destinados a um declínio inevitável, os agricultores tradicionais vivem também uma ‘crise da reprodução’, marcada pela vontade dos filhos de mudar de *status* social.

Em cada campo existe um poder que o rege, “num dado momento” (BOURDIEU, 2004, p.134). E este poder, de acordo com Bourdieu (2004, p.135), é “a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” que permite a um sujeito acumular “prestígio, reputação, fama, etc.”. Trata-se de um poder invisível – poder simbólico, na concepção de Bourdieu (2004) –, que opera sem ser notado, e que, ao mesmo tempo, conta com a cumplicidade dos que a ele estão sujeitos, aumentando a sua legitimidade e, portanto, a sua disseminação. Desta forma, o poder simbólico não necessita da força física ou econômica para funcionar, mas sim, da legitimidade. O poder simbólico impõe ao grupo “princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (BOURDIEU, 2004, p.117).

Quando o poder simbólico muda, outras representações tomam o lugar da antecessora e o *habitus* se altera. Conseqüentemente, o sujeito tem dificuldade de acompanhar as mudanças no campo e, desta forma, dá-se uma defasagem do *habitus* com relação às novas condições objetivas. De acordo com Bonnewitz (2003, p. 89), esta defasagem do *habitus* aparece no sujeito nas suas:

[...] práticas pouco ou não adaptadas: ele comete “inabilidades”, “enganos”, “trapalhadas”; faz ou diz coisas “inconvenientes”, isto é, adota práticas que correspondiam anteriormente ao lugar que ele ocupava no sistema de posições no qual se constitui o seu *habitus*, mas que não correspondem mais ao lugar que ele ocupa agora num sistema novo modificado.

É devido a isto que surgem os conflitos de geração. Pais e filhos, que construíram *habitus* diferentes, devido aos múltiplos processos de socialização a que foram submetidos, não conseguem se entender mais. Isso é muito comum em filhos de imigrantes que foram

submetidos a uma trajetória social diferente de seus pais e, por isso, desenvolveram um *habitus* que não é igual ao deles.

Essas são algumas das concepções que desencadearam diferentes teorias de socialização do sujeito Sociológico. Apesar de diferentes entre si, elas enxergam o sujeito como investido de um núcleo central que se modifica como resultado das relações com o exterior (DUBAR, 2005).

2.1.1.3 Sujeito Pós-Moderno

Na concepção do sujeito Pós-Moderno, não se pode falar de uma identidade, mas de várias, “algumas vezes contraditórias ou mal resolvidas” (HALL, 2006, p.12). Aqui, o sujeito é visto como fragmentado, pois sua identidade, resultado das identificações com o mundo exterior, é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais é representado nos sistemas culturais que o norteia” (HALL, 2006, p.13).

A própria globalização impactou na forma como as pessoas se identificam com as outras. As mudanças tecnológicas, que permitem a comunicação instantânea com alguém do outro lado do mundo, fazem com que as pessoas se deparem com outras das quais a identidade não consegue compreender. Hoje, a simples resposta de “quem é quem” não parece óbvia (JENKINS, 2008).

No entanto, “a confrontação de linguagens, tradições e modos de vida” não é recente (JENKINS, 2008, p.31). Na verdade, estas mudanças são normais durante toda a experiência humana. Até mesmo os movimentos migratórios não têm relação exclusiva com a modernidade, e muito menos, com as mudanças recentes na constituição política e social do mundo.

Assim, esta forma de perceber o mundo através da idéia da destruição da antiga ordem e o nascimento de uma nova ordem, ou seja, a noção de superação de uma ordem por outra, é um dos corolários da própria modernidade (VATTIMO, 2007; TOURAINE, 1995). Acima de tudo, a visão de modernidade é construída sobre a idéia de modernização, de transposição do tradicional. Assim, Vattimo (2007, p.12) considera a pós-modernidade não como a superação histórica da modernidade, mas sim como “uma possível nova experiência humana”, pois o

ideal de superação histórica da modernidade não foi ultrapassada, pelo contrário, está cada dia mais presente.

Da mesma forma, Sousa Santos (2004) defende que pós-modernismo é um novo paradigma epistemológico, social e político, o que, no entanto, não significa a superação do projeto da modernidade. Assim, ele afirma que a designação de pós-moderno não é o mais correto “não só porque definia o novo paradigma pela negativa, como também porque pressupunha uma seqüência temporal – a idéia de que o novo paradigma só podia emergir depois de o paradigma da ciência moderna ter seguido todo o seu curso” (SOUSA SANTOS, 2004, p.4).

É por isso que Giddens (2002) prefere utilizar a denominação modernidade tardia ou alta, ao contrário de pós-modernidade ou pós-industrial, para designar o período mais recente da modernidade que teve início no final da década de 70 e início da 80 do século XX, uma vez que os princípios da modernidade não foram abandonados.

Desta forma, independente da adjetivação utilizada - moderno, pós-moderno, modernidade tardia, entre outras – buscamos apenas entender um pouco mais este momento histórico atual a fim de posicionar o sujeito em nosso estudo. Pois, longe de discutir profundamente sobre cada concepção do sujeito dentro da modernidade, buscamos compreender o que destes conceitos restaram para a compreensão da identidade atual.

Se levarmos em consideração que a modernidade não é um princípio homogêneo, veremos que as pessoas de hoje não são iguais às do passado. O projeto político, econômico e social mudou. Há não muito tempo atrás, o que as pessoas entendiam como sociedade se resumia à sua vizinhança (BAUMAN, 2005). Hoje, este poder aglutinador local não responde mais a todas as questões de identidade. “A idéia de identidade nasceu da crise de pertencimento” (BAUMAN, 2005, p.26), coisa, portanto, difícil de ser pensada sem o surgimento do Estado moderno. É por isso que muitos conceitos criados por pensadores modernos “clássicos” não se aplicam mais, pois foram criados numa outra concepção de sujeito, como no caso da concepção do sujeito centrado.

Assim, Hall (2000), defende que os conceitos desenvolvidos visando outra concepção de sujeito não podem mais ser aplicados ao sujeito de hoje. No entanto, Hall (2000) não diz que estes conceitos não servem mais e por isso devem ser descartados e substituídos por outros

“mais verdadeiros”, mas sim estes conceitos “clássicos” devem ser retrabalhados, ou seja, colocados “sob rasura¹⁷”. Assim, de acordo com Hall (2000, p.105), “é preciso pensá-lo [o sujeito] em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma”.

Em parte, foi o que fez Lacan ao retomar e aprofundar os conceitos de Freud desenvolvidos há aproximadamente 50 anos. Estudando o inconsciente, Lacan viu que “o descobrimento freudiano só encontra sua coerência a partir do axioma ‘o inconsciente está estruturado como uma linguagem’” (MILLER, 1994, p.13).

A partir disto, Lacan, indica o poder da relação com o Outro na formação do sujeito. Influenciado pelos estudos de Saussure na lingüística, Lacan (1999) explica que existem dois tipos de discurso: “a fala do eu” e “a fala do Outro” e que ambas estão relacionadas, formando o sujeito. Devido a isto, o ser é um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente, entre “a fala do eu” e “a fala do Outro”.

O primeiro, “a fala do eu”, se relaciona àquilo que o sujeito pensa conscientemente; é, portanto, como ele acredita ser. Este tipo de discurso surge no *Self* (Eu) e, devido a isso, é consciente e intencional. No segundo caso, “a fala do Outro”, surge no inconsciente e, assim, é involuntária. Se para Freud o inconsciente é o lugar do Outro, para Lacan “o inconsciente é o discurso do Outro” (FINK, 1998, p.20).

É através das identificações com os Outros que o sujeito se forma, sendo que ele nada mais é que o desejo do Outro. Deste modo, o discurso do Outro entra no sujeito através da linguagem, é chamado ao consciente e repetido sem que seja notado. Lacan, então, exclui qualquer voluntarismo na construção do sujeito, visto que desde que o sujeito aprende a falar¹⁸, ele é alienado pelo desejo do Outro (FINK, 1998).

¹⁷ Um conceito sob rasura é aquele que não serve mais do jeito que foi inicialmente construído, mas ainda não existe outro que possa substituí-lo. Assim, para a utilização do conceito é necessário que ele seja destotalizado e desconstruído, “não se trabalhando mais no paradigma no qual ele foi originalmente gerado” (HALL, 2000, p.104).

¹⁸ Fink (1998, p.24) explica que “a própria expressão que usamos para falar a respeito dela – ‘língua materna’ – é indicativa do fato de que é a língua de algum Outro antes, a língua do Outro materno, isto é, a linguagem da mãeOutro [...]”.

Agora, após caminharmos pelas diferentes concepções do sujeito, estamos preparados para discutir a construção da identidade (ou das identidades), e, portanto, é o que faremos no próximo item.

2.1.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE (OU DAS IDENTIDADES)

É dentro do processo de socialização que se dá durante toda a vida do sujeito, que ele constrói sua identidade. Percheron (1974 *apud* DUBAR, 2005, p.22, grifo do autor) afirma que a socialização é “um **código simbólico** resultante de ‘transações’ entre o indivíduo e a sociedade”. O código simbólico, esclarece Percheron (1974 *apud* DUBAR, 2005, p.23), é “um sistema de referência e de avaliação do real” que nos permite nos identificarmos ou não. Desta forma, a socialização é [...] um processo de identificação, de construção de identidade, ou seja, de pertencimento e de relação” (PERCHERON, 1974 *apud* DUBAR, 2005, p.24).

A partir do processo de identificação entre seus membros, o grupo aceita e dissemina imagens comuns do que naquele território é considerado certo e errado, criando um padrão de identidades positivas e negativas (ERIKSON, 1976). Ao mesmo tempo, a identidade é transitória, uma vez que existem mudanças no meio onde a pessoa vive - efeito das transformações econômicas e sociais - assim como a pessoa pode se mudar para outros territórios, tendo contato com uma identidade grupal diferente. Neste sentido, a transformação da comunidade ou de comunidade força a uma adaptação cultural em cada pessoa participante do grupo.

Vimos que o processo de socialização é permeado pelo simbólico que, em última instância, é produzido pelas interações que o indivíduo realiza durante toda sua vida com os Outros. Assim, a identificação está atravessada pela ideologia e, portanto, dá perenidade a ela. No entanto, a identificação é transitória, definida pela relação entre momento histórico, social e individual.

Se a construção da identidade depende da identificação, também se relaciona com a diferença, visto que “ela [a identidade] é a articulação da diferença e da igualdade” (CIAMPA, 1996, p.138). Quando afirmamos: “Sou brasileiro”, queremos deixar claro o que não somos. Neste caso: “Não sou argentino” ou “Não sou italiano”. Assim, “a afirmação ‘sou brasileiro’, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade,

de diferenças” (SILVA, 2000, p.75). Não precisamos dizer sempre o que não somos quando falamos de nossa identidade, visto que identidade e diferença são interdependentes. “Identidade e diferença são o resultado de atos de criação lingüística” (SILVA, 2000, p.76) e, portanto, como qualquer linguagem, estão carregadas de significação.

Desta forma, a identidade só existe quando exprime a diferença: a afirmação “sou brasileiro” está ancorada na negação “não sou argentino” ou qualquer outra nacionalidade que não seja a brasileira. Portanto, “a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade” (SILVA, 2000, p.80). O diferente é sempre indeterminado e variável.

Para Hall (2000), da mesma forma de que para Ciampa (1996), a construção da identidade está intimamente relacionada à relação com o outro¹⁹ e se dá através da constatação da diferença. É também devido à diferença que a identificação opera. Hall (2000, p.110) afirma que “as identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto”.

Assim, a identidade é um processo social de classificação, de separação entre o que é igual e o que é diferente, entre o que está dentro e o que está fora (SILVA, 2000). Quando evocamos a identidade, trazemos junto a afirmação de relações de poder. As identidades são “construídas no interior de um jogo de poder e da exclusão” (HALL, 2000, p.110). É por isso que Hall (2000) explica a identidade como “o ponto de sutura” entre os discursos e as práticas e os processos que constroem a subjetividade.

Usando o jogo de poder e exclusão, por muito tempo a Europa se sentiu no direito de comparar as outras identidades com a sua, avaliando de forma negativa a que estava fora, a diferente. Ao mesmo tempo, identidades “normais”²⁰, como a branca, normalmente não são evocadas como identidades. Sousa Santos (1999, p.135) destaca que:

¹⁹ Este outro, com letras minúsculas, não tem qualquer relação com o Outro na concepção de Lacan. Trata-se somente de outro que não é o mesmo que o sujeito, semelhante ou diferente.

²⁰ Para Silva (2000) uma identidade normal é aquela que foi eleita, arbitrariamente, como a mais positiva e, sobre com relação a qual, serão avaliadas as outras.

Os artistas europeus raramente tiveram de perguntar pela sua identidade, mas os artistas africanos e latino-americanos, a trabalhar na Europa vindos de países que, para a Europa, não eram mais que fornecedores de matérias-primas, foram forçados a suscitar a questão da identidade.

A diferença não se constrói somente pela significação que o sujeito se impõe, ou seja, quem ele pensa que é. Para Lacan²¹, o sujeito é uma significação, alienado pelo significado que o Outro lhe impõe. O sujeito, neste caso, não passa de um ser onde o discurso e desejo do Outro está internalizado. Ao assujeitar-se ao Outro, ele torna-se sujeito. Desta forma é um processo de escolha “forçada” que nos permite tornarmo-nos sujeitos: a escolha da alienação que “envolve ‘o próprio’ desaparecimento” (FINK, 1998, p.74).

Assim, para Lacan (1999), o sujeito nada mais é do que uma representação momentânea fundada pelo Outro através do desejo e do discurso externo. É desta forma que Lacan afirma que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, pois é ela (a linguagem) que o constitui (o inconsciente) (FINK, 1998).

Como já vimos, Lacan afirma que o inconsciente é o discurso do Outro. A pergunta que se faz agora é: como este Outro entrou em nós? Como ele se insinua dentro de nós, fazendo com que percamos o controle sobre o que estamos falando e, pior, desejando? De acordo com Lacan (1999), é pelo discurso – o já dito - que o Outro preenche o inconsciente humano, fazendo com que todo desejo esteja definido antes mesmo do seu nascimento. Já durante a gravidez, a criança está determinada pelo universo lingüístico dos seus pais. O modo como a definem, como a qualificam foi impresso pela tradição lingüística.

Ao nascer, a criança usa o choro como forma de se comunicar com os que cuidam dela, tentando exprimir dor, fome, ou qualquer outro sentimento de desconforto. Isso porque ela ainda não sabe falar. Seus pais, ou os que cuidam dela, tentam compreender o que seus choros significam, nomeiam, portanto, a dor, conforme seus próprios desejos. O sentido do choro passa então a ser aquele que os que cuidam da criança dão. É assim que Fink (1998, p.23)

²¹ É bom deixar claro que Lacan em nenhum momento fala em identidade, principalmente porque na psicanálise, de acordo com Godoi (2005, p.51), há “uma visão de sujeito enquanto assujeitado, submetido ao inconsciente; sujeito constituído a partir do outro”. O sujeito, portanto, está em falta. Desta forma, a inclusão de Lacan aqui se deve a significação que o discurso do Outro impõe ao sujeito, de forma que este esteja impregnado pelo desejo do Outro.

defende que “respondendo constantemente aos gritos do bebê com comida pode-se transformar todos os seus desconfortos, o frio, a dor, em fome”.

A criança precisa aprender a falar para se comunicar com as outras pessoas e comunicar o que sente e o que deseja. Só que no momento em que isso acontece, seus desejos já foram “moldados na fôrma da língua ou línguas que aprendem” (FINK, 1998, p.22).

Desta forma, o desejo das outras pessoas passa a fazer parte do inconsciente dos sujeitos, tornando o inconsciente estranho e inassimilável, portanto, um Outro que não é o sujeito. E, por isso, aquilo que o sujeito pensa ser seu desejo nada mais é do que o desejo dos Outros que transborda em seu inconsciente pelo discurso (FINK, 1998).

Se não fosse a linguagem, o desejo e o discurso do Outro não fluiria para dentro do sujeito comandando sua transformação. Nas palavras de Fink (1998, p.27) interpretando Lacan: “o inconsciente está repleto da fala de outras pessoas, das conversas de outras pessoas, e dos objetivos, aspirações e fantasias de outras pessoas (na medida em que estes são expressos em palavras)”.

Apesar de a interação proporcionar “perdas” na identidade psicossocial de cada um, ela também traz “ganhos”. E esta não é uma equação balanceada (ERIKSON, 1976). Cada pessoa tem necessidade de se juntar a um grupo e ser aceito por ele e, por isso, desenvolve características identitárias deste grupo, uma vez que não quer ser um excluído. As mudanças da adolescência fazem com que os jovens se unam e passem por um processo chamado por Erikson (1976, p.87) de “autopadronização espontânea”, sendo esta a massificação da identidade, que embute nos integrantes daquele grupo a mesma forma de agir e de pensar. Aqui, a identificação com um grupo pode também significar a rebelião contra a identidade de um outro grupo dominante. Sobre isto, Erikson (1976, p.20) afirma que “[...] o orgulho de conquistar uma forte identidade pode significar uma emancipação interior da identidade de um grupo mais dominante, como o da ‘maioria compacta’”.

Parece, portanto, que as identidades são necessárias e dependem do pertencimento ao grupo. Bauman (2005) explica que em toda a sua vida nunca necessitou discutir sua identidade, até o momento em que foi desligado compulsoriamente do país onde havia nascido e vivia desde então, a Polônia. A partir deste momento, ele não mais pertencia àquela comunidade e,

portanto, necessitaria se encontrar em outra. Esta necessidade é devido, em parte, a ele mesmo, mas, também, porque “todos esperavam de mim, e ainda esperam, é que eu me autodefina, e que eu tenha uma visão ponderada, cuidadosamente equilibrada e ardentemente defendida da minha identidade” (BAUMAN, 2005, p.18).

Desta forma, Silva (2000, p.84) afirma que a formação da identidade move-se em dois sentidos: de um lado, tem-se os processos que “tendem a fixar e estabilizar a identidade”; e, do outro, “os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la”. Isso porque, de acordo com Silva (2000), a identidade sempre nos escapa, pois, apesar de ter a tendência à fixação, isto é impossível. A identidade não pode ser fixa simplesmente porque as pessoas mudam e seus modos de olhar o mundo também se alteram, ou seja, as identificações mudam.

É por isso que Ciampa (1996) afirma que identidade é metamorfose, pois, na sua visão, o sujeito se transforma permanentemente. Mesmo tendo a sensação de ser sempre igual, ele, na verdade, está em constante movimento. Quando novos objetivos surgem, o sujeito se transforma em outra pessoa, assumindo novos papéis a fim de responder melhor às demandas que chegam. Desta forma, os objetivos estão determinados pelas condições sociais e históricas específicas. Ciampa (1996) liga a construção da identidade aos papéis que os sujeitos assumem durante sua vida. “Interiorizamos a personagem que nos é atribuída; identificamo-nos com ela” (CIAMPA, 1996, p.163). Desta forma, aquilo que os Outros atribuem aos sujeitos, se torna também sua identidade.

Desde que o sujeito nasce, ele já é determinado pelos Outros, no momento em que recebe um nome de batismo. Aqui, sua identidade “é um traço estático que define o seu ser” (CIAMPA, 1996, p.135). É claro que o nome não é identidade, mas é “uma representação dela” (CIAMPA, 1996, p.132). E como tal, será parte da identidade do sujeito por muito tempo, como se fosse algo que pertencesse a ele. Com o tempo, a identidade passa a não ser mais representada pelo nome, mas sim pelos papéis que o sujeito toma para si. Neste momento “a identidade então, assume a forma *personagem*, ainda que esta seja chamada pelo nome próprio, por um apelido, por um papel, etc.” (CIAMPA, 1996, p.134). O sujeito passa do **ser** algo para o **fazer** algo.

Assim, Ciampa (1996, p.157) escreve que “identidade é história”. E desta forma, o sujeito interpreta papéis dentro de uma dada história, se relacionando com outros personagens. Esta

necessidade de estar alocado em uma história faz com que a narrativa individual dos sujeitos esteja determinada por um enredo mais amplo. Desta forma, a identidade individual do sujeito não pode estar separada da identidade social e cultural que o envolve.

Neste contexto, Goffman (1999) deixa claro que as representações do sujeito, a sua atuação naquele papel, depende de suas ações. Em alguns momentos o sujeito agirá de forma consciente, em outros não terá esta noção. Vejamos em suas palavras o que ele diz sobre isto:

[...] expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim. Ocasionalmente, expressar-se-á intencional e conscientemente de determinada forma, mas, principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão, e não por causa de qualquer resposta particular (que não a de vaga aceitação ou aprovação), que provavelmente seja despertada naqueles que foram impressionados pela expressão. Outras vezes as tradições de um papel pessoal levá-lo-ão a dar uma impressão deliberada de determinada espécie, e contudo é possível que não tenha, nem consciente nem inconscientemente, a intenção de criar tal impressão” (GOFFMAN, 1999, p.15).

Os sujeitos, então, na visão de Goffman (1999) desempenham papéis, os mais aceitáveis para uma dada sociedade, por diferentes intenções, para se adequarem. É que na presença daqueles que o interessam o sujeito sente necessidade, mesmo inconsciente, de impressioná-los. E desta forma, tenderá a acentuar os valores oficialmente reconhecidos naquele meio como válidos.

Desta forma, podemos entender que as condições históricas e sociais determinam os papéis que o sujeito irá assumir e, portanto, sua identidade. Na modernidade, em nome de uma pretensa modernização²², os sujeitos não são mais vistos como indivíduos. Na verdade, os papéis que os sujeitos ocupam na sociedade falam mais por eles do que sua personalidade. Sua individualidade foi atropelada pela obrigações coletivas. De acordo com Touraine (1995, p. 270) “daí o gosto dessa sociedade pelas alegorias que representam papéis sociais sem qualquer característica particular daquele ou daquela que os exercem”.

²² A idéia por trás do racionalismo é que uma sociedade não se moderniza se não houver mobilização coletiva. Por muito tempo, ouvimos que a modernidade é a individualização do ser. No entanto, a individualidade não combina com os princípios da racionalidade moderna. É necessário investir na padronização para aumentar a produção, não importando se esta padronização seja de parafusos ou de pessoas (TOURAINÉ, 1995).

No entanto, o sujeito possui dentro de si um esforço de autodeterminação²³ ligado a um objetivo. Assim, a identidade do sujeito é, ao mesmo tempo, ação e determinação. Em alguns momentos, o sujeito assume papéis em que não condiz com as suas condições históricas e sociais. Como exemplo, Ciampa (1996) cita quando Severina possui a identidade de vingadora, como projeto, mas vive como escrava²⁴.

Além disso, o sentimento de perigo iminente ao grupo ou ao indivíduo, muitas vezes gera uma crise de identidade, colocando o sujeito à disposição para uma identidade sintética. Alguns grupos acabam por agregar doutrinas extremistas em sua identidade e condenar pessoas de fora. Isto acontece muitas vezes com grupos que hostilizam imigrantes por acreditarem que eles são os culpados dos problemas que o grupo enfrenta. Assim, “sempre que o *status* sócio-econômico de um grupo corre perigo, o código moral implícito torna-se mais restrito, mais mágico, mais exclusivo e mais intolerante, como se um perigo externo tivesse que ser tratado como um perigo interno” (ERIKSON, 1976, p.55).

Desta forma, a identidade grupal domestica a identidade individual, colocando-a a serviço da ideologia (ERIKSON, 1976). Logo, a identidade e a ideologia, juntas, forjam o indivíduo. Se não houver ideologia, a identidade não se forma, ao mesmo tempo em que é necessária uma identidade para que o indivíduo se volte a uma ideologia. Trata-se, portanto, de um jogo de identificação e diferença.

²³ Ciampa (1996) deixa claro que este esforço de autodeterminação não está livre das determinações.

²⁴ Severina viu a violência dentro de casa desde criança. Seu pai, que passava vários períodos longe, bebia e batia nela, nos seus irmãos e na sua mãe quando retornava para casa. “Sua infância-que-não-teve foi marcada pela violência do pai e pelo sofrimento da mãe” (CIAMPA, 1996, p.42). Já na infância não vive como criança, mas como escrava: tinha que carregar água para ajudar nas despesas da família. Aos 11 anos sua mãe morre e Severina, órfã de mãe e com o pai desaparecido, é mandada para Salvador para trabalhar como empregada doméstica. O feitiço (macumba) feito pela amante do pai é a explicação que deram a Severina para a morte da mãe. Neste momento, Severina traça seu projeto: só voltará para sua terra natal quando puder se vingar da amante do pai. Para isto precisa adquirir poder, mas em Salvador continua sendo escrava. Acaba indo para São Paulo, com esperança de conseguir se libertar da escravidão, ganhar poder e concretizar seu plano de vingança. Ledo engano. “Continua sendo tudo o que foi: escrava revoltada e briguenta, filha de ninguém, etc.; mas a vingança cada vez mais distante” (CIAMPA, 1996, p.55).

Entretanto, “as ideologias devem pedir, como prêmio para a posse prometida de um futuro, a aceitação incondicional de alguma hierarquia absoluta de valores e de um rígido princípio de conduta [...]” (ERIKSON, 1976, p.191). Neste contexto, a ideologia²⁵ possui duas caras, uma positiva, dando um caminho para o indivíduo formar a sua identidade coletiva e outra negativa, inibindo as barreiras individuais responsáveis pelas escolhas.

Já que a ideologia funciona como orientadora na formação da identidade, as instituições se encarregam de transmiti-la à sociedade. O primeiro sentimento de identidade nasce do encontro da mãe com o bebê. Encontro este imerso em confiança e reconhecimento mútuos. Conforme a pessoa cresce, sua ligação com a mãe diminui e, neste momento, outras instituições são depositárias da confiança e identificação das pessoas. Assim, elas têm a responsabilidade de serem as guardiãs da identidade psicossocial de um grupo e para isso, se encarregam da alienação ideológica dos que estão submetidos a ela (ERIKSON, 1976).

Vemos aqui que para Erikson (1976) a ideologia é um processo que se dá, em última instância, na consciência de homens e mulheres. Da mesma forma que para Bakhtin (1986, p.34) “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico²⁶) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”. A ideologia, desta forma, não necessita da força física ou repressiva, pois “a alienação representa a instituição da ordem simbólica – que deverá ser realizada novamente por cada novo sujeito – e a atribuição de um lugar ao sujeito nessa ordem” (FINK, 1998, p.74).

Além disso, as identidades não são fixas, de forma que sempre existe a possibilidade de uma identidade nova surgir. No entanto, este movimento pode se dar também sem o desaparecimento da identidade “antiga”. Silva (2000) explica que os movimentos entre

²⁵ Para Erikson (1976, p.190), ideologia se traduz por “um corpo coerente de imagens, idéias e ideais compartilhados [que] fornece aos participantes [de um grupo] uma orientação coerente e global, se bem que sistematicamente simplificada, no espaço e no tempo, nos meios e fins”. A ideologia é, portanto, oferecida pelas instituições servindo como fundamento para a formação de identidades, através da identificação com um grupo. Se para Althusser (1983) o sujeito não tem escolha, a ideologia o interpela sem ele perceber, assujeitando-o, para Erikson (1976) o sujeito se identifica com ela. Neste contexto, a ideologia no contexto de Erikson (1976) se parece mais com a escolha de um “estilo de vida”, conforme concepção de Giddens (2002, p.80): “práticas rotinizadas, as rotinas incorporadas em hábitos [...]”, que definem quem somos.

²⁶ Para Bakhtin (1986) a ideologia está carregada de signos.

fronteiras²⁷ “complicam e subvertem as identidades” (SILVA, 2000, p.86) formando identidades híbridas, ou seja, uma miscigenação identitária.

No entanto, este não é um processo tranqüilo. A formação de identidades híbridas é, então, uma miscigenação **forçada** “entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças” (SILVA, 2000, p. 87, negrito nosso). Trata-se, portanto, de uma relação assimétrica de poder que, nas palavras de Silva (2000, p. 88) “forçosamente, transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais”.

Enxergamos na miscigenação forçada de Silva (2000) não o poder repressivo, mas ideológico, nos termos propostos por Althusser (1983), ou seja, como relação imaginária dos sujeitos com o mundo em que vive. Desta forma, o simbólico surge com mais força, convocando a mente e a identidade das pessoas. Ainda que concordemos com o conceito de ideologia de Althusser (1983), gostaríamos de deixar claro que isto não significa aceitação incondicional de toda a sua teoria. Isso porque, a construção da identidade nos parece se dar de forma dialética entre o mundo interior e exterior dos indivíduos.

Ainda hoje pesquisadores olham a identidade coletiva e individual “como tipos diferentes de fenômenos” (JENKINS, 2008, p.37). Os psicólogos e psicanalistas costumam se preocupar somente com o que ocorre no interior da mente e os cientistas sociais, com o mundo social. O relacionamento entre estas duas visões tende a ser esquecido. No entanto, Jenkins (2008) argumenta que quando falamos de identidade, observamos o indivíduo como a interação entre o meio externo (cultural e social) e interno (*Selfhood*) dos sujeitos. Se focarmos somente na identidade social ou cultural, deixamos de olhar a identidade individual dos sujeitos; e, caso trabalhemos somente sobre a identidade individual deixamos escapar as especificidades do exterior.

Se aceitarmos que o sujeito constrói sua identidade pela interação e identificação com os Outros, e, portanto, com o meio social, como podemos então, não juntarmos estas duas partes em um só fenômeno? É desta forma que Jenkins (2008) propõe o estudo da identidade, ou

²⁷ O movimento entre fronteiras pode se dar de forma real – pela imigração, por exemplo - ou metafórico, podendo, neste último caso, significar mover-se entre diferentes territórios simbólicos (SILVA, 2000).

como prefere chamar, das identificações, através do entendimento de três ordens: a individual, a de interação e a institucional.

Jenkins (2008, p.157, tradução nossa) vê as instituições como parte integrante da vida individual humana, pois definem o “modo como as coisas devem ser”. Conseqüentemente, a vida das pessoas é feita das interações entre o individual, o seu ser, e as instituições. Na concepção de Jenkins (2008), a ordem individual é resultado das socializações primárias e, devido a isso, forma a identidade mais robusta e durável. É, portanto, a identidade seminal da pessoa, o que a define como ser humano, como mulher ou homem, como parte de uma família, por exemplo.

As instituições, por seu turno, representam a ordem coletiva. Trata-se de uma identificação de grupo, com características políticas, que ocorre após a socialização primária. Ao contrário da ordem individual, a ordem institucional é fluida, contingente e passível de negociação. Finalmente, mantendo a relação entre estas duas ordens, individual e institucional, está a ordem de interação, que busca manter os iguais juntos e os diferentes afastados. Portanto, conforme suas disposições individuais, o sujeito irá se identificar com um grupo e com uma instituição específica.

Jenkins (2008) afirma que a construção da identidade se inicia com o nascimento do sujeito. Ao entrar no mundo humano o sujeito tem contato com as identidades que já existiam antes dele. É a partir das identificações que a identidade individual vai se formar. Assim, Jenkins (2008, p. 77, tradução nossa), explica que “[...] o mundo humano é sempre o mundo do outro, e durante a infância o contrapeso é em favor do trabalho de identificação feito com os outros”. Como a criança é dependente dos outros – mãe, pai ou qualquer outro que cuide dela – ela desenvolve uma relação, chamada por Jenkins (2008), de “simbiose psicológica” com eles. O que ocorre é que esta simbiose “não é simétrica e nem igual, [visto que as crianças são] as criações de seus pais” (JENKINS, 2008, p.77, tradução nossa).

Conforme crescem, os sujeitos continuam a negociar suas identidades com as outras pessoas com as quais interage. A interação, então, leva a formação de grupos onde pessoas semelhantes se encontram. É aqui que a identidade individual se liga à identidade institucional, pois “as pessoas devem ter algo subjetivo que compartilhem – não importa o quão vago, sem importância ou ilusório pareça – antes que possamos falar de uma sociedade

coletiva” (JENKINS, 2008, p.102, tradução nossa). Jenkins (2008) defende, da mesma forma que Ciampa (1996) e Silva (2000), que a identificação traz embutida a diferença. Desta forma, ao incluir um semelhante, o grupo automaticamente exclui os diferentes.

Esta construção do grupo é baseada no simbólico. Mas isso não significa que todos os membros do grupo pensam exatamente da mesma forma sobre um determinado assunto. No grupo, é comum existirem opiniões contrárias entre seus membros. Assim, Jenkins (2008, p.140, tradução nossa) declara que “a simbolização da comunidade é o guarda-chuva sob o qual a diversidade pode florescer, a máscara por trás de um grau considerável de heterogeneidade possível”. O guarda-chuva e a máscara, então, são a identificação nominal, ou seja, são simbolizadas principalmente pela língua, mas também pode ocorrer de outras formas visuais, musicais etc., que têm o mesmo sentido para o grupo. Assim, o que faz a identificação entre as pessoas, e a conseqüente formação de grupos, é a relação simbólica, que permite que a ordem individual se ligue à ordem institucional através da interação.

2.1.3 CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE NESTE TRABALHO

Neste momento, analisando as teorias discutidas neste trabalho, conseguimos formular a concepção de identidade que será utilizada nesta dissertação. Tomando Jenkins (2008) como ponto de partida, a identidade se dá através das interações entre a ordem individual, resultado da socialização primária, e a ordem institucional, dos grupos. O que faz a ligação entre estas duas é a ordem da interação. A identidade, que é, então, construída pela ordem individual, institucional e de interação, forma o sujeito. Como numa relação circular, o sujeito não está passivo esperando as ordens agirem sobre ele, visto que ele também as forma. Na Figura 1 temos a representação destes conceitos.

Esta concepção se aproxima muito da concepção de sujeito de Vygotsky (1984). Para ele, durante sua formação, os sujeitos internalizam os significados culturais da sociedade em que vivem através da mediação semiótica. Deste modo, o sujeito “[...] é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social”.

Desta forma, enxergamos dentro da ordem institucional o poder simbólico, a ideologia, os papéis que o sujeito assume, o discurso/desejo do Outro, a cultura e as instituições. De acordo

com Bourdieu (2004) o poder simbólico faz com o que o grupo tenha uma mesma visão de sua identidade. Assim, o poder simbólico é um poder invisível, reconhecido como legítimo, que rege o campo num dado momento, agindo sobre a ideologia e sobre a cultura de uma comunidade.

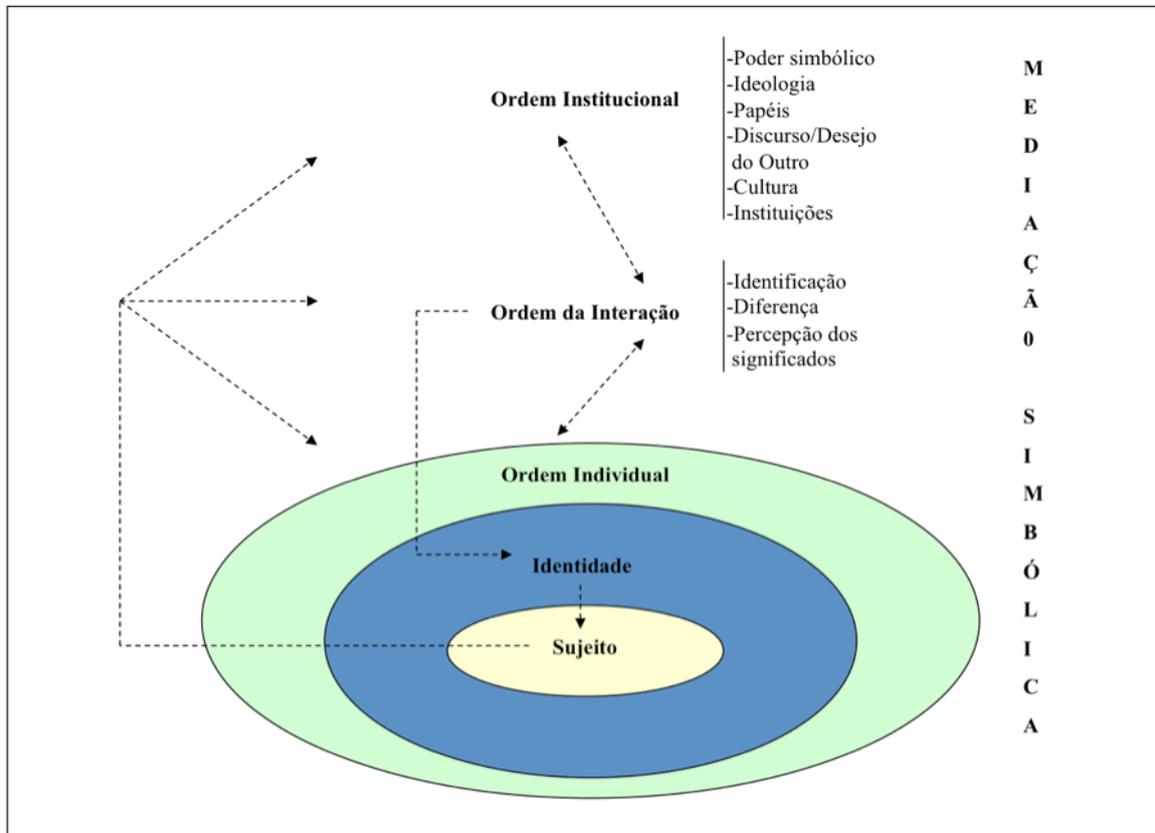


Figura 1 – Conceção de identidade nesta dissertação

Ao agir sobre a ideologia, o poder simbólico também determina as instituições e os papéis. Aqui, ideologia é material, existindo em práticas de instituições concretas que assujeitam os indivíduos, impondo-os uma representação do mundo, conforme define Althusser (1983). Para Althusser (1983) o sujeito não tem escolha, visto que a ideologia o interpela sem ele perceber. Mesmo que o sujeito acredite estar fazendo uma escolha no seu estilo de vida, no seu modo de pensar, as instituições estarão escolhendo por ele. É por isso que os sujeitos interiorizam a personagem que os Outros atribuem a eles (CIAMPA, 1996) de forma que ela faça parte da sua identidade. A cada papel assumido durante a vida, a pessoa está ajustando sua identidade, respondendo às demandas do mundo social e histórico. Ou seja, conforme defende Goffman (1999), os sujeitos desempenham papéis, os mais aceitáveis para uma dada sociedade, por diferentes intenções, para se adequarem. É que na presença daqueles que o

interessam, o sujeito sente necessidade, mesmo inconsciente, de impressioná-los. E desta forma, tenderá a acentuar os valores oficialmente reconhecidos naquele meio como válidos.

É neste momento que entra o discurso/desejo do Outro no nosso esquema de concepção da identidade. Como já vimos, Lacan (1999) vê o sujeito como nada mais que o discurso/desejo do Outro, que o aliena. Aquilo que a pessoa pensa ser seu próprio desejo não passa do desejo do Outro, na medida em que são expressos em palavras, que passa a fazer parte de seu inconsciente, comandando suas ações. Desta forma, o discurso/desejo do Outro de Lacan (1999) age sobre os papéis que o sujeito assume durante sua vida.

Podemos ver que nesta concepção de identidade o poder simbólico e a ideologia estão localizados no topo, influenciando no funcionamento, direta ou indiretamente, de todos os outros elementos da ordem institucional. No entanto, não se trata de poderes originários, pois a ideologia e o poder simbólico, ao mesmo tempo em que formam os indivíduos, são formadas por eles.

No caso da cultura, é o poder simbólico que a forma, através da incorporação de fundamentos aceitos como verdadeiros (BOURDIEU, 2004). Assim é que se forma a mesma visão do mundo. Estes fundamentos são repassados não através da força física, porque assim não se institucionalizariam, mas através do simbólico. Para Vygotsky (1984), a internalização dos mesmos significados culturais por um sujeito ocorre pela mediação semiótica, fazendo com que ele aceite como dele as significações partilhadas pelos membros de sua cultura. A relação entre as pessoas forma a natureza psicológica dos sujeitos, de forma que eles são determinados pela história e cultura de sua comunidade (VYGOTSKY, 1984). Já na infância, as crianças são incorporadas à cultura da sua comunidade através da “mediação constante dos adultos” (LURIA, 2001, p.27).

A família é uma das instituições mais presentes na vida de uma pessoa. Erikson (1976), Vygotsky (1984), Lacan (1999) e Jenkins (2008), por exemplo, acreditam que é a família que forma os sujeitos nos seus primeiros anos de vida. Para Jenkins (2008), é na infância que a identidade mais durável é formada. E assim, a família assegura a reprodução da ideologia dominante em sua sociedade aos seus membros. Mas a família está inserida num meio social, sendo influenciada por diversas outras instituições, como a igreja, a escola, o político, o cultural, entre outros. Conforme a pessoa cresce, sua ligação com a mãe – ou qualquer um que

assuma o papel de ser parental – diminui e outras instituições tomam seu lugar (ERIKSON, 1976). Ao criar seus próprios filhos, este adulto, que é agora influenciado por outras instituições, passa para eles a ideologia que internalizou. É por isso que todo este movimento de construção e (re)construção de identidades ocorre sob condições históricas e sociais específicas.

Fazendo a inter-relação entre a ordem individual, durável, e a ordem institucional, fluida, encontramos a ordem da interação. Segundo Jenkins (2008, p. 102), as pessoas, ao interagirem com os outros, tendem a se ligar àquelas onde há “algo subjetivo que compartilhem”. Os semelhantes se juntam aos seus pares. Como resultado disso, os diferentes são colocados de fora. Este movimento, então, depende da identificação, diferença e percepção dos significados simbólicos.

Finalmente, queremos dizer que nossa concepção de identidade leva em conta que o sujeito é um ser determinado, como para Althusser (1983) e Lacan (1999), mas também é dotado de capacidade de alterar o meio onde vive. Assim, é ao mesmo tempo ser inconsciente, assujeitado, como diz Althusser (1983), mas também consciente, autor de sua própria história, como afirma Ciampa (1996). Ele muda as instituições e o poder simbólico, mesmo inconscientemente, e altera o que é visto como práticas aceitas.

2.2 USINAS HIDRELÉTRICAS: GERAÇÃO DE ENERGIA TRANSFORMANDO IDENTIDADES

A primeira grande hidrelétrica brasileira começou a ser construída em 1949 no Rio São Francisco, a Hidrelétrica Paulo Afonso I. Em 1950, de acordo com Soares, Froehlich e Marques (2007), o país já contava com vinte e uma hidrelétricas. Os governos militares, principalmente a partir dos anos 1970, deram prioridade à construção de grandes obras, entre elas as hidrelétricas, consideradas como de interesse estratégico nacional. Assim, entre 1960 e 1980, foram construídos mais de sessenta e seis empreendimentos hidrelétricos no Brasil (SOARES; FROEHLICH; MARQUES, 2007). Foi nesse período, mais precisamente a partir de 1974, que se iniciou a construção, no rio Paraná, da Itaipu, na época a maior hidrelétrica do mundo, e que começou a operar parcialmente em 1984.

Uma usina hidrelétrica utiliza a água dos rios como matéria-prima para gerar energia. Desta forma, obtém “[...] energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela conseqüente formação de um reservatório” (BERMANN, 2007, p.139).

O Brasil possui aproximadamente “13,7% de toda água doce do mundo” (ARAÚJO, 2007, p.13). No entanto, apesar de abundante, atualmente somente os recursos hídricos provenientes de rios com acentuado desnível ou grande vazão são utilizados para a geração de energia elétrica. Além disso, devido ao relevo brasileiro, os seus rios são majoritariamente de planalto, tendo o leito com “rupturas de declive” e “vales encaixados”, que são propícios à geração desse tipo de energia (ARAÚJO, 2007, p.13).

Logo, “em todo o mundo, o Brasil é o país com maior potencial hidrelétrico: um total de 260 mil MW (Megawatt), segundo o Plano 2015 da ELETROBRAS²⁸, último inventário produzido no país em 1992” (ANEEL, 2008, p.57). Deste potencial, conforme defende a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (2008), foram aproveitados 30%, restando ainda cerca de 126 mil MW²⁹ a ser transformado pelas usinas hidrelétricas.

De acordo com a ANEEL (2009b, s/p, grifo no original):

O Brasil possui no total 2.034 empreendimentos em operação, gerando 102.953.553 kW de potência. Está prevista para os próximos anos uma adição de 37.628.970 kW na capacidade de geração do País, proveniente dos 135 empreendimentos atualmente em construção e mais 449 outorgadas.

Além disso, a energia elétrica proveniente de recursos hídricos é considerada “renovável e ambientalmente limpa” (ANEEL, 2008, p.14). Ou seja, a energia gerada por hidrelétricas é vista como não poluente, pois não emite gases de efeito estufa, renovável, por se transformar em vapor e retornar ao solo na forma de chuva, e barata.

No entanto, esta afirmação não pode ser considerada totalmente verdadeira. Há algumas décadas, estudos já mostram que as usinas hidrelétricas têm impactos ecológicos maiores do

²⁸ Centrais Elétricas Brasileiras S/A.

²⁹ “Deste total, mais de 70% estão nas bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia”, visto que a capacidade hidrelétrica do sul, sudeste e nordeste do Brasil já foi quase toda explorada, principalmente nas bacias do São Francisco - no nordeste - do Paraná, Grande e Iguaçu – no sul (ANEEL, 2008, p. 57).

que anteriormente imaginado. Em relação à emissão de gases de efeito estufa, verificou-se que as hidrelétricas emitem esses gases, principalmente o metano, devido à decomposição de matéria orgânica no fundo dos reservatórios. Em 2002, esse fato foi corroborado pela pesquisa feita no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostrando que a decomposição de matéria orgânica no fundo do reservatório produz gás metano:

Em relação à potência gerada, a maioria delas [das dez hidrelétricas pesquisadas] realmente apresentou índices de emissão de gases do efeito estufa bem menores do que os de termelétricas equivalentes. Duas delas, no entanto – a Hidrelétrica de Samuel (RO) e a de Três Marias (MG) –, saíram perdendo nessa comparação hipotética (CAMPOS, 2006, s/p).

Outrossim, vários outros estudos demonstram os problemas gerados pela construção de usinas hidrelétricas, como o de Junk e Mello (1990), que chamavam a atenção, no início dos anos 1990, sobre os problemas ambientais que poderão ocorrer na bacia amazônica, devido à construção de Tucuruí, uma mega hidrelétrica. Entre os problemas citados pelos autores, estão a perda dos solos, das plantas, dos animais e dos monumentos arqueológicos, além da modificação da geometria do rio, que deterioram a qualidade da água e geram impactos sobre a pesca e a aqüicultura (JUNK; MELLO, 1990).

Ao mesmo tempo em que os recursos hídricos para a geração de energia elétrica são abundantes, o Brasil ainda detém tecnologia e mão-de-obra especializada disponível para a geração de hidroeletricidade, tendo, portanto, mais dificuldades técnicas quando se trata de outras fontes, entre elas as renováveis alternativas. Matz e Szklo (2007, p.7) afirmam que:

As principais barreiras para a disseminação de fontes renováveis alternativas na geração de energia elétrica do Brasil é o seu custo tecnológico mais elevado, quando comparado ao das fontes convencionais, assim como a dificuldade de financiamento. O estágio de desenvolvimento em que ainda se encontram algumas tecnologias de aproveitamento das fontes renováveis alternativas e as produções em escala não industrial ainda não as tornam atrativas sob o ponto de vista estritamente econômico.

Desta forma, ainda hoje no Brasil prefere-se a construção de hidrelétricas à busca por novas alternativas energéticas, que necessitam de maiores investimentos financeiros, não obstante as restrições socioambientais relacionadas aos empreendimentos hidrelétricos, pouco levadas em conta.

É deste modo que, segundo Hernández (2006), a construção de usinas hidrelétricas sempre foi um assunto decidido de forma unilateral – pelo Governo priorizando alguns interesses³⁰ – colocando na balança preponderantemente os aspectos econômicos. Alguns autores afirmam que o impacto social sobre aqueles que vivem nas margens dos rios não é levado em consideração (REBOUÇAS, 2000b) e nem ao menos é pedida a sua participação nesse tipo de decisão (JERONYMO, 2007). Jeronymo (2007, p. 55) ainda afirma que:

Uma das características que marcam a presença dos agentes investidores interessados em construir obras hidrelétricas são as decisões unilaterais, respaldadas por critérios técnicos/econômicos, sem a participação dos grupos sociais que estão sendo, ou já foram envolvidos unilateralmente no projeto.

Sevá (2008) considera que até mesmo nas decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), criada em 1996 e da Agência Nacional de Águas (ANA), criada em 2000 - que têm o papel de regular o setor de outorga de energia elétrica e de uso de recursos hídricos – a prioridade acaba sendo os aspectos econômicos, em detrimento dos socioambientais. Esse autor afirma que essas agências reguladoras, juntamente com as agências estaduais e federais que concedem licenças ambientais têm como “função ideológica [...] impor a opção barrageira enquanto for possível” (SEVÁ, 2008, p. 48).

O trabalho na ANEEL e na ANA é norteado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº. 9.433 de janeiro de 1997, que estabelece o uso múltiplo das águas. Desta forma, a água em território brasileiro deve ser utilizada para irrigação, dessedentação animal e humana, pesca, saneamento básico, aproveitamento do potencial hidrelétrico, entre outros. No entanto, a construção de hidrelétricas prioriza somente o uso para geração de energia elétrica, pois os outros usos são, em parte ou no todo, prejudicados, pois o regime, a quantidade e a qualidade da água são alterados. Reis, Fadigas e Carvalho (2005) afirmam que os benefícios relacionados à construção de hidrelétricas são superados pelos problemas socioambientais que elas causam. Assim, afirmam:

³⁰ São muitos os interessados na construção de hidrelétricas, entre elas as indústrias de equipamentos (que fabricam turbinas, por exemplo), empresas de construção civil, a indústria de cimento, e até pequenas empresas que prestam serviços de consultoria, elaboração de projetos, ligadas às grandes empreiteiras. Zen (2007, p. 92) afirma que o poder das grandes empresas envolvidas com a construção de hidrelétricas é tão forte que elas mantêm um *lobby* junto ao governo e à ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A), buscando travar o desenvolvimento de pesquisas e a implantação de empresas que visam energia renovável.

Embora utilize recursos naturais renováveis, as centrais hidrelétricas apresentam diversos impactos significativos nos meios aquáticos, aéreo e biótico, uma vez que se baseiam em represar águas correntes, provocando sedimentação com conseqüente assoreamento e alteração na qualidade dessas águas, além da possibilidade de emissão de gases estufa (metano). Também mobilizam grandes quantidades de terras, muitas vezes produtivas, representando perdas na produção agrícola; desaparecimento de comunidades (que deverão ser realocadas, um processo em geral traumático e complexo); perdas de sítios arqueológicos, alagamento de áreas indígenas e de belezas naturais (no Brasil, o exemplo mais gritante foi o desaparecimento da cachoeira de “Sete Quedas”); ou então a destruição de áreas com vegetação e fauna nativas, e que neste caso pode haver emissões de gases como efeito da decomposição dessa matéria orgânica. Ocorrem também problemas relativos à estabilidade de encostas, aos aspectos paisagísticos, à perda de recursos minerais inundados, além de possível elevação e contaminação de lençóis freáticos. Fora estes problemas, diversas outras questões socioeconômicas estão associadas à construção de barragens, tais como: proliferação de doenças transmissíveis pelo meio aquático; diminuição do nível de empregos associados à perda de terras; aumento da demanda por serviços sociais durante a construção de barragem; reservas florestais etc. (REIS; FADIGAS; CARVALHO, 2005, p. 35)

Aqueles que defendem a construção de hidrelétricas reforçam basicamente a necessidade crescente de energia elétrica do país e as características positivas da hidroeletricidade. Dessa forma, é comum relacionar desenvolvimento econômico com aumento na oferta de energia elétrica. Biswas e Tortajada (2000, p.2), por exemplo, defendem o seguinte, em relação às usinas hidrelétricas construídas na Índia, no Egito, na Turquia e no Butão:

[...] auxiliaram as economias nacionais e melhoraram significativamente a qualidade de vida dos povos das regiões. Estruturas hidráulicas como os projetos de Chukha I e II no Butão, foram os principais responsáveis por erguer o PIB³¹ *per capita* daquele país, de um dos mais baixos do sul da Ásia para o segundo maior na região, no presente momento. Essa transformação econômica ocorreu dentro de um período curto, de menos de duas décadas, principalmente através da exportação de energia hidrelétrica gerada para a Índia. Não há dúvida de que a construção da terceira barragem transformará o Butão em um país com o mais alto PIB da região, certamente nesta década.

No Brasil, a luta popular contra a construção de empreendimentos hidrelétricos por grupos organizados da sociedade civil, é contraposto pela ANEEL (2008, p. 61) com a afirmação de que “[...] é necessário construir novas usinas – com impacto socioambiental mínimo – para produzir a energia suficiente para o crescimento econômico e ampliação da oferta de empregos”.

³¹ Produto Interno Bruto.

Para Reis, Fadigas e Carvalho (2005) o modelo do setor elétrico precisa ser revisto, pois deve congregiar maior crescimento na oferta de energia com novas tecnologias que diminuam o impacto destes empreendimentos sobre o meio ambiente e sobre as comunidades ribeirinhas. Nesse contexto, segundo os autores, deve haver uma visão abrangente, que aborde tanto questões setoriais específicas, como também questões sobre desenvolvimento, equidade e impactos ambientais.

2.2.1 O INÍCIO: USINAS HIDRELÉTRICAS, UM DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

A política energética do Brasil sempre foi pautada pela construção de hidrelétricas, consideradas mais baratas³² do que a maioria das outras formas de geração de energia (COSTA, 2008). Se até meados do século XX era a iniciativa privada, a maioria estrangeira, que detinha a maior participação na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica³³, a partir dos anos de 1950 é o Estado que começa a adotar posição dominante como fornecedor de energia elétrica no país (BAER; MCDONALD, 1997). A estatização era em parte incentivada pela queda dos investimentos no setor pelas empresas privadas, nos anos de 1930 e 1940, resultando em escassez de energia elétrica e grande racionamento em todo o país.

Nesse período da história econômica brasileira, conhecida como desenvolvimentista, se inicia o que Bresser-Pereira (2008, p. 26) chama de “Revolução Industrial brasileira”. “Nesse ciclo o governo lidera com êxito uma estratégia nacional de desenvolvimento voltada para a industrialização substitutiva de importações, e o Brasil alcança as taxas de crescimento mais elevadas do mundo” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 7), sustentada pela nascente classe industrial no país. Segundo Baer e McDonald (1997), o setor elétrico, então, era o gargalo que restringia o crescimento do Brasil e tornava-se imprescindível investir na ampliação do setor:

Nos anos 50, com a ênfase na industrialização por substituição de importações como a principal estratégia de crescimento, o governo adotou a posição de que os enormes investimentos em geração e transmissão de energia, necessários para acompanhar o crescimento urbano-industrial do

³² Segundo a ANEEL (2008) 1 Megawatt/hora (MWh) de energia hidrelétrica tem um custo de produção de R\$118,40, contra os R\$197,95 da energia eólica e os R\$491,61 do óleo diesel, por exemplo. Somente o custo de produção da biomassa (bagaço da cana), R\$101,95, e das pequenas centrais elétricas (PCH), R\$116,55, são menores do que das hidrelétricas.

³³ Baer e McDonald (1997, p. 11) afirmam que as empresas estrangeiras do setor elétrico foram atraídas para o Brasil pelos incentivos que o governo lhes oferecia, como a garantia legal de “uma taxa de retorno mínima, que variava de 6% a 7%, por um período de sessenta anos”.

país, ocorreriam por meio de empresas estatais (tanto federais quanto estaduais), ao passo que a distribuição ficaria a cargo do setor privado. Em 1953, foi proposto um Fundo Federal de Eletrificação com o objetivo de financiar investimentos no setor (BAER; MCDONALD, 1997, p.13).

Para o governo, a energia gerada pelas hidrelétricas traria desenvolvimento econômico e social para o país, principalmente para a região onde estes empreendimentos estavam localizados. Desta forma, o setor somente faria este papel se estivesse sob controle do Estado. Na década de 1970, o setor elétrico está “para todos os efeitos práticos, encampado pelo Estado e, nas décadas subseqüentes, foram feitos investimentos gigantescos na expansão da capacidade de geração” (BAER; MCDONALD, 1997, p.21). Goldenberg e Prado (2003, p.220), afirmam que:

As empresas públicas federais e estaduais assumiram um papel fundamental na geração, transmissão e integração de sistemas isolados e mesmo na distribuição de energia. A centralização e a coordenação permitiram o planejamento e a construção de obras hidráulicas de porte, de grandes sistemas de transmissão e da interconexão dos sistemas hidrelétricos que produziram uma melhora substancial dos serviços de eletricidade e a redução nos custos de fornecimento, pelos efeitos de economia de escala.

No entanto, a segunda crise do petróleo, em 1979, trouxe dificuldades ao Brasil, que não conseguiu controlar sua balança de pagamentos. A necessidade de investimento para continuar o plano de desenvolvimento iniciado na década de 1970 ajudou a agravar a situação do país, levando a “uma grave crise de nossa dívida externa e afetou fortemente o financiamento do setor elétrico”, paralisando novos empreendimentos e atrasando os que estavam em andamento (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p.221). De acordo com Goldenberg e Prado (2003, p.221), o contexto macroeconômico não sustentava os investimentos no setor:

De um lado, como o país apresentava um crescimento econômico débil, os mercados elétricos planejados não se realizavam, ocasionando sobras de energia e receitas menores que as previstas. Por outro lado, nos anos de 1980, no plano interno de funcionamento do setor, a política tarifária constituiu-se no mais grave dos problemas, visto que os preços da eletricidade eram sistematicamente contidos em nome do combate à inflação. Como conseqüência houve a queda da remuneração média do setor, que ficou muito abaixo da remuneração legal permitida pelo “serviço pelo custo”. A essa situação juntou-se o uso das empresas elétricas estatais como instrumento de cobertura de *deficits* da balança de pagamentos, obrigando-as a captar recursos no exterior para a cobertura das altas faturas da “conta petróleo”, provocadas pela crise de 1979.

De acordo com Bresser-Pereira (2008, p.7) a estratégia desenvolvimentista no Brasil foi mantida até a crise dos anos de 1980³⁴, quando o Pacto Nacional-Desenvolvimentista, “que contava com a participação dos empresários industriais, de setores não exportadores da velha oligarquia de origens patriarcais, dos técnicos ou burocratas do Estado e dos trabalhadores organizados”, começa a ser rejeitado, primeiro pelos intelectuais de esquerda e, num segundo momento, por grande parte da população. “Em seu lugar, um novo consenso vai se formar, não mais baseado nas idéias de Nação e desenvolvimento econômico, mas na reivindicação de democracia e justiça social” culminando no movimento das Diretas Já³⁵ e na democratização, em 1985 (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.8).

Desta forma, há, nas palavras de Bresser-Pereira (2008, p.9) um “abandono das idéias nacionais” em prol da democracia e da justiça. A democracia já fora alcançada, faltava, portanto, a justiça. E isto se daria com o “aumento da despesa pública na área social” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 9). Os recursos governamentais deveriam ser transferidos dos gastos com infra-estrutura para áreas sociais.

No setor elétrico, após a promulgação da Constituição de 1988, foram retirados do setor recursos que o financiavam internamente, como o Imposto Único sobre a Energia Elétrica (IUEE) e os empréstimos compulsórios. Às empresas do setor, restou, então, recorrer ao financiamento externo para a sua manutenção. Com isso, “um elevado serviço da dívida [...] levou [o setor] à inadimplência, tanto entre as empresas como em relação a fornecedores e empreiteiros” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p.222) e, com o tempo, dificultou a obtenção de novos empréstimos para a expansão da área.

Esta situação perdurou até o início da década de 1990, quando o presidente Fernando Collor de Mello toma posse. Nesse momento, “o nacional-desenvolvimentismo estava morto; o país se rendia aos interesses dos países ricos”, fundando o Pacto Liberal-Dependente (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 84), como se pode ser visto no Quadro 1 a seguir. O pano de fundo do governo Collor foi o liberalismo econômico, “promovido especialmente por agências

³⁴ Bresser-Pereira (2008, p.83) deixa claro que “a grande crise dos anos 1980 não foi apenas uma crise econômica – uma crise da dívida externa, uma crise fiscal do estado, e uma crise de alta inflação. Foi também, senão principalmente, uma crise política. No seu final, já no início dos anos 1990, depois de um vácuo de poder que durou quatro anos desde o colapso do Plano Cruzado, ela marcou o fim da hegemonia da burguesia industrial e da burocracia pública, e o início de um nova coalizão política”.

³⁵ Movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1984.

multilaterais (BIRD³⁶, BID³⁷, FMI³⁸). Essa visão pregava [...] a liberalização dos preços, do comércio e do investimento estrangeiro, a desregulamentação e a privatização em grande escala, como medidas a serem adotadas em países como o Brasil” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p. 223).

	1930 – 1985	1990...
Estado	Desenvolvimentista	Liberal-dependente
Regime político	Autoritário (Democrático entre 1945 – 1964)	Democrático
Classes dirigentes	Empresários industriais e Burocracia pública	Agentes financeiros e Rentistas*
Administração	Burocrática	Gerencial

Quadro 1 – Formas históricas do Estado e da sociedade no Brasil

Fonte: Adaptado de Bresser-Pereira (2008)

* Parte não produtiva dos ricos

Nesse contexto, em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso começa um programa de reformas do Estado, tomando por base as ocorridas nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), principalmente a do Reino Unido. Bresser-Pereira (1998, p. 49), que foi ministro da reforma durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), afirma que “a grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou reconstrução do Estado”, visto que a crise mundial ocorrida nos anos de 1970 foi uma crise de Estado, “face a seu crescimento distorcido e ao processo de globalização”. Esta crise fez surgir altas taxas de desemprego e inflação, além da redução do crescimento econômico dos países em todo o mundo.

Desta forma, Bresser-Pereira (1998, p. 50) defende que foi necessário atacar três problemas principais, que estão presentes no Estado burocrático: a) “a delimitação do tamanho do Estado”; b) “a redefinição do papel regulador do Estado”; e, c) a “recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo”. Todos eles são problemas independentes, mas interligados.

³⁶ BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (mais conhecido como Banco Mundial).

³⁷ BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

³⁸ FMI – Fundo Monetário Internacional.

Para o primeiro problema, a delimitação do tamanho do Estado, as medidas tomadas foram a privatização e a terceirização. Para isto, tornou-se necessário pensar no segundo problema, ou seja, redefinir o papel regulador do Estado, visto que, ao contrário do que pensam os adeptos do liberalismo conservador, “a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado [...], mas também pelo Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 51). Quando só o mercado é responsável pela alocação de recursos, corre-se o risco de formação de monopólios e o aumento descontrolado de preços. Foi nesse contexto de idéias que foram criadas as agências reguladoras, no caso do setor elétrico, a ANEEL.

O terceiro elemento fundamental para a reforma foi corrigir o problema de governança, ou seja, a capacidade gerencial do Estado. Desta forma, buscou-se livrar o Estado da administração burocrática, instalada na administração pública brasileira nos anos de 1930, e implantar uma administração gerencialista. Neste novo tipo de administração pública, se busca aplicar as mesmas ferramentas de gestão utilizadas nas organizações privadas, como as avaliações de desempenho, novas formas de controle do orçamento e serviços públicos e foco no cliente (ABRUCIO, 1997).

2.2.2 O NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

A partir dos anos de 1990 teve início no Brasil uma grande onda de privatizações em diversos setores do serviço público. O impulso para as privatizações foi a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), como parte das reformas econômicas promovidas pelo Estado brasileiro (BNDES, 2002c). De acordo com Goldenberg e Prado (2003, p.223), especificamente no que tange ao setor elétrico:

A reforma e a introdução da concorrência na indústria elétrica proposta pelo governo FHC consistiu numa tentativa de redefinição [...] do papel do Estado na área. Classicamente, esse papel consistia de três funções exercidas pela administração pública: regulamentar a operação do monopólio; definir e encaminhar políticas de interesse geral; e funcionar como proprietária quando se tratavam de empresas públicas. No Brasil, tais funções eram exercidas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), Ministério de Minas e Energia (MME) e empresas estatais elétricas. A reforma teve por objetivo principal criar um mercado livre, por meio de incentivos à eficiência, e limitar, ao mínimo, a imposição de objetivos e intervenções governamentais.

Paiva (1994) afirma que no período, houve um processo de desestatização sem controle e sem “[...] qualquer preocupação com a questão do aumento do grau de concentração e com a conseqüente redução da competição na indústria em processo de privatização” (PAIVA, 1994, p.107).

No setor de energia elétrica não foi diferente. Até 2001, foram privatizadas três empresas federais do setor elétrico brasileiro e outras vinte estaduais, conforme é listado no Quadro 2. Desta forma, de acordo com Pinheiro (2007, p.21), mais de 80% do setor de distribuição, e cerca de 20% do setor de geração de energia elétrica passaram para as mãos do capital privado. Pires (2000, p. 15) complementa ainda que, devido aos calotes na década de 1980, que devastou a credibilidade das empresas brasileiras do setor de energia elétrica,

o governo priorizou a venda das empresas do segmento de distribuição por entender que dificilmente conseguiria atrair interessados para os ativos de geração caso não houvesse a perspectiva de um mercado atacadista privado de energia, no qual estariam eliminados os riscos de calote nas transações de venda de energia.

Como precisava de investimentos no setor, o governo buscou, nesse período inicial de desestatização, “elaborar e interpretar contratos de concessão de modo favorável ao investidor” (BAER; MCDONALD, 1997, p.34). Assim, ainda de acordo com Baer e McDonald (1997, p. 34):

Os grupos privados nacionais e estrangeiros evidentemente sentir-se-ão atraídos por um arranjo concessionário, se entenderem que o governo está disposto a interpretar o contrato de modo a permitir que se obtenha uma taxa de retorno suficientemente alta para recuperar todo o capital investido na empresa durante o período da concessão e auferir um lucro considerável, em termos internacionais.

Empresa	Estado	Ano do Leilão	Grupo que adquiriu o controle
Escelsa	Espírito Santo	1995	Iven (Brasil) GTD (Brasil)
Light	Rio de Janeiro	1996	EDF (França) AES (Estados Unidos) Houston (Estados Unidos)
GERASUL	Santa Catarina	1998	Tractebel (Bélgica)
Cerj	Rio de Janeiro	1996	Chilectra (Chile) Enersis (Chile) EDP (Portugal)
Coelba	Bahia	1997	Iberdrola (Espanha) Previ (Brasil)
Cachoeira Dourada	Goiás	1997	Endesa (Espanha) Enersis (Chile)
CEEE-Norte-Nordeste	Rio Grande do Sul	1997	VBC (Brasil) CEA (Estados Unidos)
CEEE-Centro-Oeste	Rio Grande do Sul	1997	AES (Estados Unidos)
CPFL	São Paulo	1997	VBC (Brasil) Bonaire (Brasil)
Enersul	Mato Grosso do Sul	1997	Escelsa (Brasil)
Cemat	Mato Grosso	1997	Grupo Rede (Brasil) Inepar (Brasil)
Energipe	Sergipe	1997	Cataguases-Leopoldina (Brasil) CMS (Estados Unidos)
Cosern	Rio Grande do Norte	1997	Iberdrola (Espanha) Previ (Brasil)
Coelce	Ceará	1998	Enersis (Chile) Endesa (Espanha)
Eletropaulo Metropolitana	São Paulo	1998	EDF (França) AES (Estados Unidos) Houston (Estados Unidos)
Celpe	Pará	1998	Grupo Rede (Brasil) Inepar (Brasil)
Elektro	São Paulo	1998	Enron (Estados Unidos) Power Holding (Estados Unidos)
EBE – Empresa Bandeirante de Energia	São Paulo	1998	VBC (Brasil) Bonaire (Brasil) EDP (Portugal)
Cesp Paranapanema	São Paulo	1999	Duke Energy (Estados Unidos)
Cesp Tietê	São Paulo	1999	AES (Estados Unidos)
Celpe	Pernambuco	2000	Iberdrola (Espanha) Previ (Brasil)
Cemar	Maranhão	2000	PPL (Estados Unidos)
Saelpa	Paraíba	2000	Cataguases-Leopoldina (Brasil)

Quadro 2 – Empresas do setor elétrico brasileiro, federais e estaduais, privatizadas – de 1995 a 2000

Fonte: Adaptado de BNDES (2002a; 2002b); FERREIRA (2000); BNDES (*apud* PIRES, 2000)

Na opinião de Camargo (2005), um dos equívocos da privatização no Brasil foi ela ter se iniciado antes mesmo da regulação do setor. O governo assumia, então, o papel de mero expectador frente às ações de empresas privadas:

Uma das críticas mais comuns do malogro do quadro institucional desenvolvido e implantado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso diz respeito à perda de capacidade de planejamento a longo prazo do setor elétrico, uma vez que as decisões de novas gerações de energia estariam a cargo das dinâmicas próprias do mercado (CAMARGO, 2005, p.5).

Goldenberg e Prado (2003) complementam dizendo que as reformas do sistema elétrico brasileiro, neste período, não foram desenvolvidas tendo em vista as suas características, mas sim foram “induzidas pela adoção de uma reforma calcada em experiências de outros países e inadequada às características brasileiras e ao nosso sistema predominantemente hidrelétrico” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p. 233).

O projeto da reforma do setor elétrico foi desenvolvido por uma empresa de consultoria internacional, contratada pelo governo federal. A partir desse estudo, foram definidos os objetivos principais da reforma: desverticalização, privatização, competição e livre acesso às redes de transmissão e distribuição (GOLDENBERG; PRADO, 2003). O primeiro deles, a desverticalização, separou as empresas pelas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Isso foi necessário devido ao segundo objetivo da reforma, a privatização. A competição entre as empresas iria proporcionar dinamismo ao setor, favorecendo a eficiência, a inovação e a redução nos preços. Finalmente, o último objetivo, o livre acesso às redes de transmissão e distribuição, garantiria a competição no setor.

“A privatização [...] no setor elétrico do Brasil e a implementação de um novo modelo para esse setor são parte da transição econômica do Brasil, do modelo de crescimento impulsionado pelo Estado, para o crescimento impulsionado pelo mercado”, defende Ferreira (2000, p. 181). É com esta esperança que o governo tornou o mercado propício aos investidores, que Baer e McDonald (1997, p. 31) chamam de “clima amigável ao investidor privado”, principalmente ao estrangeiro, tomando medidas como: a abolição do Sistema Tarifário Nacional Uniforme; a criação de uma rede de transmissão de livre acesso; e a Lei de Concessões, que estabelece as normas para outorga dos serviços públicos e cria a figura do produtor independente de energia.

Antes de 1993, os preços cobrados pela energia elétrica eram iguais em todo o Brasil “e o governo garantia um retorno sobre os ativos de 10% a 12% ao ano” (BAER; MCDONALD, 1997, p. 31). A empresa do sistema que lucrava mais do que garantia o governo repassava a diferença às que não tinham conseguido um retorno de no mínimo 10%. É importante lembrar que estas empresas eram todas estatais. Com a abolição do Sistema Tarifário Nacional Uniforme, as empresas, muitas já privatizadas, passam a estabelecer suas próprias tarifas³⁹, conforme seus custos e sua política de lucratividade e risco.

Ao mesmo tempo, a criação da rede básica possibilitou a entrada de novos empreendimentos no setor. O transporte da energia elétrica é feita utilizando-se a rede de linhas de transmissão e subestações, denominada rede básica, que pode ser utilizada por qualquer agente do setor, conforme informa a ANEEL (2009c). Desta forma, fica assegurado o transporte da energia elétrica de qualquer empresa pelas linhas de transmissão existentes no país.

Este ambiente fez com a concepção da energia elétrica mudasse no Brasil: de bem social passa a ser considerada uma mercadoria e, portanto, dependente do lucro. Esta mudança “criou as condições para uma nova modelagem do sistema elétrico” brasileiro (ETCHEVERRY, 2006, p. 4). Machado (2000, p.205) ainda lembra que:

O processo de privatização do sistema e de suas instalações foi realizado com base em um estudo global produzido por uma comissão constituída por membros das diferentes utilidades públicas, com o apoio de um consultor internacional. Como resultado disso, a legislação foi modificada para permitir que particulares investissem em usinas novas e existentes. Foi criada a figura do produtor de energia independente, foram calculados os direitos legais das utilidades regionais e estaduais construir usinas nas regiões sob sua jurisdição. Qualquer empresa produtora de energia, seja pública ou privada, podia tentar buscar um projeto, em qualquer lugar do país, desde que obtivesse uma concessão da ANEEL, a agência criada pelo Governo Federal, em substituição ao DNAEE, para controlar as concessões e a implementação de projetos.

³⁹ Com a criação da ANEEL, em 1996, as tarifas definidas pelas empresas do setor de energia elétrica têm que ser aprovadas por ela.

Assim, após mais de cinquenta anos de controle estatal, em 1996⁴⁰ o sistema elétrico brasileiro se abriu para o mercado livre, tornando a energia hidrelétrica um setor interessante para a iniciativa privada, principalmente para os investidores estrangeiros, que adquiriam empreendimentos em pleno funcionamento e não eram obrigados, por contrato, a fazer nenhum investimento e nem repassar ganhos de produtividade aos consumidores por oito anos (BENJAMIN, 2001).

Uma vez iniciada a venda das empresas públicas do setor energético, as empresas privadas adquiriam empreendimentos altamente lucrativos, que necessitavam de pouco investimento. Como não precisavam investir nada por oito anos e ainda foram financiadas pelo próprio governo brasileiro⁴¹ conseguiam gerar energia a R\$5 o kWh, comercializando com altas taxas de lucro. Em 2001, de acordo com Rosa (2001, p.30):

[...] a geração em usina, especificamente em Furnas, tem custo de geração pouco acima de R\$5,00 por megawatt/hora. Furnas vende essa energia, no mix de todas as suas usinas, por R\$40,00 megawatt/hora. A concessionária de serviço de energia elétrica e distribuição, no setor residencial, atinge mais de R\$200 megawatt/hora.

No entanto, apesar dos baixos custos de produção, a energia elétrica no Brasil é uma das mais caras do mundo. E isto se deu com a privatização do setor, que pouco investiu na melhoria do serviço e na eficiência, segundo afirma Rosa (2001). Como a energia passou a ser vista como simples mercadoria, os investimentos tecnológicos e de inovação⁴² ficaram à mercê do mercado. Como o mercado é controlado por poucas empresas, quase não há concorrência. Com isso, há um investimento mínimo necessário para que o sistema continue funcionando, pois não há necessidade de brigar pelo mercado com outras empresas⁴³.

⁴⁰ A Lei nº 9.427, de dezembro de 1996, determinou que “[...] a exploração dos potenciais hidráulicos fosse concedida por meio de concorrência ou leilão, em que o maior valor oferecido pela outorga (uso do bem público) determinaria o vencedor” (ANEEL, 2008, p.18). Em 2004 esta sistemática foi mudada e o vencedor da licitação seria aquele que oferecesse o menor preço para a venda da produção das usinas.

⁴¹ O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em 1998, “repassou US\$5 bilhões para financiar os grupos privados que compraram estatais do setor elétrico”, afirma Benjamin (2001).

⁴² No setor elétrico, as privatizações e o mercado livre não favoreceram a inovação tecnológica, como era esperado pelos planejadores do novo modelo energético (DEFEUILLEY; FURTADO, 2000).

⁴³ Além disso, como já discutido nesta dissertação, os compradores das usinas não eram obrigados a fazer investimentos – e em regra, não o faziam – para manterem altas taxas de lucro, já que as usinas eram adquiridas em funcionamento e qualquer ineficiência não comprometia os ganhos.

Com a posse do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, as privatizações no setor elétrico foram interrompidas. No entanto, o modelo do setor elétrico brasileiro continuou o mesmo. Desta forma, através dos leilões e de outorgas mantêm-se a sistemática da energia elétrica como mercadoria, principalmente na geração.

A participação das hidrelétricas na geração de energia elétrica no Brasil vem se reduzindo nos últimos anos, existindo hoje cento e cinquenta e nove destes empreendimentos em operação, o que equivale a 74% da capacidade instalada no país, segundo a ANEEL (2008). Há alguns anos esta porcentagem era de 90% (ANEEL, 2008). Isso se deve à diversificação da geração de energia para usinas mais fáceis de serem autorizadas do que as hidrelétricas⁴⁴, sempre envolvidas em difíceis processos populares contrários à sua construção.

Assim, segundo a ANEEL (2008, p.52), a expansão do setor elétrico prevista para os últimos anos “[...] não ocorreu na velocidade prevista”. Na perspectiva da ANEEL (2008, p. 52) o problema foi, principalmente, a “[...] pressão de caráter ambiental contra as usinas hidrelétricas de grande porte”. Sevá Filho e Pinheiro (2006, p. 2) complementam:

De fato, dentre dezenas de projetos de usinas hidrelétricas cuja concessão foi contratada desde 1996, muitos estão paralisados em função de: 1) problemas judiciais, 2) negativa ou cancelamento de licença ambiental, 3) desentendimentos financeiros e comerciais envolvendo os vendedores dos leilões e, 4) problemas regulatórios do mercado de eletricidade.

O principal argumento contrário à construção de usinas hidrelétricas é o impacto negativo exercido pelas usinas sobre a população ribeirinha, a flora e a fauna locais. Argumento, aliás, sustentado por pesquisas feitas nos últimos anos, que focam os problemas gerados aos ribeirinhos antes e depois da construção de hidrelétricas, entre os quais se pode citar os trabalhos de Rebouças (2000a; 2000b), Koifman (2001), Alves (2005), Jeronymo (2007), Zhouri e Oliveira (2007), Pinheiro (2007), Karpinski (2006; 2007), Soares, Froehlich e Marques (2007) e Nogueira (2007). Sobre isso, discutiremos a seguir.

⁴⁴ As usinas térmicas, por exemplo, são autorizadas através de um ato administrativo da ANEEL (ANEEL, 2008).

2.2.3 POPULAÇÃO RIBEIRINHA AFETADA PELA CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

Alguns dos trabalhos citados anteriormente se preocupam com os impactos antes da construção das usinas. Desta forma, o objetivo de Jeronymo (2007, p.27), na sua dissertação, foi “analisar os destinos das famílias deslocadas compulsoriamente pelo processo de aquisição de propriedades de terras e os passivos sociais e econômicos decorrentes” para a construção da Usina de Tijuco Alto, entre São Paulo e Paraná. Os empreendedores da usina estão há mais de vinte anos tentando autorização ambiental para sua construção. Apesar disso, sua provável construção já gerou impactos sobre a população ribeirinha. Além de já ter deslocado compulsoriamente várias famílias da região, deixa outras em constante estado de preocupação devido à indecisão sobre a construção da usina, gerando “sentimentos de insegurança social que, por si só, provoca receio, medo e insatisfação” (JERONYMO, 2007, p.108).

Zhouri e Oliveira (2007, p.131) focam nos conflitos durante o processo de licenciamento ambiental. Após estudar os conflitos resultantes de licenciamento ambiental para a construção de usinas hidrelétricas em Minas Gerais, afirmam que “operando dentro da visão dominante de ‘desenvolvimento’, a atuação das empresas no setor elétrico no Brasil durante os processos de licenciamento tem produzido [...] tensões que desembocam em confrontos violentos”. Os embates entre os empreendedores e os ribeirinhos, antes mesmo da construção da usina, resultam na desestruturação da vida social da população local.

No entanto, a maioria dos estudos visa analisar os impactos após a construção das hidrelétricas. É desta forma que Koifman (2001) trata especificamente dos impactos do alagamento das terras indígenas em todo o Brasil, advindos da expansão do setor elétrico. Os principais impactos destes empreendimentos em áreas indígenas se relacionam à mudança no estilo de vida dos deslocados. Conforme relato dos indígenas afetados pela construção de usinas, há inundação de territórios sagrados, escassez de caça, restrição da terra para a agricultura, entre outros.

No seu trabalho, Rebouças (2000a; 2000b) busca entender o choque cultural enfrentado pelos ribeirinhos reassentados após a construção de hidrelétricas sob direção da Companhia Energética de São Paulo (CESP) na região do Pontal do Paranapanema. Rebouças (2000a; 2000b) parte do descompasso entre os valores tradicionais dos ribeirinhos e os valores do

progresso, representados pela construção das hidrelétricas. Ao viver por um mês nos assentamentos, a autora verifica que a grande queixa está relacionada ao isolamento, resultado da transferência compulsória dos ribeirinhos de seu território, na beira do rio. Como forma de compensação pela inundação das terras ao redor da usina, a CESP implantou um projeto de assentamento dos ribeirinhos, que além da moradia e um lote de terras, incluía serviços aos quais os ribeirinhos não tinham acesso quando viviam na beira do rio, tais como água encanada, energia elétrica, saneamento básico, postos de saúde e escola (REBOUÇAS, 2000a; 2000b). No entanto, estes benefícios oferecidos pela CESP não foram suficientes para compensar as relações sociais que os ribeirinhos mantinham no seu território de origem. Assim, o estranhamento com o novo território é um dos impactos centrais discutidos pela autora em sua dissertação, mostrando que existe um descompasso entre o reassentamento planejado pelos técnicos da CESP e o realmente vivido pelos ribeirinhos no seu novo endereço.

Os impactos sobre a população ribeirinha do Estado de Goiás após a construção das usinas instaladas nas três bacias hidrográficas da região - Paranaíba, Tocantins e Araguaia – são mostrados na dissertação de Alves (2005). Ele chega à conclusão de que os impactos não são bem avaliados antes da construção desses empreendimentos, deixando para trás um passivo socioambiental. De acordo com Alves (2005, p.222), “o EIA/RIMA⁴⁵ dessa referida obra fez um levantamento incompleto de pessoas, flora e fauna que seriam atingidas pela barragem; aspectos arqueológicos e culturais foram completamente desprezados”. Desta forma, sítios arqueológicos foram inundados; espécies botânicas e animais foram extintos da região; e grande parte das pessoas atingidas não foi indenizada.

Pinheiro (2007), ao fazer uma comparação entre os diversos casos de projetos hidrelétricos no Brasil e em outros países do mundo, verificou que em todos eles é possível detectar problemas sociais que não foram levados em consideração. Assim, é comum os ribeirinhos serem prejudicados quando se inicia um empreendimento hidrelétrico, pois as indenizações nem sempre são no valor justo que permita a manutenção dos mesmos padrões de vida anteriores ao deslocamento ou, até mesmo, pelo não reconhecimento da situação de atingidos para alguns. Além disso, o deslocamento expõe os ribeirinhos a novas condições objetivas de produção, o que, muitas vezes, significa o seu empobrecimento.

⁴⁵ O EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) é o primeiro documento exigido para a construção de uma hidrelétrica, segundo Karpinski (2007).

Na busca por compreender o poder dos empreendedores da Usina Salto Caxias, no Paraná, Karpinski (2007) buscou relatos junto à população local que se manteve no território após a construção do empreendimento. Assim, através da história de vida destes sujeitos antes, durante e depois da usina, verificou que eles foram mais do que desprovidos nos aspectos econômicos, mas principalmente foram afetados na sua subjetividade, na sua ligação com o rio e com as pessoas com quem dividiam o espaço social.

Soares, Froehlich e Marques (2007) se preocuparam em estudar os impactos sociais relativos ao deslocamento compulsório dos ribeirinhos devido à construção da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, na região central do Rio Grande do Sul. Também neste estudo é evidenciada a desestruturação social a que os ribeirinhos são submetidos após o deslocamento. O estudo aponta que para os ribeirinhos que foram transferidos para o reassentamento Tupã I, em Tupanciretã-RS, as indenizações não foram suficientes para que as pessoas pudessem reestruturar suas vidas neste novo ambiente. Devido às estratégias utilizadas pelo empreendedor da usina, o reassentamento também significou a desestruturação das redes de relacionamentos e comprometeu a identidade das famílias atingidas.

A dissertação de Nogueira (2007), por sua vez, teve como objetivo desvendar o significado da barragem para os ribeirinhos deslocados para dar lugar ao reservatório da Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque, em Minas Gerais. A autora chega à conclusão que a barragem significa a perda do meio e do modo de vida dos atingidos. Ao perderem suas terras, os ribeirinhos perderam um meio de sobrevivência, mas principalmente, suas raízes locais e a identificação com o lugar. O sentimento da maioria é que o novo espaço não lhe pertence, e por isso está insatisfeita e infeliz naquele lugar.

Hoje, já não se discute mais se existem impactos após a construção de barragens sobre as populações ribeirinhas, principalmente no que tange às grandes hidrelétricas. Sabe-se que esse impacto sempre ocorre, em maior ou em menor grau. Verifica-se isto em qualquer estudo sobre o tema, seja ele contrário ou a favor da construção de usinas hidrelétricas. A ANEEL (2008, p.61), por exemplo, que estimula a geração de hidroeletricidade, afirma que a tendência no setor hoje é “desenvolver os projetos de maneira sustentável – buscando os resultados econômicos e, simultaneamente, compensando os impactos socioambientais

provocados pelas usinas”. Portanto, é consenso que a construção de hidrelétricas causa impactos socioambientais, muitas vezes irreversíveis.

Um desses impactos é o deslocamento compulsório a que é submetida a população residente nas áreas que serão inundadas para a formação do reservatório de água das usinas hidrelétricas. De acordo com Bartolomé (2000, p.163):

Relocalização/reassentamento forçado de populações, causado pela construção de grandes barragens, não é um fenômeno novo e acumula um histórico sombrio de conseqüências funestas, inclusive a violação de direitos humanos básicos. Mundialmente, milhões de pessoas foram deslocadas à força das terras que eram seus lares tradicionais, sem compensação adequada e, não raro, mediante o uso de violência.

Em todo mundo, de acordo com a Comissão Mundial de Barragens (2000, s/p), “entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens”. No Brasil, segundo Zhouri e Oliveira (2007, p.121) este número é de mais de um milhão de pessoas, tendo sido inundados “[...] 3,4 milhões de hectares de terras produtivas”. Grande parte destas pessoas foi forçada a sair de suas propriedades negociando a contragosto com os donos das usinas. O deslocamento compulsório, segundo Soares, Froehlich e Marques (2007, p. 4) traz “[...] uma sensação de impotência frente a processos cujas causas e razões poucas vezes são compreensíveis para a população e que por ela são percebidas como arbitrarias”.

Uma das ferramentas mais utilizadas pelos donos das usinas hidrelétricas para aprovar sua construção mais rapidamente é trazer a população para o seu lado, através de campanhas publicitárias que prometem “mudanças na qualidade de vida das populações atingidas e dizendo que a usina irá gerar empregos, saúde, educação, saneamento, transporte etc.” (PARMIGIANI, 2006, p.111).

Desta forma, reafirmam os benefícios advindos do empreendimento hidrelétrico, principalmente o pagamento dos *royalties* - compensações financeiras aos municípios que perderam parte de seu território para as hidrelétricas:

Esta política, extremamente autoritária, procura ganhar legitimidade junto à sociedade manipulando favoravelmente em seu discurso elementos como o “progresso” e o “desenvolvimento econômico”. Este tipo de discurso dificulta muito a luta das comunidades que são atingidas pelas barragens, pois, praticamente inviabiliza a adesão de outros segmentos sociais à luta

contra a implantação dos projetos. Para a população atingida, é muito complicado se contrapor a um discurso que coloca a energia elétrica como uma grande fonte de “desenvolvimento” e uma via para a melhoria da qualidade de vida de toda a população (PARMIGIANI, 2006, p.109).

Assim, Sevá (2008, p.47), afirma:

A acumulação de capital em poucas mãos se instrumenta por meio de negociações entre partes desiguais; são muitos os que acabam sendo prejudicados. Mas são individualmente fracos, envolvidos a contragosto em transações forçadas; pessoas, famílias e até cidades inteiras sendo objetos de logro, de traição, de ameaças. Informação privilegiada, desigualdade notável nas negociações, poder de fogo, estas são marcas de um processo conhecido como acumulação primitiva, com os métodos típicos da expropriação de bens materiais e simbólicos das pessoas e da espoliação de comunidades humanas, aldeias, etnias.

Segundo Jeronymo (2007, 69), os empreendedores costumam constranger toda uma população para conseguir impor algo que é só do interesse de um dos lados. Assim:

No caso das aquisições de propriedades para construção de infra-estrutura hidrelétrica, o fato comum, é a pressão que sofrem os proprietários de terras para efetivar a negociação da propriedade. Desta forma, um deslocamento tendo por base e essência a pressão passará a ser um deslocamento compulsório. Considerar apenas a negociação da propriedade, ou seja, o pagamento por parte do agente investidor e o recebimento, por parte dos proprietários de terras; e compreender que a partir desta relação comercial, as partes envolvidas estão plenamente satisfeitas, seria negligenciar ou colaborar para obscurecer a condição do deslocado compulsório [...] (JERONYMO, 2007, p. 69).

Nas palavras de Pinheiro e Sevá Filho (2006, p. 15), é desta forma que a construção de usinas só se dá “na base do atropelo”, “passando trator”. Os autores destacam que quando não conseguem a aprovação da população envolvida, principalmente dos ribeirinhos que serão desalojados, os empreendedores chegam a “caluniar como delinqüentes” e processar judicialmente os atingidos pelas barragens e os ambientalistas que apóiam o movimento contra eles (PINHEIRO; SEVÁ FILHO, 2006, p. 15). Zhouri e Oliveira (2007) reforçam essa idéia, afirmando que em alguns casos até a força policial é utilizada contra os ribeirinhos, como no caso de Candonga, em Minas Gerais, quando a polícia interveio, obrigando os ribeirinhos a deixarem suas casas.

A Comissão Mundial de Barragens verificou que não há nos projetos de construção de usinas hidrelétricas compromisso para se lidar com os deslocamentos dos ribeirinhos e, muito

menos, habilidade para isso (CMB, 2000). É comum relato de processos traumáticos envolvendo o deslocamento de ribeirinhos, devido à dificuldade de “adaptação em uma nova atividade econômica, um novo tipo de solo (sem contar as dificuldades inerentes à recuperação de benfeitorias perdidas com a mudança)” (REBOUÇAS, 2000a, p.155). Até mesmo o local escolhido para o assentamento dos ribeirinhos e o projeto de distribuição dos lotes é considerado inconsistente com o modo de vida destas pessoas.

Rebouças (2000a; 2000b) exprime a insatisfação dos assentados quanto ao modo de como os lotes foram distribuídos - através de sorteio - e com relação ao projeto dos assentamentos - na forma de agrovila. O sorteio para a distribuição dos lotes separou aqueles que tinham mais relações, não garantindo “a permanência das redes de afinidades e parentesco”; e as agrovilas separaram o local de trabalho e o da morada, o que não era comum para aquelas pessoas, pois para elas somente quem mora na cidade sai de casa para ir ao trabalho (REBOUÇAS, 2000a, p.160). A proximidade entre as casas era visto também pelos moradores como uma característica da agrovila que impedia a criação de animais, aumentando seu custo de vida, pois tinham que comprar no mercado da cidade o leite e a carne, que tinham antes no seu próprio quintal. Os assentamentos, na maioria das vezes, são distantes do território original e, principalmente, do rio, fonte cultural de identidade e de subsistência:

A vida na barranca do rio e ao longo de seu leito pode parecer permeada de um relativo isolamento quando na verdade está engendrada numa trama complexa de relações sociais que dão sentido a um determinado modo de existência (REBOUÇAS, 2000a, p.159).

Os atingidos pela construção da Itaipu, no Paraná, foram “induzidos a comprar lotes de empresas de colonização” e os de Sobradinho, na Serra do Ramalho, na Bahia, “foram levados para áreas de colonização oficial”, ambos deslocados a grandes distâncias (SEVÁ, 2008, p.47). Esse processo traumático de mudança, segundo Soares, Froehlich e Marques (2007, p.3) promovem “uma série de crises de identidade nas populações afetadas, pois as mesmas não escolheram voluntariamente essa situação”, devido, em grande parte, à perda de sua rede de relações e se agrava pela perda dos recursos de subsistência. O deslocamento compulsório desarticula as redes de relações sociais dos ribeirinhos, construída pelo longo contato com os vizinhos e com os familiares:

Essas redes não só canalizam as relações de ajuda mútua, trabalhosamente construídas através do tempo pela população de menor recurso e seu desenvolvimento como um todo, como também o fluxo de informações, os quais são fundamentais para seus esquemas de sobrevivência. Desta forma, a perda da rede de relações sociais de ajuda mútua conduz a uma diminuição de produtividade na pequena propriedade agrícola, que se agrava ainda mais pela anulação de recursos a que os produtores anteriormente dispunham para a sua vida (SOARES; FROEHLICH; MARQUES, 2007, p. 4).

Ao deslocar os atingidos pelas barragens, raramente as empresas se preocupam com seus meios de subsistência. Normalmente, os programas se atêm à mudança física, se esquecendo da recuperação econômica e social dos deslocados (CMB, 2000). Segundo Rebouças (2000a), isso traz riscos de empobrecimento, que costuma durar mais de uma geração, devido à disputa de oportunidades com os novos vizinhos. Isso ocorre pois após a realocação, pouco se vê de ajuda mútua, predominando a concorrência, fruto da instabilidade social no novo território.

Desta forma, os impactos nunca são completamente avaliados, pois alguns habitam as margens dos rios mas não são proprietários de terras; há os meeiros, os assalariados e os que não são agricultores. A Comissão Mundial de Barragens afirma que aqueles que estavam nessa situação não foram reassentados, nem indenizados (CMB, 2000). Alguns trabalhavam nas propriedades como assalariados ou meeiros, ou não se encaixavam como produtores rurais, pois eram comerciantes ou pescadores. No entanto, todos eles foram atingidos pelas barragens, pois seu meio de subsistência foi retirado.

Somente os cadastrados como proprietários das terras que seriam inundadas é que poderiam receber indenização. Entretanto, mesmo entre os cadastrados, houve pessoas que não receberam nenhuma indenização ou receberam tão pouco que ela se mostrou insuficiente (CMB, 2000).

Para se ter uma idéia, no Brasil, em média, a cada 100 famílias atingidas por barragens 70 não recebem nenhum tipo de direito, ou seja, grande parte delas acaba sem terra, sem casa e sem trabalho. Por isso, a maior parte acaba indo morar nas partes mais pobres das cidades (CERVINSKI, 2007, p.10).

Assim, verifica-se que interesses econômicos têm sido considerados como preferenciais frente aos interesses da coletividade quando o assunto se refere às hidrelétricas (ROTHMAN, 2005). O relatório da Comissão Mundial de Barragens frisa que os grupos vulneráveis e as gerações

futuras acabam arcando com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos das grandes barragens, sem obter a parcela correspondente dos benefícios econômicos (CMB, 2000).

É sobre um desses aspectos que este trabalho se propõe a estudar, ou seja, compreender como o deslocamento compulsório dos atingidos pela construção de usinas hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu forçou a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, e conseqüentemente, transformações na sua identidade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Toda investigação científica envolve o uso de um aparato teórico-técnico capaz de lhe dar sustentação. É ele que permite ao pesquisador manter uma linha coerente de trabalho. Demo (1995, p.59) chama a atenção para a importância da metodologia numa pesquisa, dizendo que ela “é condição necessária para a competência científica, porque poucas coisas cristalizam incompetência mais gritante do que a despreocupação metodológica”.

No entanto, a metodologia não é uma fórmula que nos levará à verdade. Primeiro, porque não somos capazes de captar toda a realidade; o que fazemos é um recorte dela, e ainda assim de forma muito particular (DEMO, 2000). Fazer a ligação entre a teoria e o fenômeno significa não só um processo de coerência lógica, mas também, o “ponto de vista” do pesquisador. O mundo social é complexo, nele atuam diversas dimensões, complementares e antagônicas. Tentar reduzi-lo geralmente o distorce, deturpando “sua natural ‘complexidade’, em particular sua dinâmica” (DEMO, 2000, p.13).

Assim, apesar de reconhecermos essa limitação inerente à ciência - mas sendo este um trabalho científico - tentaremos neste capítulo, descrever quais os procedimentos metodológicos que foram adotados no decorrer desta investigação, que buscaram dar conta da complexidade do mundo social, mesmo sabendo da impossibilidade de contemplar todas as suas dimensões.

3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA

Como esta dissertação é qualitativa, trabalhamos com perguntas de pesquisa e não com hipóteses. Triviños (1987) afirma que as perguntas de pesquisa orientam o trabalho do pesquisador. De acordo com Gadamer (2008, p.489) “quem quiser pensar deve perguntar”, pois existe uma estreita relação entre a pergunta e a compreensão. Assim, nesta dissertação partimos de três questões iniciais, que são:

- a) Como se formou o Território Cantuquiriguaçu (história e traços culturais da região) e como se deu a construção das usinas hidrelétricas e o deslocamento dos ribeirinhos na região?

- b) Qual o papel das instituições presentes no território, como MAB, MST, IAPAR, EMATER e Prefeituras, na produção de sentidos para a (re)construção da identidade dos ribeirinhos deslocados?
- c) Como ocorreu a construção/reconstrução da identidade dos ribeirinhos ao longo de sua vida, especialmente na fase do deslocamento compulsório ocorrido pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago?

3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Como buscamos a compreensão do fenômeno, esta é uma pesquisa qualitativa, pois, segundo Godoi e Balsini (2006, p. 91), neste tipo de investigação “não se buscam regularidades, mas a compreensão dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir como agiram”. Assim, conforme Denzin e Lincoln (2005), na pesquisa qualitativa a ênfase não está na mensuração, mas no processo da pesquisa e na compreensão do fenômeno no meio social.

Quanto ao tipo de estudo, este trabalho é classificado como uma pesquisa descritiva, pois, segundo Triviños (1987, p.110), “o foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, [...] seus valores [...]” entre outros.

Ao mesmo tempo, esta é uma pesquisa longitudinal com corte transversal, pois nesta perspectiva, o interesse está no “desenvolvimento do fenômeno ao longo do tempo, mas com foco em alguns momentos históricos desse desenvolvimento” (VIEIRA, 2006, p. 21). Estes momentos históricos específicos são alguns incidentes críticos que, de acordo com Vieira (2006, p. 21) “marcaram a história do fenômeno e que, de certa forma, possuem relevância na sua configuração atual”. No fenômeno em estudo, o incidente crítico é o deslocamento compulsório.

3.3 *LOCUS* DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada em Cantuquiriguaçu, denominação dada ao território localizado entre os rios Piquiri, Iguaçu e Cantu (Mapa 1). Do território fazem parte vinte municípios, sendo que 51,74% da população - cerca de 120 mil pessoas - vive na área rural: Campo

Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (BRASIL, 2008).



Mapa 1 – Localização do Território Cantuquiriguaçu

Fonte: CONDETEC, 2004, p. 4

3.3.1 USINA SELECIONADA PARA A PESQUISA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Apesar de o território contar com sete usinas, para este estudo selecionamos apenas uma delas, a UHE Salto Santiago, devido, principalmente, à necessidade de se reduzir o escopo do trabalho para que o fenômeno seja mais bem compreendido⁴⁶. Além disso, a UHE Salto Santiago está entre as maiores da região e para a formação de seus reservatórios foi necessário, a partir do final da década de 1970, deslocar uma parcela expressiva dos ribeirinhos dos municípios ao seu redor. Também elegemos esta usina para a pesquisa porque ela foi construída pelo poder público federal e repassada à iniciativa privada na década de 1990. Hoje, Salto Santiago é administrada pela empresa belga Tractebel Energia S/A.

Lopes (2002, p.295) afirma que a Usina Hidrelétrica Salto Santiago trouxe grandes problemas estruturais aos municípios vizinhos à barragem, devido ao “êxodo das áreas alagadas e à conseqüente transferência de grandes contingentes de população para os municípios vizinhos, não atingidos com a formação do lago”. Como no caso do município de Rio Bonito, que teve sua população aumentada de sete mil para dezesseis mil habitantes após a construção da usina (LOPES, 2002).

A instalação do empreendimento naquela região trouxe instabilidade social e aumento da pobreza. Os que ficaram na zona rural se defrontaram com uma porção tão pequena de terra que elas não são mais economicamente viáveis, “o que acaba por reforçar o posicionamento de algumas famílias no sentido de incorporar áreas de proteção permanente e/ou áreas de reserva legal às atividades agrícolas” (CONDETEC, 2004, p. 51), aumentando a degradação ambiental da região.

Esta situação também fez aumentarem os conflitos para a posse da terra na região. Em 1996, por exemplo, quinze mil pessoas ocuparam a Fazenda Giacometti, que detinha 84 mil hectares às margens do reservatório formado pela Usina Salto Santiago. A empreitada, contudo, não foi pacífica. De acordo com Lopes (2002, p.290), “a mando de seus proprietários, avisados quanto aos quase nômades que acampavam à margem da estrada perto dali, a fazenda

⁴⁶ Levamos em conta que, de acordo com Gadamer (2008), compreender significa conhecer bem o que se está estudando. Por isso, a necessidade de se reduzir a quantidade de usinas hidrelétricas estudadas.

escondia quase uma centena de seguranças, vigiando armados os movimentos daqueles indigentes”.

Por todos esses motivos, que tornam a realidade da Usina de Salto Santiago singular, foi que escolhemos compreender as transformações identitárias dos ribeirinhos atingidos pela sua construção para a presente investigação.

3.4 COLETA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De acordo com Triviños (1987), a coleta e a compreensão dos dados são de vital importância para a pesquisa qualitativa, devido à necessidade de aprofundamento que existe nesse tipo de estudo. Desta forma, buscando atender aos objetivos desta dissertação, utilizamos a história oral e fontes documentais para a coleta de dados. Abaixo, detalhamos como esses dados foram coletados.

3.4.1 DOCUMENTOS E ENTREVISTAS

Para o alcance do primeiro objetivo específico, utilizamos fontes documentais - buscando em jornais, documentos oficiais e outras publicações - que continham a história da região, principalmente no que diz respeito à construção das hidrelétricas e suas conseqüências (ver Quadro 3). As fontes documentais, em nenhum momento, serviram para checar se as informações obtidas junto aos ribeirinhos estavam ou não corretas, principalmente porque já pressupomos, como diz Gadamer (2008, p. 390), que o que é dito pelos entrevistados “é uma verdade perfeita”. O uso de fontes documentais serviu de auxílio à interpretação do que foi dito pelos entrevistados, buscando as forças que participaram no desenrolar do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987) e também para descrever os discursos formalizados sobre a questão estudada.

Sabemos, no entanto, que a reconstrução da história “não passa de um exercício de transmissão de um sentido morto” (GADAMER, 2008, p. 234) se não conseguirmos enxergar que a tradição e a herança histórica tem o poder de determinar a ação e o comportamento humano. Gadamer (2008, p. 372) escreve que “os costumes são adotados livremente, mas não são criados nem fundados em sua validade por um livre discernimento”. Assim, buscamos nas diferentes vozes “nas quais ressoa o passado [...] a tradição na qual participamos e queremos

participar“ (GADAMER, 2008, p. 377). Para Gadamer (2008, p.386), a história é a mediação da tradição, e se quisermos compreender o que diz o outro, devemos nos deslocar “para a perspectiva na qual o outro conquistou sua própria opinião”.

Objetivo Específico		Sujeitos	Coleta dos dados
1	Apresentar o Território Cantuquiriguaçu, sua história e traços culturais, bem como o histórico da construção das usinas hidrelétricas e do deslocamento dos ribeirinhos na região.		Fontes documentais
2	Descrever o papel de algumas instituições que atuam na região, como MAB, MST, IAPAR, EMATER e Prefeituras, na produção de sentidos para a (re)construção da identidade dos ribeirinhos deslocados.	Líderes do MAB; Representantes da SEAB; Representantes da EMATER; Prefeitos, etc.	Método: História Oral Técnica: Entrevista temática; Entrevista semi-estruturada
3	Interpretar a (re)construção da identidade dos ribeirinhos através da sua história de vida, tendo por incidente crítico o deslocamento compulsório ocorrido pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago.	Ribeirinhos compulsoriamente deslocados pela construção das Usina Hidrelétrica Salto Santiago.	Método: História Oral Técnica: Entrevista de história de vida; Entrevista semi-estruturada

Quadro 3 – Sujeitos e coleta de dados conforme os objetivos específicos

Isso nos leva ao segundo e terceiro objetivos específicos. Conforme descrito no Quadro 3, utilizamos, em ambos os objetivos, a história oral. Alberti (2008, p.18) define história oral como “um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Se antes da segunda metade do século XX, a história oral não era aceita como fonte fidedigna dos acontecimentos, nos últimos anos o seu uso mostrou-se importante para se reconstruir o passado, “[...] deslocando o objeto documentado: não mais o passado ‘tal como efetivamente ocorreu’, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado” (ALBERTI, 2008, p.19).

Assim, ao fazer os ribeirinhos contarem sobre suas vidas e suas histórias, procuramos nas suas falas o que faz sentido para eles, para que seu relato seja visto como o encontro entre a sua subjetividade e a história social e cultural mais ampla. Como a identidade é construída sobre a identificação e a diferença, de forma consciente e inconsciente, podemos compreendê-la através do sentido da fala dos sujeitos. De acordo com Spink e Medrado (2004, p.41):

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.

E isso só seria possível se os ribeirinhos fossem ouvidos, em outras palavras, se a narrativa que eles próprios constroem sobre a história de suas vidas tornar-se o objeto de estudo. A história oral, segundo Alberti (2008, p.23), “[...] privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”. E o que o sujeito viveu está relacionado à memória individual e coletiva. De acordo com Halbwachs (2006), a memória é individual, no entanto, deve também ser entendida como um fenômeno coletivo. Para Pollack (1992) a memória é constituída de acontecimentos vividos pessoalmente e de acontecimentos “vividos por tabela”, nos quais a pessoa nem sempre participou diretamente, mas que foram vividos pela coletividade ou grupo a que pertence – e foram tão marcantes - que ela sente como se estivera presente.

O uso da história oral, portanto, permite a compreensão dos fenômenos a partir da experiência pessoal, levando os indivíduos a buscar na memória os fatos que para eles foram relevantes. Para isto, existe, segundo Alberti (2008), duas técnicas para a história oral: a entrevista temática e a entrevista de história de vida. A entrevista temática é adequada quando o sujeito entrevistado tem envolvimento ou experiência com o assunto pesquisado. “Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma ‘extraído’ da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas. Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito” (ALBERTI, 2008, p.38). Já quando toda a trajetória de vida do entrevistado é importante para a pesquisa, utiliza-se a entrevista de história de vida.

No nosso caso, utilizamos a entrevista temática para os representantes das instituições, que, nem sempre, foram afetados diretamente pela construção da usina. O que nos interessa

compreender, ao entrevistar estes sujeitos, é a história da usina, seus impactos na região e a atuação da instituição junto aos ribeirinhos. Não, há, portanto, nenhuma necessidade de se conhecer as suas histórias de vida. Em contrapartida, para cumprir o objetivo principal desta dissertação, era necessário compreender o universo dos ribeirinhos antes e depois da instalação da usina naquele espaço. Sendo assim, a entrevista de história de vida tornou-se a melhor opção.

Na história oral, segundo Perrone (2003, p.37), pode-se utilizar a entrevista “aberta, semi-aberta ou fechada”. Nesta pesquisa utilizamos a entrevista semi-estruturada, pois ela permite, segurança e flexibilidade ao pesquisador para que os assuntos que sejam de interesse da pesquisa sejam abordados, ao mesmo tempo em que dá liberdade ao entrevistado. Como o participante tem liberdade para falar, ele participa da elaboração da pesquisa, abrindo novas perspectivas para o pesquisador. O que se pretende é deixar o entrevistado livre para trazer qualquer assunto à tona, o que não significa que o pesquisador deixará a conversa correr solta, pois tentará nortear as questões para o tema em pesquisa através do uso de um roteiro básico (ver Apêndice). No segundo objetivo específico, estamos interessados no papel do MAB e de outras organizações que atuam na região, na produção de sentidos para (re)construção da identidade dos ribeirinhos deslocados. Portanto, é de se supor que deva ser valorizada “a livre expressão do entrevistado, de maneira a possibilitar o surgimento de questões não-previstas, mas igualmente relevantes à compreensão do fenômeno” (SANTOS, 2005, p.190).

3.4.2 ESCOLHA DOS SUJEITOS

No Quadro 3, podemos ver que os sujeitos desta pesquisa foram tanto os ribeirinhos deslocados pela construção da usina hidrelétrica Salto Santiago, quanto os representantes das organizações e os líderes dos movimentos sociais que atuam no Território Cantuquiriguaçu. Assim, entrevistamos o líder do MAB, representantes da EMATER e do SEAB na região, e um prefeito de um dos municípios atingidos e os ribeirinhos deslocados. Temos que ressaltar aqui que os sete ribeirinhos entrevistados foram deslocados quando da construção da Usina Salto Santiago, mas ficaram na mesma localidade, muito perto, portanto, das suas antigas propriedades. O que ocorreu é que o rio inundou parte de suas propriedades e, portanto, as suas moradias, os animais e a plantação tiveram que ser transferidos para uma parte da propriedade que não era antes utilizada.

É importante destacar que os ribeirinhos são pessoas muito desconfiadas, principalmente por estarem em uma região ainda em conflito com o empreendedor da usina. Devido a isso, achamos melhor ir até o local manter um primeiro contato com umas das lideranças na região antes mesmo de iniciarmos a coleta dos dados. A idéia principal era encontrar indicações de supostos sujeitos para participar da pesquisa. Fomos, então, recebidos pelo prefeito de uma das cidades vizinhas à usina, que, inicialmente nos recebeu com bastante desconfiança. Como existe um conflito entre os empreendedores da usina e os ribeirinhos com relação à obrigatoriedade de se manter reserva legal nas margens do reservatório – os ribeirinhos alegam que esta é uma obrigação da usina; a concessionária que administra a usina diz que é dos ribeirinhos –, o levantamento de qualquer questão relativa aos ribeirinhos levanta desconfianças.

Esse primeiro contato, portanto, foi muito importante para que nossa pesquisa tivesse êxito, pois foi assim que conseguimos ganhar a confiança do prefeito, que nos proporcionou o contato com algumas pessoas no território. A partir dele tivemos acesso ao coordenador do MAB no território e conseguimos acesso a alguns ribeirinhos. No entanto, não ficamos restritos aos sujeitos indicados pelo prefeito, mas ao adentrarmos no campo, fomos entrevistar sempre o vizinho da propriedade indicada. Isso porque sentimos que se ficássemos presos aos sujeitos indicados pelo prefeito, teríamos a visão de um só grupo.

3.4.3 INTERPRETAÇÃO

A interpretação em uma pesquisa qualitativa possibilita a compreensão dos significados não-explicítos de um texto, de uma fotografia, de um áudio etc. Para isto, segundo Gadamer (2006, p.19), torna-se “necessária uma reflexão explícita sobre as condições que levam o texto a ter esse ou aquele significado”. Se em épocas anteriores à nossa, a interpretação era vista como necessária somente em alguns momentos – quando o significado de um texto era considerado obscuro – atualmente acredita-se que todos os materiais podem ser interpretados, visto que sempre existe um significado escondido que não permite sua compreensão imediata (GADAMER, 2006).

Triviños (1987, p.128) ainda reforça que “a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente”. Gadamer (2008, p. 385)

afirma que esta totalidade pode ser conseguida usando-se a “regra hermenêutica segundo a qual é preciso compreender o todo a partir do individual e o individual a partir do todo”. Desta forma, a interpretação subjaz uma relação circular, ou seja, é preciso enxergar o fenômeno de forma que “a antecipação de sentido que visa o todo chega a uma compreensão explícita através do fato de que as partes que se determinam a partir do todo determinam, por sua vez, a esse todo” (GADAMER, 2008).

A compreensão só pode se dar pelo movimento de ir e vir do todo para a parte e vice-versa, ampliando-se “a unidade de sentido compreendido em círculos concêntricos” (GADAMER, 2008, p.386). No entanto, “a descrição heideggeriana desse círculo mostra que a compreensão do texto se encontra constantemente determinada pelo movimento de concepção prévia da pré-compreensão” (GADAMER, 2008, p.388). A compreensão, portanto, é, segundo Gadamer (2008, p.388) “o intercâmbio entre o movimento da tradição e o movimento do intérprete”.

O pesquisador que busca a interpretação se apóia na tradição, nas idéias, nos valores que estão nele mesmo. Nos trabalhos de pesquisa fundamentados em narrativas históricas, o pesquisador é levado, então, “a afastar-se de interpretações fundadas na rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa e buscar caminhos alternativos de interpretação” (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p.191). Gadamer (2008, p.389) esclarece dizendo que “nós compreendemos os textos, transmitidos sobre a base de expectativas de sentido que extraímos de nossa própria relação precedente com o assunto”. Segundo Rey (2002, p. 38):

O sujeito é histórico, uma vez que sua constituição subjetiva atual representa a síntese subjetivada de sua história pessoal, e é social, porque sua vida se desenvolveu na sociedade, e nela produz novos sentidos e significações que, ao constituir-se subjetivamente, se convertem em constituintes de novos monumentos de seu desenvolvimento subjetivo.

Desta forma, a compreensão hermenêutica se dá entre a estranheza e a familiaridade com o assunto, conforme a herança histórica e tradição de cada um. Por isso, é importante ter um encontro com nossa própria tradição, enxergando daí nossos próprios preconceitos, todos os juízos já construídos, “distinguindo os *verdadeiros* preconceitos, sob os quais compreendemos, dos *falsos* preconceitos que produzem os *mal-entendidos*” (GADAMER, 2008, p. 395, grifo do autor).

Só de manter uma distância temporal conseguimos suspender nossos preconceitos. Assim, a distância histórica pode nos mostrar o verdadeiro sentido de algo, insiste Gadamer (2008). Na sua concepção, “o tempo já não é, primariamente, um abismo a ser transposto porque separa e distancia, mas é, na verdade, o fundamento que sustenta o acontecer, onde a atualidade finca suas raízes” (GADAMER, 2008, p.393).

A possibilidade de adquirir uma certa visão panorâmica, o caráter relativamente concluído (*Abgeschlossenheit*) de um processo histórico, o seu distanciamento com relação às opiniões objetivas que dominam o presente, tudo isso são, até certo ponto, condições positivas da compreensão histórica (GADAMER, 2008, p.394).

Isso não significa, entretanto, que ao suspender seu próprio preconceito, o pesquisador o deixará de lado “e que o outro ou o diferente venha a substituí-lo imediatamente em sua validade” (GADAMER, 2008, p. 396). Isso, segundo Gadamer (2008), seria ingenuidade. Mas é somente reconhecendo nossos próprios preconceitos que conseguiremos compreender a verdade do outro. Ao nos deslocarmos de nosso horizonte histórico para o do outro, nos transportaremos para a situação vivida pelo outro, poderemos compreendê-lo, pois neste momento nos tornaremos “conscientes da alteridade e até da individualidade irreduzível do outro precisamente por nos deslocarmos à sua situação” (GADAMER, 2008, p. 403).

Gadamer (2007, p. 16) faz questão de deixar claro que esta distância não é só a histórica, que tem a função hermenêutica de “superar conotações falsas e aplicações destrutivas”. É, portanto, mais prudente falar de uma forma geral de distância. Desta forma, para suspender os preconceitos, é necessário, também, perguntar o que o outro quer dizer. Para Gadamer (2008, p.396), “a essência da pergunta é abrir e manter abertas possibilidades”. É através das perguntas que o intérprete abre “possibilidades de sentido, e com isso aquilo que possui sentido passa para a opinião pessoal” (GADAMER, 2008, p. 489). Só compreendemos aquilo que perguntamos. É o que buscamos fazer nesta dissertação: interpretar perguntando ao outro, e também, a nós mesmos. Os próximos capítulos mostram, assim, como foi essa trajetória.

4 HISTÓRIA DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU E DAS SUAS USINAS HIDRELÉTRICAS

O Território Cantuquiriguaçu está localizado na mesorregião geográfica Centro-Oeste do Estado do Paraná (CONDETEC, 2004). Ao mesmo tempo, somente é separado da mesorregião Sudoeste pelo rio Iguaçu. Sendo assim, neste capítulo trataremos de descrever a história e os traços culturais do território, tendo por base os estudos relativos às mesorregiões Oeste, Centro-Sul e Sudoeste do Paraná, que em muitos aspectos são bastante similares. Entendemos, portanto que as características encontradas em todas estas localidades colaboraram com a formação dos sujeitos que hoje habitam o Território Cantuquiriguaçu. Neste capítulo, portanto, iremos expor a história e os aspectos culturais do território, buscando encontrar estes sujeitos. Como as usinas fazem parte da paisagem territorial e definem, até certo ponto, o modo de vida dos habitantes locais, trataremos aqui da história destes empreendimentos e o deslocamento dos ribeirinhos atingidos por sua construção.

4.1 (RE)OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

Quando falamos da história de Cantuquiriguaçu, falamos ao mesmo tempo da história de (re)ocupação⁴⁷ de terras no Oeste, Centro-Sul e Sudoeste do Paraná. História esta sempre marcada por conflitos pela terra, primeiro entre os brancos e os índios, depois entre colonizadores e colonos, e ultimamente entre sem-terra e latifundiários ou entre pequenos produtores rurais e donos das usinas hidrelétricas. O Oeste e o Sudoeste do Paraná também foram palcos de disputa entre o Brasil e a Argentina, pois, segundo Alves, Paiva e Lima (2007, p.7), ambos “pleiteavam a posse da região rica em erva-mate e pinheiros araucárias”.

Até o final do século XVIII, a população paranaense ocupava o litoral e a região de Curitiba a Ponta Grossa, Castro e Lapa. Estas localidades cresceram devido ao movimento de tropeiros que iam do Rio Grande Sul à São Paulo transportando animais, sendo este, por muito tempo, o único meio de ligação entre o sul e o sudeste do Brasil. Pessôa e Piccinato (2007, p.201)

⁴⁷ Falamos aqui de (re)ocupação de terras porque partimos do momento da entrada do homem branco na região. Antes da sua chegada, no século XVIII, o local já era habitado por grupos indígenas, conforme esclarece Wachowicz (1985).

afirmam que “ao longo desse caminho, inúmeros pontos de parada de tropeiros (os chamados pousos), com a progressiva fixação de moradores, evoluíram para freguesias, vilas e depois cidades”. Desta forma, a maior parte do território paranaense que conhecemos hoje era coberta pela mata das araucárias ou pela floresta subtropical e habitada somente por populações indígenas. Era, portanto, um território desconhecido e abandonado por aqueles que governavam o país.

Entre as regiões aqui estudadas, a primeira mesorregião a ser ocupada pelos brasileiros vindos de outras localidades e estrangeiros imigrantes foi a Centro-Sul, mais especificamente os Campos de Guarapuava. Foi no começo do século XIX, segundo Wachowicz (1985), que teve início a conquista dos Campos de Guarapuava. Aproveitando a infra-estrutura instalada pelos criadores de gado nas margens do caminho que ligava Viamão, no Rio Grande do Sul, até Sorocaba em São Paulo, iniciou-se a (re)ocupação dos Campos Gerais.

Esta população, formada principalmente por famílias vindas do litoral, de Curitiba e dos Campos Gerais, se especializou na criação de gado e na agricultura de subsistência. Segundo Cleve (2007, p.187), “no começo do povoamento, havia as grandes fazendas de gado e das muladas xucras trazidas da província de São Pedro do Viamão pelos tropeiros, cujos animais eram aqui submetidos à invernagem e à doma pelos peões [...] para depois serem levados às Feiras de Sorocaba, SP”. A economia regional girava, então, em torno do gado; a agricultura ocupava um papel secundário: se plantava somente o necessário para o consumo familiar.

Imigrantes de origem européia também foram para a região. Poloneses, alemães e ucranianos se dirigiram ao Centro-Sul do Estado já no final do século XIX. Oliveira (2008, p.4) escreve que “entre os anos de 1892 e 1910 cerca de 35.000 imigrantes de descendência européia, vieram ocupar a região Centro-Sul do Estado do Paraná, sendo a micro-região de Irati, a mais ocupada por ucranianos e também poloneses”.

É exatamente este último grupo - os poloneses - que introduziu a carroça como meio de transporte no Paraná. Conforme afirma Bahls (2007, p.42), “esse fato é importante, enquanto difusor de uma atividade comercial, ao mesmo tempo em que inseria o imigrante no sistema econômico agroexportador por meio de uma necessidade básica, a do transporte”.

Wachowicz (2001, p.175) escreve que após a (re)ocupação dos Campos de Guarapuava, os moradores desta região ficaram sabendo “de que em direção ao sudoeste existiam outros campos propícios à pecuária”. Assim, dois grupos partiram para o sudoeste, com o objetivo de povoar a região ainda bastante desconhecida do Paraná e, assim, impedir a ocupação pelos argentinos, visto que este país reivindicava estas terras como suas⁴⁸.

Ao mesmo tempo, a população estabelecida em Guarapuava queria impedir o avanço dos paulistas, “protegidos pelo governo provincial” (WACHOWICZ, 2001, p.175). Para os paranaenses, esta região lhes pertencia de direito.

Desta forma, alguns fazendeiros que já ocupavam regiões mais tradicionais – litoral, Campos de Curitiba e Campos Gerais - do Paraná se dirigiram ao Sudoeste para tomarem posse das terras devolutas. Estes caboclos⁴⁹, que se deslocavam para o interior desconhecido, não detinham a posse legal da terra através de escrituras. Neste tempo, o meio usual de aquisição de terras no interior era a posse.

A (re)ocupação do território não foi fácil. A região Sudoeste do Paraná era habitada por índios caingangue, na sua maioria hostis à presença do homem branco, o que gerou muitos conflitos. Várias vezes os acampamentos foram atacados pelos índios. Além disso, a comunicação com outras regiões era quase inexistente. O único caminho que existia e ligava a região com o restante do país, principalmente com Curitiba, Paranaguá, São Paulo e Rio de Janeiro, passava por Guarapuava – na verdade, como frisa Wachowicz (1985), era uma picada no meio da mata – o que tornava o transporte caro e lento.

⁴⁸ Tanto o Brasil quanto a Argentina consideravam como parte de seus territórios os vales entre os rios Iguaçu e Uruguai. Para resolver o problema, ambos os países resolveram que “quem ocupasse os territórios em disputa, isto é, o lado que tivesse o *uti possidetis*, ganharia a questão e anexaria o território” (WACHOWICZ, 1985, p.14). Daí a pressa das autoridades imperiais em promover a ocupação do território.

⁴⁹ Wachowicz (1985, p.104) frisa que “o caboclo do sudoeste não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamentos de sertanejo [...]. Porém o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura [...]. A grande maioria dos caboclos eram o que poderia denominar de pobres, possuíam 5, 6, 8 alqueires de posses. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu [...]. O caboclo, comparado com o colono que mais tarde veio na frente pioneira, procedente do sul do país, era considerado pelos componentes dessa frente como elemento de vida mais simples.

Afora os índios, o maior problema inicial dos pioneiros de Palmas, foi a obtenção de sal, produto básico para a sobrevivência do gado, que vinha de Guarapuava e era muito caro. Para obtê-lo, de forma mais rápida e barata, procurou-se encontrar uma ligação mais eficiente com Curitiba. Resolveram procurar o rio Iguazu e localizar um posto pelo qual pudessem chegar aos campos de Curitiba [...] (WACHOWICZ, 1985, p.15).

Primeiro tentaram abrir um caminho que ligasse o sudoeste diretamente a Curitiba, pois esta seria “a melhor maneira para os fazendeiros de Palmas receberem o sal para o gado, do porto de Paranaguá” (WACHOWICZ, 1985, p.59). No entanto, a conservação da estrada não era regular - o que a deixava em péssimas condições grande parte do ano - e a maioria da tráfego continuou sendo feito mesmo por Guarapuava. Assim, as mercadorias chegavam excessivamente caras e o gado exportado pelos fazendeiros do sudoeste “não chegava gordo aos mercados da capital e litoral” (WACHOWICZ, 1985, p.60).

Apesar disso, segundo Wachowicz (1985, p.59) a estrada que ligava Palmas a Curitiba “abria a perspectiva para o povoamento de uma nova região: o vale médio do rio Iguazu”, pois posseiros vindos da região de Curitiba “estabeleceram-se às margens desse novo caminho e do rio Iguazu”.

A fim de ligar o Sudoeste do Paraná ao Rio Grande do Sul abriram a estrada das Missões. Isto facilitou o escoamento da erva-mate para o Rio Grande do Sul e Argentina, grandes consumidores do produto. Assim, em meados do século XIX “a região passou a ser freqüentada por predadores de erva-mate, em sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul e da Argentina. A exploração da erva-mate passou a ser, depois da criação de gado bovino, o maior negócio da região” (WACHOWICZ, 2001, p.177). Estes predadores não possuíam residência fixa na região e, por isso, a população do Sudoeste paranaense era na maioria nômade.

O contato com os argentinos sempre foi amigável. Desta forma, muitas brasileiras se casaram com argentinos. Até mesmo os primeiros anos da escola de muitos brasileiros de famílias do Sudoeste foram feitos na Argentina, visto não existirem instituições de ensino brasileiras naquela região. Wachowicz (1985, p.73) conta que:

Brasileiros e argentinos sempre se deram muito bem. Talvez a difícil luta pela sobrevivência levava a uma exemplar convivência com os argentinos, para solucionarem os problemas comuns. Nunca existiu desejo de infiltração nem de dominação por nenhuma das partes. Por isso o casamento entre as duas nacionalidades tornaram-se freqüentes.

Wachowicz (1985, p.65) afirma que “no início do século XX, o sudoeste paranaense [...] continuava a ser um imenso vazio demográfico”. Como os fazendeiros de gado não se interessavam por nenhuma terra que não fosse propícia ao criatório, as terras mais a Oeste não despertavam interesse. Segundo Wachowicz (1985, p.65):

Em toda a região de criatório no Paraná, ou seja, nos Campos Gerais, Guarapuava, Palmas etc., desenvolveu-se desde o século XVIII o preconceito contra a agricultura. Era sempre mais fácil e de maior *status* social tocar uma tropa de muares e/ou bovinos, ou trabalhar como peão de fazenda, do que agüentar o cabo da enxada ou talvez a barra de um arado.

Esta situação fez com que o feijão e o milho, gêneros de primeira necessidade, tivessem que ser trazidos de outras regiões. Buscando em jornais da época, Wachowicz (1985, p.66) encontrou depoimentos de fazendeiros da região que afirmavam que “os campos de Palmas carecem de fertilidade e o caboclo não se presta à lida da agricultura”. Os fazendeiros responsabilizavam os caboclos pela estagnação da economia regional. Entretanto, naquele território também não existiam indústrias: os tijolos, as telhas, a areia e, até mesmo, a madeira, tinham que ser importadas. Na década de 1920 em Palmas só existiam “três pequenas serrarias, uma pequena olaria de tijolos, uma fábrica de gazosa (*sic*) e um pequeno monjolo” (WACHOWICZ, 1985, p.67) que não venciam a demanda da região.

A verdade é que colher alguma quantidade de mate permitia aos caboclos dinheiro suficiente para comprar aquilo que não conseguiam produzir em suas posses, como armas, sal e tecido para as roupas. O estilo de vida dos caboclos contribuía com o preconceito sobre eles. Numa notícia veiculada no jornal “Comércio do Paraná” em 1923 (*apud* WACHOWICZ, 1985, p.67), os caboclos do sudoeste do Estado eram caracterizados como “cadáveres ambulantes” que colhem a erva-mate num curto período do ano e passam o resto do tempo “a sugar o chimarrão e cantar o Quero Maná”.

Após a revolução federalista⁵⁰, no começo do século XX, um novo elemento começou a marcar presença no Sudoeste paranaense: o gaúcho, denominado pelos paranaenses de “gringo” ou “de origem”. Wachowicz (1985, p.68), lembra que “perseguições e questiúnculas políticas vigentes em terras gaúchas, transformaram o Paraná, em terra de refúgio”, visto que independente de que lado a pessoa estivesse na revolução, seja ela “maragato” ou “picapau”, não era perseguida no Paraná. Os dirigentes paranaenses tinham somente interesse em povoar seu extenso território e, portanto, recebiam sem preconceito quem se dispusesse a habitá-lo.

Aqui é bom lembrar o que Bosi (2001, p.12) fala sobre o que motiva a colonização:

As tensões internas que se dão em uma determinada formação social resolvem-se, quando possível, em movimentos para fora dela enquanto desejo, busca e conquista de terras e povos colonizáveis. [...] A colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório” (BOSI, 2001, p.12).

O gaúcho veio para o Paraná, conforme afirma Wachowicz (1985), em busca de refúgio, mas também, como defende Germani (2003, p.24) tendo como motivo principal “a necessidade de terem um pedaço de terra para plantar, coisa que nos seus lugares de origem estava cada vez mais difícil encontrar”. Eles vinham, portanto, em busca de uma perspectiva de vida. Procuravam um novo território para criarem suas famílias, para escreverem uma nova história, seja porque estavam fugindo de conflitos ideológicos ou por falta de terra. Em ambos os casos, se deslocaram para o Paraná devido a tensões internas, conforme defende Bosi (2001).

Ao contrário dos predadores de erva-mate, os colonos⁵¹ queriam se estabelecer no novo território. Como já vinham de famílias que lidavam com a terra, esperavam poder adquirir, pelo menos, um pequeno sítio no Paraná. O certo é que quando da chegada dos colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, as terras do Sudoeste já estavam, como as de suas localidades de origem, todas ocupadas. Segundo Wachowicz (2001, p.181, grifo do

⁵⁰ A revolução federalista ocorreu entre 1893 e 1895. Neste período havia no Rio Grande do Sul duas correntes políticas, a dos picapaus e a dos maragatos. Os picapaus eram republicanos que apoiavam o governo central. Já os maragatos se opunham ao controle exercido pelo governo central e exigiam mais liberdade ao governo local. Queriam, portanto, um governo federalista (HOERNER JÚNIOR, 2007, p.23).

⁵¹ França (2007) constatou que na região de Candói, um dos vinte municípios de Cantuquiriguaçu, até hoje são chamados de colonos os descendentes de imigrantes europeus que se instalaram na área rural do território.

autor) “a posse não era definitiva: quando os agricultores com capital chegavam a uma região de vanguarda *compravam* a posse do caboclo ou o expulsavam da região, à força”. As terras naquela região distante e inóspita quase não valiam nada e, ademais, os caboclos sabiam que se não saíssem por vontade própria, corriam o risco de serem expulsos. “Os caboclos trocavam suas posses por um cavalo, um boi gordo, uma espingarda, um pelego etc. Passavam num simples papel sua desistência e embrenhavam-se no sertão, procurando abrir uma nova posse mais adiante” (WACHOWICZ, 2001, p.181).

O tipo de agricultura que os colonos praticavam era incompatível com o sistema de criação de porcos dos caboclos. “A aceleração da urbanização no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, estimulou a criação de suínos em todo o sul do país” (WACHOWICZ, 1985, p.88). O aumento significativo do consumo de banha e de derivados do porco abriu uma nova possibilidade econômica ao posseiro, que já trabalhava com a extração de erva-mate. Como a erva-mate era um produto sazonal, sua extração ocorria entre maio e agosto, e o suíno ocupava o caboclo principalmente nos meses mais quentes do ano, a sua criação⁵² “tornou-se uma atividade entre safra do mate” (WACHOWICZ, 1985, p.89).

Segundo Bahls (2007, p.59), “embora no começo do século XX, a região ainda fosse classificada como coberta de florestas inóspitas, onde viviam feras e bandidos, estrangeiros e nacionais ali se estabeleciam para tomar posse das terras e explorar a erva-mate e a madeira”. Embora de forma desorganizada e contando com períodos onde problemas externos – como as revoluções - incentivaram o maior movimento de migrantes para a região, o Sudoeste continuou sendo o local de destino de inúmeras pessoas.

Neste contexto, a revolução de 1924 significou um novo estímulo para a migração gaúcha para o Sudoeste do Paraná (WACHOWICZ, 1985). Da mesma forma que na época da revolução federalista do final do século XIX, muitas famílias oriundas do Rio Grande do Sul se dirigiram ao interior do Paraná devido às rivalidades que ficaram entre opositores no seu Estado de origem. Elas, tal como seus patrícios que se instalaram no Sudoeste após a revolução federalista, vinham em busca de segurança.

⁵² De acordo com Wachowicz (1985, p.89) a criação do suíno no sudoeste do Paraná era feita de forma primitiva: “não se utilizava de chiqueiros nem de mangueirões para sua criação. O porco era criado solto no mato. Alimentava-se de frutos silvestres, pinhão, vegetação etc.” Nesta mesma época, no Rio Grande do Sul já se criava o porco no chiqueiro.

Com a chegada dos colonos vindos do Sul, só restava aos posseiros ou se adaptar ao novo sistema de agricultura ou vender sua posse e se embrenhar mais na mata a Oeste. A maioria preferiu ir embora (WACHOWICZ, 1985). Foi desta forma que os caboclos foram se embrenhando na mata, se estabelecendo em novas regiões, e avançando na ocupação das terras paranaenses. Estes posseiros formavam a frente da frente da colonização⁵³, abrindo caminho e derrubando matas para os colonizadores que vinham logo atrás. De acordo com Wachowicz (1985, p.83):

O sistema de posse era “itinerante”, ele uma vez implantado, não se torna definitivo. Quando os agricultores que vinham numa frente pioneira atingiam a *frente da frente*, adquiriam as posses por compra ou expulsavam os posseiros à força. Por isso, o sistema nunca era definitivo, mas condicionava a rede fundiária que se instalava na região.

Não houve, portanto, uma resistência por parte dos caboclos à chegada dos colonos (LANGER, 2007). O que houve foi o estranhamento entre os grupos, resultado do choque cultural e das concepções econômicas diferentes. Bahls (2007, p.97) explica que:

O caboclo, de vida simples e humilde, não via com bons olhos a chegada dos migrantes, como os gaúchos, descendentes de europeus. A expressão “gringos” é um indicativo de como eles eram percebidos pelos caboclos, como alguém de fora, que não fazia parte daquela comunidade.

Os colonos também estranharam os caboclos, que tinham um modo de vida bem diferente deles. Criar os porcos soltos no mato, colher mate no inverno e plantar somente o necessário para a sua sobrevivência significava para o colono que o caboclo não tinha propensão para o trabalho⁵⁴. “O cultivo das potencialidades econômicas da floresta e sua significação cultural são interpretadas como incapacidade ou falta de vontade (talvez indolência) de trabalho duro, próprio dos ‘verdadeiros’ colonos” (LANGER, 2007, p. 84). Até mesmo os hábitos de higiene

⁵³ Os caboclos foram os primeiros não índios a entrar numa região e, por isso, são considerados a frente da frente da colonização, conforme defende Wachowicz (1985).

⁵⁴ Esta visão ainda hoje faz parte da historiografia paranaense, justificando, muitas vezes, a apropriação das terras pelos colonos. Na opinião de Langer (2007), os relatos históricos quase sempre deixam o indígena e o caboclo fora do processo de ocupação de terras no Paraná. Quando estão presentes eles são definidos e classificados “a partir de uma escala de valores estranha a eles” (LANGER, 2007, p. 91). “Sua produção econômica, sua vestimenta, sua residência e sua concepção de propriedade (o desinteresse pela legalização da posse) são apresentadas como carências que com a colonização sulista foram suprimidas” (LANGER, 2007, p. 91). E este preconceito não surge do nada. Ele faz parte dos sentimentos, dos valores e dos sentidos enraizados numa sociedade, que engloba, também, os historiadores.

dos caboclos eram considerados estranhos. Wachowicz (1985) conta que muitos colonos achavam os caboclos um povo sujo. Um deles chegou a afirmar que parecia que os caboclos “não se lavavam, catingavam que nem bode” (WACHOWICZ, 1985, p.112).

Enquanto o caboclo paranaense convivia muito bem com os argentinos que vinham atrás da erva-mate, inicialmente, com o gaúcho, ele não queria ter contato. “Os colonizadores encontravam sinais de sua presença pelo mato, mas os caboclos fugiam sempre que os mesmos se aproximavam”, afirma Wachowicz (1985, p.107). O caboclo era considerado primitivo pelos colonos sulistas, que, naquele momento, usavam técnicas mais modernas de cultivo e criação de animais frente ao que se desenvolvia no Sudoeste. Culturalmente, eles eram bem diferentes. Talvez os argentinos fossem muito mais parecidos com os caboclos paranaenses do que os colonos sulistas.

Enquanto os caboclos eram brasileiros “puros” há gerações, os colonos que ocuparam a região Sudoeste do Paraná eram formados, na sua maioria, por descendentes de italianos e alemães (GERMANI, 2003). Willems (1944 *apud* OLIVEIRA, 2006, p.102) defende que “a cultura cabocla é nômade, faz uso predatório da terra e dos recursos naturais, tem uma existência vegetativa e é auto-suficiente”. O modo de vida pré-capitalista do caboclo colide com os costumes do colono que estava chegando⁵⁵.

Este último estava acostumado com o comércio, com a propriedade, em suma, com o modo capitalista de produção que previa acumulação de lucros. O colono, então, plantava para consumo próprio e para comercializar o excedente. Além disso, segundo Wachowicz (1987, p. 178) “o colono que veio do Rio Grande, era um colono formado, um colono que sabia trabalhar a terra, plantar e colher os frutos, progredir”. Coisas que os caboclos faziam de modo mais rudimentar.

⁵⁵ Apesar do caboclo ser considerado pelos colonos como um sujeito sujo e preguiçoso, eles serviram bem como empregados nas propriedades dos colonos. Segundo Wachowicz (1985, p.106) “o caboclo era considerado como excelente mão de obra para a lavoura e criação de porcos”. Só não serviam, portanto, para serem donos das suas próprias terras. Na visão dos colonos, os caboclos só trabalhavam se fossem empregados.

As relações entre estes dois grupos só começaram a melhorar quando os caboclos começaram a adquirir seus próprios lotes de terra⁵⁶. Um colono que se instalou na região, em depoimentos dados a Wachowicz (1985, p.107), lembra que:

Só depois que nós conseguimos fazer alguns negócios de terras, a prazo, com muito jeito, para que eles comprassem e fossem pagando à medida que pudessem, devagarinho, é que conseguimos fixar uma grande parte. Nessa hora, eles passaram a tratar a gente diferentemente. Eles já nos enfrentavam de igual para igual, não fugiam mais. Até procuravam o encontro. A propriedade modifica a pessoa. Ter ou não ter é diferente. Eles se sentiam muito rebaixados quando não tinham nada. Mas, quando têm, eles já tratam de igual para igual [...].

A partir disto, não demorou muito para que começassem a ocorrer “os casamentos entre os dois agrupamentos” (WACHOWICZ, 1985, p.105). E os casamentos eram um dos motivos de bailes, mas não o único. Wachowicz (1985, p.111) diz que “o baile era o principal meio encontrado pela população cabocla e pelos colonos, para se divertirem e fazerem passar o tempo. [...] Quase todos os sábados e domingos havia baile” nas bodegas e nas casas das famílias. Inicialmente, os caboclos e os colonos não se misturavam. Cada grupo fazia as suas festas em separado. Conforme a amizade entre os dois grupos foi se formando, os bailes se tornaram o local dos grandes encontros e divertimentos de toda população, seja caboclo ou colono.

Nos bailes, muitas vezes, ocorriam “entreveros”, vários deles resultando em mortes. Naqueles períodos iniciais de colonização, quase todos os homens andavam armados. “Os locais de brigas e tiros eram preferencialmente nas bodegas, nas carreiradas de cavalos e nas festas. Nos bailes em casas particulares, dava menos briga porque nelas havia alguém que recebia e guardava os revólveres” (WACHOWICZ, 1985, p.109). Mas estes não eram considerados criminosos; matar após uma briga era até tolerado. O que não se aceitava era “matar para roubar e matar para praticar ou fazer sem-vergonhada. A ofensa física desmoralizante para a mulher ou as filhas, não podia ser tolerada” (WACHOWICZ, 1985, p.111). Como os homens andavam muito no mato, tinham que se proteger do ataque de animais. Além disso, devido ser um território ermo, o Sudoeste se tornou uma das regiões preferidas para servir de esconderijo para criminosos. Não raro, a região abrigou foras-da-lei. Wachowicz (2001, p. 335) fala que

⁵⁶ Os caboclos tiveram que adquirir terras que antes da chegada dos colonos tinham pertencido a eles, como posseiros.

depois de União da Vitória “deixava-se praticamente a civilização para trás e entrava-se no domínio da pistola [...]”.

Neste mesmo período, emerge no meio intelectual e político da capital do Estado, Curitiba, o sentimento de que o Paraná estava perdendo suas raízes. Era necessário, então, criar a identidade paranaense através da “eleição de símbolos considerados representativos do Estado” e da divulgação “da sua história e de suas tradições” (BAHLS, 2007, p.67). O problema é que o Paraná já era formado por diferentes culturas e, devido a isso, era difícil elaborar uma identidade para o Paraná que pudesse ser aceita da mesma forma por todos os paranaenses. Sobre isto, Bahls (2007, p. 68) escreve:

Na verdade, o que se viu foi a transposição de um projeto identitário, que seria mais local para o nível do total, ou seja: a identidade pretendida para o Estado do Paraná adequava-se a sua capital, mas não necessariamente ao restante do território. A “divisão” populacional que se formava, sobressaindo de um lado os imigrantes europeus, próximos à região de Curitiba e, de outro, as centenas de paulistas, gaúchos e mineiros que migravam para o Paraná, provavelmente justificaria a complexidade em se estabelecer um sentimento de pertencimento à terra paranaense, sentimento esse essencial para a vigência de uma identidade coletiva.

Os colonos sulistas, por exemplo, que se radicaram no Sudoeste e depois no Oeste do Paraná, se reconheciam mais como gaúchos do que como paranaenses (WACHOWICZ, 1985). Desta forma, levaram o tradicionalismo para os outros Estados brasileiros, para aonde emigraram (OLIVEIRA, 2006). No entanto, estes colonos vindos do Sul eram, na sua maioria, imigrantes europeus ou filhos deles, provenientes não dos pampas do Rio Grande do Sul, mas sim da região Noroeste do Estado. Naquela época, ser colono, no imaginário popular não era tão grandioso quanto ser um gaúcho⁵⁷. Este era uma figura quase mítica, o grande estancieiro criador de gado, que os imigrantes “idealizavam [...] como [um] tipo socialmente superior”. Assim, identificar-se como “gaúcho” significa, para o colono, “uma forma de ascensão

⁵⁷ Bethell e Souza (2001, p.639) dizem que “ao fim do período colonial, os pampas eram habitados por gado selvagem, índios indômitos e *gauchos* insubmissos. O *gaucho* era o produto de uma mistura de raças; há controvérsias sobre os componentes dessa mistura, mas não há dúvida de que existiam três raças no litoral: índios, brancos e negros. Numa definição simples, o *gaucho* era um homem livre em cima de um cavalo. Mas o termo foi usado pelos *contemporaneos* e por historiadores posteriores num sentido amplo para designar as pessoas do campo em geral. [...] O nomadismo do *gaucho* tinha muitas implicações sociais. Impedia o trabalho ou emprego fixo. Propriedade, diligência, habitação eram conceitos que ele desconhecia. O mesmo acontecia com sua família. [...] Entre os *gauchos* e os peões as uniões eram temporárias e as famílias resultantes estavam unidas de modo bastante frouxo. O casamento era uma exceção, e as mães não-casadas é que formavam o núcleo da família rural, pois era ela o único membro do par que estava permanentemente presente”.

social”, segundo Oliven (1992 *apud* OLIVEIRA, 2006, p.95). Oliven (1992 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 96) ainda destaca:

Os colonos que emigraram do Rio Grande do Sul e foram se estabelecer em outras unidades do Brasil, ao cultuarem os costumes e valores das estâncias da campanha estão fazendo referência ao mundo ao qual na verdade jamais pertenceram. Ao saírem do estado, onde eram no máximo proprietários de apenas alguns hectares de terra, e adquirirem glebas bem maiores em áreas de fronteiras agrícolas, eles simbolicamente deixaram de ser pequenos colonos e transformaram-se em grandes fazendeiros, isto é, “gaúchos”.

Neste período, o ciclo da erva-mate estava chegando ao fim, sendo substituído pela exploração da madeira. Assim, a madeira se torna um dos produtos mais exportados pelo Paraná. A partir da década de 1930, “a indústria madeireira expandiu-se pelos municípios paranaenses, empregando trabalhadores da região” (BAHLS, 2007, p.109).

Segundo Hoeflich (2003, s/p), sobre o ciclo da madeira no Paraná:

O grande fator propulsor da exportação do pinheiro paranaense foi, sem dúvida, a Primeira Guerra Mundial, pois com a impossibilidade de importação do similar estrangeiro, o pinho-do-paraná passou a abastecer o mercado interno e o argentino. Multiplicaram-se as serrarias, concentrando-se no centro-sul e deslocando-se para o oeste e sudoeste do Estado, à medida em que se esgotavam as reservas de pinheiros, mais próximas das ferrovias. Transformou-se assim, a exportação de pinho, na nova atividade econômica paranaense, ultrapassando a importância da erva-mate como fonte de arrecadação de divisas para o Estado.

Este ciclo durou até meados da década de 1940, com a extinção quase total dos pinheiros: “da primitiva floresta de pinheiro-do-paraná originalmente existente no Estado do Paraná, resta aproximadamente 1%” (HOEFLICH, 2003, s/p). Estudos da época, segundo Bahls (2007, p.111) mostraram que o rio Iguaçu estava de “tornando inavegável com as devastações de pinheiros feitas não muito longe de suas margens”.

É neste momento que as grandes colonizadoras profissionais começam a atuar na região. Com a mata descoberta, é hora de se vender os terrenos para os colonos. A Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ)⁵⁸, por exemplo, foi criada para exportar e

⁵⁸ Deitos (2007, p.2) verificou que a MARIPÁ não vendia as terras para qualquer um que quisesse adquiri-la. Ela dava preferência aos colonos que vinham do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de descendência italiana ou alemã, já que os “considerava portadores de ‘mão-de-obra esmerada’ e de ‘maior valor produtivo’ ”.

industrializar madeira e comprar e vender terras aos colonos sulistas (DEITOS, 2007).

Juntamente com a expansão da sociedade camponesa do sul do país, que tentava reproduzir-se no sudoeste paranaense, veio o interesse dos serradores. Esses, eram detentores de pequenos capitais acumulados, freqüentemente na mesma atividade no Rio Grande do Sul ou Santa Catarina e que vinham tentar melhorar a sorte no Paraná. A confusão fundiária reinante no sudoeste era fator que lhes poderia proporcionar lucros maiores e mais rápidos. As serrarias clandestinas então se multiplicaram. O serrador explorava a madeira e depois vendia a terra, como se fosse uma posse. Na realidade não passava de um pequeno grileiro de terras (WACHOWICZ, 1985, p.202).

Na década de 20, a região ainda estava abandonada pelos governantes do Estado do Paraná. Wachowicz (1985, p.140) escreve que “o Estado do Paraná fazia-se presente de duas formas consideradas negativas: o fisco e a polícia”. Desta forma, para a população local, o ideal seria criar um território independente, o Território do Iguaçu. É certo que este movimento ganhou força política quando as companhias imobiliárias gaúchas, que tinham interesses na região⁵⁹, formaram um grupo para pressionar o então Presidente da República, Getúlio Vargas, a criar o Território. E isto foi o que aconteceu em 1943, ficando Laranjeiras do Sul designada como capital⁶⁰.

Com a queda de Vargas, em 1945, os políticos do Paraná encontraram o momento propício para desfazer o Território Federal do Iguaçu (WACHOWICZ, 1985). Como a população do Iguaçu tinha dúvidas quanto à reintegração do território ao Estado do Paraná, o governo paranaense prometeu que “seria criado um departamento, autônomo financeiramente, com verbas próprias e dependendo diretamente da administração, especialmente voltado para esse território” (WACHOWICZ, 1985, p.153). Desta forma, a população do Iguaçu deu apoio aos políticos paranaenses para que o território voltasse a fazer parte do Estado do Paraná.

⁵⁹ Wachowicz (1985, p.153) afirma que a criação do Território do Iguaçu não levava em conta os interesses locais, mas sim os das empresas colonizadoras rio-grandenses. Para ele, “o Iguaçu foi um território criado para ser colonizado preferencialmente pelos gaúchos”.

⁶⁰ A população de Foz do Iguaçu esperava que sua cidade fosse a capital do Território do Iguaçu. No entanto, Laranjeiras do Sul foi a cidade escolhida através do decreto-lei 5.839, de 21 de setembro de 1943, quando passou a ser denominada de Iguaçu (WACHOWICZ, 1985). É interessante notar que “o território do município da ex-Laranjeiras do Sul não fazia parte do território do Iguaçu. A solução foi fácil e improvisada. No mesmo decreto foram baixados os novos limites do território federal”, como lembra Wachowicz (1985, p.149). No decreto de criação do território, o limite norte seria o rio Iguaçu, portanto, Laranjeiras do Sul ficaria fora. Os novos limites criados colocam os rios Restinga Grande e Cavernoso como limites norte do território.

O retorno do Território de Iguaçu aos domínios paranaenses, entretanto, não significou uma mudança no projeto de colonização pelas empresas gaúchas. Pelo contrário, “a década de 50 foi a época do grande *boom* migratório sulista, para a região sudoeste e oeste do Paraná”, segundo informa Wachowicz, (1985, p.155). A presença do imigrante sulista já era percebida desde o início do século XX, mas a população na região até meados do século era predominantemente de caboclos de origem paranaense (WACHOWICZ, 1985). A partir da década de 1950, o colono gaúcho torna-se o elemento majoritário no Sudoeste e Oeste do Paraná, devido, principalmente, a ação das empresas colonizadoras.

A região Oeste do Paraná foi objeto de um padrão de (re)ocupação territorial bastante similar à região Sudoeste: exploração dos recursos da floresta (erva-mate e madeira), imigração de caboclos com implantação de uma cultura de subsistência e, posteriormente, a entrada dos colonos sulistas que trouxeram novas técnicas de exploração do solo. Da mesma forma que no Sudoeste, a ocupação da região, que se iniciou no final do século XIX, se tornou mais intensa a partir da segunda metade do século XX, principalmente devido à ação das companhias colonizadoras (GERMANI, 2003).

Como a (re)ocupação dos territórios a Oeste do Paraná foi mais tardio do que no Sudoeste e Centro, a participação das empresas colonizadoras foi ali muito maior. Foi só a partir da (re)ocupação do Centro e do Sudoeste do Paraná que o Oeste começou a ser ocupado. Este movimento foi primeiro feito pelos caboclos empurrados para o Oeste pelos colonos sulistas que chegavam ao Sudoeste, mas logo as empresas colonizadoras se apropriaram do espaço e começaram a organizá-lo a partir de seus interesses, como defendem Belusso e Serra (2006).

Até a década de 1950, era mais comum na região a agricultura de subsistência (RIPPEL, 2005). Com a entrada dos colonos sulistas, capitaneados pelas grandes companhias colonizadoras, o território passa por transformações na sua base produtiva e social. O colono trouxe na bagagem as práticas mais modernas de produção que foram incentivadas pelas empresas colonizadoras. Afinal, se o colono não conseguisse gerar renda suficiente, não conseguiria pagar as terras que havia adquirido. Ao mesmo tempo, se os colonos não se dessem bem na região, não haveria material para a publicidade que as empresas faziam. Sem a figura do colono que progredia, os negócios das companhias colonizadoras não iriam bem. Segundo Rippel (2005, p. 95), “vai surgindo assim, e se consolidando na região, a sua base econômica, que passa a agir como um grande “imã populacional”, atraindo grandes levas de

migrantes para a área e iniciando sua integração ao espaço econômico nacional no final da década de 1950 e início da de 1960”.

No entanto, o que serviu num primeiro momento como “ímã populacional”, se tornou, num segundo momento, o fator repulsor (RIPPEL, 2005). Ao se estimular a produção de excedentes e a modernização da agricultura, produz-se também um grande número de excluídos que não conseguiram acompanhar a roda do desenvolvimento. Há de se destacar que não basta querer produzir dentro do moderno modelo agrícola. Para isto, são necessárias que algumas características de solo, tamanho da propriedade e recursos financeiros sejam observados. Aqueles que não têm acesso a estas características estão condenados a ficarem de fora do sistema. Germani (2003, p.25) destaca que:

Se num primeiro momento, a ocupação da região [...] se deu no sentido de um fracionamento da terra em pequenas propriedades, a tal ponto que uma das características da estrutura fundiária da região é a predominância de pequenas propriedades, com a introdução da lavoura da soja e do trigo [após os anos 60] e com o ingresso da mecanização, está havendo também uma mudança na estrutura fundiária, no sentido de provocar uma tendência à concentração de terras e um conseqüente processo de emigração.

Para Rippel (2005, p.131) “a região vivenciou uma brutal redução da agricultura familiar e do seu volume total de trabalhadores no campo, vez que o padrão produtivo regional e a mercantilização dos produtos agrícolas reduziram em muito as possibilidades de inserção da produção familiar anteriormente existente”. Desta forma, começa na região um crescente processo de concentração fundiária e o êxodo rural⁶¹.

A terra sempre esteve na origem dos conflitos ocorridos na região. Se nos primeiros anos as revoltas não contavam com a participação de membros de partidos de esquerda, a partir dos conflitos dos anos de 1980 há a presença efetiva de membros de partidos de esquerda que organizam as ações dos movimentos. Sobre cada um destes conflitos trataremos no próximo tópico.

⁶¹ Rippel (2005) lembra que as grandes fazendas da região adotaram rapidamente as práticas modernas de agricultura que aumentavam a produtividade e geraram mais lucros, ao mesmo tempo em que dispensavam grande parte da mão-de-obra. Isto resultou em “[...] dois “efeitos colaterais”: um do aumento do desemprego no campo e outro da redução dos espaços territoriais disponíveis para os pequenos e mini produtores rurais, fato que levou a grande maioria destes a emigrar” (RIPPEL, 2005, p. 133).

4.1.1 CONFLITOS NO TERRITÓRIO

Ainda nos tempos imperiais, o governo contratou uma empresa multinacional, a *Brazil Railway Co.*, de capital norte-americano e inglês, para a construção da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande (WACHOWICZ, 1985). Este contrato previa que o pagamento da obra seria feito em terras devolutas às margens da estrada de ferro. Com a construção da ferrovia, já no começo do século XX, o governo da república teve que entregar à empresa contratada cerca de “oito quilômetros de cada lado da estrada de ferro”. E foi o que aconteceu: o Brasil tituló à *Brazil Railway Co.* milhares de alqueires de terras no território do Contestado⁶².

O problema é que estas terras já estavam nas mãos dos posseiros e dos colonos. Conseqüentemente, uma grande quantidade de caboclos e colonos foram expulsos das terras tituladas à *Brazil Railway Co.*, que, pelas leis brasileiras, eram as legítimas proprietárias. Wachowicz (1985, p.123) relata que “como a população local nega-se a sair de suas posses, os norte-americanos organizaram uma polícia própria, a qual foi devidamente fardada e armada e começou a expulsar os posseiros”.

Ao mesmo tempo, esquentava a disputa entre Paraná e Santa Catarina sobre o território entre os rios Iguaçu, Sai-Guaçu e Negro – chamado de Contestado -, quando “Santa Catarina entrou na justiça federal com uma ação de reivindicação sobre o território” (WACHOWICZ, 1985, p.131). Desta forma, em 1904, esta área do Contestado passou a fazer parte do Estado de Santa Catarina.

Os moradores da região não gostaram nada do resultado declarado pela justiça. Eles alegavam que seriam abandonados pelo governo catarinense – como se já não fossem pelo governo paranaense. Resolveram, então, transformar a região do Contestado em um estado independente: Missões. Movimento este que contou com amplo apoio da população da região, que acreditava que os governantes locais poderiam acabar com as injustiças e com a pobreza. Bethell e Souza (2001, p.787), falam que:

⁶² A Guerra do Contestado foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro, travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916. As terras da região do Contestado eram disputadas por Paraná e Santa Catarina.

Os instigadores do movimento do Contestado foram os seguidores de um coronel, membro da oposição e considerado um amigo dos pobres. Uniram-se a este grupo outras pessoas de diversas origens, elas as vítimas do processo de modernização tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais: camponeses expulsos da terra pela construção de uma estrada de ferro e de uma serraria, pessoas que haviam sido recrutadas entre os desempregados das grandes cidades para trabalhar na construção da ferrovia e depois abandonadas no final de seu contrato, e criminosos que viviam às soltas na região.

A revolta foi abafada em 1916 e seus líderes mortos após várias e difíceis batalhas com as tropas governistas. Segundo Machado (2004, p.322), “Vinhas de Queiroz denomina esta fase da guerra de ‘açougue’, tais o ímpeto e a violência das forças oficiais sobre os redutários”. Neste período muitos líderes foram caçados. A ordem era dizimar os líderes da revolta para que seus subordinados se rendessem. Com a morte dos principais líderes do movimento, este foi se extinguindo.

Um segundo conflito que tomou grandes proporções na região foi a Revolta de 1957. Neste período, “quando poderosos interesses do capital se instalaram no sudoeste paranaense, a violência tornou-se inevitável” (WACHOWICZ, 1985, p.209). Os poderosos interesses do capital a que Wachowicz (1985) se refere são as companhias colonizadoras.

Para entender isso, é necessário ir até o momento em que uma parte da região formava o Território do Iguçu. Em 1943, o Governo Federal criou a Colônia Nacional General Ozório (CANGO) com o objetivo de atrair os colonos sulistas para ocupar as terras do Sudoeste (WACHOWICZ, 1985, p.182). A CANGO formou um modelo de colonização extremamente atrativo aos migrantes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para se ter uma idéia, a CANGO não cobrava pelas terras, dava todo o material e ajudava a construir a casa para o colono e cedia ferramentas e sementes para que agricultor começasse o trabalho na sua propriedade, lembra Wachowicz (1985).

O problema é que a CANGO tinha como objeto as terras que estavam envolvidas num conflito jurídico desde o começo da década de 1920, como conta Wachowicz (1985, p.186):

A família Rupp obteve no final do século XIX, uma concessão do governo catarinense para explorar erva mate e madeiras na região. Essas terras foram tituladas pelo governo paranaense à São Paulo–Rio Grande. Entraram então em conflito os interesses de José Rupp e da São Paulo–Rio Grande.

Assim, “como sua criação havia sido ilegal, não podia fornecer escritura definitiva para os milhares de colonos que conseguiu atrair do sul do país. Seus documentos eram todos provisórios” (WACHOWICZ, 1985, p.183). A partir da década de 1950, nem os documentos provisórios eram emitidos, diz Wachowicz (1985). O que, no entanto, não barrou a ânsia dos colonos de se estabelecerem em suas próprias terras. Cada dia vinham mais famílias.

José Rupp teve seus direitos reconhecidos em 1925, quando o Supremo Tribunal Federal (STF), “avaliou seus prejuízos em Cr\$4.720.000,00” (WACHOWICZ, 1985, p.186). Valor este que José Rupp preferia receber em terras: as glebas Missões e Chopim. Tentou por vários anos um acordo com o governo federal, mas vendo que a negociação não saía, vendeu seus direitos à CITLA⁶³, uma companhia colonizadora, cujos proprietários contavam com amigos no poder do Estado. Desta forma, “não era mais José Rupp que requeria, e sim a CITLA, apoiada pelo governador Lupion” (WACHOWICZ, 1985, p.187). Em 1950, numa operação ilegal, o governo do Paraná, concede à CITLA, Missões e parte de Chopim, lembra Wachowicz (1985).

“A escritura passada à CITLA referia-se a 475.200 ha. e incluía o território da CANGO, com mais de 3 mil colonos assentados, além das sedes dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema” (BATTISTI, 2006, p.69). Só que o governador Lupion iria cobrar os favores feitos aos donos da CITLA. Em 1956, as empresas Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e Apucarana Ltda., do grupo Lupion, receberam da CITLA parte da gleba Missões, afirma Battisti (2006).

A partir deste momento, as empresas colonizadoras começaram a cobrar dos colonos posseiros o pagamento das terras. “Observe-se que os colonos não se negavam a pagar sua propriedade, sobretudo aqueles estabelecidos pela CANGO. Aqueles que compraram as posses, relutavam, pois já haviam pago as mesmas aos posseiros anteriores” (WACHOWICZ, 1985, p.212). O seu medo é que dali alguns anos, outros viessem cobrar pelas suas terras novamente. Portanto, exigiam que “a escritura fosse legal e que o preço cobrado fosse justo”, lembra Wachowicz (1985, p.213).

Mas, as companhias não estavam interessadas nas exigências dos colonos. Pensavam que eles

⁶³ Sociedade Clevelândia Industrial Territorial Limitada.

pouco podiam fazer. Assim, começaram a cobrar de sessenta a oitenta mil cruzeiros por uma propriedade de dez alqueires que tinha valor de mercado entre dez e quinze mil cruzeiros (WACHOWICZ, 1985). Os primeiros corretores de terras que foram enviados à região “eram gente bem vestida” que não conseguiram vender quase nada, segundo Wachowicz (1985, p.213). Em seguida, foram enviados à região jagunços que obrigavam os colonos a adquirirem as terras:

Enquanto os jagunços, que se encontravam a serviço das companhias colonizadoras, agiam violentamente contra os posseiros, cometendo todo tipo de atrocidades contra eles - espancando, estuprando, queimando casas e matando animais e familiares seus -, o Estado, nas suas instâncias local e estadual, por ação das forças políticas favoráveis à grilagem praticada na região, era conivente com a violência (BATTISTI, 2006, p.71).

Assim, afirma Wachowicz (1985, p.213), “quando estes [os jagunços] invadiram o lar do colono, desmoralizando sua família, o colono deixou a enxada e pegou na *winchester*”. O Governo Federal mantinha-se distante do conflito e o estadual era conivente com os interesses das companhias colonizadoras. Diante da ausência de uma ação do Estado para proteger seus interesses, restava aos colonos a iniciativa de defender suas famílias e propriedades.

O conflito se espalhou por todo o território. “Milhares de colonos posseiros pegaram em armas e apoderaram-se dos principais municípios do Sudoeste do Paraná, expulsando e substituindo as autoridades constituídas” (BATTISTI, 2006, p.72). Apesar de a revolta ter se iniciado com os colonos posseiros, a população urbana apoiava a revolta. Os comerciantes que vendiam armas, chegaram a emprestá-las para que fossem utilizadas pelos revoltosos e posteriormente devolvidas, cita Wachowicz (1985). Até mesmo o comércio e a indústria de algumas cidades “foram fechados em protesto contra as brutalidades das companhias” (WACHOWICZ, 1985, p.25).

Temendo um desgaste político, o presidente Juscelino Kubitschek exige que o governador Lupion acabe com a revolta no Sudoeste do Paraná. A única solução encontrada foi fechar as companhias. Com o fechamento das companhias colonizadoras, lembra Battisti (2006), os colonos posseiros continuaram “lutando” para adquirir a propriedade legal de suas terras.

Em 1961, o Presidente Jânio Quadros declarou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim de Utilidade Pública; em 1962, o então Presidente João

Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) com a finalidade de resolver definitivamente o problema das posses. No encerramento de suas atividades, em 1973, haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos (BATTISTI, 2006, p.74).

Um terceiro conflito nasce na região em meados dos anos de 1980. Resolvido o problema com as companhias colonizadoras “a luta tomou outro rumo, ou seja, evoluiu nos ditames da ‘modernização da agricultura’, que implicou, além da conquista da terra, a conquista das condições para o seu racional aproveitamento econômico” (SERRA *apud* BELUSSO; SERRA, 2006, p.30).

A modernização da agricultura é dependente de grandes investimentos em maquinários, sementes selecionadas e insumos. Coisas que os agricultores familiares não detêm, o que inviabiliza suas atividades frente ao modelo de exploração dos grandes proprietários de terras da região. É criado, portanto, um ambiente que exclui grande parte dos agricultores. Oliveira (2001, p.186), defende que:

[...] no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. [...] Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários.

Aqueles pequenos agricultores que vivem da terra há gerações, não têm condições de se manter nela. É assim que, segundo Battisti (2006, p.75), “no final da ditadura militar, a questão agrária avoluma-se como um dos mais complexos problemas nacionais”. Esta situação promove a criação de movimentos sociais de defesa dos direitos dos agricultores desprovidos de terra.

No Paraná, a organização dos agricultores sem terra começa na região Sudoeste e Oeste do Estado, com a criação do MASTES⁶⁴ e do MASTRO⁶⁵. A partir destes movimentos, em 1984 em Cascavel, cidade localizada no Oeste do Paraná, é criado o MST. O movimento que contava com organizações esparsas espalhadas pelo território passou, então, a ter uma organização nacional e todas as ações passaram a ser decididas e articuladas dentro de um

⁶⁴ Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná.

⁶⁵ Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná.

diretório nacional, como a invasão, em 1986, de quinze prefeituras no Paraná e em outros seis Estados brasileiros e a tomada da sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em dois Estados, com o objetivo de forçar a reforma agrária, como lembra Battisti (2006, p.82).

Nos assentamentos do MST na região, podemos encontrar muitos agricultores que perderam suas terras devido à construção das usinas hidrelétricas na região. É por isto que a partir daqui, iremos falar sobre as usinas hidrelétricas instaladas em Cantuquiriguaçu e o deslocamento compulsório dos ribeirinhos.

4.2 USINAS HIDRELÉTRICAS INSTALADAS NO TRECHO DO RIO IGUAÇU QUE ATRAVESSA O TERRITÓRIO E O DESLOCAMENTO DOS RIBEIRINHOS

Devido aos rios da região serem propícios à geração de energia hidrelétrica, Cantuquiriguaçu conta com sete usinas. Das cinco usinas instaladas no rio Iguaçu, principal gerador de energia do Sul do Brasil, quatro estão no Território de Cantuquiriguaçu: UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Salto Segredo), Salto Santiago, Salto Osório e UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia), conforme descritas no Quadro 4.

Usina	Município	Início das Operações	Capacidade Instalada	Empresa Proprietária
Salto Osório	Quedas do Iguaçu	1975	1078 MW	Tractebel
Salto Santiago	Saudade do Iguaçu	1980	1420 MW	Tractebel
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	Pinhão	1980	1676 MW	COPEL
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Mangueirinha	1992	1260 MW	COPEL

Quadro 4 – Usinas hidrelétricas em operação no trecho do Rio Iguaçu que faz parte do Território Cantuquiriguaçu

Estas hidrelétricas, junto com a UHE de Salto Caxias ocupam quase metade da extensão total do rio Iguaçu (FAVRETO, 2008). Extensão que deverá aumentar ainda mais em 2013, quando a Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, no Sudoeste do Paraná, começar a operar⁶⁶.

A ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil) foi até a década de 1990 a companhia responsável pelo planejamento, construção e operação de usinas hidrelétricas no Sul do Brasil a partir de 1969, quando foi constituída como um braço da ELETROBRÁS no sul (SANTOS, 2002). Com as atividades transferidas para a ELETROSUL, ela assumiu a construção das usinas hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago na década de 1970 (ELETROBRÁS, 2007).

A UHE Salto Osório está instalada em Quedas do Iguaçu e possui hoje capacidade instalada de 1.078 MW, segundo dados publicados pela Tractebel Energia (2009b). O seu reservatório ocupa 51 Km². Segundo Gallo (2002, p.1), a construção de Salto Osório se deu em duas etapas: a primeira concluída em 1976, com a execução de todas as obras civis e instalação de quatro unidades geradoras; e a segunda, concluída em 1981, com a instalação de mais duas unidades geradoras. Entre uma e outra houve, segundo Gallo (2002, p.1) “o desvio do leito original do rio [...], em julho de 1970, e o fechamento das comportas para enchimento do reservatório [...], em julho de 1975”.

Logo que os trabalhos de construção da usina Salto Osório foram terminados, a ELETROSUL deu início às obras de outra usina de grande porte na região. Assim, a UHE Salto Santiago começou a ser construída em 1975, em Saudade do Iguaçu (SANTOS, 2002). Possui atualmente potência instalada de 1.420 MW e seu reservatório ocupa 208 Km² (TRACTEBEL ENERGIA, 2009a). Salto Santiago começou a operar em 1980, cinco anos após Salto Osório.

Outra companhia que soube aproveitar os recursos hidrelétricos do rio Iguaçu foi a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), que construiu no território duas usinas de grande porte: UHE Governador Bento Munhoz de Rocha Netto (Foz do Areia) e UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo).

⁶⁶ Em setembro de 2008 a ANEEL concedeu o direito à Neoenergia (grupo privado do Rio de Janeiro) para “construir e operar a hidrelétrica de Baixo Iguaçu. Para isto, irá inundar “13,59 Km² dos municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Nova Prata do Iguaçu, Planalto e Realeza. A estimativa é de que 359 famílias sejam atingidas”. Apesar de a COPEL ter participado do leilão, e perdido, o governador Roberto Requião “afirmou que a licença prévia concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão do governo estadual, é irregular e prometeu cassá-la” (FAVRETO, 2008, s/p).

A construção da usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, conhecida como Salto Segredo, começou em 1975, na cidade de Pinhão, após a aprovação pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Em abril de 1980, houve o fechamento das comportas da usina e, com isso, o enchimento do reservatório que ocupa uma área de 167 Km², segundo dados da Companhia Paranaense de Energia (COPEL, 1995). Em seis meses, a usina, a maior do território, com capacidade de 1.676 MW, começou a gerar energia. “Com sua operação, a geração própria da COPEL atingiu 2,9 bilhões de kWh, contra 1,9 bilhões do ano anterior” (COPEL, 2009, s/p.).

Na década de 1990, houve crescimento da demanda de energia elétrica no país, o que serviu de incentivo para que a COPEL começasse um novo empreendimento hidrelétrico no rio Iguaçu, a construção da UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo). Conforme informações da Companhia Paranaense de Energia, esta foi a primeira usina hidrelétrica do Brasil que teve sua construção precedida por um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Quando inaugurada, em 1992, com uma capacidade de 1.260 MW, “reduziu a dependência paranaense de energia comprada de outros estados” (COPEL, 2009, s/p.).

Como em outras regiões do país, a construção das usinas em Cantuquiriguaçu, deslocou uma grande quantidade de ribeirinhos. Segundo números do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, a construção de usinas no território atingiu aproximadamente quatrocentas famílias de pequenos agricultores, cujas propriedades, parcial ou totalmente, foram inundadas pelas águas após o represamento do rio (CONDETEC, 2004).

Para a instalação do reservatório da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia), por exemplo, foi necessário desapropriar⁶⁷ lotes de terras em cinco municípios da região: Pinhão, Cruz Machado, Bituruna, Porto Vitória, União da Vitória e Porto União. Desta forma, 1.172 propriedades rurais, num total de 13.036 hectares, foram atingidas pelo reservatório, segundo levantamento realizado pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL, 1995).

⁶⁷ Segundo a COPEL (1995) as desapropriações começaram em 1977.

Entre estas propriedades, todo um povoamento, Concórdia, desapareceu após a construção da usina. Neste caso, foi construída na mesma região uma “agrovila dotada de energia elétrica, sistema viário revestido com saibro, rede de água, telefone, campo de esportes, clube, colégio, igreja e cemitério. [...] Além da vila residencial, foi destinada uma área para agricultura, constituída de pequenas glebas rurais” (COPEL, 1995, p.178).

“Foi desenvolvido pela COPEL um trabalho visando realocar a maioria dos expropriados nas áreas remanescentes” (COPEL, 1995, p. 259), pois muitas das propriedades não foram totalmente inundadas. Assim, muitos dos ribeirinhos ficaram na mesma propriedade. Aqueles que não perderam toda sua terra, foram reassentados num local perto do antigo território (COPEL, 1995).

Este deslocamento compulsório dos pequenos agricultores que viviam nas margens do rio, na maioria das vezes, não ocorreu de forma tranqüila. Antes e durante a construção da usina, o conflito, em geral, separa os atingidos: de um lado ficam os ribeirinhos, contrários ao empreendimento, e de outro, os comerciantes, os prefeitos e grande parte da população urbana, esperançosos de que a usina irá trazer desenvolvimento econômico e social para a região (KARPINSKI, 2007). Durante o período das obras, o acúmulo de novos moradores na região alimentam os negócios locais, de mercados a casas de prostituição (SEVÁ, 2008). Anos após o final do processo de transferência dos ribeirinhos, os conflitos ressurgem, desta vez tendo também a participação daqueles que viram os trabalhadores da usina irem embora e as promessas de desenvolvimento não serem cumpridas.

A região também recebeu muitos agricultores que tiveram suas terras inundadas pelo reservatório de Itaipu. A empresa contratada pela Companhia Paranaense de Energia para fazer o Relatório de Impacto Ambiental para a construção da UHE Segredo constata que numa “grande área situada no município de Mangueirinha [...] existem muitos ‘ilhéus de Itaipu’ lá instalados em propriedades médias (30 a 50 ha⁶⁸) [...]” (COPEL, 1987, p. 80). O mesmo relatório denuncia que as condições de vida nestes assentamentos são em geral muito precárias, em virtude da baixa qualidade dos solos e clima bem diferente dos que estavam acostumados na sua região de origem:

⁶⁸ Um hectare é o equivalente a 10.000m².

Em Palmas, no assentamento Passo Fundo, a condição das 40 famílias, na maioria vindas de Itaipu, não é diferente. Mesmo em lotes médios de 15 ha, não têm conseguido produzir sequer para sua sobrevivência, pelos problemas de qualidade dos solos e clima extremamente rigoroso, com geadas freqüentes (COPEL, 1987, p. 81).

Ainda há de se destacar que muitos dos ribeirinhos não receberam nenhum tipo de indenização quando da construção das usinas no território, pelo simples fato de não terem sido reconhecidos como atingidos. São eles os meeiros, os posseiros e os empregados das propriedades que, como os proprietários das terras, perderam sua fonte de sustento. A própria Companhia Paranaense de Energia assume que quando do levantamento dos atingidos para a construção da Usina Segredo foi verificado que numa mesma propriedade viviam várias famílias. Neste caso, somente o proprietário recebeu indenização, as outras famílias que ali viviam, quando necessária a sua saída, tiveram que procurar outras fontes de sustento (COPEL, 1987).

No próximo capítulo, iremos ver com mais detalhes, como se deu a construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago na região e como os deslocamentos compulsórios devidos a ela forçaram a uma ressignificação do território pelos ribeirinhos afetados por ela.

5 RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO, (RE)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Neste capítulo iremos compreender a (re)construção da identidade dos ribeirinhos por meio das suas histórias de vida, tendo por incidente crítico o deslocamento compulsório ocorrido pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago. Para isto, iremos descrever como se deu a implantação deste empreendimento hidrelétrico na região e, em seguida, retrataremos as vidas dos ribeirinhos, através das histórias contadas por eles, antes e após este acontecimento, tendo por foco a constituição de suas identidades.

É também aqui que descrevemos o papel de algumas instituições que atuam na região na produção de sentidos para a (re)construção da identidade dos ribeirinhos deslocados para, então, compreendermos a reconfiguração do universo simbólico dos ribeirinhos que vivem às margens do reservatório da Usina Salto Santiago.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Antes de começarmos a nossa discussão, achamos por bem apresentar os ribeirinhos e os representantes das instituições entrevistados. Primeiro, trataremos dos ribeirinhos entrevistados e, num segundo momento, apresentaremos os representantes de algumas das instituições que atuam no território que fizeram parte desta pesquisa.

5.1.1 OS RIBEIRINHOS

Os ribeirinhos entrevistados nesta pesquisa são filhos e netos de caboclos e colonos imigrantes que se estabeleceram na região no começo do século XX. Esta característica é importante, pois, ao mesmo tempo em que eles passaram por situações parecidas, como a perda de parte de suas terras devido ao alagamento provocado pela construção da usina, são diferentes devido aos processos de internalização dos significados culturais dos grupos dos quais descendem.

Todos, com exceção de um, possuem propriedades de no máximo doze alqueires, às margens dos rios Iguaçu e Cavernoso. Este último é afluente do Iguaçu e com ele forma o reservatório da Usina Salto Santiago. Vamos conhecê-los⁶⁹:

Senhor Luiz: Pequeno produtor rural e professor da rede de educação básica municipal em Porto Barreiro. Seu avô foi caboclo posseiro de terras nas margens do rio Cavernoso, um dos afluentes do rio Iguaçu. Foi nesta propriedade que toda sua família viveu até o alagamento. Durante muitos anos sua família criou porcos soltos no mato e os vendia para os “porcalheros”, comerciantes que compravam os porcos dos caboclos e os transportavam até Guarapuava ou Ponta Grossa, onde os comercializavam com as indústrias de banha. Hoje, o senhor Luiz mora numa pequena propriedade que seu pai deixou nas margens do rio Cavernoso. Como seus irmãos já haviam saído do campo, ele adquiriu a parte que cabia a cada um na herança. O senhor Luiz é também professor de 1ª a 4ª séries numa escola que fica a poucos metros de sua casa, na área rural, e numa escola na sede do município de Porto Barreiro. No seu pequeno sítio vivem ele e a esposa, pois seus dois filhos moram e estudam em Laranjeiras do Sul. O senhor Luiz participa ativamente do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

Senhor Fabiano: Mora com a esposa, a filha e dois irmãos em dois alqueires e meio às margens do rio Cavernoso. Seu avô caboclo veio abrindo mato até se instalar nas margens do rio. A casa onde nasceu está hoje embaixo da água. Na época da construção da usina, o avô recebeu indenização sobre a propriedade e seu pai sobre as benfeitorias que tinha feito. Com o tempo, seu pai comprou um terreno na cidade, mas não com o dinheiro que recebeu de indenização, pois, segundo o senhor Fabiano, com aquele dinheiro ele não conseguiu comprar nada. O que o senhor Fabiano tem hoje de terra, parte foi recebida em herança, parte comprada dos irmãos e de um tio. O problema é que estas terras não são, até hoje, legalizadas, o que dificulta até na contratação de financiamentos. A maior preocupação do senhor Fabiano é com a educação dos filhos, para que eles possam arrumar um emprego na cidade.

Senhora Ana: Nasceu no Rio Grande do Sul e veio com os pais para a região quando jovem. Seu pai comprou uma propriedade nas margens do rio Iguaçu, que também foi inundada com a construção de Salto Santiago. Quando se casou, foi morar na propriedade do seu sogro, do

⁶⁹ Os nomes dos entrevistados são fictícios.

outro lado do rio, em Porto Santana. Isso aconteceu logo que começou a encher o reservatório da usina. Como a propriedade, com o alagamento, ficou muito pequena, seu sogro foi morar na cidade e deixou a propriedade para os recém-casados. O alagamento dividiu a propriedade ao meio, uma parte fica no lado esquerdo do rio e a outra no direito, o que a inviabilizou economicamente. Hoje, ela e o marido vivem na pequena propriedade plantando milho e feijão e criando umas cabeças de gado leiteiro. Ao mesmo tempo, seu marido cuida da balsa da prefeitura que faz a travessia no rio Iguaçu.

Senhor Francisco: Vive com toda sua família (esposa, filhos, genros, noras e netos) num pequeno sítio nas margens do rio Cavernoso. Seu avô veio para a região e tomou posse de um pedaço de terra. Seu pai perdeu parte da propriedade para a usina, sobrando muito pouco, o que tornou difícil a divisão entre os filhos. Desta forma, somente um deles comprou a parte dos outros e ficou na antiga propriedade. Depois disso, o senhor Francisco comprou parte do terreno que sobrou do avô do senhor Fabiano.

Senhora Luíza: Esposa do senhor Francisco. Seus parentes e vizinhos perderam parte das terras após o alagamento.

Felipe: Filho do senhor Francisco e da senhora Luíza. Ele e a esposa grávida vivem na mesma propriedade que seus pais. Antes disso, Felipe ficou quatro anos num acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), onde, enquanto aguardava ser assentado, continuou os estudos. Tem envolvimento com o MST e o MAB.

Senhor Horácio: Possui cento e trinta e quatro alqueires de terras nas margens do rio Cavernoso. Passou muitos anos fora, estudando. Ainda adolescente, foi para Curitiba fazer ensino médio. Em seguida, cursou faculdade de agronomia em Paraguaçu Paulista. Quando se graduou, voltou para Laranjeiras do Sul para cuidar das propriedades da família. Enquanto estava fora, começou a construção da usina Salto Santiago, que inundou oitenta alqueires de sua propriedade. Seu pai foi prefeito de Laranjeiras do Sul no período em que a construção da usina se iniciou. Seguindo os passos do pai na política, o senhor Horácio foi secretário de agricultura em Laranjeiras. Devido aos acontecimentos dos últimos anos, como a criação das leis ambientais que prevêm a obrigatoriedade do plantio de matas ciliares às margens dos rios, o senhor Horácio se tornou membro ativo do MAB.

5.1.2 REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES

Além dos ribeirinhos, entrevistamos os representantes das instituições mais presentes no território hoje. Algumas já tiveram um papel importante na região, mas hoje não estão mais presentes, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, segundo informações recebidas com o coordenador da instituição na região de Londrina, Senhor Rogério, está desorganizada naquele espaço há bastante tempo.

Desta forma, conversamos com os representantes dos escritórios locais da EMATER e da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB) e, também, com o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região. Outro entrevistado foi o prefeito de umas das cidades atingidas pela construção da usina Salto Santiago, o senhor Pedro. São eles⁷⁰:

Senhor Miguel: Coordenador do MAB na região. É filho de um ribeirinho que perdeu parte da propriedade. Hoje é servidor público, trabalha na prefeitura de Porto Barreiro. Ainda tem uma pequena propriedade nas margens do rio Iguaçu, que ele teme ficar inviável devido à obrigatoriedade de se plantar 100 metros de mata ciliar⁷¹.

Senhor Fabrício: Engenheiro agrônomo e administrador, servidor da EMATER na cidade de Laranjeiras do Sul. É o responsável na região pelo projeto do EMATER e do IAPAR denominado Redes de Referência⁷². Nasceu em Laranjeiras do Sul na área rural. O seu pai foi um dos atingidos pela construção da Usina Salto Santiago.

⁷⁰ Todos os entrevistados tiveram seus nomes alterados.

⁷¹ Consta na Lei 4.771 de 15/09/1965, Código Florestal, alterada pela Lei 7.803 de 18/07/1989, a obrigatoriedade de se manter 100 metros de áreas de preservação permanente ao longo dos rios ou qualquer outro curso d'água compreendido entre 200 e 600 metros de largura (BRASIL, 1965).

⁷² O Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar é desenvolvido em conjunto pela EMATER e pelo IAPAR em diversas regiões do Paraná. O projeto tem como “objetivo apoiar o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis para a agricultura familiar paranaense. [...] Em conjunto com mais de duzentas famílias de agricultores colaboradores, estas equipes vêm implementando, desde junho de 1998, metodologia de pesquisa e desenvolvimento (P&D) adaptada a partir da experiência do *Institut de l'Élevage* da França, visando a validação e transferência de tecnologias viáveis para os sistemas de produção estudados” (IAPAR, [200-], s/p.).

Senhor Pedro: Prefeito de um município que na época da construção da usina era distrito de Laranjeiras o Sul. Viveu a situação na pele, pois seu pai foi um dos ribeirinhos atingidos pela construção de Salto Santiago.

Senhor Fábio: Engenheiro agrônomo, servidor da EMATER. Hoje está locado na sede do SEAB em Laranjeiras do Sul.

5.2 A USINA HIDRELÉTRICA SALTO SANTIAGO

A construção da usina hidrelétrica de Salto Santiago começou no início da década de 1970. Sua construção foi promovida pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL) seguindo diretrizes do governo militar.

Segundo Lopes (2002, p. 295), a construção de Salto Santiago “não seguiu curso diferente daquele produzido pela política desenvolvimentista da época”. Durante a aplicação da política desenvolvimentista no Brasil, o governo iniciou um processo de substituição de importações. Desta forma, houve um período de grande industrialização do país, principalmente nos grandes centros. Só que este incentivo à industrialização encontrou um obstáculo: a falta de energia. Para o Brasil, a melhor saída era a construção de hidrelétricas, visto que o país era rico em rios propícios à geração deste tipo de energia. Assim, entre as décadas de 1960 e 1980, financiadas pelo governo militar, houve um *boom* de obras de hidrelétricas no Brasil. Só no rio Iguaçu, neste período, foram construídas cinco hidrelétricas de grande porte, entre elas a de Salto Santiago.

Havia, portanto, uma preocupação econômica que deveria ser suprida. Mas, segundo Pinheiro (2007), nunca houve uma preocupação socioambiental. De forma geral, nos vários empreendimentos hidrelétricos espalhados pelo país neste período, os ribeirinhos foram os mais prejudicados. Receberam baixas indenizações que não permitiram a eles manter o mesmo padrão de vida; perderam o contato com familiares e amigos devido ao deslocamento; tiveram cortada sua ligação com o rio, que segundo Rebouças (2000a) é fonte cultural de identidade e de subsistência; e, por fim, perderam algo que não tem valor econômico: sua identidade.

Assim, da mesma forma que nas outras usinas construídas neste período, a decisão sobre a implantação de Salto Santiago se deu de forma unilateral, de cima baixo, pelo governo federal. Os moradores da região e os ribeirinhos, diretamente afetados pelo alagamento, não foram chamados para opinar. O senhor Pedro lembra que eles foram informados que a usina seria construída pelos profissionais que primeiro chegaram lá para fazer os trabalhos de agrimensura:

Senhor Pedro: Bom, o que eu me lembro é que houve a decisão do governo federal de construir. E um pouco antes de começar o processo de construção e bem antes, também, do alagamento, portanto, vieram topógrafos, técnicos fazendo levantamento aqui na região, conversaram com algumas famílias, disseram que ali seria tudo submerso e que haveria necessidade destas pessoas deixarem o local quando fosse o tempo certo.

Com o início da obra, foi montada toda uma estrutura na região. O senhor Fábio lembra que “Laranjeiras era uma cidade perdida no mundo e pra cá vieram engenheiros, professores, tinha toda uma estrutura da ELETROSUL e das empreiteiras que serviu para o desenvolvimento”. Perto da construção da barragem foi construída uma vila para abrigar os empregados da usina que vinham de fora:

Senhor Fábio: Então, foram contratadas grandes empreiteiras para que esta obra fosse possível. Se a gente visitar o que sobrou do canteiro é mais bonito que Laranjeiras hoje. Tem estação de tratamento de água, tem esgoto, tem ruas asfaltadas. A vila é um testemunho do que foi a construção do canteiro.

Nesta vila viviam engenheiros, técnicos e operários encarregados da construção da usina Salto Santiago. Era, conforme Lopes (2002) a designa, uma cidade-acampamento onde todas as instalações foram projetadas para serem desmontadas e removidas do local no final da obra. Nesta vila barrageira chegaram a viver, no auge da obra, treze mil pessoas que, com o final da construção a usina, tiveram que ir embora (LOPES, 2002). Toda a vila, que tinha estrutura de uma pequena cidade, ficou abandonada por anos. Para ter uma idéia, na vila existiam ruas asfaltadas, esgoto, sistema de reserva e abastecimento de água com capacidade aproximada de 1,4 milhões de litros, duas piscinas, cinema, rodoviária e um pequeno hospital (LOPES, 2002). As fundações e os pisos das construções, que não puderam ser retirados, ficaram sob a mata até que um grupo de sem terra foi morar lá.

A grande empolgação dos moradores da região, principalmente os da cidade, quando do anúncio de que ali seria construída uma grande usina hidrelétrica foi a perspectiva de que ela

traria emprego e desenvolvimento. A própria vila barrageira serviu como um símbolo de uma nova era para a região, e ajudou a legitimar o empreendimento. Desta forma, segundo Parmigiani (2006), ficava difícil para os moradores da região, e principalmente para os ribeirinhos, se contrapor ao discurso de que a usina traria desenvolvimento e melhor qualidade de vida a todos.

Enquanto a obra estava em andamento, a maioria dos habitantes do local sentiu mesmo que o progresso estava chegando com a usina. A grande quantidade de pessoas atraídas para o local deu vivacidade ao comércio de Laranjeiras do Sul, a maior cidade nos arredores, atraindo, portanto, novos empreendimentos:

Senhor Horácio. Veio a usina e pra época, pra região, foi muito bom porque trouxe muito progresso, trouxe muito dinheiro. [...] Trouxe comércio pra Laranjeiras porque a construção da barragem trouxe muita gente pra cá. Era um “mundaréu” de gente que trabalhava lá. Muitos trabalhadores e então girou o comércio de Laranjeiras. Laranjeiras ganhou. [...] A ELETROSUL foi um baita desenvolvimento pra Laranjeiras.

O senhor Pedro, que na época morava num sítio às margens do rio Cavernoso, viu muitos parentes e vizinhos irem trabalhar na obra. Para a empresa, contratar pessoas da região poderia ajudar na sua aceitação e na redução de possibilidades de conflitos.

Senhor Pedro: [...] com início das construções, até na mídia local, nos vários espaços de divulgação, abriram vagas para quem quisesse trabalhar na referida barragem. Até meu irmão foi trabalhar por um tempo. E acho que grande parte das famílias teve membros que foram trabalhar neste processo.

“Laranjeiras viveu por muito tempo em torno desta barragem”, afirma senhor Fábio. Foram dez anos com grande geração de empregos. Todos os dias havia gente chegando para trabalhar na construção da usina e nas empresas que abriram na região para atender o grande contingente de pessoas que se dirigiam para lá:

Senhor Fábio: O grande supermercado da cidade foi aberto na época do canteiro, as Pernambucanas instalaram aqui a maior loja do interior do Paraná, as lojas de móveis abriram por causa do pessoal do canteiro, a ligação diária daqui com o Rio Grande do Sul – existiam dois horários pra trazer os gaúchos pra trabalhar na barragem. Laranjeiras viveu dez anos em função da usina. Tem pessoas que se deram muito bem. Por exemplo, o Natal é uma pessoa que o que ele tem hoje é da usina. Ele saiu da

Sulamericana⁷³ em 73, por aí, com dois ônibus de indenização e hoje ele tem uma frota razoável. Já teve muito mais. Ele foi o primeiro funcionário da usina. Ele se deu bem. Muita gente veio pra cá por causa da barragem. O Davi, cabeleireiro, veio pra cortar os cabelos do pessoal da barragem. [...] Tem pessoas que se deram muito bem. Por exemplo, [repete] o Natal é uma pessoa que o que ele tem hoje é da usina. Ele saiu da Sulamericana em 73, por aí, com dois ônibus de indenização e hoje ele tem uma frota razoável. Já teve muito mais. Ele foi o primeiro funcionário da usina. Ele se deu bem. Muita gente veio pra cá por causa da barragem.

A monumental obra na região trouxe crescimento populacional, e com ele, empreendedores. Algumas destas pessoas ficaram na região mesmo após a construção da usina ter terminado, em 1982. O senhor Fábio lembra que “quando acabou a construção, o pessoal foi embora, mas algumas pessoas ficaram. A cidade de Rio Bonito hoje, que era um distrito na época, também é resultado da barragem. Grandes oficinas que têm lá hoje é resultado da barragem”. Só que os que optaram por ficar na região eram, na sua maioria, donos dos empreendimentos. Mas, as pessoas que vieram para trabalhar como empregados da usina ou das empresas que abriram para prestar serviços direta ou indiretamente para ela e os trabalhadores da obra acabaram ficando desempregadas e foram embora. Isto fez com que o comércio declinasse. De um dia pra o outro, a cidade de Laranjeiras do Sul não contava mais com o “formigueiro” de pessoas nas suas ruas. Assim, “o comércio caiu mesmo”, diz o senhor Horácio.

Desta forma, após uma década de grande movimento na região, que resultou em um comércio vibrante, a obra terminou. O que restou foi um território, geograficamente, bastante modificado pelo reservatório da usina. Quando finalizado, o reservatório da usina Salto Santiago ocupou 208 Km², segundo dados da empresa Tractebel Energia (2009a). Isso significou o alagamento de uma grande quantidade de terras produtivas nas margens dos rios Iguaçu, Cavernoso e de outros rios no local. Desta forma, muitos ribeirinhos perderam parte ou toda sua propriedade.

O senhor Miguel relata que o que ele viu na época parecia uma operação de guerra. Isso amedrontou os ribeirinhos. Ao amedrontarem os ribeirinhos, o governo e a ELETROSUL conseguiram que eles não esboçassem nenhuma reação ao projeto:

⁷³ Sulamericana é uma empresa de transporte rodoviário.

Senhor Miguel: O pessoal veio por ar e por terra pra não ter perigo do pequeno agricultor ter uma revolta. Por água e por terra. Então, os agricultores ficaram bem quietinhos porque não tinham que fazer nada. Um dia eles apareceram e começaram a medir tudo. O povo não sabia o que estava acontecendo.

Os ribeirinhos, então, sem terem nenhuma opção, aceitaram qualquer valor oferecido pela ELETROSUL, com medo de ficarem sem nada. Eles estavam frente a uma grande empresa estatal, em pleno período do governo militar e, portanto, não dava para reclamar. Nesta época, na região, não existiam organizações de movimentos sociais que defendiam os direitos dos ribeirinhos:

Senhor Fábio: As usinas foram feitas em plena ditadura militar, onde as estruturas todas do Estado estavam voltadas para servir ao sistema e eram proibidas as organizações de defesa dos produtores. Em Laranjeiras, na época, existia apenas um sindicato criado, vamos dizer assim, por imposição do Ministério da Previdência Social, ou seja, para manter o sistema vigente, que era mais pra atender a questão da saúde dos agricultores. Então, eles não tinham a característica de defesa dos interesses dos agricultores como a gente vê hoje. Então, este pessoal ficou sem nenhum apoio do ponto de vista jurídico e de assistência. [...] Em 72 foi implantado o canteiro de obras, devia ser o governo Médici. Foi uma empresa estatal que construiu todo o aparato e a barragem terminou em 79. Ou seja, em pleno governo militar. É lógico que aqui o aparato repressivo não era tão grande, mas existia. [...] Tinha toda uma estrutura para se evitar os manifestos, tanto dos funcionários que trabalhavam na construção da barragem, porque eram mais de 18.000 pessoas circulando, entre mulheres, crianças, funcionários de apoio, gente que morava em Laranjeiras e nos municípios vizinhos.

Além do medo de represálias da polícia repressiva do Estado, os ribeirinhos desconfiavam de qualquer movimento social. Eram pessoas simples que não conheciam muitas coisas:

Senhor Pedro: É. Não houve opção. Nem uma negociação da forma que a gente conhece hoje, que é possível fazer uma negociação, né? Até porque não havia nenhum movimento organizado em torno dos atingidos. Pelo menos, não que a gente conhecesse. E como a gente era muito, vamos dizer assim, interiorano, tinha toda esta desconfiança sobre estes processos, sem condição nenhuma de negociar. Eu também era criança, talvez com os adultos isto fosse tratado, né? Mas acredito que não.

Assim, aqueles que tinham o documento atestando a propriedade da terra receberam, sobre a parte alagada, a indenização baseada no valor das terras registrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O problema é que os proprietários rurais tinham o

costume de declarar o valor da terra menor do que ela valia no mercado. Não houve, portanto, nenhum tipo de negociação. Aos ribeirinhos coube aceitar os valores oferecidos pela empresa:

Senhor Horácio: Na época, a ELETROSUL indenizou a terra de forma muito barata. Pagaram menos da metade do que valia. Bem menos. Pagaram 20% do que valia. Porque as declarações na época eram muito baixas. O valor do INCRA que pegaram na época para indenização, era muito baixo. O INCRA, na época, porque não existia ITR⁷⁴, era muito baixo o valor. Então, os valores das indenizações foram 20% do que valia as terras na época. Acredito que foi mais ou menos isto aí.

Já os posseiros e os meeiros, apesar de terem perdido seu meio de subsistência, não receberam nada, pois segundo o senhor Fábio, eles “[...] não eram reconhecidos como proprietários. Então, os mais excluídos, foi (*sic*) o pessoal das fazendas e quem não tinha documento da terra”. Isso criou uma quantidade enorme de agricultores desempregados e sem terra na região, aumentando, portanto, a pressão social. Hoje, em Cantuquiriguaçu, podemos encontrar dezenas de favelas e acampamentos de agricultores sem terra, e isto começou há trinta anos, com a construção da usina. De acordo Lopes (2002, p.295), a construção da usina gerou impactos urbanos devido ao grande contingente que chegava todos os dias à região e, depois, com o alagamento das margens dos rios:

Também promoveu profundas modificações estruturais nas cidades da região, principalmente as mais próximas das cotas limites de inundações, articuladas pelas demandas significativas de mão-de-obra e de serviços, além daquelas naturalmente constituídas com o êxodo das áreas alagadas e a conseqüente transferência de grandes contingentes de população para os municípios vizinhos, não atingidos com a formação do lago.

Em 1998, a empresa belga Tractebel adquiriu por quarenta anos – a concessão é válida até 2038 (TRACTEBEL ENERGIA, 2009a) – os direitos sobre a exploração de energia elétrica que cabia à GERASUL⁷⁵, braço da ELETROSUL, que era responsável pela geração de energia no sul do Brasil. Com a concessão, a Tractebel recebeu o direito de exploração do complexo termoelétrico de Jorge Lacerda, em Santa Catarina, e das usinas hidrelétricas de Salto Osório e Salto Santiago, no Paraná. Mello (1999) afirma que a negociação foi feita pelo valor mínimo de mercado – aproximadamente US\$900 milhões⁷⁶ – visto que a Tractebel foi a

⁷⁴ ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

⁷⁵ Centrais Geradoras do Sul do Brasil.

⁷⁶ O valor, segundo Mello (1999, p.74) permitiu ao governo brasileiro “honrar, tão somente, quatro a cinco dias de juros relativos à nossa dívida mobiliária interna”.

única empresa que ofereceu lance no leilão. Desta forma, hoje é a Tractebel que detém os direitos sobre a exploração da energia elétrica na usina Salto Santiago.

5.3 CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE (OU DAS IDENTIDADES) DOS RIBEIRINHOS

Antes de falarmos dos ribeirinhos da usina Salto Santiago hoje, precisamos compreender sua identidade antes da construção da usina. Primeiramente, é importante aceitar aqui que existiam dois grupos vivendo nas margens dos rios que formaram o reservatório da usina: os caboclos e os colonos. O modo de vida e, conseqüentemente, a identidade de cada grupo é diferente. Assim, aqui iremos traçar um breve esboço sobre o que os ribeirinhos lembram de seus avôs, de seus pais e sobre eles mesmos antes da construção da usina.

Em seguida, passaremos a tratar das mudanças no território após a construção de Salto Santiago. Neste tópico daremos especial atenção ao papel desempenhado pelas organizações – MAB, MST, EMATER, IAPAR, Prefeituras - nas transformações ocorridas no território.

Finalmente, apresentaremos como estas mudanças forçaram a uma ressignificação daquele espaço, modificando a identidade dos sujeitos. Será nesta parte que iremos compreender como mediação simbólica opera na vida dos ribeirinhos após a construção da usina Salto Santiago, na região, (re)construindo suas identidades.

5.3.1 OS CABOCLOS E OS COLONOS: A VIDA ANTES DA USINA

Os caboclos foram um dos primeiros habitantes não índios da região. Sua presença no território data já do final do século XIX quando, procedentes principalmente das regiões tradicionais do Paraná e de São Paulo, se embrenharam nas matas em busca de terras devolutas. Ali foram se estabelecendo, seguindo o curso dos rios, praticando a lavoura de subsistência, colhendo mate e criando porcos soltos no mato. Este seu modo de vida mais rústico significava para os que olhavam de fora que os caboclos eram pessoas preguiçosas. No entanto, o que eles conseguiam com estas atividades era suficiente para seu sustento e isto bastava para eles.

Quando da chegada dos primeiros colonos sulistas – os “gringos”, como os caboclos os chamavam – não houve um conflito declarado entre os dois grupos. No entanto, como

defendem Langer (2007) e Bahls (2007), houve um estranhamento entre os dois. Afinal, o modo de vida de cada grupo era diferente. Os colonos, filhos de imigrantes europeus, estavam acostumados a trabalhar a terra de uma forma mais comercial. Eles plantavam para consumo familiar, mas, principalmente, visando o excedente para comercialização. Para o caboclo, não havia necessidade disso, pois a terra cedia o suficiente para o seu sustento. O que era importante para um não fazia o menor sentido para o outro, com exceção da terra.

Ambos queriam a mesma terra. Quando chegaram ao Paraná, grande parte em meados da década de 1950, levados pelas grandes companhias colonizadoras, os colonos acabaram expulsando muitos caboclos para regiões ainda não exploradas a oeste do Estado. Os que foram ficando, espalhados pelo território, adquiriram pequenas propriedades com a “ajuda” dos colonos, que as financiavam para eles de forma que iam pagando como pudessem.

Neste momento, nasce a dependência e a relação de poder entre o caboclo e o colono. Com este tipo de ação, o colono não é mais evitado. Pelo contrário, o caboclo agora quer é ter contato com este povo que o ajuda a progredir (WACHOWICZ, 1985). Uma assimilação dos valores da modernidade. Está aberto o campo para a assimilação da cultura dos colonos pelos caboclos. Se houvesse existido entre os caboclos e os colonos um conflito declarado, uma “guerra” pela terra, a assimilação cultural seria dificultada.

Como o colono era visto, na época, como uma classe superior, e o caboclo a representação de uma cultura atrasada, este, mesmo inconscientemente, desejava adotar o estilo de vida dos imigrantes sulistas. Os colonos conseguiam comprar lotes bem maiores de terras no Paraná – onde não valiam quase nada – do que tinham no Rio Grande do Sul. Assim, passaram a ser os detentores do poder econômico e simbólico na região.

Antes da chegada dos colonos, o modo de vida dos caboclos era reconhecido entre eles como a forma legítima. Dava prestígio entre os caboclos colher mate e vender para os exploradores argentinos e gaúchos. Eram respeitados por eles. A posse da terra já era um diferencial que os colocava numa classe superior frente àqueles que nem isso tinham, que vagavam pela região prestando serviço um dia num lugar, no outro dia no outro. O surgimento do colono, com seus valores bem diferentes dos caboclos, força a uma crise da reprodução do *habitus* dos caboclos. Trata-se, portanto, de um movimento natural da dinâmica social.

Não estamos afirmando que houve uma assimilação absoluta dos valores culturais dos colonos pelos caboclos. Mas, com certeza, houve uma assimilação parcial resultante da adaptação cultural que os caboclos tiveram que pôr em prática. Com os colonos já havia ocorrido isso, pois eles mesmos assimilaram a cultura dos gaúchos, como o consumo do mate, por exemplo, sem, entretanto, perder características de sua própria cultura. Os caboclos, antes quase nômades, que tinham um modo pré-capitalista de produção, passam a se fixar na propriedade. Eles compram os direitos sobre a propriedade – tudo de papel passado como manda a lei; agora existe lei a ser respeitada. Se antes criavam os porcos soltos no mato, agora aprenderam a trancá-los em chiqueiros.

É claro que os colonos também sofreram uma adaptação cultural no novo território. No entanto, ela foi muito maior nos caboclos porque os colonos, como detentores do poder, conseguiram impor seu *habitus*, tornando o modo de vida dos caboclos fora dos padrões. Por serem a classe social dominante naquele momento, os colonos impuseram suas ideologias a todos na região.

O que parece não ter mudado nestes sujeitos é o conceito de terra. O caboclo, apesar de ter assimilado muitos costumes do colono, ainda não consegue enxergar a terra como local de exploração. Isso parece tê-los impedido de agir igual ao colono quando se fala do uso da terra. Um dos entrevistados, o senhor Fabiano, lembra que seu avô recebia em suas terras qualquer conhecido. “Meu avô adotava todo mundo [risos]”, diz senhor Fabiano. As pessoas iam chegando e podiam ficar. Enquanto tivesse espaço, ele ia cedendo lugar para mais famílias. Mesmo quando grande parte das terras do seu avô foi inundada pelas águas do reservatório, ele não permitiu que ninguém fosse retirado dali. O senhor Fabiano lembra que “quem morava lá em cima – [na parte que não foi inundada] - saiu se quis, né?”. Este tipo de atitude é incompatível com aquele que quer explorar a terra, visto que cada nova família que chegava reduziria a quantidade de terras para plantar. Numa propriedade coletiva, as pessoas consomem ali mesmo o que plantaram, e dificilmente sobra alguma coisa para ser comercializada.

Entre os sujeitos desta pesquisa, encontramos o senhor Horácio, neto de colonos de origem polonesa que vieram do Rio Grande do Sul. Inicialmente, o avô do senhor Horácio foi tropeiro, em seguida comerciante, depois madeireiro, teve uma serraria e comprava porcos dos safristas – caboclos – e transportava até Ponta Grossa. Com estas atividades, ele ganhou

dinheiro suficiente para adquirir uma boa quantidade de terras no território. Era o verdadeiro “pioneiro⁷⁷”, aquele que trouxe o desenvolvimento para a região, participando até da construção da estrada para Foz do Iguaçu. Uma estrada sempre foi vista como símbolo do progresso, porque permitia a chegada de pessoas e produtos dos centros mais modernos, além de facilitar a exportação de bens produzidos na região:

Senhor Horácio: Eu nasci aqui no Porto Barreiro, no Km 13. A minha família, o meu avô veio do Rio Grande, era tropeiro. Daí ele começou a **exploração** da araucária, dos pinheiros aqui. Ele foi o primeiro madeireiro da região. Nós tínhamos serraria no 13, onde eu nasci. Até hoje tem a casa que eu nasci lá. Eu nasci em 55. Então, a minha família viveu sempre da **exploração** da terra. Meu avô era tropeiro, depois virou comerciante, depois virou madeireiro. Com a madeira, com a araucária, ele ganhou muito dinheiro. Ele participou de vários fatores do desenvolvimento. Por exemplo, ele participou da construção da antiga estrada para Foz do Iguaçu, que foi feita na picareta. Depois teve serraria... Ele foi um grande “porcalhero”, que chamava na época, né? Não existia soja, era tudo na banha do porco. Então, aqui neste fundão era tudo safra. A família Gonçalves era um dos maiores safristas dele. Daí, bem antigamente, meu avô comprava cinquenta porcos de um, cem porcos de outro, duzentos de outro, fazia a troca e ele levava pra Ponta Grossa.

Chama a atenção no depoimento do senhor Horácio como ele define o modo como sua família trabalha com a terra, usando o termo exploração. Exploração é a tentativa de tirar proveito ou utilidade daquilo que a terra oferece; leva em conta a racionalidade. Num primeiro momento, isto poderia ser só o resultado de sua formação educacional e do meio em que transita: o senhor Horácio é um médio produtor rural, como ele mesmo se nomeia – na visão dos agricultores familiares ele é um fazendeiro –, possui cento e trinta e quatro alqueires de terra, fez faculdade de agronomia e já foi secretário da agricultura em Laranjeiras do Sul. No entanto, ao olharmos melhor, podemos verificar que ser um empreendedor, buscar as oportunidades aonde elas se apresentam, parece ser um valor familiar que o senhor Horácio tem orgulho e que carrega até hoje. Na sua visão, seu avô se aproveitou dos ciclos econômicos para enriquecer, mas trouxe desenvolvimento para a região.

⁷⁷ Langer (2007, p.84) defende que muitos pesquisadores da história do sudoeste e oeste do Paraná propalam “clichês que subsidiam discursos de caráter eurocêntrico manipulados por instituições educacionais, políticas e culturais para legitimar, enaltecer e homenagear os ‘desbravadores’, os ‘pioneiros’, enfim, os edificadores da sociedade [...]”.

O senhor Luiz, filho de caboclos, se relaciona com a terra de outra forma. Para ele, trabalhar com a terra é um meio de sobrevivência. É através dela que ele irá tirar o sustento para sua família:

Senhor Luiz: [...] Todos poderiam **sobreviver** da terra, como meu avô conseguiu fazer por tantos anos. Pelo menos pra sobreviver ali, arrancando o **sustento** da terra, daria pra **sobreviver**.

Ouvimos a mesma frase do senhor Fabiano, quando ele diz que aquela propriedade era o que sustentava toda a família antes do surgimento do reservatório da usina:

Pesquisadora: O que vocês plantavam aqui antes de inundar?
Senhor Fabiano: Era milho, feijão, arroz. Era o **sustento** da casa. Era daqui que nós tirávamos o **sustento**. Tinha porco, tinha galinha.

A partir disto, começamos a nos indagar qual a carga do conceito histórico de exploração e de tirar o sustento da terra na fala destes ribeirinhos e quais os significados disto na identidade destes sujeitos. De acordo com Jenkins (2008), ao nascer somos expostos a uma cultura que já existia antes de nós e que, conforme crescemos, tomamos como nossa. Isso porque a criança é dependente daqueles que cuidam dela. Desta forma, os ribeirinhos da região de Salto Santiago, nasceram numa cultura, alguns na dos caboclos, outros na dos colonos, o que, até certo ponto, formou a sua identidade.

Apesar do senhor Horácio afirmar que “sua família sempre viveu da exploração da terra”, detectamos na sua história que, na época do alagamento, as propriedades rurais da família eram um negócio secundário. Não era dali que eles tiravam o sustento. É por isso que seu pai, dono das terras naquele momento, “não ligou muito [quando alagou], por causa das políticas dele. Ele estava num outro processo também”, informa o senhor Horácio. Seu pai, quando do início da construção da usina, era prefeito de Laranjeiras do Sul, e conforme depoimento do senhor Horácio, “como todo prefeito, ele era a favor da construção da usina. Ele via os benefícios para o município”. Aqui, o senhor Horácio acentua que seu pai agia conforme os valores reconhecidos como válidos para um prefeito: sempre se preocupar mais com o município que administra e com o bem das pessoas que ali habitam do que com ele mesmo.

Mas, será que o senhor Horácio estava, como afirma Goffman (1999), inconsciente ou conscientemente, querendo nos impressionar? Não podemos dizer neste trabalho que o pai do

senhor Horácio não estava mesmo preocupado com os benefícios que a usina poderia trazer ao município. Afinal, qualquer benefício para a cidade poderia se transformar em mais votos numa próxima eleição. O que podemos afirmar aqui é que o pai do senhor Horácio, naquele momento, não se identificava com os ribeirinhos ou com os produtores rurais, mas sim com o meio político. E o senhor Horácio, no mesmo período, estava estudando fora, se preparando para cuidar das propriedades rurais da família. Ele também estava num outro processo: ele era o estudante de família rica do interior.

Quando voltou para Laranjeiras, o senhor Horácio já encontrou as fazendas mutiladas: sua família havia perdido oitenta alqueires de terra para o reservatório da usina. Assim, contrariando os desígnios impostos a ele por sua família, de tocar as fazendas, o próprio senhor Horácio quis seguir os passos do pai na política. Chegou a ser secretário de agricultura em Laranjeiras do Sul e participou da diretoria do sindicato rural da região. Mas não conseguiu ir além disso. Hoje, o senhor Horácio, como se estivesse seguindo o destino, cuida das fazendas que seu avô deixou. Ao contrário de seu pai, que se envolveu com a política, o senhor Horácio foi preparado para cuidar das terras da família. Fez faculdade de agronomia no interior de São Paulo e, quando formado, voltou e começou a “[...] lidar nas propriedades da família”, declara ele.

É importante verificar que, como hoje o senhor Horácio vive exclusivamente das suas terras, o seu *status* sócio-econômico corre perigo: ele pode perder parte das suas terras devido à imposição legal de plantar cem metros de árvores nativas na sua propriedade ao longo do reservatório. Assim, como afirma Erikson (1976), o perigo iminente ao grupo gera uma crise de identidade, colocando o sujeito à disposição para uma identidade sintética. Na primeira vez em que parte de suas terras foi inundada, ele não se importou, pois não estava como agricultor. Agora, que ele vive só das suas terras, não quer perder nem mais um alqueire. Hoje, nesta questão, ele se identifica com os ribeirinhos. Mas a identidade sintética não é perene, pois ela só dura enquanto o perigo existir.

Enquanto os colonos se esforçaram para fortalecer que significava o desenvolvimento para a região⁷⁸, os caboclos tinham outra lógica econômica e social. Eles, os caboclos, queriam

⁷⁸ Historicamente o colono, em qualquer parte do mundo e em qualquer época, “buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador” (BOSI, 2001, p.12).

sobreviver. Mas o que significava sobreviver? O senhor Fabiano parece esclarecer isso, quando diz que naquele tempo as pessoas não pensavam no futuro, elas viviam dia após dia. É difícil imaginar que alguém, como seu avô, possa ter saído de tão longe – ele veio do Estado de São Paulo –, enfrentado adversidades para chegar num novo território, se embrenhado na mata, e não tenha pensado no futuro. Provavelmente, ele tenha sim. Mas o futuro se concretizou ao tomar posse de sua terra. A posse da terra já lhe bastava para seu sustento. A terra lhe garantiria o futuro, pois dali poderia tirar, para ele e para sua família, o que comer. Pelo menos, era o que o senhor Fabiano sentia do seu pai e do seu avô quando disse:

Senhor Fabiano: [...] na verdade, agora, o povo se preocupa mais. Ninguém achava que podia chegar numa diferença, numa situação que está acontecendo hoje, né? Tenho certeza que meu avô, nem meu próprio pai não pensou (*sic*). Não. Meus filhos vão viver do mesmo tipo que eu estou vivendo hoje, roçando, plantando, colhendo e se sustentando. Não, eles não pensavam que podia mudar.

Para os caboclos que viviam nas margens do rio, por muitos anos a vida foi sempre a mesma. Conforme relata o senhor Francisco: “a minha vida sempre foi trabalho, caça e pesca”. Não era uma vida fácil, mas “lá se vivia sossegado”, diz o senhor Francisco. As terras que foram posteriormente inundadas eram cheias de árvores. Frutas, não faltavam. Segundo a senhora Ana, “tinha um monte de árvores, um “pomalvão”. Nossa! Era abacaxi... de tudo”. Perto da casa do senhor Francisco tinha uma floresta:

Senhor Francisco: Na verdade, ficou bastante mato também embaixo [da água]. Lembra as caçadas de passarinho? [risos]. Eu deixei um pedaço de mato de recordação bem aqui. Pena que vocês chegaram de noite, se não vocês iam ali. Mas é muito bom lá. Lembrando do tempo em que a gente era criança... Ih, antes era muito melhor, né?...

Como eram adolescentes na época em que começou a construção da usina, muitas de suas memórias têm a ver com as brincadeiras. O senhor Francisco, por exemplo, sente falta das caçadas de passarinhos, brincadeira típica das crianças do interior, mas que não é muito vista hoje em dia. O senhor Fabiano lembra que brincava com os meninos que viviam do outro lado do rio: “tinha o Cavernoso, que era o rio que dividia aqui. Era muito importante. Eu gostava. Sempre estava na água brincando. Passava o rio a nado. Jogava bola no Candói – [município vizinho que fica do outro lado do rio] – quando era antes da usina”. O rio dividia fisicamente a região, mas não as pessoas, pois os moradores de ambos os lados do rio se conheciam e se visitavam.

O rio, que para os adultos poderia significar fonte de sustento – afinal, do rio eles tiravam a água e o peixe –, para os jovens era o local das diversões. Da mesma forma que o senhor Fabiano, o senhor Francisco passou parte de sua infância nadando no rio Cavernoso. Ele diz: “eu me criei nadando”. Como se o rio o tivesse amparado desde criança. Viver nas margens do rio indicava manter relação direta com ele.

Apesar dos momentos de diversão, a vida era dura, o trabalho era pesado. O senhor Fabiano lembra que seu pai sempre trabalhou muito. Nunca lhes faltou nada do que comer. Pelo contrário, naquelas terras existia muita fartura. Segundo o senhor Fabiano, na sua propriedade, apesar de todas as famílias que viviam lá, “dava pra sobreviver tranquilo. Eu sei que o meu pai trabalhou a vida inteira, mas sem trabalhar ninguém vive, né? [...] O meu pai trabalhou a vida inteira, mas o sustento tirava bem tranquilo”.

Para as famílias ribeirinhas, o local da diversão e do trabalho era no espaço onde viviam. Saía-se pouco dos limites da propriedade, raros eram aqueles que se aventuravam num passeio até a cidade mais próxima, Laranjeiras do Sul. Ir pra Laranjeiras? Só em caso de doença mesmo. A maioria ficava no povoado. Era na casa de um e de outro que as pessoas se encontravam. Era uma época bem animada, porque, segundo a senhora Ana, “tinha bastante morador” no povoado. Não faltava gente para participar das festas. Ela complementa dizendo que “tinha bastante festa que reunia todas as famílias. [...] Tinha mesmo festinha assim. Era animado! Festa de galpão, de paiol... Bem gostoso que era! Nossa! Churrasco, vanerão [risos]. A gente ia. Nossa, a gente ia!”.

Era nestes momentos que os moradores aproveitavam para colocar a conversa em dia. Formavam rodas de chimarrão, trocavam experiências, acabavam fortalecendo a cultura local e os laços familiares e de amizade. Mas os encontros entre os ribeirinhos não se davam só nos momentos de lazer. O senhor Pedro frisa que o relacionamento entre os vizinhos era quase de dependência mútua. Para sobreviver naquele território, seus antepassados já haviam se acostumado a trabalhar de forma coletiva com os vizinhos. Para o senhor Pedro, os mutirões moviam a economia local:

Senhor Pedro: [...] O dinamismo da economia local dependia de um número de pessoas convivendo, trocando, comerciando, trabalhando e colaborando, inclusive. Havia muitos regimes de colaboração, de solidariedade na cultura local, os mutirões, que a gente chamava de “puxirão”, e várias outras formas de ajuda mútua.

Eles plantavam e colhiam juntos. Eles se identificavam tanto uns com os outros que quase não havia concorrência entre eles. Ali, naquele espaço, todos estavam buscando um modo de sobreviver e os mutirões representavam um padrão aceito como positivo por toda a comunidade. Ao mesmo tempo, os mutirões serviam para aumentar a identificação entre eles e fortalecer os seus valores. Isso porque, segundo Erikson (1976), ao se identificarem, os membros de um grupo aceitam e disseminam os valores e os costumes considerados certos e errados naquele espaço. Toda a família participava dos mutirões e era também desta forma que as crianças eram inseridas no meio cultural dos adultos. Assim, isto fazia parte do seu processo de socialização. Entre os ribeirinhos do rio Cavernoso, eles plantavam da mesma forma que seus pais, de forma mais rústica:

Senhor Francisco: Lembra do tempo dos mutirões? Aqui a gente fazia muito. Era roçado, carpida, plantava feijão. Com o compadre Bastião e com o compadre Luiz a gente plantava feijão. Chegava e marcava um dia e todo mundo ia. Carpia tudo de enxada pra não botar veneno em nada. Nem pensava em botar veneno.

Além de contarem com a ajuda dos vizinhos, os ribeirinhos tinham toda a família por perto. O núcleo familiar era composto pelos membros consangüíneos e pelos agregados, que dividiam a mesma propriedade. Segundo o senhor Fabiano, aquela região era habitada por muitas pessoas e todas elas, mesmo que não fossem parentes, formavam uma grande família. Ele afirma que lá “morava bastante família. É porque minha família era todo mundo. [...] Tinha bastante família e antes as famílias eram grandes. Hoje, por exemplo, eu falo em família, é a minha, por exemplo”.

A qualidade da terra é outro ponto que muitos dos entrevistados fizeram questão de mencionar. A senhora Luíza diz que “[...] quando o rio vai baixando, vai aparecendo os traços de terra que eram do pai, do meu cunhado... Meu Deus do céu, antes era um “campadão” que você não achava uma pedra! Ia embora...”. A senhora Luíza lembra que se trabalhava menos, daí sobrava mais tempo para um ajudar o outro. Ao mesmo tempo, tinha menos concorrência entre os vizinhos, o que pode, até certo ponto, responder pelas ações de ajuda mútua entre eles. Como em qualquer terra dava boa colheita, suficiente para o sustento familiar, eles não

competiam entre si. Não havia um mercado a se competir, pois a maioria do que se plantava servia para consumo no próprio núcleo familiar.

Naquele território, eles pareciam ter ao seu redor tudo de que precisavam. Pelo menos, é o que ficou no imaginário das famílias. Aos buscarem nas suas lembranças os momentos anteriores à construção da usina, eles se deparam com outro papel: eram jovens. Não tinham, portanto, as preocupações dos adultos, não precisavam assumir responsabilidades. Mas, seria inocência nossa acreditar que é só isso. Mesmo crianças, elas vêem o sofrimento e as alegrias dos pais, que os afetou também, e carregam aquilo para toda a vida. Mesmo que não se lembrem dos acontecimentos, eles estão gravados no seu inconsciente. Segundo Fink (1998, p.39) “o inconsciente não pode esquecer, sendo composto de ‘letras’ trabalhando, como fazem, de modo autônomo, automático; ele preserva no presente o que o afetou no passado [...], permanecendo marcado por todos e para sempre”.

Nas lembranças do senhor Francisco, da senhora Luíza, da senhora Ana e de outros sujeitos aqui apresentados, a terra que foi inundada simbolizava um refúgio que foi profanado pelos donos da usina. O que era o paraíso na terra se transformou no seu inferno. Um dos entrevistados, o senhor Fabrício, servidor hoje da EMATER em Laranjeiras do Sul, também passou pela mesma experiência quando criança, pois seu pai, um ribeirinho, perdeu suas terras quando houve a construção da hidrelétrica Salto Santiago. Ele se lembra que quando seu pai recebeu a indenização pelas terras inundadas, ele comprou um sítio bem menor em outra região. O senhor Fabrício afirma que foi a partir deste momento que sua família não conseguiu mais ter êxito. Vejamos o que o senhor Fabrício diz sobre isto:

Senhor Fabrício: Na verdade, com o que ele obteve da indenização, a gente conseguiu comprar a metade da nossa área e numa condição de solo muito mais fraca, região de clima diferente. Aqui, a região é de pasto liso, solo raso, solo com bastante pictórico, com pedra, e de baixa fertilidade. Então aí foi o insucesso da nossa família [risos]. [...] Nós perdemos praticamente todo nosso capital com a usina. [...] E hoje a gente vive basicamente com um sítio de quatorze hectares e a gente tinha quase cinquenta alqueires na época.

Assim, todos os entrevistados apresentaram a região, antes da construção da Usina Salto Santiago, como um lugar bucólico, o refúgio escolhido por seus avôs e pais. Naquele território existia fartura, nada lhes faltava. Num dos trechos da sua entrevista, a senhora Luíza diz: “Olha, eu vou te falar a verdade, a gente sente falta daquela oferta que tinha antes”.

Sentiam-se seguros naquela terra boa e nunca imaginaram que um dia as coisas iriam mudar. Mas, o que será que mudou após a usina? A partir de agora, então, iremos abordar o que mudou na vida dos ribeirinhos após a construção da usina. Ao mesmo tempo, buscaremos, no próximo tópico, compreender se estas mudanças forçaram a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, transformando suas identidades.

5.3.2 O QUE MUDOU APÓS A INUNDAÇÃO PELO RESERVATÓRIO DA USINA

Já mostramos aqui que antes da construção da usina, o próprio rio, as árvores frutíferas, os passarinhos, a qualidade da terra e a floresta trazem à mente daquelas pessoas um mundo que não existe mais, significando, portanto, a perda. Antes da construção da usina, as famílias se sentiam seguras naquele espaço, pois a simples propriedade da terra já permitia que este sentimento surgisse.

Até a chegada dos primeiros empregados da ELETROSUL na região, que vieram fazer os trabalhos de agrimensura, os ribeirinhos, em nenhum momento, haviam imaginado que teriam que sair dali. O senhor Fabiano lembra que muitos dos ribeirinhos não acreditaram que a água do rio iria subir. Ele mesmo só viu que não era boato “quando eles estavam fazendo o levantamento, que eles fizeram as picadas, que ia chegar até ali a água, né? Daí eu senti que era verdade mesmo. Porque não vão fazer um trabalho tão grande assim pra perder, né?”, relata o senhor Fabiano. Mas muitos deles, ainda que vendo o movimento dos empregados da ELETROSUL no local fazendo os primeiros levantamentos da área, não conseguiram acreditar que a usina seria mesmo construída. A sensação de segurança era tão grande que mesmo vendo a obra em andamento, muitos ribeirinhos continuaram desconfiando que a terra nas margens do lago seria inundada. A maioria só acreditou que era verdade quando o reservatório começou a encher. O senhor Fabiano conta:

Senhor Fabiano: Até muita gente perdeu alguma coisa, alguma benfeitoria que podia ter retirado, porque não acreditava que a água ia subir. Ficou muita coisa pra trás. Porque daí veio muito rápido. Quando eles fecharam lá, falaram: “vai (*sic*) trinta, sessenta dias pra encher”. Não. Foi rapidinho. Nossa, a gente via a água subindo!

A propriedade da terra parece ter lhes transmitido esta sensação de segurança já para seus pais e avôs, que acabaram lhes passando este sentimento. Quando chegaram na região, os caboclos só tinham a posse da terra. Desta forma, acabaram perdendo suas terras para os colonos, que

desde que chegaram, adquiriram oficialmente a propriedade. Quando puderam comprar “de papel passado” suas propriedades, eles se sentiram em pé de igualdade com os colonos. Sem a terra, eles não eram nada mais do que bichos; com a propriedade da terra, passaram a ser gente de novo. De acordo com o senhor Luiz, a terra é, há muitos anos, para o pequeno agricultor – o camponês, como ele mesmo se qualifica –, o local onde sua vida se desenrola. É na sua terra que o camponês exercita sua liberdade, porque ali ele se sente seguro:

Senhor Luiz: O território é onde a família vive e é dali que a gente tira a sobrevivência. E sendo dali a lida da sobrevivência, ele é dono daquele espaço ali, ninguém vai chegar lá e vai dizer: hoje você está demitido do trabalho. O trabalho não vai embora, você vai continuar tirando a sobrevivência. [...] Por isso que eu acho que o campo é o lugar do emprego. É o lugar que eu queria que meus filhos ficassem. Com certeza. Porque é uma questão mais autônoma, né?

Nas palavras do senhor Luiz, fica claro que quando se possui a propriedade da terra, o camponês é capaz de manter sua família e, assim, manter sua dignidade. Ele é gente como os colonos. Por menor que seja a propriedade, o pequeno produtor nunca fica desempregado quando tem seu pedaço de chão. A segurança é tanta quando se é dono da sua própria terra, que ele não precisa pensar no futuro, pois tem certeza que ali consegue tirar o sustento e ninguém poderá lhe tirar novamente suas terras, como havia acontecido quando os colonos chegaram. Agora, ele tinha o papel que atestava a sua posse daquele espaço. Mas, será mesmo que ninguém poderá tirar sua terra? O senhor Luiz, após afirmar que o pequeno produtor, quando proprietário da sua terra, não irá nunca perder seu emprego, se dá conta que hoje não é mais bem assim. Neste momento, ele se lembra que não tem mais a segurança que seu pai e seu avô tinham, pois hoje ele pode perder suas terras a qualquer momento, como aconteceu há trinta anos com a chegada da usina. O perigo de perder suas terras sempre ronda a vida dos ribeirinhos.

Após este momento, eles nunca mais tiveram sossego e a terra não é mais o refúgio que seus antepassados tanto prezavam. A pureza do local, lembrado pela maioria como um lugar bucólico, se foi com a formação do reservatório. Não seria esta a imagem ideal projetada por seus pais e que ficou gravada no seu inconsciente? Se for, ela não existe mais:

Senhora Luíza: Perdemos tudo que a gente tinha de bom. Porque eu conheci desde uma altura mais ou menos até onde encostou a água. Eu conheci muito bem, porque eu tinha meus tios, meu avô que tinha terra. A minha vizinhança que tinha... Quem tinha dez alqueires de terra, sobrava um

pedacinho que não dava pra nada. Antes dava pra botar um trator, você podia fazer tudo com trator. Enxada não dava. Tudo que você plantava não morria. O povo tinha de tudo. Olha, a falta que fez depois que veio este lago... Quanta fruta matou...

A propriedade da terra já não significa mais nada, pois passaram a viver na corda bamba: em vários momentos, ficaram prestes a perdê-la. Primeiro, foi o assédio dos fazendeiros que queriam aumentar seus domínios e, para isso, precisavam comprar as terras dos pequenos produtores. Germani (2003) afirma que na região sempre predominou a pequena propriedade, mas esta característica começou a mudar a partir dos anos 60, com a introdução de lavouras para exportação (soja e trigo) e a mecanização, via Revolução Verde⁷⁹. Isto favoreceu o êxodo rural no território. Nas margens dos rios Iguaçu e Cavernoso, nas proximidades da Usina Salto Santiago, é a criação de gado, que demanda grandes extensões territoriais, que aumentou a concentração de terras. Este movimento se fortaleceu com a construção da usina. O senhor Fábio explica que depois que a usina foi construída, as características do solo mudaram, pois o terreno plano ficou embaixo da água. O reservatório alcançou as montanhas que vinham logo após a planície:

Senhor Fábio: Onde era planície na beira do Iguaçu hoje você tem um morro, região onde é Porto Santana, Pinhão Preto e Guarani. Quer dizer que com o morro perdeu valor. Quem tinha um pouco de dinheiro foi lá comprar este morro pra criar gado. Então, você teve uma mudança na cultura. Ao invés do arroz e do feijão na planície na beira do Iguaçu, o grande fazendeiro cria gado no morro, nas encostas.

Depois, veio a pressão para os ribeirinhos plantarem mata ciliar. Atualmente, os ribeirinhos da região de Salto Santiago lutam contra a aplicação da lei ambiental nas suas propriedades. Isso porque, desde 2000, a empresa que controla a Usina Salto Santiago vem pressionando os ribeirinhos para plantarem cem metros de árvores, como especifica a lei, em toda a extensão do reservatório. O senhor Pedro faz questão de dizer que isto não é obrigação dos ribeirinhos, mas sim da usina. O problema é que quando a usina foi construída não existia lei ambiental e, por isso, não se previu a necessidade de deixar estes cem metros para a implantação de mata ciliar. Os ribeirinhos alegam que se reflorestarem os cem metros, não vai sobrar quase nenhum espaço para plantar. Por isso, querem que a Tractebel, concessionária do serviço de

⁷⁹ Revolução Verde é como é chamado o movimento de disseminação de novas sementes e práticas agrícolas nos países em desenvolvimento nos anos 1960 e 1970. O modelo se baseia em uso intensivo de sementes melhoradas, insumos industriais e mecanização agrícola.

energia elétrica responsável pela Usina Salto Santiago, indenize o espaço que irá servir para o plantio de mata ciliar.

Estes eventos, desde a desapropriação realizada pela ELETROSUL, promoveram a insegurança social. Devido a isso, muitos ribeirinhos passaram a se preocupar com o futuro, coisa que não acontecia com os primeiros habitantes do local antes da construção da usina. Erikson (1976) afirma que mudanças na comunidade forçam a uma adaptação cultural nos seus membros. Assim, a construção da usina, junto com um processo que já estava em andamento, a Revolução Verde e o conseqüente o êxodo rural, fez com que a identidade das pessoas se alterasse.

O senhor Fabiano, hoje, ao contrário de seus antepassados, se preocupa com o futuro. A posse da terra já não é mais garantia de futuro para ele e para sua família. A sua própria terra provê seu sustento e da sua família, mas só isto não basta mais. Ele queria “fazer” o futuro:

Pesquisadora: Não dá pra sobreviver?

Senhor Fabiano: Não, dá. O básico, né? Mas dizer você vai fazer o futuro...

E, no caso do senhor Fabiano, o futuro só pode ser feito se ele conseguir criar gado, o ideal para o tipo de solo que ficou após a inundação. O problema é que a criação de gado demanda uma grande extensão de terra e o senhor Fabiano só tem dois alqueires e meio:

Senhor Fabiano: [...] Hoje, eu, tanto o Luiz ali, não temos espaço, né? Como você vai lidar com gado pra ter o sustento inteiro? Que hoje seria o viável aqui pra nós porque a terra é dobrado, é pedra. Teria que ter gado, mas no meu caso aqui, cinco ou seis hectares de terra você não tem como criar gado pro sustento da família.

Ele nunca criou gado na vida. Sua família sempre plantou milho, feijão, arroz e criou galinhas e porcos para o sustento do núcleo familiar. Ele ainda vive deste jeito, mas queria poder viver “melhor”. Talvez, com mais terras, criando gado como os fazendeiros da região. No seu imaginário, criar gado é o melhor que ele poderia fazer naquele terreno cheio de pedras. Ele não quer ser excluído deste grupo. Por mais que suas condições objetivas não permitam, o senhor Fabiano quer fazer parte do grupo dos pecuaristas. Quando teve um dinheirinho, fruto do financiamento que recebeu do governo, senhor Fabiano não teve dúvidas, comprou umas vaquinhas. Não poderia ter o gado de corte, por falta de espaço, mas comprou as vacas.

Mas de onde vem este desejo de criar gado como os fazendeiros? Podemos compreender isto se seguirmos o conselho de Gadamer (2008) e nos deslocarmos historicamente, nos colocando na posição em que o sujeito que queremos compreender formou sua visão de mundo. Isso porque, ainda segundo Gadamer (2008), só se escolhe os costumes a serem adotados entre aqueles que foram criados e aceitos como válidos. Aos nos deslocarmos para os primeiros anos após a construção da usina, podemos perceber que muitos ribeirinhos se viram frente o desconhecido, devido às mudanças das características da terra e com a redução do espaço. A senhora Luíza diz que com o que sobrou de terras para eles, mal dá para o sustento da família:

Senhora Luíza: O povo trabalhava menos porque a terra era boa e você trabalhava uma vez. E agora, o tanto que é escarpado o terreno, que não tem mais jeito de trabalhar. Ou você passa veneno ou vai trabalhar o dobro. Antigamente, você plantava pouco e colhia bastante.

Como o terreno é cheio de morros e pedras, eles tiveram que rever o modo como plantavam. Antes, no terreno mais plano e com poucas pedras, eles podiam plantar da mesma forma que seus antepassados. Numa passagem anterior, já mostramos que o senhor Francisco disse que não havia necessidade de usar agrotóxicos nas plantações. Agora, com as novas condições do solo, há necessidade de se usar agrotóxicos ou se trabalha muito mais para se obter a mesma produção de antigamente. O problema, é que ao ter que comprar agrotóxicos, os ribeirinhos vêm aumentado seus custos de produção. Assim, os ribeirinhos se encontram frente a dois problemas: ou usam agrotóxicos e aumentam seus custos de produção, ou mantêm o modo de produção tradicional e colhem pouco. Numa parte da nossa conversa, o senhor Francisco diz que bem que tentam fazer uma agricultura orgânica lá, da forma que era feito antigamente, mas é difícil. E se precisar colocar agrotóxicos e defensivos na lavoura fica mais complicado, porque eles acabam trabalhando para as empresas que vendem os insumos, como defende o senhor Francisco:

Senhor Francisco: A gente sempre tentou fazer uma agricultura orgânica, com adubo verde, este tipo de coisa, pra desviar o mercado. Pois veja bem, é de pouquinho... Tem que pegar uma semente crioula, desviar o veneno, trocar... Mas sempre é desviado pra poder ficar mais tranquilo. Senão, não tem. Hoje, se você pegar toda a parte química, todas as partes, trabalha para as empresas. Não consegue pagar os insumos. E o terreno aqui é meio difícil de trabalhar. Ih, é difícil! É o que eu estava falando, antes fazia com trator, aqui tem que ser à mão tudo. A gente nunca teve trator. A gente usava arado de boi, só que era bom. Era bom de fazer. Hoje, nem com arado de boi dá pra fazer. Não, não tem condições.

Muitos não conseguiram se adaptar às novas condições, venderam o que sobrou de suas terras para os fazendeiros e se mudaram para a cidade. Segundo a senhora Luíza, “o povo foi cansando do restinho que sobrou. O povo não tinha onde trabalhar e acabou vendendo, indo embora”. Para o senhor Fábio, o cansaço veio porque “o camponês não sabia o que fazer com o morro. Então, ele vendeu pro primeiro cara. Já o fazendeiro já sabia o que fazer com o morro. Por isso, você tem gente que tem trezentos alqueires. Tem diversos fazendeiros aqui”. Os fazendeiros, então, começaram a espalhar a cultura da pecuária pela região. Ao se depararem com este novo elemento, o pecuarista, há uma reconfiguração produtiva naquele espaço como resultado das representações objetivas e subjetivas.

O ribeirinho, um pequeno produtor, como diria Bourdieu (2004), foi socializado para reproduzir espontaneamente as práticas de seu grupo. Até a construção da usina, as margens do rio eram ocupadas principalmente pelos pequenos produtores que faziam da sua comunidade o centro econômico e social. Eles pouco saíam de lá, e, portanto, a maioria das suas relações se resumia àquele território. Com a transformação estrutural do local, produzida pelo embate entre forças opostas – ribeirinhos *versus* fazendeiros que estavam comprando terras na região –, as estratégias de reprodução do *habitus* dos ribeirinhos são afetadas.

O fazendeiro pecuarista vence o embate de forças no campo, pois percebe as condições objetivas e subjetivas que se apresentavam no local melhor que os ribeirinhos e leva a vantagem de ter as instituições legitimando suas ações. A terra em declive e com pedras, que era um obstáculo para os pequenos produtores, se torna uma oportunidade. Afinal, eles já estavam acostumados a lidar com o gado, melhor produto que poderiam tirar daquele terreno. Assim, aquilo que era visto como o certo e o errado naquela comunidade tende a se alterar, porque não traz mais prestígio ou reputação, como defende Bourdieu (2004). A tendência, nestes casos, é as novas gerações adquirirem o *habitus* que lhes traga maior acúmulo de capital, seja ele simbólico, econômico ou social. Naquele momento, o modo de vida do pecuarista possui mais legitimidade e os ribeirinhos, sem nem mesmo notarem, querem participar deste grupo. Manter o modo de produção pré-capitalista em que viviam seus antepassados não é mais possível. Aquele que tenta resistir, de acordo com senhor Francisco, sofre “bastante preconceito”. Seu filho, Felipe, explica o porquê do preconceito:

Felipe: É complicado. Hoje em dia, principalmente, quem trabalha com a terra, é sempre o atrasado. E para você ser o adiantado, você tem que estar no esquema do capitalismo, que é grandes profissões, que é grandes investimentos, que é maquinário bonito e de melhor qualidade. Imagina, nas nossas condições, como que a gente conseguiria isso?

Com isso, alguns valores parecem estar se perdendo naquele território. Antes da usina, os ribeirinhos dependiam uns dos outros dentro de sua comunidade. Plantavam e colhiam quase sempre em mutirão. Não havia concorrência entre eles. Hoje, segundo Felipe, isso não ocorre mais, porque:

Felipe: [...] é difícil desmistificar na cabeça do povo a questão do sistema. É difícil você conseguir montar um grupo conscientizado que consiga trabalhar junto, porque hoje é separado e você tem que produzir mais que o vizinho. Eu tenho que produzir melhor do que o vizinho. Então, estas coisas não deixaram a gente dividir.

Giddens (2002) afirma que na modernidade a identidade está relacionada à individualidade e, portanto, cada um tem responsabilidade pelas suas próprias escolhas. Nas margens do reservatório Salto Santiago, a ordem tradicional foi superada pela modernidade. Desta forma, hoje, frisa o senhor Francisco, “[...] é cada um pra si”. Felipe cita um exemplo que ocorreu há poucos meses na sua família:

Felipe: Meu pai está acidentando, com problemas de saúde, e eu estava lembrando que a gente construiu esta emenda [parte da casa que foi construída], que é um projeto do MPA⁸⁰, com dinheiro que vem aí a fundo perdido. Se fosse no tempo de antigamente - eu consegui viver um pouco isso - isto aqui estava pronto há muito tempo, porque o povo dizia: “olha, o Chico está com problemas de saúde e nós vamos todo mundo lá ajudar para erguer a casa dele”. E hoje, se você não pagar o dia de serviço, ninguém bota os pés aqui pra te ajudar.

Como cada um é responsável pelas suas escolhas, aqueles que querem manter um modo de vida tradicional, muito parecido com os primeiros moradores da região, são mal vistos. A senhora Luíza lembra quando um parente de seu esposo falou para sua filha que na propriedade deles “[...] só tem casa e mato e mais nada”. Podemos enxergar aqui os mesmos preconceitos sofridos pelos caboclos quando da chegada dos colonos na região? A resposta da filha da senhora Luíza foi dizer ao tio que na sua terra eles encontram tudo que precisam para

⁸⁰ MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

sobreviver e o melhor, não devem nada para ninguém. Parece que ela está descrevendo as terras do seu antepassado, pois, segundo a senhora Luíza, a sua filha diz ao tio:

Senhora Luíza: [...] mas no nosso terreno tem mata, tem água boa, nós comemos tudo orgânico, nós temos uma horta grande que está cheia de verdura, nós temos mandioca, nós temos batata doce, nós temos abacaxi, nós temos frutas de todos os tipos. De fome nós não estamos morrendo e não devemos também.

Aqui, também notamos como a vida simples antes da construção da usina tem o poder de tornar o local perfeito, cheio de fartura. A filha da senhora Luíza não viveu aquele tempo antes do alagamento, mas recebeu esta imagem de seus pais. Ela, hoje, mantém este estilo de vida como símbolo. É o que acontece com aqueles que saíram da região e foram para a cidade. Os filhos do senhor Fabiano não permitiram que ele vendesse o sítio porque, segundo eles, é lá que eles tiram férias. Agora, a pequena propriedade da família não é lugar que eles tiram o sustento, mas sim, as férias. O sustento, tiram trabalhando como empregados na cidade:

Senhor Fabiano: Daí como os filhos estão indo, eu pensei: eu vou dar um jeito de arrumar uma casa e morar em Laranjeiras pra eu poder colocar os filhos. Lá eu tô junto com eles. Cada um trabalha um pouco e nós vamos indo. Daí eu fiz esta proposta pra eles. Daí eles acharam que não adiantava, que é melhor eu ficar aqui, porque pra eu sair daqui e comprar uma casa eu teria que vender. Eu vendo, e isto até uma menina minha falou: “não tem como nós tirar (*sic*) férias, por exemplo. Pegamos férias do trabalho e do estudo e tem que ficar na cidade, porque aonde nós vamos? E assim, o senhor estando lá” - ela falou - “daí nós temos aonde ir, né”? Daí, eu até fiquei meio parado, porque eu estava fazendo pra eles e eles pediram que não.

Sem o apoio da comunidade, a situação, que não é mais propícia ao pequeno produtor, se torna ainda mais complicada. Desta forma, há um aumento da pobreza naquele meio. Com a saída de muitos pequenos agricultores da região e com a conseqüente perda da dependência mútua em que viviam, ocorre um empobrecimento dos que ficaram. Quando os mutirões são retirados da vida diária dos ribeirinhos, eles perdem, além dos aspectos econômicos que este tipo de ação pode proporcionar, a possibilidade de manutenção de sua cultura, responsável pelas suas práticas. O senhor Pedro tem certeza que este foi um dos grandes problemas gerados pela construção da usina, porque entre “aqueles que ficaram, houve um empobrecimento muito grande, porque o dinamismo da economia local dependia de um

número de pessoas convivendo, trocando, comerciando, trabalhando e colaborando, inclusive”.

Os problemas sociais ocorridos na região após a construção da usina não mantiveram seus efeitos restritos àqueles que ficaram no campo. Muitos que venderam o que sobrou das suas terras após a inundação promovida pelo reservatório, foram para as cidades na região, que até então, não tinham nenhuma estrutura para recebê-los de repente. Desta forma, segundo o senhor Luiz, eles perderam a sua própria história, a sua identidade, pois só o contato com o campo, com as famílias que ali vivem, pode manter intacto os seus valores:

Senhor Luiz: Mas a minha revolta seria assim porque, do meu ponto de vista, não é só perder a terra, você perde uma história, porque a família vai ter que procurar espaço, como aconteceu com os meus tios, como aconteceu com meus irmãos, em outros espaços sociais. E isto, do meu ponto de vista, é uma coisa bastante complicada. Porque uma coisa é você viver em harmonia no teu espaço, no teu território, na tua terra, tirando o sustento do chão e viver ali. Outra coisa é você sair assim, ou ver a sua família sair meio sem rumo, tentar uma fantasia. Digo eu, nos espaços mais de fantasia, esse aí vai se dar bem, este vai se dar mal, se a coisa que eu sabia fazer mesmo era plantar e colher o sustento do pedaço de chão. [...] Tanto é que nas margens do lago tinha muito mais famílias, pessoas morando aqui e que a partir daí [da construção da usina], tiveram que sair e foram procurar outros cantos. A maioria deste povo, sem dúvida, se for fazer um levantamento hoje, estão nas favelas. “Embretado” nas favelas, como diz. Esta é a palavra correta porque este povo perde o sentido de vida e a identidade, pior de tudo. Além disso, eles perdem o contato com o campo. Foi o que eu já falei, mais do que simplesmente perder a terra, perde uma parte boa da história, porque pra mim este contato é a própria identidade. É uma das coisas que vem do espaço social, que é totalmente modificado e vai se perdendo esta identidade. [...] Porque depois que está “embretado” numa favela, é só problema social. E eles não conseguem voltar pro campo. Não voltam porque perdem a identidade. E se volta, não consegue reter de novo os princípios de valores que a pessoa adquiriu no território do campo. É difícil. Se ele fica na terra, ele sempre vai conservar isto como cultura. Aí entra em um espaço complicado como uma favela, você vê que o impacto é muito forte.

Grande parte das pessoas que saiu se deu mal, segundo o senhor Luiz. Quando ele diz que estão “embretados” nas favelas, ele usa um termo muito utilizado no campo, significando que o gado está cercado no brete ou no tronco e não tem como sair. O brete ou o tronco é o local onde o peão da fazenda coloca o gado para imobilizá-lo quando precisa vaciná-lo, castrá-lo ou para qualquer outra manipulação do animal. No brete ou no tronco, o animal está contido e não pode quase se movimentar. Só sai dali quando o peão o libera. Portanto, quando faz esta analogia com a palavra “embretado”, o senhor Luiz deixa claro o que pensa daquele que foi

para a cidade e está numa favela. A favela é o brete ou o tronco onde o pequeno agricultor está como o gado, imóvel e sem possibilidades de sair. O agricultor que se mudou para a favela torna-se, então, um animal acuado. Como seus antepassados, que eram vistos como bichos, antes de terem a propriedade legal de suas terras, o agricultor que perde seu espaço no campo e vai para a favela, volta a ser considerado um animal – só que agora, não é mais livre; está no brete.

Mas não foram todos que foram parar direto na favela. Uma parcela dos ribeirinhos comprou terras bem longe dali e foram parar em Sinop, no Mato Grosso, pois enquanto a usina indenizava os ribeirinhos, começaram a surgir na região grupos privados que ofereciam a eles bons negócios, como a Sociedade Imobiliária Norte do Paraná (SINOP), que, segundo o senhor Fábio, “tinha a maior filial deles em Laranjeiras”. No entanto, muitos foram iludidos e perderam tudo porque não se acostumaram no novo território. O senhor Fábio lembra que:

Senhor Fábio: Existiam anúncios nas rádios de hora em hora dizendo: “o seu cheque da ELETROSUL dá pra comprar um terreno em Sinop”. E todo mês saía um ônibus de Laranjeiras pra levar o pessoal para Sinop, pra visitar as terras. Muitos foram pra abrir novas cidades em Sinop, quem recebeu o cheque foi pra lá. [...] O pessoal que foi para Sinop conseguiu triplicar o tamanho das suas terras. Mas a gente tem que lembrar que a gente estava em 75, 76 e se aqui não existia estrada, não existia luz elétrica, imagina lá no Mato Grosso. Então, as condições para as pessoas sobreviverem lá foram muito difíceis. Muita gente não sobreviveu lá e voltou. Voltaram pra cá sem nada. A gente percebe, quando faz uma visita de campo pras pessoas que ficaram na beira do Iguaçu e do Cavernoso. Para muitos parentes destes ribeirinhos, aconteceu assim, do jeito que estou te contando.

Ao deslocarem de forma forçada os ribeirinhos, eles tiveram que escolher de uma hora para outra um novo local para morarem. Quando foram para o Mato Grosso, eles perderam a sua rede de relações, que segundo Soares, Froehlich e Marques (2007), lhes dava apoio e mantinha o fluxo de informações fundamentais para a sobrevivência. Ao mesmo tempo, as condições eram muito difíceis no novo território e muitos não se acostumaram. Mesmo adquirindo propriedades até três vezes maior do que em Cantuquiriguaçu, eles não sabiam como trabalhar com aquela terra. Muitos não conseguiram sobreviver no Mato Grosso e voltaram para Cantuquiriguaçu.

O senhor Luiz, vizinho do senhor Fabiano, sente que depois de tudo isso, eles perderam as esperanças. Seu avô veio para região porque ele tinha esperança; ele, o senhor Luiz, já não

tem mais. Seu pai já começou a perder as esperanças quando as terras foram inundadas e seus filhos começaram a partir. Para seus próprios filhos, o senhor Luiz não vê futuro no campo:

Senhor Luiz: Sabe, o que eu vejo de mais grave é que a gente perdeu as esperanças. Antes a gente sonhava de viver sempre aqui, lidando com a terra, tirando o sustento do chão. Tenho certeza que meu avô pensava assim. Já meu pai, ao ver seus filhos indo embora, começou a perder as esperanças. Então, meu pai e eu não conseguimos manter a família unida aqui, na nossa terra. Os meus filhos, eu sei que vão viver na cidade. Aqui não tem futuro pra eles. E olha que não estou falando de ficar rico, nunca pensamos nisso. Estou dizendo que o lugar certo do camponês é na sua terra, vivendo dignamente, construindo sua família e sonhando em nunca sair daqui. Quando eu morrer, meus filhos vão ter que vender o nosso terreno porque pra eles não vai servir pra nada. Não vai ter continuidade. Não vai ter mais Fonseca na Linha Fonseca⁸¹ [risos].

E se não tem futuro no campo, se o pouco que lhes sobrou de terra é cheia de pedra, para que se esforcem? Foi a eles determinado que aquela terra que sobrou após a construção da usina só serve para criar gado. Como eles não têm nem terras suficientes para isso e nem condições financeiras para adquirir as primeiras cabeças de gado, se acomodam. Não procuram, portanto, se adaptar com as condições que possuem e começar outra atividade no campo que seja propícia, que lhes dê melhores retornos financeiros e que, ao mesmo tempo, esteja dentro das suas capacidades atuais. É a determinação do sujeito. Eles passam a agir conforme lhes é determinado. Assim, se queixam constantemente porque, conforme a senhora Luíza diz, “a terra melhor ficou toda embaixo d’água. Ficou (*sic*) só os morros cheio de pedra, lugar que não dá pra trabalhar”.

Antes da construção da usina, eles se adaptavam ao espaço onde viviam. A senhora Luíza lembra que eles viviam bem tirando proveito do que a terra oferecia. A senhora Luíza conta que perto da sua casa vivia um compadre da sua mãe, que vivia muito bem do que ele conseguia tirar da sua propriedade. Na sua própria casa, o vizinho da senhora Luíza produzia diferentes subprodutos da cana-de-açúcar, como rapadura, melaço e açúcar mascavo. Sobrevivia bem vendendo estes produtos. A sua vida chegava a causar a admiração dos vizinhos. Até hoje a senhora Luíza se lembra deste caso, chegando a nos dizer: “eu queria que você visse o que ele tinha”.

⁸¹ A região em que o senhor Luiz mora até hoje foi aquela em que seu avô se instalou no começo do século XX. Esta região é conhecida atualmente como Linha Fonseca – para preservar o entrevistado trocamos o nome da região porque é o mesmo do seu sobrenome.

Quando uma cultura está ameaçada, duas coisas podem acontecer: ou o grupo ameaçado se une ao grupo dominante ou desenvolve doutrinas extremistas e não toleram os de fora (ERIKSON, 1976). Nós já vimos que uma parte dos ribeirinhos seguiu o primeiro caminho, como no caso do senhor Fabiano, que mesmo não tendo condições objetivas para tanto, deseja criar gado. Outra parte dos ribeirinhos formou uma identidade de resistência. A idéia deles é manter a cultura dos seus antepassados intacta. Querem, portanto, manter uma cultura camponesa.

O senhor Luiz, por exemplo, afirma já no começo de seu depoimento, que ele vem de “[...] uma família que se identifica como camponesa desde o tempo do meu avô”. Ao dizer isto, ele já afirma que não é fazendeiro. Segundo Silva (2000), com relação à sua identidade, o sujeito não precisa dizer o que não é, pois identidade e diferença são interdependentes. Assim, ao se identificar com os camponeses, com o pequeno produtor rural, ele exclui os fazendeiros. Eles, os fazendeiros, fazem parte de outro grupo; são, portanto, os diferentes. Quando, durante a entrevista, surge o nome de um dos fazendeiros que possui propriedade às margens do rio Cavernoso e que faz parte do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), o senhor Francisco diz:

Senhor Francisco: Ah, o Horácio é fazendeiro. Ele só está dando estas entrevistas pra você porque ele não quer que os caras tirem os cem metros da fazenda dele. Mas ele é criador de gado. Ele sempre briga, ele e o Aloísio, com o Lula porque o preço do gado está muito barato. Porque eles comem da melhor carne. Eles têm, né? Eles vendem. Lógico que querem o preço alto. Então é isso aí. O Horácio não é dos nossos, não. Ele só está do nosso lado para pegar sua parte.

E isso não é exclusivo dos pequenos produtores ribeirinhos. O senhor Horácio também faz questão de dizer que ele é um médio produtor rural. Ele se identifica com os pecuaristas, não com os ribeirinhos. Mesmo que ele esteja envolvido com as ações do MAB no território hoje, ele não faz parte deste mundo. Este papel não condiz, conforme Ciampa (1996) afirma, com suas condições históricas e sociais. O senhor Horácio nunca viveu como um pequeno produtor. Na primeira vez em que as terras foram inundadas, ele não se incomodou, porque ele não precisava tanto daquela propriedade. A única coisa que liga os ribeirinhos ao senhor Horácio hoje, é a possibilidade de ter que plantar a mata ciliar, que os faria “perder” mais cem metros de terra, sem nenhuma indenização por parte da administradora da usina, às margens de todo o reservatório. De resto, eles são bem diferentes.

É aqui que começamos a nos perguntar qual o papel das organizações presentes no território na construção da identidade dos ribeirinhos. Em Cantuquiriguaçu, podemos identificar algumas organizações presentes na região, como o MAB, o MST e o próprio poder público, representado por Prefeituras, pela EMATER, pelo SEAB e pelo IAPAR. Algumas destas organizações participam da construção da identidade dos ribeirinhos, pois, segundo Erikson (1976), conforme crescem, a influência familiar diminui e outras instituições começam a atuar sobre o sujeito.

No caso do MAB, observamos a presença, quase exclusivamente, senão totalmente, de pessoas da própria região. Os membros e os coordenadores do movimento nasceram e cresceram ali. Segundo o senhor Fábio, antes mesmo de existir o MAB, foram as pessoas dali que não foram reconhecidas como proprietários de terras, os empregados das propriedades, os meeiros e os posseiros, que iniciaram o movimento dos excluídos por barragens. São aqueles que ficaram sem terra e sem emprego que começaram a se organizar e a reivindicar seus direitos. O MAB só apareceu muito depois no território.

Esta característica faz com que o próprio movimento mantenha as características culturais da região. Existem, então, descendentes de caboclos e colonos, pequenos e grandes produtores atuando juntos no MAB. Isso porque, segundo um dos coordenadores do movimento no território, o senhor Miguel, “o papel do MAB é como articulador. O MAB está na luta junto com os atingidos, mas são eles que fazem o movimento todo”.

Os coordenadores é que mantêm maior contato com os líderes nacionais do movimento. Mas este contato, pelo menos em Cantuquiriguaçu, não nos parece, nos últimos tempos, uma ligação muito forte. Em Chopinzinho, uma das cidades do território, mora um dos líderes nacionais do MAB, mas este senhor, apesar das nossas várias tentativas, nunca foi encontrado. A resposta que sempre ouvimos é que ele estava em viagem pelo país. Até mesmo o escritório que o MAB mantém em Chopinzinho está fechado. A senhora Luciana, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que aluga uma sala para o MAB manter sua sede, nos disse que “faz meses que não aparece ninguém do MAB aqui”.

Mesmo assim, o movimento ainda está presente na região, sendo representado pelos coordenadores regionais. Desta forma, o MAB sempre faz reuniões com os ribeirinhos,

tentando mostrar as injustiças que eles sofreram há trinta anos, e que pode ocorrer novamente se não receberem indenização pelos cem metros às margens do reservatório que serão utilizados para plantio de mata ciliar. Ao mesmo tempo, o MAB articula, junto com o MST, as manifestações dos ribeirinhos afetados pela construção da Usina Salto Santiago. Em 2008, por exemplo, conforme Brembatti (2008), cerca de quatrocentos destes agricultores ocuparam a usina por três horas, reivindicando a reavaliação dos valores pagos como indenização pela desapropriação das terras que ficaram embaixo do reservatório da usina há trinta anos.

Apesar deste tipo de manifestação, nos parece que o MAB só consegue a adesão dos ribeirinhos devido a uma causa: a possibilidade de perderem parte de suas terras novamente. Se o problema for resolvido, o movimento não tem o porquê de existir naquele território. E as coisas voltam a ser como era antes, cada um vivendo a sua vida. Nas nossas entrevistas, não ouvimos em nenhum momento qualquer declaração sobre o MAB; nem contrária, nem a favor. O silêncio sobre a instituição foi geral. Até o mesmo o coordenador do MAB na região só falou da instituição quando perguntado o que ela estava fazendo pelos ribeirinhos de lá.

Enquanto isso, dois dos entrevistados, pai e filho, fizeram questão de falar – e de manter uma bandeira do movimento pendurada na parede atrás do fogão à lenha – sobre seu envolvimento com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Felipe, o filho, foi quem começou a falar sobre o MST, dizendo: “eu fiquei acampado em torno de quatro anos no MST, fiquei aguardando um lote pra ver se dá certo, pra gente dividir um pouco mais [esta propriedade]. Mas é uma coisa que não é tão fácil assim”. Sua irmã foi a primeira da família a ir para um acampamento do MST. Ele um dia foi visitá-la, gostou do que viu e resolveu ficar.

Quando foi para o acampamento, Felipe não tinha terminado nem o ensino fundamental. Este é um dos maiores problemas de lá, pois segundo dados do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, somente 20% dos moradores da região com mais de dez anos passa a frequentar o ensino médio (CONDETEC, 2004). Esta situação faz com que, além dos altos índices de analfabetismo, a região tenha que conviver com uma população com quase nenhuma formação educacional. No MST, Felipe vê uma oportunidade de voltar a estudar numa escola do movimento instalada no acampamento no município de Cantagalo. Segundo Felipe, isto mudou sua vida:

Felipe: Fizeram-me uma proposta de estudar numa escola do movimento que tem em Cantagalo. E foi lá que eu comecei a entender um pouco o processo, o que acontecia, os problemas que a gente estava enfrentando, porque nós não conseguíamos desenvolver, porque não conseguíamos vender bem o produto. Aí eu fui entendendo o processo, a conjuntura do país, o que aconteceu e o que está acontecendo. Foi lá que eu fui saber que o Brasil não foi descoberto. E hoje eu tenho certeza que ele não foi descoberto. Por isso que eu digo que a educação nossa é muito tapada. Hoje, as escolas do movimento são até bem respeitadas, porque mostram a realidade, não ficam escondendo. A educação é boa. Hoje eu sou outro. Tem um tio meu que diz: “olha, o Felipe mudou”.

Mas, mudou como? Perguntado sobre isso, Felipe responde:

Felipe: Por exemplo, cultura, música. Pra mim qualquer música estava bom. Hoje, eu só escuto música gaúcha boa. Eu canto com um parceiro meu, música sertaneja de raiz. Ouço MPB também. Isso já foi uma mudança. É o jeito de ser... Porque você sabe, na sociedade atual você tem que andar na moda. Hoje, se a moda é cabelo arrepiado, você tem que andar de cabelo arrepiado. E aí eu consegui me valorizar do jeito que eu sou. Eu sou assim e me sinto muito bem porque com estes caras com faculdade que querem bancar o bacana eu consigo discutir de igual pra igual. Eu não me rebaixo pra eles. Eu sou assim e acho que é correto ser deste jeito. Antes, a gente vivia o mundo que nos passavam pra viver.

Neste trecho, Felipe afirma que agora “consegue se valorizar do jeito que é”. Não abaixa mais a cabeça para ninguém. Será? Ou será que ele está tentando nos passar um modelo que ele acredita ser o ideal? Desde os trabalhos de Freud, sabemos que o sujeito não tem plena consciência de si mesmo, pois está dividido entre o consciente e o inconsciente. Há, portanto, uma parte que o próprio sujeito não tem acesso sobre si, porque está no inconsciente. Segundo Lacan (1999), o inconsciente, “a fala do Outro”, está sempre comandando suas ações. Para Lacan (1999), quando a pessoa diz “eu sou assim...” ou “eu penso assim...”, ele está racionalizando. E ao racionalizar, usar a consciência, não é sujeito que se apresenta, mas sim um falso-ser. Segundo Fink (1998), este eu consciente tenta formar uma auto-imagem ideal, “a fala do eu”. A outra metade do sujeito, “a fala do Outro”, está guardada no seu inconsciente e foi formada pelos discursos que o sujeito ouviu durante toda sua vida. É impossível, então, acreditar que o sujeito é tudo aquilo que ele diz ser.

Ao viver e estudar no acampamento, Felipe criou um novo modelo ideal de homem, conforme os valores difundidos pelos membros do MST. Por mais que Felipe pense que agora não está mais alienado, pois hoje ele não vive mais o mundo que os outros lhe passaram, sabemos que isso é impossível. Para Lacan (1999), estamos sempre alienados pelo significado que o Outro

nos impõe. Quando Felipe diz que antes ouvia qualquer tipo de música e hoje ele ouve música de qualidade, queremos indagar: de quem é este padrão musical? É do Felipe? É da família do Felipe? Parece-nos que este padrão é estabelecido pelos membros do MST. Será que Felipe ouvia música popular brasileira (MPB) quando era mais jovem e morava nas margens do rio Cavernoso? Pode ser que sim, mas achamos difícil. Assim, o discurso consciente de Felipe é o que Lacan (1999) chama de “a fala do eu” e se relaciona ao que ele pensa ser certo.

Desta forma, Felipe, por mais que pense o contrário, continua sendo assujeitado. Agora, não mais por aqueles que controlam o território, como os empreendedores da usina ou os fazendeiros, mas pelo movimento que participa, o MST. E não poderia ser de outro jeito, porque uma instituição só consegue reproduzir suas práticas e valores quando consegue dominar as pessoas, contando com sua cumplicidade. Trata-se do poder simbólico, que Bourdieu (2004) conceitua como sendo um poder invisível que opera sem ser notado, mas que conta com a cumplicidade dos que a ele estão sujeitos, aumentando sua legitimidade.

Os outros vários discursos gravados no inconsciente de Felipe podem ser até contraditórios com relação à imagem do sujeito ideal que ele usa para se descrever. Durante o processo de socialização, o sujeito forma sua identidade conforme se identifica com as outras pessoas, diz Silva (2000). Sabemos que durante a vida, os sujeitos mudam e passam a se identificar com outros grupos. Para Ciampa (1996), os sujeitos mudam porque precisam se adaptar às condições sociais e históricas, criando novos objetivos. Felipe diz que mudou após ir para o acampamento do MST. Isso parece ter acontecido mesmo. Mas não podemos nos esquecer que dentro dele já viviam outros discursos, alguns inseridos nele antes mesmo dele ter nascido.

Seu pai, o senhor Francisco, nunca ficou acampado, mas passou um tempo junto com os filhos no MST, ajudando a montar os grupos e a armar barracas, que servem de moradia aos agricultores sem terra. O senhor Francisco, como o filho, aprendeu no MST que é o sistema capitalista o responsável pela atual situação em que se encontram os pequenos agricultores brasileiros. Ele, como seu filho, agora conseguem enxergar melhor as coisas, conforme eles mesmos afirmam. Foi depois do MST que começaram a enxergar que o grande problema dos pequenos agricultores é que muitos não se unem com os iguais, preferindo se identificar com os fazendeiros. O senhor Francisco fala que na sua região, em Porto Barreiro, ainda a maioria dos pequenos agricultores é mais consciente, viu o que aconteceu depois da construção da

usina, mas em Candói, uma cidade vizinha que fica do outro lado do rio, “[...] você vê pessoa pobre com estigma de rico. Mas faceiro, achando que é o bicho da goiaba”. Assim, segundo o senhor Francisco, muitos pequenos agricultores da região só querem trabalhar com produtos que lhes dêem *status* de rico, mesmo que não sirvam nem para sua própria alimentação. Muitos plantam fumo, por exemplo, só porque trabalham para a Souza Cruz⁸². O problema é que estas pessoas não enxergam que estão fazendo parte de um sistema que nunca irá beneficiá-los. Vivem como ratinhos de laboratório, correndo e não saindo do lugar. Senhor Francisco, fala:

Senhor Francisco: É a organização capitalista. É um grupo pequeno, mas organizado, que conseguiu até educar os pobres pra ser o escravo deles. Hoje, você vê pessoa pobre com espírito de rico. A cabeça deles é capitalista. Caboclo capitalista. Ontem eu fui na casa de um primo dela [da senhora Luíza] e o calcário e o adubo, sei lá, estava empilhado (*sic*) lá na roça. Devendo para as multinacionais, não é? E quer ser rico, tem espírito de rico. Mas a educação é esta. Hoje, todo mundo é educado assim, aqui ou na cidade. Aqui também. Vai pra escola que já ensinam assim. Tem um parente meu aqui do Guarani falando que plantou fumo e ficou devendo quatrocentos reais pra empresa. Plantando fumo, que é umas das culturas que dizem que dá mais. Aí eu falei pra ele que está errado, não tem como fazer isso porque é só pra enriquecer as empresas. Não tem nem dúvida. Ele ficou me olhando, achando que não estava certa aquela história. E daí é difícil de voltar ao que era antigamente. Metade já está errada. Então, não tem como. Já criaram os filhos assim. Até a própria escola já puxa mais para o lado capitalista. Pode ver, 90% é assim. O cara aprende, mas nem sente dor [risos]. Vai trabalhando e nem sente dor [risos]. Já nasce apanhando. E se ele reclama, ainda é criminoso, vagabundo. Não pode nem reclamar!

Mesmo que uns poucos pequenos agricultores queiram se unir, formar uma pequena cooperativa para “desviar o mercado”, por exemplo, a maioria da região não quer nem saber disso. Preferem, segundo o senhor Francisco, continuar trabalhando para as grandes corporações e, portanto, dando lucro para as empresas. O problema, na visão do senhor Francisco, é que o povo está submetido a uma educação que cuida de espalhar a ideologia capitalista para todos. A escola educa para o sistema e a família continua reproduzindo as práticas do modelo econômico capitalista.

Assim, a educação sobre a qual ele fala não é só a escolar, mas também a familiar, ambas responsáveis pela reprodução das regras de boa convivência que manterão o sistema funcionando. Althusser (1983) afirma que as pessoas são assujeitadas pelos diversos

⁸² Empresa subsidiária da *British American Tobacco*, fabricante de cigarros.

Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) que se ocupam de reproduzir a ideologia dominante através da representação do mundo determinada. É desta forma que a escola e os grupos familiares reproduzem as relações de produção e mantêm as coisas funcionando sempre da mesma forma. Como há uma submissão ideológica, cada um que está no sistema, contempla sua própria imagem.

Podemos notar uma grande diferença entre o MAB e o MST que parece determinar o modo como agem sobre a identidade dos sujeitos. O MAB não tira os ribeirinhos de sua casa, como faz o MST, mantendo-os em acampamentos. Ao deixar os pequenos produtores nas suas próprias casas, eles não mantêm muito contato com os outros membros do movimento. No MST, os agricultores sem terra ficam quase 24 horas por dia juntos, pois moram um ao lado do outro. O acampamento do MST se torna quase um mundo à parte. No MAB, não há uma participação efetiva de toda a família, geralmente são os homens que vão às reuniões e às manifestações. Já num acampamento do MST encontramos famílias inteiras. Crianças, adultos e idosos trocam experiências e participam juntos das manifestações.

Enquanto nos acampamentos do MST há toda uma estrutura que permite que ali haja a reprodução dos símbolos e valores do movimento, sendo que as próprias escolas instaladas nos maiores acampamentos servem também para isto. No MAB isto não existe. Desta forma, as características do MAB fazem com que as estruturas de referência do movimento fiquem débeis. Bauman (2005) defende que as instituições não conseguem agir sobre os sujeitos pela simples razão de não conseguirem que eles se identifiquem com elas de forma mais ou menos duradoura. Isto parece ser o que acontece com o MAB, que não consegue fazer com que haja uma ligação de pertencimento entre seus membros, permitindo que eles se separem ou se relacionem com o movimento de forma rápida. Ou seja, em alguns momentos, principalmente quando há manifestações, as pessoas se identificam com os outros membros do MAB; quando não há qualquer manifestação ou reunião do movimento, as pessoas se esquecem que fazem parte do mesmo grupo.

Da mesma forma que o MAB, as instituições públicas que atuam no território, como EMATER, SEAB e IAPAR, parecem não conseguir uma ligação forte com os ribeirinhos. Pelo menos, é o que conseguimos observar daqueles que foram entrevistados para esta dissertação. O motivo principal hoje é que estes ribeirinhos não participam de nenhum projeto

mantido pelo governo do Estado e desenvolvido por estas organizações. Mas por que será que isto acontece?

Para responder a isto, precisamos retornar no tempo e compreender o que estas organizações governamentais simbolizam para os ribeirinhos atingidos pela construção da usina hidrelétrica. Começaremos pela EMATER, a instituição que presta assistência técnica aos pequenos agricultores há mais tempo na região.

A EMATER já funcionava no território quando começou a construção da Usina Salto Santiago. Mas, como servidores públicos – vigiados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) –, seus servidores se mantiveram afastados do processo da construção da usina. Foi somente a partir de 1982, quando José Richa se elegeu governador do Paraná, que a EMATER passou a dar assistência técnica aos ribeirinhos atingidos pela construção de Itaipu, Salto Santiago e Salto Osório, reassentados na região. O senhor Fábio nos informa que:

Senhor Fábio: Na época da construção da barragem, a EMATER era um dos órgãos mais vigiados que tinha. Todos os funcionários eram vigiados pelo Serviço de Informação [risos]. Então, não tinha como ter um envolvimento com os ribeirinhos. Pelos históricos que a gente encontrou nos arquivos, na época, eles não tiveram muito envolvimento. O que tem de uma ação mais forte é a partir do primeiro governo Richa, que você tem uma reorganização do serviço de assistência técnica. Então, aqueles que ficaram, as pessoas que foram assentadas em assentamentos - na beira do lago Santiago têm os assentados do lago Itaipu – este pessoal tem assistência técnica regular do Estado. Mas, que a EMATER tenha eles como um público definido, não. Eles estão misturados com o normal. Ou se tem, voltando ao governo Richa, é a EMATER sendo contratada para ajudar a assentar o pessoal quando estava nos primeiros movimentos.

A ação da EMATER junto aos ribeirinhos sempre foi relacionada a uma preocupação técnica, levando até o campo as práticas agrícolas mais aceitas no mercado. O relacionamento entre técnicos da EMATER e ribeirinhos nunca passou disso. Afinal, este é, segundo o senhor Fabrício, o foco da instituição. A idéia sempre foi de inclusão social, de tirar os pequenos agricultores da linha de pobreza em que se encontravam na década de 1980. Até hoje, a inclusão social, através de práticas agrícolas mais modernas e gerenciadas, é preocupação da EMATER.

A EMATER atua, segundo o senhor Fabrício, no Estado do Paraná em várias linhas. Desenvolve, por exemplo, os programas estaduais de crédito rural, de bovinocultura de leite,

de silvicultura e de inclusão social no campo. Junto com o IAPAR, a EMATER desenvolve na região, há dois anos e meio, o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar. São muitos, portanto, os programas governamentais para o produtor rural, principalmente os familiares, que a EMATER desenvolve no território há vários anos.

O IAPAR, por sua vez, mantém na região o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar, em parceria com a EMATER, e é uma das instituições responsáveis pela implantação de um programa de desenvolvimento regional para o território, o “Projeto Cantuquiriguaçu”. O Projeto Redes de Referência é desenvolvido pelo IAPAR e EMATER em diferentes microrregiões escolhidas em todo o Estado do Paraná, e tem como objetivo desenvolver sistemas de produção para agricultura familiar. Já o Projeto Cantuquiriguaçu, foi criado especificamente para aquele território, e tem como objetivo principal “[...] o enfrentamento das circunstâncias que determinam ou reforçam as desigualdades no interior do território” tanto no meio urbano quanto rural (CONDETEC, 2004, p. vii). O IAPAR, então, neste projeto, presta assessoria na área rural do território. Um dos programas que eles vêm desenvolvendo na região é o da cadeia produtiva do leite.

O IAPAR, diferentemente da EMATER, não possui escritório na região. A sede do IAPAR fica em Londrina, cerca de quatrocentos quilômetros de distância de Laranjeiras do Sul. Por isso, os projetos para a região são desenvolvidos em Londrina e executados pelos técnicos da EMATER de Laranjeiras. Os pesquisadores de Londrina só fazem o acompanhamento, de tempos em tempos, dos processos e resultados. O contato com os agricultores na região é feito mesmo pelos servidores da EMATER de Laranjeiras. Desta forma, a presença do IAPAR na região não é quase sentida, pois os projetos que ela lá desenvolve são executados pelos técnicos da EMATER, e esta organização, portanto, fica sendo, para a maioria das pessoas, a única representante das ações de assistência aos agricultores.

Apesar destas instituições trabalharem em projetos referentes aos pequenos agricultores na região, de acordo com o senhor Fabrício, agrônomo da EMATER, não há nenhum programa específico para os ribeirinhos. Ele chega a afirmar que tem “pouco conhecimento, inclusive, do movimento deles, das causas, da dedicação... Mas eu não tenho muito conhecimento não”. Os ribeirinhos, nos projetos destas instituições, são encarados como qualquer pequeno produtor rural. Não há, portanto, qualquer tratamento diferenciado.

Desta forma, entendemos que a causa da fragilidade das relações entre estas instituições públicas - EMATER e IAPAR – e os ribeirinhos está, em grande parte, no não reconhecimento dos problemas enfrentados pelos ribeirinhos após a construção da usina. Não há, sequer, um projeto que vise aproveitar os recursos do rio, como piscicultura, por exemplo. Isso não possibilita que muitos dos ribeirinhos se identifiquem com eles. Tanto EMATER quanto IAPAR, ao não manterem uma ligação com os ribeirinhos, possibilitam que sejam vistas pelos ribeirinhos como instituições dos diferentes, como os de fora.

No entanto, não há como dizer que, embora a ligação com os ribeirinhos seja fraca, muitos não tenham incorporado as práticas impostas, tanto pela EMATER quanto pelo IAPAR, no meio rural. Visto que estas práticas são consideradas legítimas, e por isso, tendem a se espalhar pelo território – um vizinho passa para o outro. Mesmo que ele nunca tenha sido atendido por técnicos da EMATER ou do IAPAR, as práticas destas instituições já estão difundidas no campo, se tornando, portanto, um *habitus*. Uma parte da população ribeirinha percebe que hoje, para sobreviver no campo, é necessário se modernizar. E a modernização está hoje relacionada a práticas econômicas consideradas legítimas pelo sistema.

Desta forma, os projetos criados, tanto pela EMATER quanto pelo IAPAR, em muitos casos, trazem grandes modificações na prática diária dos agricultores. Existem novas tecnologias que devem ser aprendidas por aqueles que participam dos projetos destas instituições. O modo como sempre fizeram, muitas vezes, são considerados inadequados, visto que a própria noção de desenvolvimento rural aceito como legítimo hoje, busca incutir nos pequenos agricultores práticas desenvolvidas num outro campo: o do saber técnico-científico dentro do sistema econômico capitalista.

Nós já vimos, nesta dissertação, que o senhor Fabiano deseja muito criar gado, uma prática que ele nunca teve, mas que é considerado, naquele território, como a melhor opção. Neste caso, o senhor Fabiano, mesmo inconscientemente, incorporou as disposições duradouras dominantes e passou a viver na mesma lógica deles, conforme defende Bourdieu (2004), quando explica como se dá a socialização dos sujeitos. Ao incorporar estas disposições duradouras, o *habitus* daquele campo, passa a aceitar as práticas modernizantes como normal. Mas, a nossa reflexão aqui esbarra numa questão: alguns dos entrevistados, não necessariamente, reproduzem este *habitus* e, portanto, não utilizam as mesmas práticas.

Bonnewitz (2003, p. 80) explica esta nossa questão, dizendo que num mesmo campo, podem existir diferenças de personalidade, resultado da capacidade dos sujeitos de “perceber os enunciados de diferentes maneiras”. Estes ribeirinhos, como no caso do senhor Francisco, do Felipe e do senhor Luiz, filtram o discurso de algumas organizações de uma maneira que ele tenha outra significação, visto que “as estratégias de reprodução são afetadas pela trajetória coletiva do grupo”. Para estes ribeirinhos, esse discurso não tem legitimidade, pois está ligado aos interesses da classe dominante, que é manter o pequeno produtor dependente deles. O senhor Francisco cita, como exemplo, a história de um vizinho dele, Cláudio, que planta fumo em parceria com a Souza Cruz, fabricante de cigarros. Para ele, este tipo de organização “manda e não pede, não tem conversa”. O produtor que trabalha com a Souza Cruz não é um parceiro, mas está pior que um empregado, pois nem direitos tem. Sobre isto o senhor Francisco fala:

Senhor Francisco: É igual aquela história que te falei, do cara lá do Cavernoso, o Cláudio. O cara parece que não gostou do jeito que eu falei. Por que trabalhar pra dar lucro pra empresa? Pra Monsanto⁸³, né? Não precisava. Ele compra os insumos da Monsanto. Daí vai, planta o fumo, colhe tudo, entrega lá e ainda fica devendo. Ele apanha e chega mais. É teimoso [risos].

Quando diz que a Souza Cruz “manda e nem pede, não tem conversa”, podemos expandir esta afirmação para caracterizar o sentimento destes ribeirinhos sobre a ação de organizações como EMATER e IAPAR, visto que, para eles, muitas de suas práticas são impostas. Em sua visão, as organizações acabam não respeitando a cultura local, pois estão trabalhando conforme determina um sistema maior:

Senhor Pedro: É claro que não podemos culpar unicamente a questão das barragens. Nós temos um sistema econômico maior que gera desigualdade, concentra rendas, concentra terras, explora a mão-de-obra, explora o meio-ambiente, explora a natureza, enfim, que é o capitalismo. Porém, a gente sabe que estas grandes empresas, as grandes iniciativas dos governos também, estão em função do capitalismo. Porque há um rol de grandes empresas, inclusive multinacionais, que necessitam energia. Talvez, uma outra forma de economia organizada no país, esta quantidade energética gasta não fosse a mesma. Você pode planificar a economia e só produzir o suficiente para a população. Enquanto no capitalismo, você tem que produzir para além do suficiente, não só para exportação, mas também criando necessidades da população consumir. Hoje, a população consome muito mais da necessidade criada nas pessoas, através do marketing, da

⁸³ Empresa multinacional americana, que fabrica herbicidas e sementes.

propaganda, em várias outras inserções no território, que é a cabeça do cidadão, do que exatamente por necessidade primária. Então, acredito que neste sentido, estas grandes obras colocadas aqui, elas vêm atender a um sistema que está instalado no país e no planeta, e que desrespeita a necessidade local, a cultura local, a identidade local, o povo que aqui vive, e desrespeita as leis da natureza, e as leis da própria convivência do povo.

O que acontece é que os ribeirinhos estão cansados de obedecer, de terem suas vidas determinadas pelas organizações. Em toda sua história, obedecer sempre significou perdas. Perderam suas terras, sua cultura e seus valores quando não conseguiram negociar de igual para igual com a ELETROSUL:

Felipe: São eles que determinam a nossa vida. Eu não posso ter um barco no rio, se não for registrado e pagar imposto. Hoje não está isso aí, mas é o que eles querem fazer. Nós não tínhamos, mas tinha um pessoal aí que construiu uma casinha na beira do lago. Muito gostoso pra você sair, ficar lá, né? Os caras já mandaram tirar e eles vão ter que tirar. Pra nós estava sendo um meio de vida porque eles pagavam pra gente cuidar. Pagavam sessenta reais por mês e nós ficávamos cuidando. Nós estávamos tirando renda disso. Tem uns projetos da prefeitura que estão meio empatados aí, por causa que a Tractebel não está liberando pra trabalhar com tanque rede. E isto poderia ser um espaço de gerar renda. Tem um monte de gente aqui com pouca terra, com terra difícil de trabalhar e o rio poderia ser uma das rendas. Não pode! Não pode pescar sem os caras estarem correndo atrás da gente.

Desta forma, eles se sentem os únicos injustiçados com a construção da usina. Assumem este personagem, pois além da sua terra ter sido inundada, eles ainda perderam o rio. E para quê? Segundo o senhor Luiz e o senhor Francisco, para gerarem energia elétrica, que eles ainda têm que pagar todos os meses para utilizar⁸⁴. Eles reclamam que a riqueza não é devidamente distribuída na região. Os fazendeiros concentram a maioria das terras e as usinas, por sua vez, geram a riqueza ali, mas não aplicam na região, mandam os lucros para fora. No caso da Tractebel, a empresa que administra a Usina Salto Santiago, ela usa as terras deles e envia os ganhos para fora do país. É isto que deixa o senhor Luiz revoltado:

Senhor Luiz: Mas, voltando pra nossa questão, mais especificamente da usina, de hidrelétrica e da empresa Tractebel, eu vejo uma coisa muito preocupante, porque aqui dentro do Território Cantuquiriguaçu, eu não sei quantas ações a Tractebel tem. Mas são cinco usinas, se não me falha a memória, que tem dentro do território. Isso é uma questão que dá muito dinheiro. Rende muito dinheiro. E no final da história, num lugar rico, mas ao mesmo tempo de um povo pobre. Isso é muito triste. Incomoda, viu?

⁸⁴ Segundo o senhor Fábio, “toda esta margem do lago foi perdida pra gerar luz e o pessoal não tinha acesso a energia. A energia lá chegou em 87, 88”.

Teria que ver, porque está assim hoje. Outro detalhe, que eu sou até um pouco revoltado, inclusive com a legislação: por que vender, dar um contrato de concessão para uma empresa levar um lucro deste tamanho, usando o terreno do meu avô, do meu pai, dos camponeses que viviam aí? Isso aí é muito complicado. Isso para servir uma empresa belga ou francesa, por exemplo, a Tractebel. Eu mesmo que tenho poste de luz na minha casa, na margem do lago, no final do mês, eu tenho que enfiar a mão no bolso, tirar o dinheiro, pagar a luz. Isso que eu paguei o padrão de luz, coisa que, no meu ponto de vista, é a única empresa que faz com que o cliente pague a estrutura funcional e depois continuar pagando o produto que está vendendo [risos]. Então, é muito complicado [risos]. Isso revolta, né? A gente morar próximo do lago, onde meu avô perdeu terras, o meu pai perdeu terras, onde meus filhos estão prestes a perder terras porque se desmembrar mais cem metros vai ficar inviável, a gente terá que sair e ir pra não sei pra onde, porque a gente fica meio sem rumo, e tem que enfiar a mão no bolso, pegar o dinheiro pra pagar todo final de mês pra ir pra Bélgica. Pra ir pra Bélgica, porque é uma firma belga ou francesa... Isto é uma coisa muito complicada. E o problema não é só meu, é de todos os ribeirinhos que moram nas margens destes lagos aí que represou as águas do rio Iguaçu, que são cinco ou seis lagos. Eu não lembro direito... É Salto Caxias, Salto Osório, Salto Santiago, Foz do Areia e Foz do Iguaçu. Acho que, se não estou enganado, é isso aí.

Eles se revoltam principalmente com a perda do rio para uma empresa. Na fala dos ribeirinhos, notamos que o relacionamento com o rio mudou. Quando crianças, os ribeirinhos brincavam no rio. Hoje, eles não fazem mais isso. O senhor Fabiano se criou nadando no rio. Hoje, seus filhos não brincam no reservatório, não sabem nem nadar. Segundo o senhor Fabiano, hoje, no reservatório “criança pra brincar é muito difícil. Os meus, por exemplo, o meu menino não sabe nadar. Se criou aqui e foi na água muito pouco. Até hoje, nós cobramos se ele vai na água [...]. Diferente de mim, que nadei muito no Cavernoso”. E isto não é devido aos perigos de se brincar num reservatório, pois ainda, segundo o senhor Fabiano “o Cavernoso era perigoso e este daqui não tem perigo”. O problema é que ele não é “mais chegado a ir lá, não”. Talvez, respeitando o fato - que ele já aceitou como verdadeiro - de que o rio agora é da usina.

Antes da construção da usina, o rio era daqueles que viviam às suas margens. Quando o reservatório encheu, de acordo com o senhor Fabiano, “tirou do costume, pois nós tínhamos no rio outra coisa”. Neste trecho, o senhor Fabiano explica porque, quando a água subiu, o rio passou a ser estranho a eles:

Senhor Fabiano: Nós passávamos o rio quando tinha barco, bote que nós dizemos, né? Nós passávamos no bote. Se não tinha, nós passávamos nadando. Não queria passar num lugar mais fundo, passava onde era pedra, longe. Lá passava até a pé. Dava tranqüilo. Era raso. E a água se espalhava

mais, né? E onde tinha pedra, a gente passava caminhando tranqüilo. Tinha muito pouco lugar que pegava água e a gente precisava nadar. Não precisava.

Nem pescar é possível mais, segundo a queixa do senhor Francisco e de seu filho, Felipe. O senhor Francisco diz: “na verdade, tem pessoas que dizem pra mim que não é pescar, mas é roubar peixe dos homens, né? Porque se os caras te pegarem, Deus o livre, tem que correr mesmo”. Ao privatizar a empresa⁸⁵, uma outra parte do sustento daqueles ribeirinhos foi tirada. Antes do controle da usina ter sido passada para a Tractebel, durante o período de privatização promovido pelo Governo Federal, os ribeirinhos ainda podiam pescar. Atualmente, isso lhes foi tirado.

Além disso, o reservatório da usina deixou mais difícil a comunicação entre as pessoas que viviam em ambos os lados do rio, porque a distância entre uma margem e outra aumentou bastante. Tem trechos do reservatório, segundo Felipe, que esta distância passa de duzentos metros. O senhor Fabiano afirma que quando era criança, brincava com meninos que moravam do outro lado do rio. Já seus filhos, quando crianças, nem conheciam os que viviam naquele lado. A senhora Luíza reclama que para cuidar de sua mãe doente, que mora do outro lado do reservatório, ficou difícil, porque não é fácil cruzar o rio todos os dias. O senhor Pedro, ao lembrar da situação de Porto Santana⁸⁶, afirma que a construção da usina produziu um isolamento compulsório nos ribeirinhos, trazendo impactos não só à economia local, mas também na economia de todo o Estado:

Senhor Pedro: Aí o isolamento é o segundo ou terceiro impacto com certeza, porque na verdade, com o alagamento, o rio fica mais largo. Então, para transitar é só com balsa, ponte não foi construída nenhuma, exceto aquela da barragem mesmo. E aí, então, tem um isolamento entre regiões do Paraná. Acredito que isto tenha tido impacto, inclusive, sobre a economia do Paraná. Eu não sei quanto as hidrelétricas rendem ao Estado, mas eu sei do dinamismo que é a população convivendo e trabalhando em conjunto, enfim, produzindo. Deve, com certeza, ser muito maior que um latifúndio ou uma grande construção no mesmo lugar. Então, para nós foi um prejuízo tremendo. E os números mostram isso.

⁸⁵ A Tractebel adquiriu, em 1998, a concessão para a exploração de energia elétrica na Usina Salto Santiago. Antes, a usina era administrada pela GERASUL, empresa do governo federal.

⁸⁶ Segundo o senhor Pedro, em Porto Santana passava a antiga BR-158, que, com a construção da usina foi transferida para Rio Bonito do Iguaçu. “Este era o trajeto natural de migrantes vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e que vinham para toda a região centro do Paraná, inclusive para ir a Cascavel na época era por aqui e para Guarapuava também”, lembra o senhor Pedro.

Alguns ribeirinhos querem ir para o confronto com as organizações. Estão, portanto, dispostos a defender seus direitos, nem que isso signifique ir para a briga. Parecia que neste momento, encontraríamos um novo personagem entre os ribeirinhos. Um que estivesse relacionado com o desejo de vingança contra a usina e o sistema que, em parte, os colocou na situação em que encontram hoje. No entanto, não foi isto que aconteceu, pois os ribeirinhos continuaram mantendo o personagem de injustiçados. Vemos isto quando Felipe fala: “A gente ainda foi pra rua pra tentar buscar um pouco do que era o nosso direito. Mas não consegue porque a gente está encarando uma empresa forte”. Eles querem que seus direitos sejam respeitados, lutam para isto, mas no fundo, sabem que é uma guerra perdida.

A região sempre foi palco de diversos conflitos, desde que os primeiros homens brancos ali se instalaram. Inicialmente, os conflitos eram gerados pelo contato com os indígenas, depois entre colonos e caboclos, em seguida, entre empresas colonizadoras e colonos e caboclos. Nos últimos anos, a região vem enfrentando diversos conflitos entre agricultores sem terra e latifundiários e, também, entre ribeirinhos afetados pela construção das usinas e as concessionárias de energia elétrica responsáveis pela administração destes empreendimentos. Em todos estes conflitos, a terra sempre foi o estopim.

Com a Tractebel, a luta é pela manutenção das suas terras, mas também contra um sistema que, na opinião deles, maltrata a maioria da população a favor do interesse das corporações. A Tractebel, concessionária de energia elétrica responsável pela Usina Salto Santiago, é uma das corporações, junto com as transnacionais fabricantes de insumos e as empresas, como a Souza Cruz, que se aproveitam da dependência dos pequenos produtores.

Fazer manifestações contra a Souza Cruz e as fabricantes de insumos é mais complicado, pois não existe um motivo declarado. Contra a Tractebel, há a pressão pelo plantio de mata ciliar. Ouvimos de algumas pessoas num dos municípios perto da Usina Salto Santiago, e até mesmo do prefeito, que o interesse deles é quebrar a concessão feita pelo Governo Federal à Tractebel. Segundo o senhor Pedro, prefeito desta pequena cidade, com isso poderiam fazer uma administração popular na usina, deixando-a nas mãos do povo, que é o legítimo dono do empreendimento. Só assim, ainda segundo o senhor Pedro, o dinheiro gerado pela usina ficaria na região.

Este município abriga muitos ribeirinhos atingidos pela construção da barragem. Nos últimos anos, o filho de um dos ribeirinhos atingidos pela construção da Usina Salto Santiago ocupa o cargo de prefeito municipal. Este acontecimento marcou o início de um período em que há identificação entre o prefeito e os ribeirinhos, afinal, eles nasceram no mesmo meio. O prefeito os conhece, sabe o que desejam, sabe do que precisam e, melhor ainda, ele reconhece a condição dos ribeirinhos atingidos pela construção da usina. Afinal, ele mesmo saiu daquele espaço e passou pela maioria das situações que os ribeirinhos passaram.

Antes de ser prefeito, senhor Pedro já pensava assim. Mas, no cargo que ele ocupa, ele cuida de reproduzir sua ideologia. A maioria dos habitantes da área urbana do município, como no caso do prefeito, são ex-ribeirinhos ou mantêm contato de amizade com muitos deles. Assim, hoje, a luta dos ribeirinhos tem uma aura de legitimidade no local. Senhor Pedro sabe disso e afirma: “a gente tem feito todo este esforço de não deixar com que os ribeirinhos fiquem à mercê da própria sorte, mesmo que a força vem toda deles. É a sua organização que nos dá força para fazer a luta”. E complementa:

Senhor Pedro: Porém, com aqueles que permaneceram em [diz o nome da cidade], a gente tem procurado dar todo o apoio à sua luta, qual seja, a luta em torno de direitos que estas pessoas têm. Mesmo trinta anos depois, elas ainda não receberam, necessariamente, aquilo que lhes é devido pelo alagamento, pelos prejuízos causados do ponto de vista ambiental, social, econômico, enfim, cultural. Isto tudo não foi a contento resolvido. Então, a prefeitura tem dado apoio à sua organização, sobretudo a partir do Movimento dos Atingidos por Barragens, que é um movimento nacional e até internacional, porque ela faz parte da Via Campesina Internacional.

Aqui, o prefeito assume claramente suas ligações e, portanto, sua identificação com o MAB e o MST. Sabemos que a identificação está atravessada pela ideologia (ERIKSON, 1976). O sujeito só se identifica com algo quando aquilo faz algum sentido para ele. Ao se identificar com estas organizações, o prefeito exclui aquelas que são diferentes, como a usina.

Desta forma, acreditamos que a prefeitura deste município, mais do que produzir sentidos para os ribeirinhos, reproduz o que é considerado certo e errado para uma outra instituição, o MST. É este movimento social que parece ter reconstruído parte dos sentidos no território, (re)construindo a identidade dos ribeirinhos. São as lutas sociais que impactaram nos últimos anos na região. O próprio embate entre a estratégia econômica e política própria do capitalismo e a dos direitos sociais mais amplos, mudaram a história do território nos últimos

anos. Mas, será que estas lutas não ocorrem desde que os primeiros habitantes chegaram à região?

Num primeiro momento, poderia se pensar que há uma característica “briguenta” nos habitantes desta região. Pelo menos, é assim que muitos ainda descrevem os moradores do centro-oeste e do sudoeste do Paraná, principalmente porque muitos deles são descendentes dos colonos que vieram do Rio Grande do Sul. E, como já vimos nesta dissertação, alguns se dirigiram ao território após participarem de conflitos em sua terra de origem, como no caso dos que buscaram refúgio no Paraná, depois da revolução federalista, no final do século XIX, e da revolução de 1924. Portanto, no imaginário popular, ainda persiste a idéia de que o povo do sudoeste e o oeste do Paraná é um povo bravio, acostumado às revoluções. No entanto, não podemos nos esquecer dos descendentes dos caboclos que habitam a região, antes mesmo dos colonos, sendo eles, como diz Wachowicz (1985), a frente da frente da colonização.

Os caboclos, que ao contrário dos colonos sulistas, eram mais pacatos⁸⁷, deixaram descendentes na região. Tivemos a oportunidade, nesta pesquisa, de entrevistar alguns deles, como o senhor Luiz, o senhor Fabiano, o senhor Pedro, o senhor Francisco e uma parte de seus familiares. O que vimos, hoje, é que podemos encontrar caboclos que entraram no sistema e estão mais conformados, e aqueles que, ao contrário, querem defender seus direitos. Da mesma forma, existem colonos que participam dos movimentos sociais e outros que não se envolvem na discussão. Isto porque, o que interessa mesmo, são os objetivos de cada sujeito. Segundo Ciampa (1996), quando novos objetivos surgem, ele se transforma em uma nova pessoa, assumindo, então, novos papéis a fim de responder às demandas que surgem.

Vygotsky (1984, p.33) afirma que o sujeito “[...] é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social”. As mudanças na sua vida fazem com que ele comece a enxergar o mundo de um modo diferente. Foi o que aconteceu com o senhor Fabiano.

O pai do senhor Fabiano acreditava que os filhos iriam viver do mesmo jeito que eles viviam. Mas o senhor Fabiano não quer a mesma vida para seus filhos porque vida de pequeno

⁸⁷ Os caboclos eram tão pacatos que ao se depararem com os colonos, muitos preferiram fugir mais para o interior do que ter que enfrentá-los, conforme explica Wachowicz (1985).

agricultor é uma vida dura. Para o futuro, ele queria uma vida melhor pra seus filhos. Como ele viu que no campo é difícil, o senhor Fabiano deseja que eles tenham uma profissão e um trabalho na cidade para trabalharem “na sombra”:

Senhor Fabiano: No meu caso, eu aqui, especifico eu, a vida é esta agora. Trabalhando o dia que posso, porque faz horas que eu não trabalho no jeito, porque eu não posso trabalhar no jeito, né? Mas trabalhando e tirando o sustento. Agora, os filhos, o futuro deles a Deus pertence, né? Porque eu não consigo dar grande coisa pra eles. A não ser o básico que eu posso, né? Eles vão ter que trabalhar pra viver. Não tem como viver do mesmo jeito que eu vivi. Não tem como, eu sempre digo isto pra eles. Aqui, a gente vive porque de trabalhar ninguém morre. Pode trabalhar tranquilo. Morre de veneno, mas de trabalhar não. Porque ninguém vai se expor de trabalhar até morrer também, né? [risos]. Nós temos o limite, cada um tem o seu limite. Mas o que eu não quero é a vida dura que eu tive pra dar pros filhos, estudo, né? Daí, o melhor pra mim agora é dar estudo pra eles, né? Porque daí eles podem pegar um emprego melhor. Pelo menos, trabalhar na sombra [risos].

Neste momento, após enxergarmos as mudanças na história dos ribeirinhos, antes e depois da construção da Usina Salto Santiago, podemos afirmar que muita coisa mudou no território e na vida dos ribeirinhos. Mas o que elas impactaram na identidade dos ribeirinhos modificando suas identidades? É especificamente sobre isto que iremos discutir no próximo tópico deste capítulo.

5.3.3 COMPREENDENDO AS IDENTIDADES RECONFIGURADAS DOS RIBEIRINHOS

Nos dois tópicos anteriores, vimos que muita coisa mudou no território após a construção da usina. Aqui, vamos ver como estas mudanças impactaram na vida dos ribeirinhos, forçando a uma resignificação do seu universo e, ao mesmo tempo, permitindo transformações na sua identidade.

Para isto, utilizaremos a concepção de identidade apresentada na página 50. Nesta concepção, a identidade é construída pelo relacionamento da ordem individual, resultado da socialização primária, com a ordem institucional, dos grupos (JENKINS, 2008). A ligação entre elas é feita pela terceira ordem, descrita por Jenkins (2008) como a ordem da interação. Aceitamos, portanto, que a identidade dos sujeitos é formada durante toda sua vida por sua história individual e social.

Em Cantuquiriguaçu, as modificações ocorridas no meio social após a construção da usina abriram as portas para a reconstrução deste espaço. Esta reconstrução da ordem institucional força a modificações da ordem individual, visto que a própria ordem da interação ajusta os parâmetros pelos quais o sujeito enxerga quem está dentro e quem está fora do seu grupo. É que, como defende Ciampa (1996), a narrativa individual do sujeitos está determinada por um enredo mais amplo.

A primeira questão a ser abordada quando falamos de ordem institucional é o poder simbólico, visto que na nossa concepção de identidade ele está no topo, agindo sobre todo o sistema. Segundo Bourdieu (2004), poder simbólico é aquele que necessita apenas ser aceito como legítimo num determinado campo para impor ao grupo uma mesma forma de olhar o mundo. Nas margens norte dos rios que formaram o reservatório da usina Salto Santiago, era a pequena propriedade e a agricultura de subsistência que dominava o território. Com o alagamento provocado pela usina, muitos ribeirinhos se viram frente a novas condições objetivas de produção: o solo montanhoso, cheio de pedras. Características essas que eles não estavam acostumados.

Com isso, muitos pequenos produtores começaram a vender as suas propriedades para os fazendeiros pecuaristas, que, naquele momento, tinham o capital cultural e econômico mais valioso. Aos poucos, a economia de subsistência da região foi substituída pela pecuária. Os camponeses são reduzidos a um pequeno número, deixando grande parte da região para o latifundiário.

Com grandes extensões de terra ocupadas por apenas um dono, as pequenas propriedades se distanciam uma da outra. Muitos entrevistados reclamaram que hoje, na região, que era antes bastante povoada, quase não sobrou ninguém. Se antes as famílias viviam muito próximas e construíram um relacionamento de dependência mútua, com a chegada dos fazendeiros, esta lógica é quebrada. Como a distância entre uma propriedade e outra ficou maior, o contato entre estas famílias é dificultado. Antes do reservatório, era fácil ir de uma propriedade à outra, até mesmo do outro lado do rio, porque as distâncias eram pequenas.

Assim, a construção da usina e a chegada dos fazendeiros fizeram com que houvesse uma defasagem do *habitus* dos ribeirinhos com relação às condições que se apresentavam. Com a diminuição da população de camponeses e a maior concentração de terras nas mãos dos

fazendeiros, a cultura local se altera. Segundo Bourdieu (2004), um campo contempla as relações de força que determinam que ganhe o jogo aquele que detém mais capital, seja ele simbólico, econômico, social ou cultural. E isto faz com que os discursos dominantes tenham mais força para prevalecer. O estilo de vida dos fazendeiros ganhou legitimidade, forçando os caboclos a uma adaptação cultural. Práticas que eram consideradas importantes naquele território passam a perder espaço para novos valores.

Ao não manterem contato uns com os outros, muitos dos costumes e valores dos camponeses começam a se perder. Um dos pilares que sustentava a vida em comunidade naquele espaço, a ajuda mútua, foi aos poucos desmoronando. Ao perderem as práticas comunitárias e se encontrarem frente a novas condições objetivas, se instaura um crescente processo de empobrecimento dos ribeirinhos.

Assim, não existe mais mutirão, não existe mais solidariedade entre os ribeirinhos. Antes, todos os moradores da comunidade se consideravam como parte de uma grande família. Hoje, família são só os membros consangüíneos, e mesmo assim, muitos parentes se distanciaram. Tanto fisicamente, porque muitos foram embora, mas também, e principalmente, no modo como enxergam o mundo. Agora, a maioria dos ribeirinhos quer acumular para ter a sensação de segurança. Ao contrário de seus pais e avós, é o dinheiro, e não a terra, que produz esta sensação.

O próprio poder público ajudou na reprodução desses valores e práticas. Para Althusser (1983), os diversos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) passam a reproduzir a ideologia dos grupos dominantes por todo o sistema. Neste caso, a participação das instituições serve como reprodutor da ideologia própria do sistema capitalista. A vida dos ribeirinhos em Cantuquiriguaçu mudou com a construção da usina, mas não só por isso. O próprio momento político e econômico vigente no país, a partir da década de 1970, principalmente com o fortalecimento da Revolução Verde, ajudou na disseminação das práticas desenvolvimentistas e na exclusão do modo de produção tradicional, mais rústico. No entanto, a instalação da Usina Salto Santiago na região acelerou os processos de êxodo rural e concentração de terras e renda, tornando mais rápida a disseminação da ideologia capitalista.

Ideologia esta também, de certa forma, disseminada por organizações como EMATER e IAPAR, duas instituições públicas que trabalham com os agricultores. Apesar de no espaço

em estudo, nenhuma destas instituições agirem diretamente sobre os ribeirinhos – nem desenvolverem projetos específicos para eles –, a sua influência no meio pode ser sentida quando os sujeitos reproduzem suas práticas, mesmo que nunca tenham sido atendidos por elas. É que a ideologia por trás do saber técnico-científico tanto da EMATER quanto do IAPAR é considerada dominante dentro do sistema econômico vigente. Portanto, estas instituições servem como reprodutoras desta ideologia.

Neste ambiente, as crianças aprendem desde cedo a competir. Seus pais e avós iam na escola só para aprender as operações básicas e as primeiras letras. A maioria deixava a escola quando aprendia a escrever seu próprio nome. O que era considerado importante naquele meio, como a época certa para plantar e colher, aprendiam em casa com seus familiares. Hoje, as crianças passam muito mais tempo na escola do que com seus pais e familiares. É aceito que para sair da sua vida dura de pequeno produtor, é preciso estudar.

Nada há de errado nisso. A crítica realizada por Althusser (1983, p. 58), no entanto, é que as instituições, incluindo as escolas, têm o papel de reproduzir a ideologia dominante, assegurando seu funcionamento. É na escola que as crianças aprendem as “regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho”, ou seja, os filhos das classes mais baixas aprendem que devem se submeter a essa ideologia. A escola, portanto, não liberta, mas sim, assujeita, conforme defende Althusser (1983).

Assim, até mesmo as famílias começam a reproduzir essa ideologia. Ao mudarem, assumindo novos papéis mais condizentes com a realidade objetiva e subjetiva que se apresenta, muitos ribeirinhos começam a não se identificar mais com o estilo de vida mais rústico. Eles agora querem ser como os fazendeiros, se identificam com eles. Querem enriquecer, fazer dinheiro. Agora, criam seus filhos assim. Segundo Erikson (1976), quando as pessoas se identificam, elas aceitam e disseminam os valores e as práticas consideradas como certas naquele espaço. Aqueles que continuam mantendo as práticas e os valores do camponês são discriminados e colocados “um pouco fora da lei”, como diz Bourdieu (2004, p.39).

No imaginário dos ribeirinhos, está gravado que para se dar bem é necessário se comportar de uma forma reconhecida neste campo, e dizer as coisas conforme o *habitus* dos fazendeiros. Isto porque, como em todos os campos, o indivíduo busca aumentar seu poder simbólico – o que lhe daria mais poder – e para isto necessita ser visto como alguém interessante aos olhos

dos seus pares (BOURDIEU, 2004). É reconhecido como interessante aquele que diz o que está legitimado.

Antes de a usina alagar as propriedades às margens do reservatório, os caboclos, maioria naquele espaço, tiravam o sustento familiar da terra. Plantavam e colhiam para o consumo familiar. Assim, cultivavam arroz e feijão e criavam porcos e galinhas. Só vendiam o que sobrava. Não se preocupavam com o comércio, porque numa mesma propriedade viviam diversas famílias. O espaço que sobrava para o cultivo só dava para alimentar os que ali moravam. O pouco que sobrava, eles comercializavam para adquirir produtos que não conseguiam produzir na sua propriedade. Mas esta era a menor fração do que produziam. Assim, enquanto tivesse espaço, as famílias iam chegando e se instalando. Com o alagamento das propriedades, muitas famílias foram embora e venderam o que tinham para os fazendeiros, na sua maioria, colonos.

Aqueles que ficaram na região tiveram que começar a agir como os colonos, gerando excedentes, porque precisavam pagar as terras que haviam acabado de adquirir. Com o alagamento, o que sobrou da propriedade não foi mais suficiente para manter toda a família no campo. A maioria saiu e foi procurar a sobrevivência em outros locais. Aqueles que ficaram, compraram ou a parte que sobrou da propriedade que cabia aos irmãos e outros parentes, ou adquiriram o que restou da propriedade dos vizinhos. O dinheiro da indenização não foi usado para estas negociações, pois quem acabava recebendo era o patriarca da família, que teve que gastá-lo para a manutenção de todos enquanto as pessoas se ajeitavam novamente naquele espaço.

Como, então, os caboclos conseguiram comprar as terras? Eles contaram com a confiança daqueles que resolveram sair da região, construída por anos de convivência e de dependência mútua. Desta forma os ribeirinhos assumiram dívidas que deveriam ser quitadas ao longo do tempo. Para isto, tiveram que começar a gerar excedentes suficientes para o pagamento do lote de terras adquirido. Assim, tiveram que aprender o modo de vida dos colonos. O senhor Francisco lembra desta época:

Senhor Francisco: Na verdade, eu estou aqui porque eu comprei, né? O terreno do meu pai ficava mais pra baixo. Eu comprei o meu terreno depois. Mas eu não comprei com o dinheiro deles [da usina]. Comprei com dinheiro meu mesmo. Se não, eu não estava aqui. Não estava. Estava era na rua. Tirei

dinheiro da lágrima, mas comprei. Isso não tem nada a ver com o dinheiro que a ELETROSUL deu. O dinheiro deles não dava pra nada [risos].

E sua esposa, a senhora Luíza, complementa, dizendo como foi duro pagar a propriedade. Ela afirma que trabalhou duro junto com o marido, naquela terra cheia de pedras, para poder tirar algum dinheiro para pagar a dívida. O seu filho, Felipe, ainda um bebê, ficava na roça num “balainho”, enquanto ela e o senhor Francisco plantavam e colhiam. Passaram a viver preocupados com o futuro, tiveram que entrar no sistema capitalista para que a propriedade da terra se concretizasse.

É certo que existem diferenças entre os sujeitos dentro de um campo, pois segundo Bonnewitz (2003), cada sujeito interpreta os símbolos de uma maneira, devido ao processo de socialização, que é único para cada sujeito. Assim, a trajetória social de cada um forma seus esquemas de percepção, determinando a menor ou maior disposição do sujeito de aderir ao discurso dominante em um campo. O *habitus* primário, adquirido durante o processo de socialização na infância, forma as disposições mais duradouras do sujeito, que num segundo momento “condicionam a aquisição posterior de novas aquisições” (BONNEWITZ, 2003, p.79).

Se nos primeiros momentos, após o aumento das fazendas, os ribeirinhos passaram a ter que trabalhar como os colonos, um pouco mais tarde houve, entre os ribeirinhos, quem interpretasse esta situação de outra forma. Como viram que mesmo tentando agir como os colonos eles não iam para a frente, começaram a procurar novas identificações. Estava em andamento uma crise de pertencimento.

Bauman (2005) diz que a identidade nasce da crise de pertencimento. A identidade, portanto, não é discutida enquanto não há esta crise, ou seja, enquanto o sujeito se sente parte integrante de um grupo, não há porque se falar em identidade. Somente quando ele descobre que não pertence mais àquela comunidade, precisa encontrar outra com a qual defina sua identidade. É o que acontece em Cantuquiriguaçu quando muitos ribeirinhos se descobrem como não integrantes do grupo dominante naquela localidade, os fazendeiros.

O contato com movimentos sociais de esquerda, principalmente o MST, foi essencial para que isto ocorresse. Foi nestes movimentos que, como no caso do Felipe, eles começaram a

entender um pouco o processo capitalista e porque eles, como pequenos agricultores, não conseguiam sair da situação ruim em que se encontravam. É por isto que em Cantuquiriguaçu encontramos o território dividido entre aqueles que se adaptaram à ideologia dominante e os que formaram uma identidade de resistência à ela, se identificando com grupos de movimentos sociais, como o MAB e o MST. Tanto o MAB como o MST reproduzem a ideologia de esquerda (como vimos no depoimento de Felipe, o MST, inclusive, têm escolas para isso), contrária aos fundamentos modernizantes da ideologia capitalista.

No MST, há a promessa do resgate da vida camponesa. Para muitos ribeirinhos, isto responde aos seus anseios, de resgatar o paraíso perdido após a construção da usina. Enquanto uma parte dos ribeirinhos se acomodou e entrou na lógica capitalista – ou pelo menos, sonha em fazê-lo – alguns querem deixar de ser dominados pelos fazendeiros e pelas organizações capitalistas.

Todos os entrevistados lembram que antes da construção da usina, a região era um lugar bucólico, o refúgio escolhido por seus antepassados. Lá, viviam sossegados, retirando da terra o suficiente para a sobrevivência de toda a família. Ao mesmo tempo, contavam com a ajuda dos vizinhos para qualquer coisa. Mantinham uma relação de confiança uns com os outros. Quando a usina foi construída, este paraíso foi profanado. Perderam a melhor parte de suas terras, perderam a sua rede de relacionamentos responsável pelo equilíbrio social do território, enfim, perderam o seu sossego.

É claro que esta imagem pode ter sido construída na mente daqueles ribeirinhos e, portanto, não refletir exatamente as condições de vida no território antes da usina. Afinal, muitos eram crianças ou nem tinham nascido quando tudo começou a mudar. No entanto, Halbwachs (2006) adverte que a memória individual não existe de maneira isolada. A memória individual do sujeito é sempre construída em cima da memória coletiva, que é a lembrança compartilhada pela comunidade. Desta forma, sendo ou não “exatamente” o que aconteceu, foi esta a imagem que os ribeirinhos guardaram daquele ambiente antes da usina. É em cima dela que eles constroem a sua própria identidade.

Hoje, uma parte dos ribeirinhos quer o que perdeu de volta. Com o MST e o MAB, vêm justamente a possibilidade de luta contra aqueles que os tiraram o estilo de vida que viviam.

Mas existe uma identificação diferente entre os ribeirinhos e o MAB e entre os ribeirinhos e o MST.

A luta do MAB na região atualmente está relacionada a um objetivo: conseguir indenização pela área necessária ao plantio de mata ciliar às margens do reservatório. É por isto que neste movimento encontramos pequenos e grandes produtores rurais. O que importa é ser ribeirinho e estar correndo risco de ter parte de suas terras utilizado para o reflorestamento. Se conseguir concretizar este objetivo, provavelmente o movimento não conseguirá manter a união dos seus membros, pois cada um continuará tocando suas vidas. Esta é uma das características das instituições hoje, segundo Bauman (2005). Como não há uma ligação forte de pertencimento entre seus membros, eles se separam ou se relacionam com o movimento de forma rápida.

Já o MST tem uma luta mais ampla, sustentada por uma ideologia de esquerda, que permite que seus símbolos e valores sejam reproduzidos constantemente, forçando a uma identificação entre os seus membros. O modo como o MST trata os pequenos proprietários de terras - como camponeses - os tornam iguais, facilitando a identificação. A palavra “camponês” simboliza para muitos dos ribeirinhos um modo de vida tradicional, da forma que viviam seus pais e avós.

Ao se identificarem com o MST, muitos se transferem para os acampamentos. Lá, passam a conviver diariamente com os valores do movimento, o que reforça a sua assimilação. Aqueles que estão na “luta” são vistos como iguais, pois sofreram com a perda de suas terras, mesmo que não tenha sido da mesma maneira. Lembramos aqui que a maioria dos ribeirinhos entrevistados fazia questão de se posicionar como camponês ou como fazendeiro.

O objetivo das pessoas fica, então, alinhado à ideologia disseminada pelas instituições. Ciampa (1996) afirma que quando novos objetivos surgem, os sujeitos mudam, assumem, portanto, novos papéis, a fim de se adequarem às novas demandas. Os papéis, defende Ciampa (1996), são muitas vezes atribuídos à nós pelos Outros. O próprio conceito de camponês foi inserido na linguagem dos pequenos produtores rurais pelos movimentos que se orientam por uma ideologia de esquerda.

Mas, para Lacan (1999), o sujeito não é só este ser consciente, que segue seus objetivos, como descrito por Ciampa (1996). Ele é mais do isso, pois nele subsiste o sujeito consciente, a fala

do eu, e o inconsciente, a fala do Outro. Para ser o sujeito do consciente, há necessidade de esconder o sujeito inconsciente. Este é o caminho mais fácil, defende Fink (1998). Sobre isso, Fink (1998, p.67) explica que “o eu ou falso-ser exige uma negação dos pensamentos inconscientes, o pensamento inconsciente sem nenhuma preocupação que seja com a opinião positiva do eu sobre si mesmo”.

É como se os ribeirinhos, ao mesmo tempo em que desejam a volta do estilo de vida mais rústico, praticado por seus antecedentes, se rebelam contra a imagem de homem simples e acomodado que eles deixaram. Seus pais viviam no paraíso, mas eram fracos e perderam tudo para a usina e para os fazendeiros. Aqueles que se voltam para uma ideologia de esquerda, estão na “luta” e não querem ser pacíficos como seus pais. Felipe diz que “alguém tem que fazer alguma coisa, né? E se a gente não ajudar, depois os nossos filhos vão dizer: você não fez nada, meu pai, pra me ajudar”. Assim, nos dizeres de Erikson (1976), acabam se rebelando, muitas vezes, contra a sua própria identidade, pois o seu estilo de vida tem que ser o oposto.

Para fechar as considerações sobre a ordem institucional, queremos dizer que na pesquisa, ficou visível a dinâmica do movimento das organizações em busca de justificativas à própria legitimidade, sempre que as condições objetivas de um espaço mudam. Assim, não são exatamente elas que alteram o mundo social, mas quando alguma coisa no contexto muda, elas acabam penetrando no ambiente, impondo os seus valores e práticas aos sujeitos. Foi o que aconteceu com os ribeirinhos de Cantuquiriguaçu. Enquanto havia certa estabilidade no território, não houve espaço para a entrada de novas instituições. Os ribeirinhos viviam bem naquele lugar por anos antes da chegada da usina. Quando a usina se instala ali, desestabiliza o território, e as portas são abertas para que novas organizações começassem a agir.

Isso porque as organizações representam, na visão dos ribeirinhos, a melhor opção frente aos objetivos demandados pelo território. Elas estão legitimadas por eles, e também os legitimam institucionalmente. Os papéis que os ribeirinhos têm que assumir naquele momento estão alinhados, assim, aos valores disseminados por essas instituições. Como a identidade é construída pela interação e identificação com os outros, é natural que se liguem aos grupos que simbolicamente tenham mais afinidades. Só que, quando se identificam, automaticamente excluem os diferentes (HALL, 2000; SILVA, 2000). Assim, há a reprodução dos mecanismos

simbólicos de seu grupo. E quem fez a mediação simbólica desse universo? Na pesquisa empreendida, pode-se verificar isso na Figura 2 a seguir:

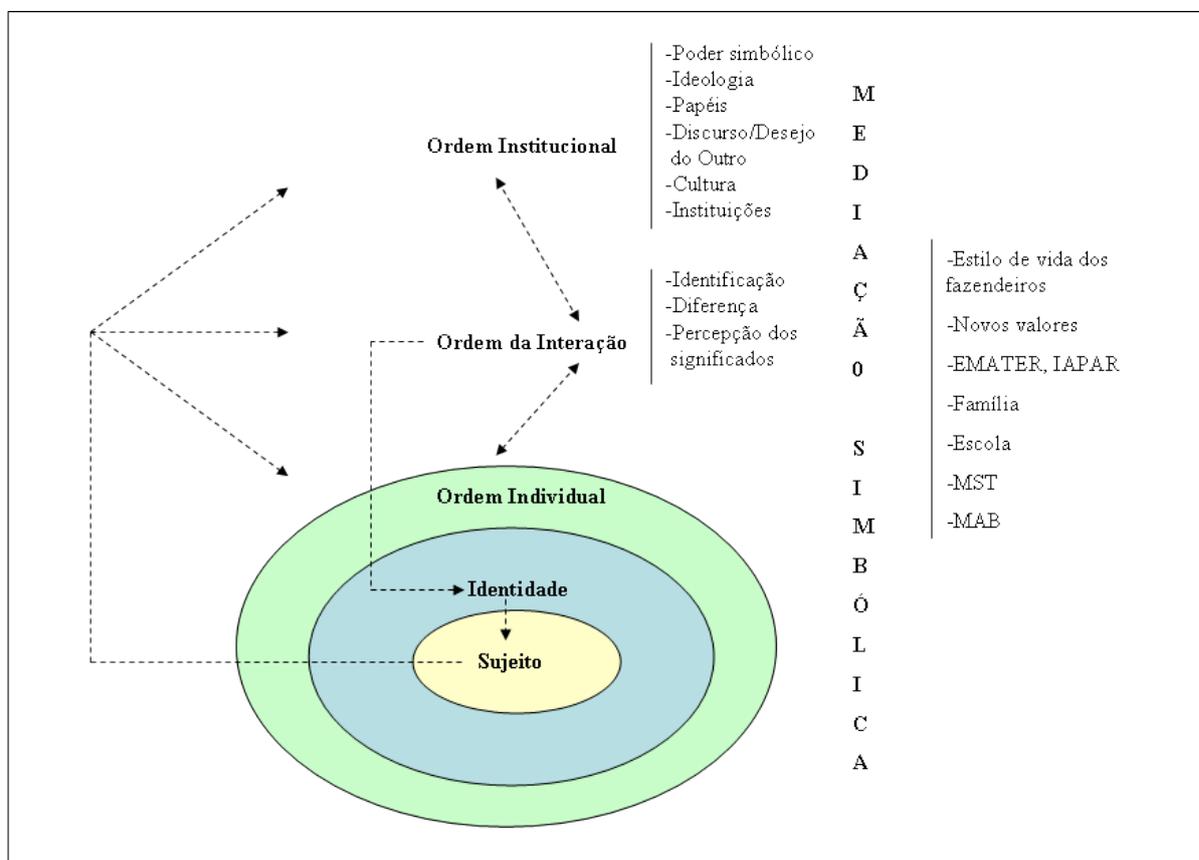


Figura 2 – Concepção de identidade e a atuação da mediação simbólica no território em estudo

Pela Figura 2, podemos ver, novamente, que a ordem de interação, representada pela identificação, pela diferença e pela percepção de significados, faz a ligação da ordem institucional com a ordem individual, da socialização primária dos sujeitos. É por meio da reprodução de seus significados que, ao incluir e excluir, se consegue manter o grupo em funcionamento.

Mas a identificação está ligada a uma imagem ideal, àquilo que o sujeito pensa ser, não ao que ele necessariamente é. Entre os sujeitos participantes desta pesquisa, encontramos aqueles que se declaram de esquerda, participando, portanto, dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, há aqueles que se vêem como integrantes do grupo dos fazendeiros. Isso se dá pela identificação. Em ambos os grupos, as instituições criaram neles um modelo de homem e mulher ideal que deve ser seguido por seus membros. No entanto, não podemos esquecer que

eles possuem valores construídos pela socialização primária que forma uma parte de sua identidade.

A maioria dos entrevistados foi socializada dentro de uma concepção pré-capitalista de produção, baseada na ajuda mútua e na produção para o consumo familiar. Isso porque, aquela região era habitada principalmente por caboclos⁸⁸. Os colonos só começaram a vir em grande quantidade quando a usina hidrelétrica Salto Santiago foi ali instalada. Assim, os valores caboclos, incompatíveis com os dos colonos, foram transmitidos aos seus filhos até pouco tempo atrás. Até os mais jovens, como o filho da senhora Luíza e do senhor Francisco, Felipe, sente por este valor comunitário, que ele via na sua infância, ter desaparecido.

Atualmente, as crianças são socializadas de outra maneira, sendo ensinadas desde cedo a competir. É que seus pais já estão inseridos num sistema que incentiva a competição. Entram, portanto, no jogo, passando a reproduzir as práticas dominantes.

No entanto, uma parte dos ribeirinhos não se sente à vontade com os valores desse novo processo de socialização. E é neste momento que surge uma crise de pertencimento, que faz com que alguns deles se identifiquem com uma outra personagem, a do militante de esquerda. Há, portanto, uma nova configuração em curso no território, que faz com que alguns neguem o estilo de vida dos fazendeiros.

Vygotsky (1984) afirma que os sujeitos são formados pelos significados compartilhados dentro de seu grupo, que ele aceita como seus. Isto ocorreu com os ribeirinhos de Cantuquiriguaçu, que, apesar de terem uma história e uma cultura muito singular, sofreram a mediação simbólica de diferentes instituições que atuam no território. Isto fez com que a ideologia de cada uma destas organizações fosse vista pelos ribeirinhos, conforme o grupo com que se identificam, seja o dos fazendeiros ou os de esquerda, como a sua própria. Assim, os diferentes discursos produzidos pelo MAB, pelo MST, pelo IAPAR, pela EMATER ou outras instituições geram impactos em suas vidas, pelos mecanismos de inclusão e de exclusão, de identificação ou diferença.

⁸⁸ Segundo o estudo feito pela COPEL (1987) quando dos inícios dos trabalhos para a construção da Usina Segredo, foi verificado que a presença dos colonos sulistas é mais freqüente na margem esquerda (lado sul) do Iguaçu do que na margem direita (lado norte). O estudo para esta dissertação foi feito na margem direita.

Não há, portanto, como negar que a construção da usina hidrelétrica Salto Santiago transformou o universo simbólico dos ribeirinhos, e isso fez com que houvesse uma (re)construção de suas identidades. Ou seja, tanto aqueles que introjetaram práticas e modos de vida dos “fazendeiros”, internalizando valores de instituições que visam a integração social - como o IAPAR ou EMATER - tiveram que reconstruir sua identidade; e assim como aqueles que internalizaram a ideologia de esquerda, tiveram também que fazer uma (re)construção dela.

6 CONCLUSÃO

Buscamos, nesta dissertação, compreender como o deslocamento compulsório dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no Território Cantuquiriguaçu, forçou a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, permitindo transformações na sua identidade. Para isto, em primeiro lugar procuramos adentrar nas diferentes concepções históricas do sujeito e da construção da identidade, dentro das mais diversas teorias. A intenção, nesse ponto, foi compreender as diferentes formas de se enxergar o sujeito para reconstruí-lo hoje.

Na nossa busca na literatura sobre identidade, vimos que, para o nosso estudo, tínhamos a possibilidade de integrar uma parte dos diversos autores estudados e formar uma concepção mais abrangente, que pudesse dar conta de duas dimensões do ser humano: a psicológica e a sociológica. Esta poderia ser uma decisão temerária, pois além de dimensões diferentes, a literatura estudada também vinha de paradigmas às vezes conflitantes. Assim, coríamos o risco de, ao tentar sintetizar estas concepções na dissertação, acabarmos sendo simplórios na interpretação. Mesmo assim, resolvemos correr o risco. Agora, no final do trabalho, vimos que esta foi uma escolha acertada, pois nos deu a possibilidade de refletir melhor sobre a complexidade da constituição da identidade dos sujeitos, e nos deu uma visão mais profunda a respeito do tema.

Desta forma, para conseguirmos fazer este tipo de estudo, precisávamos adentrar ainda em outras duas dimensões para a compreensão do ser humano: a histórica e a antropológica. Foi, assim, que nos inserimos na história e na cultura dos ribeirinhos que habitam hoje às margens do reservatório da usina estudada. Este, então, seria o nosso primeiro objetivo específico: apresentar o Território Cantuquiriguaçu, sua história e traços culturais, bem como o histórico da construção das usinas hidrelétricas e do deslocamento dos ribeirinhos na região. A idéia central era compreender os aspectos históricos, sociais e culturais que, de alguma forma, participaram da construção dos valores e da identidade dos ribeirinhos do reservatório da Usina Salto Santiago. Como as usinas hidrelétricas são empreendimentos que, de algum modo, definem o modo de vida dos ribeirinhos, abordamos também o histórico de sua instalação na região, como também os deslocamentos populacionais por ela produzidos.

Foi neste momento que conseguimos compreender como foi formado o ribeirão que mora hoje nas barrancas dos rios que formam o reservatório da usina. Vimos como seus valores, crenças e práticas foram se transformando na história, conforme o território ia mudando. As instalações, a partir da década de 70 do século XX, das usinas hidrelétricas na região, deram continuidade ao modelo de (re)ocupação do território, que em toda a história, forçou os moradores daquele espaço a se adaptarem à chegada de novos elementos. Isso ocorreu com os indígenas, quando da chegada dos caboclos; com os caboclos, quando os colonos começaram a entrar na região; com os caboclos e colonos, em conflito com as empresas colonizadoras; e agora, novamente, com os caboclos e colonos, quando da instalação das usinas hidrelétricas.

O segundo objetivo específico foi descrever o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e de outras organizações (IAPAR, EMATER, Prefeituras) na produção de sentidos para a (re)construção da identidade dos ribeirinhos deslocados.

Notamos que para uma organização produzir sentidos e atuar na (re)construção da identidade dos sujeitos, é importante que ela se legitime, consiga criar vínculos mais ou menos duráveis e também possa disseminar símbolos, para que os significados sejam compartilhados entre seus membros. Em Cantuquiriguaçu, diferentes organizações fizeram isso, como o MAB, o MST, o IAPAR e a EMATER. Como são instituições orientadas por ideologias bem diferentes, umas de esquerda – MAB e MST – e outras mais alinhadas com valores que visam a integração social – IAPAR e EMATER – hoje, existem dois grupos na região. Assim, as instituições que atuam no território conseguem, através da reprodução de seus valores e práticas, a adesão dos ribeirinhos e, de uma certa forma, transformar a identidade deles.

É assim que chegamos ao nosso último objetivo específico, que é interpretar a (re)construção da identidade dos ribeirinhos por meio da sua história de vida, tendo por incidente crítico o deslocamento compulsório ocorrido pela construção de hidrelétricas.

Após a construção da usina, os ribeirinhos tiveram que (re)construir suas identidades e, portanto, suas identidades. Neste momento, as organizações se apresentam como a melhor opção frente às mudanças operadas no território. Desta forma, há uma (re)construção de suas identidades, orientadas pelas novas identidades com estas organizações. Essas organizações penetram no ambiente social, às vezes tão sutilmente que parecem nem existir na região – como o IAPAR e a EMATER -, e às vezes de forma mais contundente – como o MAB, e de

forma mais forte ainda, o MST -, mas de qualquer forma, acabam, por meio dos *habitus*, impondo os seus valores e práticas aos sujeitos. Foi o que aconteceu com os ribeirinhos de Cantuquiriguaçu. Esses *habitus* acabaram sendo reproduzidos por aqueles que simbolizam esse modo de vida – os pecuaristas, por exemplo – ou ainda por outras instituições, como a família, a escola – tanto a tradicional, por um lado, como a escola do MST, por outro -, inculcando, nos ribeirinhos, novos valores e novas identificações. Ou seja, há uma nova interação entre a ordem individual e a ordem institucional, e isso acabou formando neles uma nova identidade. É o que se conseguiu interpretar de toda a investigação realizada.

Nesta pesquisa, apesar de termos cumprido os objetivos a que nos propúnhamos, ainda assim enxergamos nela algumas limitações. Alguns depoimentos-chave, como com o coordenador nacional do MAB, não conseguimos coletar. Ao mesmo tempo, poderíamos aprofundar as questões relativas à Usina Salto Santiago, se tivéssemos entrevistado algum representante desta organização. Durante a interpretação dos dados, sentimos falta desta entrevista. Como não levamos em consideração, no início da investigação, a importância do MST junto aos ribeirinhos, não entrevistamos nenhum líder do movimento. Não chegamos nem a visitar nenhum dos acampamentos do MST na região. Muito dificilmente esta pesquisa tomaria outro rumo com a inclusão destes elementos faltantes, mas acreditamos que a partir deles, poderíamos encontrar mais respostas para o problema abordado.

Assim, para estudos futuros, recomendamos que trabalhos semelhantes sejam executados com ribeirinhos de outras usinas hidrelétricas. Parece-nos que as características singulares que encontramos junto aos ribeirinhos do reservatório da Usina Salto Santiago podem não ser encontradas até mesmo nos atingidos pelas outras usinas da região. Além disso, o tema se mostrou prodigioso para pesquisas na área dos Estudos Organizacionais, justamente porque para compreendê-lo melhor, há a necessidade de se mergulhar em diversos campos do saber – sociologia, psicologia, história, antropologia, entre outros - o que torna mais rico o nosso entendimento sobre as organizações, o contexto em que elas estão inseridas e as pessoas que delas fazem parte. Fica, então, o convite.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, n.10, 1997.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ALVES, Josias Manoel. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal**: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização. 2005. Tese (Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ALVES, Lucir Reinaldo; PAIVA, Carlos Aguedo Nagel; LIMA, Jandir Ferreira de. Desenvolvimento e impactos ambientais em mesorregiões fronteiriças selecionadas no sul do Brasil a partir de 1970. In: SOBER – CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 14, **Anais eletrônicos...** Londrina, 2007.
- ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Paraná**: quadro resumo dos municípios: valores provenientes de Itaipu + outras usinas. Brasília: ANEEL, 2009a.
- ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **BIG: Banco de Informações de Geração**: capacidade de geração do Brasil. 2009b. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2009.
- ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Informações técnicas**: tarifas: agentes do setor elétrico. Brasília: ANEEL, 2009c.
- ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3 ed. Brasília: ANEEL, 2008.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando; AGOSTINO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. São Paulo: Record, 2000.
- ARALDI, Claudemir Luís. Para uma caracterização do niilismo na obra tardia de Nietzsche. **Cadernos Nietzsche**, n.5, p.75-94, 1998. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/gen/pdf/cn_05_05.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2008.
- ARAÚJO, Ligia M. Nascimento de. Recursos hídricos. In: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; CETEM – CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL. **Tendências tecnológicas**: geociências e tecnologia mineral: Brasil 2015. Brasília: CETEM, 2007. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/tendencias/agenda/parte_I/Recursos%20Hidricos.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2008.

BAER, Werner; MCDONALD, Curt. Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: o caso do setor de energia elétrica. **Políticas Públicas e Planejamento**, n.16, p.5-38, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários**: a memória histórica paranaense. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. Esquemas de reassentamento populacional como processos sociais: questões conceituais e metodológicas. In: WORKSHOP BARRAGENS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 2000, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: [s.n], 2000.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.1, n.2, p.65-91, ago. 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELUSSO, Diane; SERRA, Elpídio. Caracterização sócio-espacial da agricultura no Oeste Paranaense: um estudo de caso em Palotina-PR. **Agrária**, São Paulo, n.4, p.20-39, 2006.

BENJAMIM, Cesar. Foi loucura, mas houve método nela: gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira. **Caros amigos**, São Paulo, n.51, jun. 2001.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.21, n.59, p.139-153, jan./abr. 2007.

BETHELL, Leslie; SOUZA, Geraldo Gerson de. **História da América Latina**. São Paulo: EdUSP, 2001.

BISWAS, Asit K.; TORTAJADA, Cecília. Barragens, meio-ambiente e desenvolvimento: o ponto de vista do mundo em desenvolvimento. In: WORKSHOP BARRAGENS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 2000, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: [s.n], 2000.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Privatizações federais**: PND. BNDES: Brasília, 2002a. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/federais/federal.asp>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2009.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Privatizações estaduais**. BNDES: Brasília, 2002b. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/estaduais/estadual.asp>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2009.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Privatização**: histórico. BNDES: Brasília, 2002c. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp>>. Acesso em 4 de março de 2009.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003a.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003b.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BRASIL. Territórios da Cidadania. **Cantuquiriguaçu-PR: o território**. 2008. Sem paginação. Disponível em:

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/cantuquiriguaupr/one-community?page_num=0>. Acesso em 11 de fevereiro de 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em 2 ago. 2009.

BREMBATTI, Kátia. Agricultores derrubam portão e ocupam usina hidrelétrica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 de março de 2008. Vida e Cidadania. Disponível em:

<<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=746303>>. Acesso em 11 de julho de 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública na construção do Brasil**. [S.l.; s.n], 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro-BurocraciaConstruçãoBrasil.6.pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, n. 45, p.49-95, 1998.

CAMARGO, Ricardo Luiz. Reformas no setor elétrico: a burocracia nos processos de mudança. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, Chile, 2005. **Anais Eletrônicos...** 2005.

CAMPOS, André. Hidrelétricas colocam comunidades embaixo de água. **RepórterBrasil**, dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.reporterbrasil.org.br/imprimir.php?escravo=1&id=838>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2009.

CARVALHO, Josefa D. D. Totem e tabu: uma reflexão sobre o Complexo de Édipo na origem da civilização. **CienteFico**, Salvador, ano 2, v.1, ago./dez. 2002. Disponível em:

<<http://www.frb.br/ciente/Textos%20CienteFico%202002.2/PSciologia/Epistemologia/Temas%20Livres/Freud%201913/Totem%20E%20Tabu.pdf>>. Acesso em 6 de novembro de 2008.

CASSIN, Marcos. Louis Althusser: o ressurgimento de um desaparecido. **Impulso**, n.24, p.111-126, abr./1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CERVINSKI, Gilberto. Foz do Chapecó: a ditadura contra a população ribeirinha: entrevista com Gilberto Cervinski. **IHUon-line – Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ed.236, p.10-12, set. 2007. Disponível em:

<<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1190071125.74pdf.pdf>>. Acesso em 07 de janeiro de 2009.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CLEVE, Jeorling J. Cordeiro. **Povoamento de Guarapuava: cronologia histórica**. Curitiba: Juruá, 2007

CMB - COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões: o relatório da Comissão Mundial de Barragens: sumário**. 2000. sem paginação. Disponível em:

<http://www.dams.org/report/wcd_sumario.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2008.

CONDETEC – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico**. Curitiba: CONDETEC, 2004.

COOPER, Robert; BURRELL, Gibson. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization Studies**, n.9, v.1, p.91-112, 1988.

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **História da COPEL**. Curitiba: COPEL, 2009. Disponível em:

<<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F6505401715872FAA032573FA0069734F>>. Acesso em 05 Set. 2009.

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **Usina Hidrelétrica Foz do Areia**: Rio Iguaçu, Paraná, Brasil: Memória técnica. Curitiba: COPEL, 1995.

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **Usina Hidrelétrica Segredo: RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**. Curitiba: COPEL, 1987.

COSTA, Heitor Scalabrini. Energia limpa e barata? **Revista Ambiente Já**, Abr. 2008.

DEFEUILLEY; Christophe; FURTADO, André Tosi. Impacts de l'ouverture à la concurrence sur la R&D dans le secteur électrique. **Annals of Public and Cooperative Economics**, [s.l], n.1, v.71, p.5-28, 2000.

DEITOS, Nilceu Jacob. A Igreja Católica e os colonos no oeste do Paraná: a nomização de um espaço de fronteira. In: ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES, 1., Maringá, 2007. **Anais Eletrônicos...** 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Editors). **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. London; New Delhi: Sage Publications, 2005.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A. **História da ELETROBRÁS**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2007.

ERIKSON, Erik H. **Identidade**: juventude e crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ETCHEVERRY, Maria Soledad. Privatização do setor elétrico brasileiro: impactos sobre o trabalho. In: ENCONTRO INTERNACIONAL TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES – LABOR/UFC, 1, **Anais...** Fortaleza, 2006.

FAVRETO, Viviane. Metade do Iguazu é das usinas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 de novembro de 2008. Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=832177&tit=Metade-do-Iguacu-e-das-usinas>>. Acesso em 05 de janeiro de 2008.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal. Privatizações do setor elétrico no Brasil. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro. **A privatização no Brasil**: o caso dos serviços de utilidade pública. Brasília: BNDES, 2000.

FINK, Bruce. **O sujeito laciano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FRANÇA, Georgeana Barbosa de. **Barragens e barrageiros**: um estudo sobre os processos de construção de identidades coletivas em uma área de empreendimentos hidrelétricos. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 9. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008. Coleção Pensamento Humano.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**: complemento e índice. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007. Coleção Pensamento Humano.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GALLO, Claudinei. Padronização no procedimento de avaliação em ocorrência de anormalidades detectadas pelo Sistema de Anunciação das Unidades Geradoras da Usina Hidrelétrica Salto Osório. In: SEPOCH – SIMPÓSIO DE ESPECIALISTAS EM OPERAÇÃO DE CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, 3., 2002, Foz do Iguazu. **Anais Eletrônicos...**, 2002.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados**: terra e água: o conflito de Itaipu. 2. ed. Canoas: Editora da Ulbra, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GODOI, Christiane Kleinübing. **Psicanálise das organizações**: contribuições da Teoria Psicanalítica aos estudos organizacionais. Itajaí: Univali, 2005.

GODOI, Christiane Kleinübing; BALSINI, Cristina Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social – USP**, nov. 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HERNÁNDEZ, Francisco del Moral. **Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão: controvérsias sobre o uso dos rios e das terras ribeirinhas para a geração hidrelétrica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Energia) – Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

HOEFLICH, Vitor Afonso. Cultivo do Pinheiro-do-Paraná. **Sistemas de Produção**, v.7. Colombo: Embrapa Florestas, 2003. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinheiro-do-Parana/CultivodoPinheirodoParana/05_aspectos_economicos_e_ambientais.htm>. Acesso em: 24 jun. 2009.

HOERNER JÚNIOR, Valério. **Maragatos: ensaio de compreensão histórica: a revolução federalista no Paraná e o general Gumercindo Saraiva**. Curitiba: Juruá, 2007.

IAPAR – INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Redes de Referência para a agricultura familiar**. [200-]. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=532>>. Acesso em 24 ago. 2009.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

JENKINS, Richard. **Social identity**. 3. ed. Abingdon; New York: Routledge, 2008.

JERONYMO, Alexandre Cosme José. **Deslocamento das populações ribeirinhas e passivos sociais e econômicos decorrentes de projetos de aproveitamentos hidrelétricos: a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto/SP-PR**. 2007. Dissertação (Mestrado em Energia) – Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JUNK, Wolfgang J.; MELLO, J. A. S. Nunes de. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. **Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.4, n.8, jan./abr. 1990.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória**: relações de poder e subjetividade durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KARPINSKI, Cezar. Atingidos por barragens e cotidiano: concretude, transformação e resistência. **Revista Alamedas**, v.1, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.unioeste.br/ndp/revista/docs/artigo_cesar.pdf>. Acesso em 4 de janeiro de 2009.

KOIFMAN, Sérgio. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.2, n.17, p.413-423, mar./abr. 2001.

LACAN, Jacques. **O seminário**: livro 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LANGER, Protasio Paulo. Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense. **Diálogos**, Maringá, v.11, n.3, p.71-93, 2007.

LOPES, João Marcos de Almeida. O dorso da cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Record, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012>. Acesso em 07 de novembro de 2008.

LURIA, Alexander Romanovich. Vigotskii. In: VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Algumas observações sobre o setor privado e o desenvolvimento de projetos de recursos hídricos na América do Sul. In: WORKSHOP BARRAGENS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 2000, São Paulo. **Anais...**, 2000.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da Teoria Social 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Coleção O Mundo, Hoje. v.28.

MARQUES, Maria Madalena S. **A identidade água abaixo**: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca – RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

MATZ, Marcello; SZKLO, Alexandre. Problemas no financiamento de geração distribuída de energia elétrica a partir de fontes renováveis. In: JORNADA AB3E – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS EM ENERGIA. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

- MELLO, Henrique Couto Ferreira. **Setor elétrico brasileiro: visão política e estratégica. Especialização (Altos estudos de política e estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1999.**
- MILLER, Jacques-Alain. **Percursos de Lacan: uma introdução.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA - MME. **Plano decenal de expansão da energia elétrica: 2006-2015.** Brasília: MME, 2005.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (Org.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- NOGUEIRA, Narayana de Deus. **A Usina Hidrelétrica do Emboque – MG: o significado da barragem para os atingidos.** 2007. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.
- OLIVEIRA, Dirceia Antunes de. Faxinais no município de Prudentópolis – PR: perspectivas históricas. In: ANPUH/PR - ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 11., 2008, Jacarezinho. **Anais Eletrônicos...** 2008.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes.** Rio de Janeiro: FVG Editora, 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p.185-206, 2001.
- PÁDUA, José Augusto de. Desenvolvimento humano e meio ambiente no Brasil. In: MOSER, Claudio; RECH, Daniel. (Org.). **Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003. Coletânea Ceris.
- PAIVA, Silvia Maria C. A privatização no Brasil: breve avaliação e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, v.22, n.2, jul. 1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/821/1086>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2008.
- PARMIGIANI, Jacqueline. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. **Tempo da Ciência**, v.26, n.13, p-107-123, 2º sem. 2006.
- PERRONE, Maria Paula Bueno. **Existências fascinadas: história de vida e individuação.** São Paulo: Annablume, 2003.
- PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio. **Atlas de centros históricos do Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. **Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países.** 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile; SEVÁ FILHO, Arsênio. Expansão hidrelétrica no período 2003-2006: conflitos sociais e institucionais em novas represas e nas concessões leiloadas. In: ANPPAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006. Brasília, **Anais Eletrônicos...**, 2006.

PIRES, José Claudio Linhares. **Desafios da reestruturação do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Texto para discussão nº. 76.

PNUD BRASIL. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/#>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2009.

PNUD BRASIL. **Tabelas de ranking de IDH-M**. [200-]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em 20 de março de 2009.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.202-212, 1992.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. A noção de espaço nos reassentamentos planejados pela Cesp: uma análise antropológica. In: WORKSHOP BARRAGENS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 2000, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: [s.n], 2000a.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume, 2000b.

REGIÃO DO Cantuquiriguaçu recebe apoio. **O Estado do Paraná**, 08 set. 2004. Disponível em: <<http://www.paranaonline.com.br/editoria/economia/news/92924/>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2009.

REIS, Lineu Bélico dos; FADIGAS, Eliane A. Amaral; CARVALHO, Cláudio Elias. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, 2005.

REY, Fernando Luiz Gonzales. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson, 2002.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ROCHA, Humberto José da. A ação pedagógica da Igreja Católica no Movimento dos Atingidos por Barragens: história e perspectiva. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2008, Cascavel. **Anais Eletrônicos...** 2008.

ROSA, Luiz Pinguelli. Privatização provocou retração dos investimentos. **Revista do Legislativo**, n.31, p.28-32, 2001. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/RevistaLegis/Revista31/luiz31.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2009.

ROTHMAN, Franklin Daniel. Mobilização, resistência e participação das comunidades atingidas por barragens: o Projeto de Assessoria e o Movimento dos Atingidos por Barragens m Minas Gerais. In: ENCUENTRO POR UNA NUEVA CULTURA DEL AGUA EN AMÉRICA LATINA, 2005, Fortaleza. **Anais Eletrônicos...** 2005.

SALES, Benes Alencar. A polissemia do sujeito cartesiano. **Princípios**, Natal, v.14, n.22, p.79-92, jul./dez. 2007.

SANTOS, Hélio Tadeu Martins. O método qualitativo na investigação de sentidos: uma proposta multipolar para estudos organizacionais. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. **Etnográfica**, v.7, n.1, p.87-103, 2003.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A ELETROBRÁS e suas subsidiárias: projetos termo e hidrelétricos no Sul. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José. **Memórias do setor elétrico na região Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

SEVÁ, Oswaldo. Estranhas catedrais: notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.60, n.3, p.44-50, set. 2008.

SEVÁ FILHO, Arsênio. Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Indaiatuba, 2004. **Anais Eletrônicos...** 2004.

SEVÁ FILHO, Arsênio; PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. Conflitos sociais e institucionais na concretização recente de algumas concessões de aproveitamentos hidrelétricos assinadas entre 1997 e 2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, 11., 2006, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A reprodução social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Nádia Bolzan; FROEHLICH, José Marcos; MARQUES, Maria Madalena S. A identidade água abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) – RS. In: SOBER - CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais Eletrônicos...** 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e outro. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, Coimbra, 2004. **Conferência de abertura**. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRACTEBEL ENERGIA. **Ficha Técnica**: UHE Salto Santiago: Relatório Online. [S.l.; s.n.], 2009a. Disponível em:
<<http://www.tractebelenergia.com.br/modules/system/viewPage.asp?P=827&VID=default&SID=921329465220996&S=1&C=5775>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

TRACTEBEL ENERGIA. **Ficha Técnica**: UHE Salto Osório: Relatório Online. [S.l.; s.n.], 2009b. Disponível em:
<<http://www.tractebelenergia.com.br/modules/system/viewPage.asp?P=826&VID=&SID=106703085760294&S=1&C=5776>>. Acesso em: 04 set. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais e a questão de classe**: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ZHOURI, Andréia; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.10, n.2, p.119-135, jul./dez. 2007.

APÉNDICE

APÊNDICE 1 - Questões das entrevistas, por tipo de entrevistado

Aos ribeirinhos:

- Fale sobre sua vida.
- O que mudou na sua vida após o deslocamento provocado pela construção da usina hidrelétrica?

Aos representantes do MAB, da Igreja, da Prefeituras e das ONG's presentes no território:

- Como se deu o processo de construção da usina hidrelétrica?
- O que mudou na região?
- O que a sua instituição está fazendo pelos ribeirinhos deslocados?

Aos representantes do IAPAR e da EMATER na região:

- Qual o papel da instituição na região?
- Existe algum projeto da instituição específica para os ribeirinhos deslocados pela construção das hidrelétricas? Explique.